

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TATIANA CANIÇALI CASADO

Dissonâncias e ressonâncias do discurso da modernidade à luz
das práticas *sócio-espaciais* nas águas em Vitória (ES)

VITÓRIA
2022

TATIANA CANIÇALI CASADO

Dissonâncias e ressonâncias do discurso da modernidade à luz
das práticas *sócio-espaciais* nas águas em Vitória (ES)

Tese apresentada ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG).

Área de Concentração: Natureza, Produção do espaço e Território

Linha de Pesquisa: Estudos Urbanos e Regionais

Orientador: Prof. Dr. Eneida Maria Souza Mendonça

VITÓRIA
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C334d Casado, Tatiana Caniçali, 1980-
Dissonâncias e ressonâncias do discurso da modernidade à luz
das práticas sócio-espaciais nas águas em Vitória (ES) / Tatiana
Caniçali Casado. - 2022.
297 f. : il.

Orientadora: Eneida Maria Souza Mendonça.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. civilização moderna. 2. águas. 3. geografia. I. Souza
Mendonça, Eneida Maria. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91



Programa de Pós-Graduação em Geografia
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ATA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – ATA Nº 37 - 03/11/2022

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às 14h, na sala de webconferências do Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN/UFES, reuniu-se a Comissão Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, composta pelos seguintes membros: Profª Drª Eneida Maria Souza Mendonça - UFES (Presidente da Comissão e Orientadora), Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli - UFES (Examinador Interno) e os Examinadores Externos, Profª Drª Doralice Sátyro Maia - UFPB, Prof. Dr. Vladimir Bartalini - USP e a Profª Drª Lucia Maria Sá Antunes Costa - UFRJ, estes por webconferência, conforme Portaria Normativa nº 08, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 01 de julho de 2021, para a apresentação da defesa da tese da discente **Tatiana Caniçali Casado**, intitulada "**DISSONÂNCIAS DO DISCURSO DA MODERNIDADE: À LUZ DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS NAS ÁGUAS EM VITÓRIA (ES)**". Finda a apresentação, a Presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição da candidata. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida tese nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Geografia e alertou que a aprovada somente terá direito ao título de Doutora após a entrega da versão final de sua tese, em papel e meio digital, à Secretaria do Programa. Encerrada a sessão, eu, Profª Drª Eneida Maria Souza Mendonça, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai com as devidas assinaturas (De acordo com a Portaria citada acima, membros de banca externos à UFES que não atuam como docentes permanentes ou colaboradores nos Programas de Pós-Graduação da UFES estão dispensados da obrigatoriedade de assinatura digital da ata. Caso o membro externo não assine a ata e, sendo o Coordenador o responsável final pela realização da banca, a assinatura do Coordenador via Lepisma assegura a legitimidade necessária do documento).

Profª Drª Eneida Maria Souza Mendonça (UFES)
Orientadora e Presidente da Sessão

Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli (UFES)
Examinador Interno Titular

Profª Drª Doralice Sátyro Maia (UFPB)
Examinadora Externa Titular

Prof. Dr. Vladimir Bartalini (USP)
Examinador Externo Titular

Profª Drª Lucia Maria Sá Antunes Costa (UFRJ)
Examinadora Externa Titular



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ENEIDA MARIA SOUZA MENDONCA - SIAPE 297736
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 28/11/2022 às 11:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/611905?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CLAUDIO LUIZ ZANOTELLI - SIAPE 1304223
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 28/11/2022 às 17:57

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/612133?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RAFAEL DE CASTRO CATÃO - SIAPE 1416049
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/CCHN
Em 29/11/2022 às 14:18

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/612659?tipoArquivo=O>

À minha mãe Kátia, por todo seu esforço
dedicado a mim.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus profundos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram, incentivaram, consolaram e me ajudaram na realização deste trabalho.

À minha orientadora prof. Dr^a Eneida Maria Souza Mendonça a quem devo o acolhimento, compreensão e todas as contribuições e apontamentos em prol do difícil processo de construção desta tese;

À minha família, sobretudo meu lindo filho Tomás, e meu amado e sempre companheiro Jone pela nossa união, à querida e doce Gi, por assumir com tanto amor os cuidados com meu pequeno, em minhas tantas e recorrentes ausências, aos meus tios Marcos e Mércia, e a meu primo Felipe, por todo incentivo, suporte e pelos ótimos e deliciosos momentos em família.

À grande professora e amiga Renata Hermann de Almeida, por tanto acreditar e incentivar o meu percurso acadêmico, por todas as aprazíveis conversas, encontros e, sobretudo, pela amizade desde o mestrado em 2008.

Agradeço ainda às queridas amigas Michella, Cláudia, Aline e Sandra, que estiveram próximas e presentes nestes mais de cinco anos juntas, na academia e fora dela.

Ao querido Gustavo Gomes, sem o qual o trabalho de campo teria sido inviável.

Ao professor Dr André Luiz Nascentes Coelho por prontamente contribuir com o mapeamento georreferenciado dos aterros em Vitória.

Ao prof. Dr. Cláudio Zanotelli e prof. Dr. Vladimir Bartalini pelas contribuições quando da qualificação deste trabalho;

Por fim, mas não menos importante, às professoras Dr^a Lúcia Costa e Dr^a Doralice Maia por gentilmente aceitarem o convite para compor a banca de avaliação;

Todos os encantos não se vão
Ao mero toque da fria filosofia?
Existia um maravilhoso arco-íris no firmamento:
Conhecemos sua trama, a sua textura, aparece
No frio catálogo das coisas comuns.
A filosofia podará as asas de um Anjo,
Decifrará os mistérios por instrumentos,
Esvaziará o encanto do ar e o tesouro escondido –
Desvendará o arco-íris.

obs. Por filosofia o poeta refere-se à Física que era conhecida como Filosofia Natural.

Lamia, John Keats (1819)

RESUMO

A presente temática das relações sócio-espaciais junto às águas se insere em uma ampla reflexão acerca da problemática advinda dos binômios sociedade-natureza e tradição-novo. Esta problemática conforma uma complexa e dinâmica trama de conhecimentos, dentre os quais, interessa-nos, o *modus operandi* da ação social no espaço-tempo no decorrer dos processos de modernização, com vistas à compreensão das dissonâncias e ressonâncias frente aos atos representativos da ideia de modernidade. Desse modo, esta tese aborda as práticas *sócio-espaciais* cotidianas estabelecidas junto às águas em Vitória (ES) como manifestações que revelam, tanto estratégias da [re] produção capitalista do espaço urbano - ressonâncias, quanto táticas de [co] existência – dissonâncias. Recorre, para isso, ao trabalho de campo, às cartografias históricas e aos registros noticiados em periódicos e disponibilizados na Biblioteca Nacional. **Ao** confrontar as práticas socioespaciais nas águas em Vitória (ES) com a problemática dos binômios sociedade-natureza e tradição-novo, **fpi possível** apontar **elementos da** estrutura do **imaginário social das águas, e**, reforçou-nos a necessidade de reflexividade da produção do saber no *devir* humano. Assim, pode-se reconhecer que as práticas dissonantes do discurso da modernidade são aquelas que se vinculam a uma estrutura constante simbólica – a arquétipos do imaginário social. Por outro lado, as práticas que respondem como ressonância a esse discurso se manifestam por sua volatilidade e recorrente transformação à luz dos ideais de modernidade. Nesse sentido, pode-se ainda identificar como se deu a construção de uma estrutura do imaginário das águas a partir da recorrência imagética dos espaços das águas e dos valores simbólicos presentes nas práticas socioespaciais que se verificaram.

Palavras-chave: práticas sócio-espaciais, águas, Vitória (ES).

ABSTRACT

The present theme of socio-spatial relations along the waters is part of a broad reflection on the problem arising from the binomial society-nature and tradition-new. This issue forms a complex and dynamic web of knowledge, among which, we are interested, the *modus operandi* of social action in space-time during the modernization processes, with a view to understanding the dissonances and resonances in the face of representative acts of the idea of modernity. Thus, this thesis addresses the everyday socio-spatial practices established by the waters in Vitória (ES) as manifestations that reveal both strategies of capitalist [re]production of urban space - resonances, and tactics of [co]existence - dissonances. For this, it resorts to fieldwork, historical cartography and records reported in periodicals and made available at the National Library. By confronting the socio-spatial practices in the waters in Vitória (ES) with the problem of the binomials society-nature and tradition-new, it was possible to point out elements of the structure of the social imaginary of the waters, and reinforced the need for reflexivity in the production of knowledge in human becoming. Thus, it can be recognized that the dissonant practices of the discourse of modernity are those that are linked to a constant symbolic structure – to archetypes of the social imaginary. On the other hand, the practices that respond as a resonance to this discourse are manifested by their volatility and recurrent transformation in the light of the ideals of modernity. In this sense, it is still possible to identify how the construction of a structure of the imaginary of the waters took place from the imagery recurrence of the spaces of the waters and the symbolic values present in the socio-spatial practices that were verified.

Keywords: socio-spatial practices, waters, Vitória (ES).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DA SANTA MARIA DA VITÓRIA.....	19
FIGURA 2 - A CIDADE DE VITÓRIA (ES) E SUA CARACTERIZAÇÃO INSULAR	20
FIGURA 3 - ÁREAS ATERRADAS EM VITÓRIA (ES) ENTRE O INÍCIO DO SÉCULO XIX E 2016	21
FIGURA 4 - PRINCIPAIS ATERROS REALIZADOS EM VITÓRIA	22
FIGURA 5 - SISTEMA ESTUARINO DE VITÓRIA (ES)	23
FIGURA 6 - SETORES, FORMAS DE PERCURSO E ESPAÇOS COM RESTRIÇÃO DE ACESSO	43
FIGURA 7 - O CAIS DAS COLUNAS, NA VISITA DO IMPERADOR A VITÓRIA, EM RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E DESENHO DE JORGE EDUARDO	45
FIGURA 8 - ORTOFOTOMOSAICO DE VITÓRIA EM 1962	47
FIGURA 9 - EXEMPLO DA PLANILHA COM A SISTEMATIZAÇÃO DADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL.....	51
FIGURA 10 – UMA REPRESENTAÇÃO HIPOTÉTICA DA TERRA, ATRIBUÍDA A ANAXIMANDRO DE MILETO.....	62
FIGURA 11 - SÍMBOLOS ATÔMICOS DE DALTON EM <i>A NEW SYSTEM OF CHEMICAL FILOSOFIA</i> , PUBLICADO EM 1808	86
FIGURA 12 - PRIMEIRO DIAGRAMA DO CICLO HIDROLÓGICO DE HORTON.....	90
FIGURA 13 - CICLO HIDROLÓGICO APRESENTADO PELO <i>NATIONAL RESOURCES BOARD (USA)</i> EM 1934	93
FIGURA 14 - O CICLO HIDROLÓGICO APRESENTADO PELA HIDRÓLOGA KATE ELY NA CONFERÊNCIA DAS TRIBOS DA RESERVA INDÍGENA UMATILLA EM 1995 (A) E O CICLO HIDROSSOCIAL APRESENTADO POR LINTON; BUDDS (2013)	100
FIGURA 15 - VENDA DE PEIXE NA PRAIA DE SCHEVENINGEN, JAN VAN GOYEN, 1632	129
FIGURA 16 - A PRAIA DE SCHEVENINGEN, ADRIAEN VAN DE VELDE, 1658.....	129
FIGURA 17 - PRIMEIRO REGISTRO DE UMA 'MÁQUINA DE BANHO' NA PRAIA DE SCARBOROUGH, GRAVURA DE JOHN SETTERINGTON, 1735.....	134
FIGURA 18 - PROLIFERAÇÃO DOS TOPÔNIMOS DA ILHA DE VITÓRIA (1590-1680)	143
FIGURA 19 - PROLIFERAÇÃO DOS TOPÔNIMOS DA ILHA DE VITÓRIA (1590-1680)	144
FIGURA 20 – MOSAICO DE CARTOGRAFIAS ANALISADAS DE VITÓRIA (1586-1680)	148
FIGURA 21 – MOSAICO DE CARTOGRAFIAS ANALISADAS DE VITÓRIA DOS SÉCULOS XVIII E XIX	149

FIGURA 22 - MAPA DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO INTITULADO [ILHA DE DUARTE DE LEMOS], DE LUIS TEIXEIRA (1586)	151
FIGURA 23 - MAPA DA <i>CAPITANIA DO ESPÍRITO SANCTO</i> , (AUTOR E DATA DESCONHECIDOS)	153
FIGURA 24 - MAPA DA <i>CAPITANIA DO ESPÍRITU SANCTO</i> [1608-1616].....	155
FIGURA 25 - AMPLIAÇÕES DAS VILAS DE VITÓRIA E VILA VELHA, PRESENTES DO MAPA DA <i>CAPITANIA DO ESPÍRITU SANCTO</i> , [1608-1616]	156
FIGURA 26 - <i>BRASILIA</i> , DE REYS-BOECK (1624) COM DESTAQUE DE VISTA AÉREA DO <i>ESPIRITU SANTO</i>	158
FIGURA 27 - AMPLIAÇÃO DO MAPA <i>BRASILIA</i> , DE REYS-BOECK (1624).....	158
FIGURA 28 - <i>PORTO DO SPIRITO SANTO, NO ESTADO DO BRASIL</i> (1630)	160
FIGURA 29 - <i>CAPITANIA DO SPIRITO SANTO</i> , DE 1631	162
FIGURA 30 - MAPA DO CABO DE S. TOMÉ ÀS ILHAS DE GOROPARY, 1640.....	163
FIGURA 31 - DETALHE DO MAPA DO CABO DE S. TOMÉ ÀS ILHAS DE GOROPARY, 1640 ...	164
FIGURA 32 - MAPA <i>CAERTE VAN SPIRITVS SANCTVS</i> , DE 1660	166
FIGURA 33 - MAPA <i>O ISPIRITO SANTO</i> , DE 1665.....	167
FIGURA 34 - MAPA <i>DEMOSTRACAÕ DO RIO DOSE AO PORTO DO SPIRITO SANTO</i> , DE 1666	168
FIGURA 35 – AMPLIAÇÃO DO MAPA <i>DEMOSTRACAÕ DO RIO DOSE AO PORTO DO SPIRITO SANTO</i> , DE 1666	169
FIGURA 36 - <i>PLANO DO RIO DO ESPIRITO SANCTO, COMPREHENDIDA A BARRA, SUAS FORTALEZAS E VILAS</i> (1766).....	170
FIGURA 37 - <i>PLANTA DA VILLA DE VICTORIA</i> (1767).....	172
FIGURA 38 - <i>CARTA TOPOGRÁFICA DA BARRA E RIO DO ESPÍRITO SANTO</i> (1853)	174
FIGURA 39 - DETALHE DA VILA DE VITÓRIA PRESENTE NA <i>CARTA TOPOGRÁFICA DA BARRA E RIO DO ESPÍRITO SANTO</i> (1853).....	175
FIGURA 40 - <i>PLANTA DA CIDADE DA VICTORIA</i> (1873).....	176
FIGURA 41 - <i>PLANTA GERAL DA CIDADE DE VITÓRIA EM 1895</i> POR ANDRÉ CARLONI (1967)	178
FIGURA 42 - ELEMENTOS RECORRENTES NA CARTOGRAFIA HISTÓRICA (SÉCULO XVI AO XIX)	181
FIGURA 43 - ESPACIALIDADES DOS ESPAÇOS DAS ÁGUAS EM VITÓRIA (SÉCULO XVI AO XIX)	185

FIGURA 44 - ESPAÇOS, ATIVIDADES RECREATIVAS E PRÁTICAS CONTEMPLATIVAS EM VITÓRIA (ES) ENTRE AS DÉCADAS DE 1860 E 1910 SOBRE MAPA DA CIDADE DE 1895	191
FIGURA 45 - VITÓRIA (ES) EM 1895 NO GOVERNO DE MUNIZ FREIRE (1892-1986)	197
FIGURA 46 - CAIS DA ALFÂNDEGA, INÍCIO DO SÉCULO XX	198
FIGURA 47 - PROJETO DO NOVO ARRABALDE, REALIZADO POR SATURNINO DE BRITO EM 1896	199
FIGURA 48 - VITÓRIA (ES), ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E O FINAL DA DÉCADA DE 1950	200
FIGURA 49 - PERCURSO DO BONDE EM VITÓRIA E VILA VELHA ENTRE 1933-1945	202
FIGURA 50 - NOTÍCIA DE BANHO DE MAR JUNTO AO CAIS DA ALFÂNDEGA EM 1859	203
FIGURA 51 - ANÚNCIOS PARA BANHISTAS, 1894	209
FIGURA 52 - “REGRAS HYGIENICAS PARA BANHOS DE MAR”, 1883	210
FIGURA 53 - SOLICITAÇÃO DE EXTENSÃO DA LINHA DE BONDE EM 1910	211
FIGURA 54 - PEDRA DOS OVOS (1920), LOCAL DE SAÍDA DAS REGATAS DE SANTA CATARINA, PHOTOGRAPHIA J. F. OLIVER	215
FIGURA 55 - ATLETAS EM TREINO NA BAÍA EM 1932 (À ESQUERDA, O PENEDO)	218
FIGURA 56 - MOSAICO DE ANÚNCIOS DA REALIZAÇÃO DO TURF EM 1909	218
FIGURA 57 - ESPAÇOS DAS ÁGUAS EM 1895	222
FIGURA 58 - ESPAÇOS DAS ÁGUAS EM 1910	223
FIGURA 59 - ESPAÇOS DAS ÁGUAS EM 1928	224
FIGURA 60 - ESPAÇOS DAS ÁGUAS EM 1895, 1910, 1928 E 1933	225
FIGURA 61 - ATERROS POR DÉCADA EM VITÓRIA/ES	228
FIGURA 62 - A PRAIA COMPRIDA NOTICIADA EM DOIS MOMENTOS CONTRASTANTES: EM 1929, NA REVISTA VIDA CAPICHABA, E EM 1953 NO JORNAL FOLHA DO POVO	230
FIGURA 63 - PRAIAS DO ‘NOVO ARRABALDE’ VITÓRIA/ES	231
FIGURA 64 - ESPAÇOS DAS ÁGUAS EM 1946	236
FIGURA 65 - ESPAÇOS DAS ÁGUAS EM 1955	237
FIGURA 66 – MOSAICO ESPAÇOS DAS ÁGUAS EM 1946 E 1955 E PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS NAS ÁGUAS (DÉCADA DE 1940 E DÉCADA DE 1950)	238
FIGURA 67 - APROPRIAÇÕES COTIDIANAS CONTEMPORÂNEAS NAS S ÁGUAS EM VITÓRIA (ES)	242
FIGURA 68 - EXEMPLO DE AMPLIAÇÃO DE TRECHOS DOS MACRO SETORES	243

FIGURA 69 – PERÍMETRO DEFRONTANTE ÀS ÁGUAS EM VITÓRIA (ES).....	249
FIGURA 70 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS TIPOLOGIAS DEFRONTANTES COM AS ÁGUAS EM VITÓRIA (ES)	253
FIGURA 71 - INÍCIO DO ATERRO SANITÁRIO E URBANIZAÇÃO DA REGIÃO DA GRANDE SÃO PEDRO	254
FIGURA 72 - PRAIAS IDENTIFICADAS EM VITÓRIA (ES).....	257
FIGURA 73 - MOSAICO FOTOGRÁFICO PRAIAS DA CIDADE DE VITÓRIA (ES).....	260
FIGURA 74 – MOSAICO PRÁTICAS NAS <i>PRAIAS</i>	263
FIGURA 75 - MOSAICO <i>ESPAÇOS LIVRES</i> URBANIZADOS EM CONTATO COM AS ÁGUAS EM VITÓRIA	265
FIGURA 76 – MOSAICO PRÁTICAS EM <i>ESPAÇOS LIVRES</i>	265
FIGURA 77 - MOSAICO ESPAÇOS COM MANGUEZAIS COM ACESSO ÀS ÁGUAS EM VITÓRIA .	266
FIGURA 78 - MOSAICO PRÁTICAS EM MANGUEZAIS COM ACESSO ÀS ÁGUAS EM VITÓRIA ...	267
FIGURA 79 - MOSAICO <i>Vias</i> COM ACESSO ÀS ÁGUAS EM VITÓRIA	267
FIGURA 80 - MOSAICO PRÁTICAS EM VIAS COM ACESSO ÀS ÁGUAS EM VITÓRIA.....	268
FIGURA 81 - MOSAICO PÍERES E QUEBRA-MARES EM VITÓRIA.....	269
FIGURA 82 - MOSAICO PRÁTICAS EM PÍERES EM VITÓRIA.....	271
FIGURA 83 - LIMITES ADMINISTRATIVOS E PONTES DA CIDADE DE VITÓRIA (ES)	272
FIGURA 84 - MOSAICO PÍERES OU QUEBRA-MARES EM VITÓRIA	272

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PALAVRAS-CHAVES UTILIZADAS NA PESQUISA DAS PRÁTICAS	49
QUADRO 2 - LISTA DE PERIÓDICOS PESQUISADOS (1850-1950).....	50
QUADRO 3 - TIPOS DE PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E EXEMPLOS REPRESENTATIVOS (1850-1950).....	52
QUADRO 4 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA DE LUIS TEIXEIRA (1586)	152
QUADRO 5 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA DA <i>CAPITANIA DO ESPÍRITO SANCTO</i>	154
QUADRO 6 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA DA <i>CAPITANIA DO ESPÍRITU SANCTO, [1608-1616]</i>	157
QUADRO 7 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA <i>BRASILIA, DE REYS-BOECK (1624)</i>	159
QUADRO 8 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA <i>PORTO DO SPIRITO SANTO, NO ESTADO DO BRASIL (1630)</i>	161
QUADRO 9 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA <i>CAPITANIA DO SPIRITO SANTO, DE 1631</i> .	162
QUADRO 10 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA <i>DO CABO DE S. TOMÉ ÀS ILHAS DE GOROPARY, 1640</i>	165
QUADRO 11 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA <i>CAERTE VAN SPIRITVVSANCTVVS, DE 1660</i>	166
QUADRO 12 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA <i>O ISPIRITO SANTO, DE 1665</i>	168
QUADRO 13 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA <i>DEMOSTRASAÕ DO SPIRITO SANTO ATHE O RIO DOÇE, DE 1670</i>	170
QUADRO 14 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO <i>MAPA PLANO DO RIO DO ESPIRITOSANCTO, COMPREHENDIDA A BARRA, SUAS FORTALEZAS E VILAS (1766)</i>	171
QUADRO 15 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DA <i>PLANTA DA VILLA DE VICTORIA (1767)</i>	173
QUADRO 16 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO MAPA <i>CARTA TOPOGRÁFICA DA BARRA E RIO DO ESPÍRITO SANTO (1853)</i>	175
QUADRO 17 - Q PRINCIPAIS ELEMENTOS <i>PLANTA DA CIDADE DA VICTORIA (1873)</i>	177
QUADRO 18 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DO <i>PLANTA GERAL DA CIDADE DE VITÓRIA (1895)</i>	179
QUADRO 19 - ESPAÇOS, ATIVIDADES RECREATIVAS E PRÁTICAS CONTEMPLATIVAS EM VITÓRIA (1860-1916).....	190
QUADRO 20 - ESPAÇOS PÚBLICOS DE FRUIÇÃO DA PAISAGEM (DÉCADA 1860 A 1910).....	192
QUADRO 21 - QUADRO SÍNTESE DE PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS NAS ÁGUAS (DÉCADAS DE 1850 A 1930)	220

QUADRO 22 - QUADRO SÍNTESE DE PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS NAS ÁGUAS (DÉCADAS DE 1940 E 1950) – ÁREA CENTRAL	235
QUADRO 23 - QUADRO SÍNTESE PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS NAS ÁGUAS (DÉCADAS DE 1940 E 1950) – REGIÃO PRAIAS	235
QUADRO 24 - TIPOLOGIAS DEFRONTANTES COM ÀS ÁGUAS EM VITÓRIA (ES)	250
QUADRO 25 – PRAIAS DA CIDADE DE VITÓRIA (ES).....	259
QUADRO 26 - EXTENSÃO DAS PRAIAS DA CIDADE DE VITÓRIA (ES)	262
QUADRO 27 - PÍERES E QUEBRA-MARES EM VITÓRIA.....	270
QUADRO 28 - QUADRO SÍNTESE FENÔMENOS OCORRIDOS NAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS NAS ÁGUAS (DÉCADAS 1850 A 1950)	276

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - APROPRIAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS DAS ÁGUAS EM VITÓRIA (ES)	44
TABELA 2 - PERCENTUAL DE RELATOS SOBRE A PAISAGEM (DÉCADA 1860 A 1910)	192
TABELA 3 - REPRESENTATIVIDADE ESPACIAL DAS TIPOLOGIAS DEFRONTANTES ÀS ÁGUAS EM VITÓRIA (ES)	255

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – REPRESENTATIVIDADE QUANTITATIVA ESPACIAL COMPARATIVA DAS TIPOLOGIAS DEFRONTANTES ÀS ÁGUAS EM VITÓRIA (ES).....	256
GRÁFICO 2 - PRAIAS IDENTIFICADAS EM VITÓRIA (ES)	258

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	18
2.	DAS ÁGUAS À ÁGUA: O CAMINHO DO DISCURSO DA MODERNIDADE ..	56
2.1	A NATUREZA PRÉ-MODERNA DA ÁGUA	57
2.2	A NATUREZA MODERNA DA ÁGUA.....	80
2.3	A NATUREZA PÓS-MODERNA DA ÁGUA.....	97
3.	AS ÁGUAS NO IMAGINÁRIO OCIDENTAL	112
4.	DISSONÂNCIAS E RESSONÂNCIAS DO DISCURSO DA MODERNIDADE À LUZ DAS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS NAS ÁGUAS EM VITÓRIA (ES)	138
4.1	OS ESPAÇOS DAS ÁGUAS NA CARTOGRAFIA HISTÓRICA (SÉCULOS XVI A XIX).....	139
4.2	AS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS EM VITÓRIA (1850-1950).....	186

1. INTRODUÇÃO

Esta tese nasceu da convergência de duas inquietudes particulares. A primeira delas advém da experiência própria cotidiana na Cidade-Ilha-Mangue que é Vitória (ES) e se dirige aos modos ordinários da relação homem-águas neste contexto georreferenciado: de algum modo, a copresença da cidade com o mar, o rio e o mangue, engendram uma espécie de ‘modo argonáutico urbano’. O termo argonáutico remete aos ‘argonautas’ da mitologia grega¹, tripulantes (nautas) que cruzaram mares e venceram batalhas a bordo da nau Argo, considerada então a primeira embarcação capaz de vencer o mar aberto. A metáfora aqui empregada não se faz em razão do suposto pioneirismo ou eficácia da técnica – a nau Argo – utilizada pelos argonautas, mas sobretudo em razão da proeza de seus tripulantes frente aos desafios impostos pelas águas.

Não foram poucas as vezes que em minha trajetória² nesta Cidade atravessou o cotidiano de catadores de caranguejo, siri e sururu, pescadores e desfiadeiras, romeiros e religiosos, banhistas e esportistas em suas imersões nas mais diversas águas que encontramos na Capital capixaba. Assim, a primeira inquietação coloca em questionamento o habitante – argonauta - de Vitória (ES) em seu cotidiano banal em um sítio físico circundado por águas diversas. Como se deu e como se dá a relação deste homem com as águas?

A cidade de Vitória se situa na Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória (Figura 1), juntamente os municípios de Santa Maria de Jetibá e parte dos municípios de Cariacica, Santa Leopoldina e Serra. Sua foz, já em águas

¹ Segundo Bulfinch (2018)

² Como moradora da região conhecida como Grande Goiabeiras, a proximidade com o mangue, em especial, possibilitou-me conhecer um universo de práticas sociais fortemente relacionadas com o sítio físico. Assim, fazem parte destas práticas: a cata e o consumo de caranguejo, a produção e o uso da panela de barro, além dos ritos musicais e religiosos das benzedadeiras e do congo. Por outro lado, também a proximidade com o mar fez cotidiano, o banho e a natação no mar, a contemplação do horizonte marítimo, o acompanhamento das romarias náuticas de São Pedro e em devoção à N. S. da Penha, além das recorrentes competições de barcos à vela e à remo.

capixabas, compreende um complexo sistema estuarino caracterizado pelo extenso Manguezal da Ilha do Lameirão.

Figura 1 - Localização da Bacia Hidrográfica da Santa Maria da Vitória

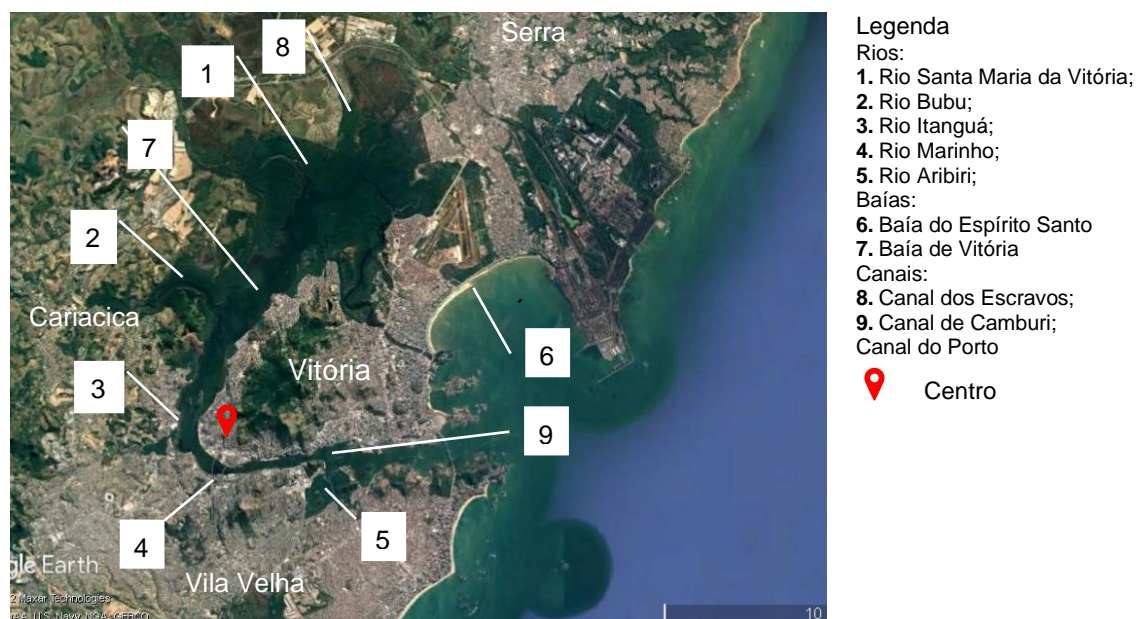


Fonte: IJSN

Enquanto a Baía do Espírito Santo está situada à leste da Cidade, a Baía de Vitória está voltada para a face oeste/ noroeste da Capital e abrange a foz do Rio Santa Maria da Vitória em área caracterizada por um extenso manguezal. No que tange aos canais, tem-se o Canal dos Escravos a norte, o Canal de Camburi no limite norte da Ilha e o Canal do Porto, situado a sul da Ilha, junto à Baía de Vitória. **(Figura 2)**

Importa indicar o processo de urbanização da Cidade acarretou mudanças significativas sobre as águas, sobretudo em razão dos sucessivos aterros, da implementação das redes de infraestrutura urbana de drenagem, abastecimento de água e rede de esgoto, e das formas de ocupação em todo o seu território.

Figura 2 - A Cidade de Vitória (ES) e sua caracterização insular



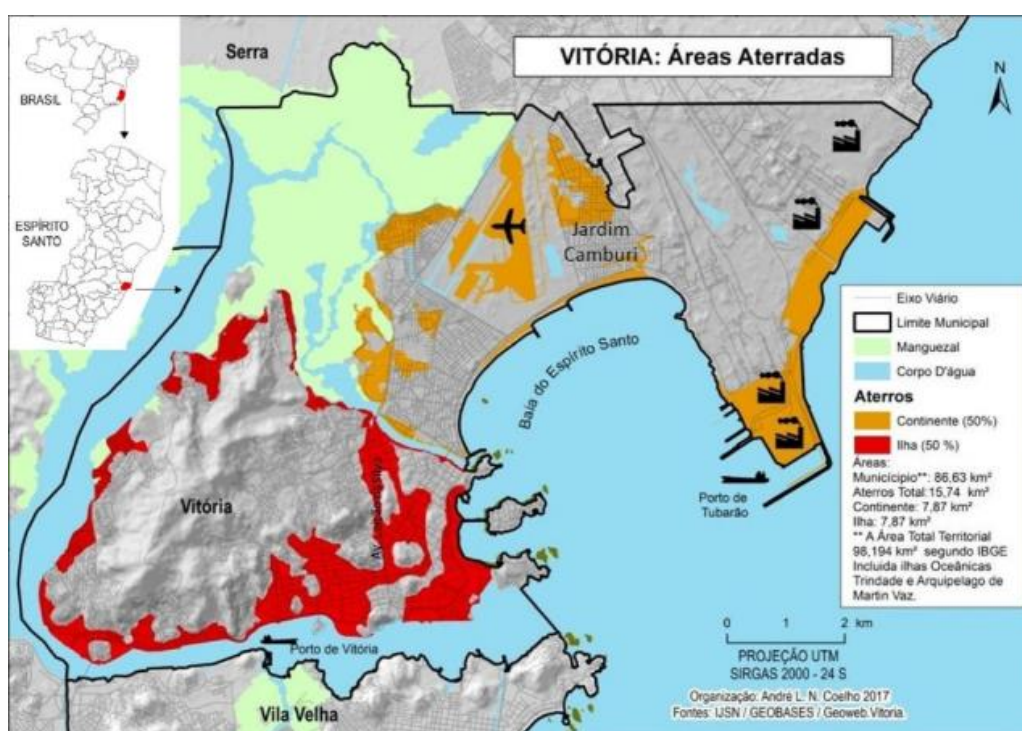
Fonte: Google Earth; Passos (2015) adaptado pela autora

Estas ações, concentradas sobretudo no século XX³, acabaram por modificar os espaços das águas na Capital e, conseqüentemente, a relação

³ Segundo Caus (2012), a construção pioneira de um canal com aproximadamente 1.500m de extensão pelos jesuítas ainda no início do século XVIII constituiu o início de um “[...] ciclo brasileiro de intervenções em estuários e rios costeiros mediante a construção de canais artificiais destinados à navegação intracostal”. Segundo Rupf (2016, p. 38) o canal atravessava em corte o morro Caçaroca e estabelecia “[...] a ligação das águas dos Rios Jucu e Marinho,

que o homem estabelece com estas. Dentre estas, no que atinge diretamente os espaços e as bordas d'águas da cidade, os aterros constituem as de maior impacto. Segundo levantamento realizado por Coelho (2017), cerca de 18% da área total municipal recebeu aterros (Figura 3), os quais se dividem em metragem, de modo equivalente, entre a ilha e o continente.

Figura 3 - Áreas aterradas em Vitória (ES) entre o início do século XIX e 2016

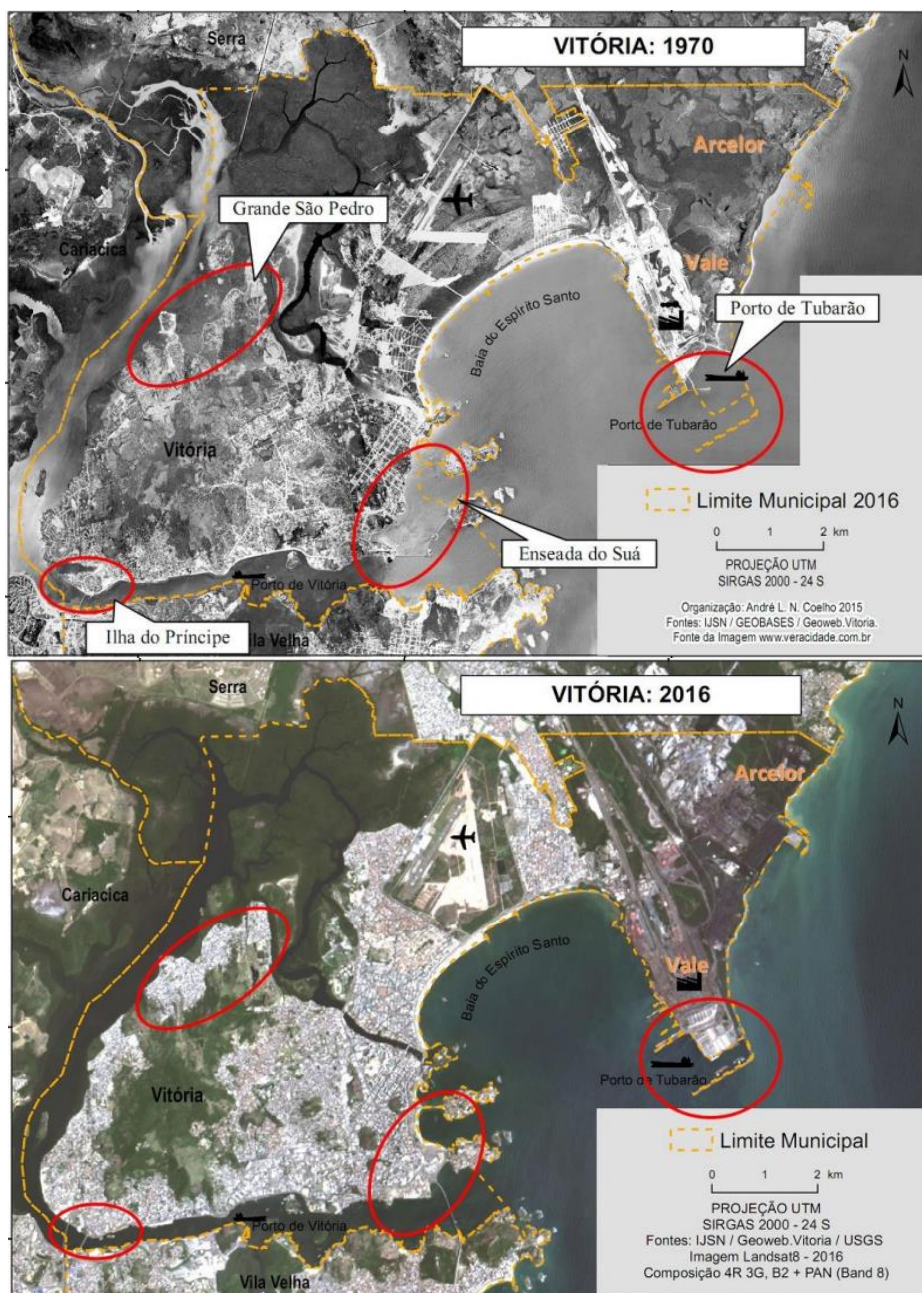


Fonte: Coelho (2017)

Como é possível ver na Figura 3, e, conforme o levantamento em metragem realizado por Coelho (2017), praticamente toda a borda da Cidade, qual seja na ilha ou no continente, foi modificada. Dentre a totalidade de aterros, o autor destaca aqueles realizados nas regiões da Grande São Pedro, Ilha do Príncipe, Enseada do Suá e Porto de Tubarão (Figura 4).

transformando-os numa hidrovía destinada ao transporte fluvial de mercadorias da região da fazenda Araçatiba até o Porto dos Padres na Baía de Vitória.”

Figura 4 - Principais aterros realizados em Vitória

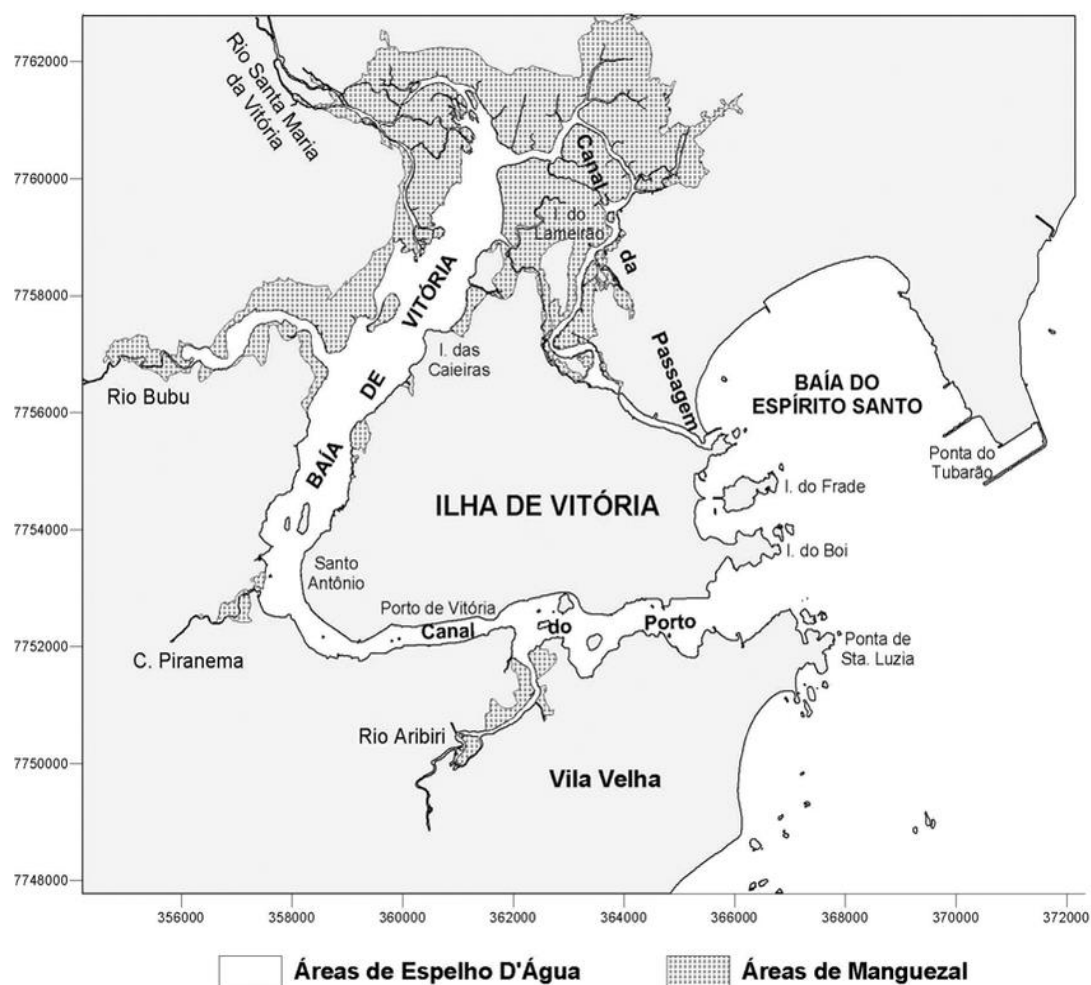


Fonte: Coelho (2017)

Neste contexto, portanto, a segunda questão de onde partiu inicialmente esta tese se volta para os modos operados na construção do espaço urbano nesta Cidade-Ilha-Mangue. Não obstante sua condição insular e a forte presença do manguezal, sempre me ocorreu a percepção de uma Cidade que pouco valorou a potencialidade que estas condições oportunizam, sobretudo no

que tange à sua urbanização. Este pressuposto, de alguma maneira fora constantemente objeto de discussão e pesquisa entre colegas e professores ao longo da trajetória acadêmica na arquitetura e na geografia, como será exposto logo adiante. Neste contexto, a segunda inquietação coloca em questionamento a Cidade, enquanto *lócus* material dos processos de produção do espaço urbano – sobretudo após sucessivos aterros, planos de urbanização e a consolidação de tecidos informais - frente às especificidades do ambiente marítimo e estuarino (Figura 5) de manguezal que lhe conformam. Dessa forma, como respondem as práticas do homem junto às águas face às inúmeras transformações em seu sítio físico na Capital?

Figura 5 - Sistema Estuarino de Vitória (ES)



Fonte: VERONEZ JUNIOR, P.; BASTOS, A C.; QUARESMA, V. da S. (2009)

1.1. Objetivos

1.1.1. *Objetivo geral*

O objetivo da tese é analisar como as práticas sócio-espaciais nas águas em Vitória atravessaram o contexto das ações de modernização empreendidos na Capital entre meados do século XIX e meados do século XX.

1.1.2. *Objetivos específicos*

- Apontar as dissonâncias do discurso da modernidade no que tange à crise epistêmica frente a dialética homem-natureza;
- Investigar a ressonância entre o discurso da modernidade e a construção da ideia de *água moderna*;
- Apreender a historicidade da construção do imaginário social das águas no Ocidente;
- Compreender o papel dos espaços das águas no contexto da formação do espaço urbano da cidade de Vitória (ES);
- Levantar e analisar as práticas sócio-espaciais estabelecidas junto às águas no contexto de sua modernização e na contemporaneidade;

1.2. Justificativa

O estudo da dimensão social do espaço na geografia é marcado por significativos avanços desde, sobretudo, meados do século XX. A contribuição de Milton Santos (2008), para quem o espaço constitui um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, é, notadamente, bastante expressiva. A importância do papel da ação social na construção do espaço - fortemente atrelada à obra de Henri Lefebvre, Max Weber e Jürgen Habermas – se dá em meio à necessidade de se pensar novas agendas epistemológicas frente ao acirramento do espaço enquanto produto e produtor de desigualdades sociais.

Nesse sentido, o interesse pelas práticas sócio-espaciais emerge como uma possibilidade de retomar a reflexão sociedade-natureza diante dos

desafios impostos pelas dinâmicas hegemônicas modernas e contemporâneas. As águas, neste contexto, são entendidas enquanto *lócus* dessas práticas as quais operam, para além de racionalidade, simbolismos de caráter afetivo em relação ao território.

As intensas transformações territoriais vividas nas cidades incluem perdas significativas das referências paisagísticas, perdas estas que não apenas refletem, mas constituem propriamente parte da crise consolidada a partir da modernidade entre o homem e o meio. Dessa maneira, aferem-se as práticas socioespaciais como um viés para compreensão da relação do homem com o meio vivido. Instigar a reflexão acerca das articulações entre o homem e as águas é trazer à tona o debate sobre a relação homem-natureza no contexto contemporâneo, cuja crise oriunda dessa relação é, não apenas obrigatória, como urgente.

Importantes contribuições externas vêm sendo produzidas desde a última década do século XX, sobretudo o conceito de *ciclo hidrossocial* proposto por Erik Swyngedouw, e a ideia de *água moderna* de Christopher Hamlin, também pesquisada por Jamie Linton. Estas contribuições buscam superar a hegemônica dicotomia entre sociedade e natureza a partir de revisões críticas⁴ em torno de categorias teóricas, tendo em vista o anseio por abarcar o caráter híbrido das complexas relações que se estabelecem nos tempos que se seguem.

No Brasil, destacamos estudos que abordam as dimensões sócio-espaciais das águas, sobretudo as pesquisas acerca da paisagem e dos córregos ocultos de Vladimir Bartalini (2004; 2006; 2012; 2013; 2015), o simbolismo das águas presente no trabalho de Antônio Carlos Diegues (2000), além dos estudos com abordagem historiográfica de Saide Kahtouni (2004),

⁴ David Harvey, Neil Smith, Bruce Braun, e Noel Castree se destacam pelas aproximações estabelecidas entre os campos da Ecologia Política Urbana, a Geografia Crítica (com ênfase ao materialismo histórico e dialético), a Geografia Ambiental e os Estudos sociais da Ciência.

Denise M. R. Tedeschi (2014), Fábio A. dos Santos (2011), Júlia O'Donnell (2013), Denise B. de Sant'Anna (2007).

No Espírito Santo, destacamos as pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (NAU) sob coordenação da prof.^a Dr.^a Eneida Maria Souza Mendonça (2005; 2007; 2010; 2021), e dentro do Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento, sob coordenação da prof.^a Dr.^a Renata Hermann de Almeida (2009; 2013), ambos no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Cumpre ressaltar, acerca destas pesquisas, o caráter comum no que tange à uma escala territorial de apreensão das águas e o papel fundamental dos rios no desenvolvimento dos processos de ocupação e construção de uma identidade sócio-espacial de inúmeras cidades capixabas. No que tange à produção do espaço urbano e aos processos de modernização da Capital, destacamos a produção de Carlos Teixeira de Campos Júnior (2005; 2019), do Programa de Pós Graduação em Geografia.

Não obstante a relevância e profundidade destes estudos, as dimensões sócio-espaciais das águas em Vitória (ES) ainda carecem de investigações, haja visto a complexidade de relações, escalas e processos que se sobrepõem nesta interface. Nesse sentido, a presente pesquisa se situa na esfera da problemática da crise epistêmica da modernidade apresentada por Lyotard (2009) e Araújo (2003), e passa pelo apontamento da estrutura sobre a qual se assentam as epistemes modernas e pela investigação da construção da ideia de água na modernidade.

O papel das águas na produção do espaço urbano de Vitória está historicamente associado à defesa, comunicação e sobrevivência, haja visto a forte presença das águas no contexto de sua condição insular e de estuário com significativo manguezal. Entre os séculos XVI e XVIII, a então Vila de Vitória, restrita a uma área limitada, de um lado, pelo Maciço Central, e do

outro lado pelo mar, esteve condicionada a um íntimo entrelaçamento entre o tecido e as águas onipresentes da baía e seus ‘braços de mar’⁵, dos charcos, várzeas, mangues e córregos que permeavam a área ocupada. Neste contexto, coexistiam modos de vida peculiares, pautados pelos ritmos, limitações e possibilidades advindas das águas. Este cenário começa a se alterar no século XIX, quando se iniciam os primeiros aterros junto aos dois ‘braços de mar’ e se seguem sucessivas retificações de sua linha de costa, obras de canalização e tamponamento de córregos, além de uma intensa urbanização na área Central de Vitória, sobretudo aquelas recém conquistadas ao mar, na primeira metade do século XX.

Pauta estas ações o discurso da modernidade estruturado em uma ideia de civilidade, higienismo e embelezamento no contexto de formação do pensamento urbanístico brasileiro, como indica Leme (1999)⁶. Embora a modernização da Capital constitua tema de interesse de diferentes pesquisadores⁷, em boa medida este interesse se dirige de modo particular às ações do poder público ou da iniciativa privada com vistas à expansão, urbanização, adensamento e valorização do espaço urbano capixaba. Não obstante a importância dos processos político-econômicos que pautaram a produção do espaço urbano em Vitória, buscou-se nesta tese, um caminho alternativo, porém não menos revelador.

Direcionamos, portanto, a presente pesquisa para as ações, para as *práticas sócio-espaciais* estabelecidas junto às águas, termo assim empregado

⁵ Faz-se referência à região antes compreendida pelo encontro do antigo córrego conhecido como ‘Reguinho’ – local que também recebera o nome de Prainha ou Largo de N. S. da Conceição, em referência à antiga e não mais existente Igreja de mesmo nome que ali se situava – com as águas da baía (onde hoje se situa a Praça Costa Pereira), e à região antes conhecida como ‘Campinho’, onde hoje se situa o bairro do Parque Moscoso, ambas localizadas no Centro da Capital.

⁶ Para Leme (1999) a formação do urbanismo no Brasil ocorre no período de 1895 a 1965, quando ocorrem, nas principais cidades brasileiras, ações voltadas para o saneamento, circulação, expansão do tecido e organização dos espaços públicos, além das primeiras ações sistematizadas com vistas à implementação de legislações urbanísticas.

⁷ Dentre os quais destacamos, principalmente: Campos Junior (1996; 2002; 2005), Derenzi (1965), Mendonça (2014; 2017), Monteiro (2008), Klug (2009), Mendonça, *et. al* (2009), Oliveira (2008).

em referência à distinção feita por Souza (2013) da expressão *socioespacial*, cujo intuito foi o de dar ênfase à dialética das relações sociais com o espaço, ou seja, para além do *social* enquanto adjetivo que qualifica o espaço como ‘espaço produzido pela sociedade’, quando de sua utilização sem o hífen.

Nesse sentido, buscamos centrar os esforços desta investigação não sobre a forma ou o conteúdo de planos urbanísticos – meio técnico para a transformação - que incidiram sobre as águas, mas, propriamente, sobre as *práticas sócio-espaciais* em sua dual composição, ou melhor, simultaneamente como ação social e como ação espacial, antes e no decorrer do processo de modernização⁸ da Capital capixaba, a fim de confrontá-las às práticas contemporâneas levantadas e identificar suas transformações.

A modernização ocorrida em Vitória a partir da segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX operou obras de embelezamento, expansão e urbanização da Capital, as quais modificaram a relação homem-natureza, sobretudo, no que tange às águas. Dessa forma, o processo modernizador estabelecido, sobretudo, por meio de aterros, da introdução de serviços urbanos (água, luz, esgoto, transporte urbano e de cargas), da construção do Porto de Vitória, de edifícios públicos e de habitações, além da verticalização e mercadorização da terra, alterou drasticamente não apenas o contato físico com as águas, mas sobremaneira estabeleceu novos significados.

O apagamento da capilaridade hídrica da Cidade, somado à perda expressiva de áreas de águas - para dar lugar ao solo urbano - e à recorrente retificação geométrica da linha de orla, representam um conjunto de ações marcadas pelo domínio técnico-científico sobre a natureza, característica marcante da racionalidade positivista da modernidade sobre a qual se justificam a expansão urbana de Vitória e sua manutenção como capital.

⁸ Segundo Monteiro (2008), e, conforme indica Freitas; Azevedo (2010, p. 128): “É do governo de Muniz Freire (1892-1896) a concepção de Vitória como ‘cidade moderna’”.

A problematização das águas em Vitória (ES) se apoia, primeiramente, em uma reflexão mais ampla acerca da relação 'homem-natureza' na modernidade à luz da epistemologia da geografia, para então retornar ao objeto de estudo e apontar como essa relação se manifesta nas práticas sócio-espaciais estabelecidas no contato com as águas na capital capixaba. Estas duas abordagens – teórica e empírica – se complementam e se integram a fim de mobilizar uma reflexão que tome como horizonte uma perspectiva de sociedade, cuja economia não constitua o fim em si mesmo, no entendimento de que, um debate emancipatório, representa hoje, uma defesa legítima contra a economificação capitalista do mundo.

Desse modo, as contribuições que aqui se fazem versam acerca da ressignificação da relação homem-natureza a partir da modernização urbana. Este processo é observado à luz de uma análise sobre os espaços e práticas estabelecidas junto às águas na Capital capixaba, no entendimento de que estas práticas constituem importantes chaves interpretativas dos modos de vida cotidianos, e, portanto, dos valores, tensões e consonâncias expressas em diferentes espacialidades urbanas.

1.3. Pressupostos teóricos e problemática

Os pressupostos teóricos que orientam esta tese versam acerca de duas principais frentes de abordagem: a ideia da crise epistêmica contemporânea – sobretudo apontada por Lyotard (2009), Santos (2008) e Araújo (2003) - pautada no paradigma moderno da separação homem-natureza e a construção do imaginário social das águas no Ocidente. Estas duas frentes são aqui confrontadas de modo a possibilitar desvelar o problema da legitimação do discurso científico moderno – a crise do conhecimento – por meio da exposição dos elementos que estruturam o imaginário social das águas, exposto a partir de Hamlin (2000), Linton (2006), Corbin (1989), Diegues (2000) e Chevalier (2001).

A primeira frente de abordagem da pesquisa recupera, portanto, a amplitude do debate da relação homem-natureza na modernidade e visa

apresentar os argumentos que apontam para a ideia de crise epistêmica. Lyotard (2009) indica que no cenário pós-moderno, caracterizado pela era da informática e da informação, a ciência deixa de investir na formação do “espírito”, do “sujeito razoável”, da “pessoa humana” e passa a submetida ao capital e ao Estado, atuando como mercadoria, ou seja, como força de produção. Nesse sentido, para o autor, a questão do saber científico pós-moderno é atravessada pelo que ele chama do problema da legitimação, o qual consiste na correspondência que se estabelece entre saber e poder, ou seja, entre o gênero de linguagem denominado ciência e o que se denomina ética e política. Na perspectiva de Lyotard (2009, p. 13), no Ocidente, “[...] o direito de decidir sobre o que é verdadeiro não é independente do direito de decidir sobre o que é justo [...]”, o que significa dizer que saber e poder são as duas faces de uma mesma questão que é: a decisão do que é verdadeiro – ciência - está nas mãos de quem sabe o que decidir – política.

A crise do saber científico, segundo Lyotard (2009), provém do processo de “deslegitimação” desse saber, fruto da corrosão dos dispositivos modernos de explicação da ciência, ou seja, ele procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber. Para o autor, essa erosão, no contexto da pós-modernidade, tem sua origem no desmoronamento dos grandes relatos positivistas do século XIX, uma vez que a cultura pós moderna ao definir o grupo de regras que é preciso admitir para ‘jogar o jogo especulativo’ científico aceita, de antemão, como modo geral de linguagem de saber, o saber das ciências “positivas”. O paradoxo do saber pós-moderno, portanto, reside na ideia de legitimação do saber como a autoaplicação de uma exigência científica de verdade a esta própria exigência. Assim, afirma Lyotard (2009), as delimitações clássicas dos diversos campos científicos, as fronteiras entre as ciências se mesclam e dão origem a novos campos. Ademais, prolifera uma rede *rasa*⁹ de investigações cujas fronteiras não param de se deslocar.

⁹ (LYOTARD, 2009, p. 71)

Nesta perspectiva, a ciência joga o seu próprio jogo e o discurso sociedade-natureza perde o seu valor de uso e passa a assumir um valor de troca. Para Santos (2008; 1992), a separação sociedade-natureza revela-se como uma representação retórica pertencente ao passado, uma vez que o espaço é uma construção social, ou seja, mesmo quando tudo era meio natural, o homem selecionava da natureza aquilo que considerava fundamental ao exercício da vida, à base material da existência do grupo. Esse movimento, na visão do autor, já constituía a técnica, ou, nas palavras dele: “[...] o homem mudando a Natureza, impondo-lhe leis.” Ocorre que, essa natureza era utilizada pelo homem sem grandes transformações, uma vez que “As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação”. (SANTOS, 2008, p. 235)

A mudança provocada a partir do período técnico está, para além das transformações estruturais nos modos de produção, na própria redefinição da ideia de natureza. Santos (2008) e Araújo (2003) versam acerca de uma suposta autonomia dos sistemas técnicos e da natureza, respectivamente. Para Santos (2008), a partir do período técnico, os sistemas técnicos e a natureza se autonomizam, na medida em que os objetos técnicos – maquínicos – se orientam a partir de sua própria razão, não dependendo mais das razões da natureza. Desse modo, Santos (2008, p. 237) indica que “Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são lócus de ações “superiores”, graças à sua superposição triunfante às forças naturais. [...] Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais.”

Araújo (2003, p.55) indica que a redefinição da ideia de natureza se atrela ao processo, ao mesmo tempo, destruidor da ideia de Cosmo e criador da ideia de Universo. O autor argumenta que a cientificização da racionalidade abandona a “[...] suposição da existência de um princípio originário, a partir do qual o mundo é criado, devém, renova-se e esgota-se.” e reduz o mundo das coisas a um sistema material subordinado a uma ordem convencional. Dessa forma,

O discurso sobre o mundo natural é concebido basicamente como descrição funcional. [...] Trata-se de uma ideia de natureza para o homem, concebida de modo a responder fundamentalmente à lógica de apropriação ou dominação do ambiente em que vive. [...] “Essa concepção minimalista de natureza, matemática, emergente das cinzas do Cosmo, permite a transmutação da técnica em tecnologia, do artesão em engenheiro, separa o filósofo do cientista. (ARAUJO, 2003, p. 188-189)

A marca mais evidente desse paradigma moderno é a própria institucionalização da ciência, o que pressupõe, na verdade, o próprio nascimento da ciência moderna, dentro da qual, destaca-se a geografia. As obras de Kepler, Galileu, Descartes, Newton, Bacon e Locke orientaram a formação do pensamento moderno científico no século XVIII, ao constituírem o que pode ser denominado como ‘sistema cartesiano’. Segundo Gomes (2011, p. 71), este sistema representa o primeiro grande modelo de ruptura com o pensamento tradicional medieval de uma natureza oculta e insondável. Desse modo, “A natureza passa a ser um sistema de leis matemáticas estabelecidas por um Deus racional.”

O século XIX é marcado pelo positivismo de Auguste Comte, herdeiro legítimo da ciência do ‘Século das Luzes’. Dá-se continuidade à hegemonia da racionalidade objetiva e normativa da ciência, acrescentando-se ao progresso científico, o progresso social. Esta novidade trazida por Comte é oriunda sobretudo da biologia e da medicina e se apoia fortemente na noção de organismo. Dessa maneira, o positivismo vê sociedade, natureza e ciência de maneira relacional, evolutiva e análoga à biologia, o que confere grande importância às ciências sociais e, conseqüentemente, às ciências humanas, ao fazer a ligação entre o homem e a cultura.

De acordo com Gomes (2011), ao final do século XIX, o princípio do racionalismo fundado sobre uma natureza exterior inteligível através de um raciocínio normativo e a ideia de uma sociedade submetida a leis análogas foi seriamente criticado pela filosofia neopositivista inspirada numa concepção espiritualista neokantiana. Ganham expressão a linguística, a psicanálise e a antropologia ao se inclinarem para o estudo das representações simbólicas do social. Desse modo, Gomes (2011, p. 88) afirma: “A representação simbólica

da realidade é em toda parte e sempre expressa por uma linguagem e somente a análise lógica desta linguagem pode nos permitir compreender o mundo.”

De modo geral, até meados do século XX, as correntes de pensamento na geografia estiveram pautadas por uma ideia de comportamento social racional que busca a satisfação máxima de suas necessidades a partir de uma via analítica, racional e objetiva. Estas correntes passam a receber severas críticas a partir da década de 1960 pelo que foi denominado de crítica radical. Segundo Gomes (2011), a geografia crítica radical direcionou suas críticas a duas principais abordagens: a abordagem de caráter teórico-metodológico, na qual se destaca a preocupação em desconstruir a ideia de um espaço isomórfico generalizado, e a abordagem ideológica, a qual reivindica o caráter político da ciência.

Parte-se, portanto, de uma abordagem ampla de natureza ontológica e epistêmica a qual retoma a discussão da relação homem-natureza contida no paradigma da modernidade. Assim, na perspectiva de Kurz (2002), a modernidade separou, de modo funcional e desigual, a sociedade em ‘subsistemas’, dentre os quais a economia se revela como aquele que, ao mesmo tempo, constitui o conteúdo central e o fim em si mesmo da sociedade. Todos os demais ‘subsistemas’, nessa perspectiva, possuem significado desprezadamente secundário e submisso à reprodução econômica capitalista.

Os conteúdos e formas diferenciados tal qual o "metabolismo com a natureza" (Karl Marx), bem como as relações sociais e a estética não se separam entre si como "subsistemas" com "lógica própria", mas eles são sempre a expressão de um modo de existência cultural único e coerente. Em termos modernos a descrição desta existência cultural deverá soar confusamente assim: a produção era estética, a estética era religiosa, a religião era política, a política era cultural, a cultura era social e assim por diante. Em outras palavras: os atributos sociais hoje distintos para nós eram embutidos uns nos outros, cada momento da vida estava de certo modo contido nos outros. (KURZ, 2002, p.3)

O abandono da ideia de cultura como um modo de existência integrado, ou seja, da ‘sociedade como cultura’, por uma ideia de cultura que já é em si, a parte separada do todo social, atribuída, via de regra, aos artefatos especiais e às representações artísticas (da escultura, pintura, literatura etc.) é marca da

modernidade. Nesse sentido, na linguagem moderna, a relação homem-natureza se revela como uma relação dicotômica e separatista. Essa dualidade é problematizada do ponto de vista epistemológico na Geografia, uma vez que, a historicidade científica da disciplina geográfica é atravessada por polarizações (na geografia clássica, representadas pela 'geografia física' *versus* 'geografia humana') as quais, não obstante os notáveis e constantes esforços de ruptura dessas 'fronteiras epistêmicas', é preciso desconstruir continuamente.

Nesse sentido, compreende-se que a dicotomia intrínseca à própria forma de expressão 'homem-natureza' é tributária de uma maneira peculiar de ver, viver e estar no mundo: a modernidade. No entanto, ao assumir o termo 'homem' como sinônimo de sociedade, e 'natureza' como produção social, ou seja, cultural e historicamente construída, reivindica-se a retomada crítica dos esforços empreendidos desde Élisée Reclus (1876-1894) - com o que chamou de 'Geografia Social' - no sentido de conceber sociedade e natureza como dialeticamente interligadas e indissociáveis.

Dessa forma, a discussão da relação dual homem-natureza é abordada nesta tese por meio da temática das águas na sua dimensão social e simbólica e assume a perspectiva que questiona o paradigma moderno o qual universalizou o significado da água para o homem quando a reduziu ao composto H₂O. Esta representação, para além de campo disciplinar de investigação que lhe deu origem, alcança aqui a geografia não pelo viés dos seus atributos físico-químicos, mas por via da geografia humanista. Esta entrada pressupõe, portanto, que a temática das águas não coloca as questões da modernidade na forma de seus objetos, mas sim adentra em busca dos conteúdos que essa forma guarda.

Nesse sentido, a expansão teórica alcança o debate da dualidade sociedade-natureza frente a construção moderna de dois grandes pólos epistemológicos - o racionalismo e o humanismo -, a partir das quais se desdobraram inúmeros modelos da ciência, ao mesmo tempo, opostos e

simétricos, uma vez que pautados pelas diferenças de um em relação ao outro, tal como indica Paulo Cesar da Costa Gomes (2011) em *Geografia e Modernidade*. Ao expandir a temática das 'ações sociais' nas águas até o debate sociedade-natureza buscou-se apontar a problemática da legitimação do discurso da modernidade, fundamentado no binômio novo-tradição. Essa problemática é apontada como uma 'crise epistêmica' por Lyotard (2009) e reforçada por Araújo (2003, p. 17) como uma '[...] sensação perturbadora de vertigem e gozo, a que os homens têm sido arrastados, como que atraídos por um canto de sereia [...]'. O canto a que o autor se refere diz respeito à uma sedutora necessidade por modos de 'saber sobre homens e coisas' de caracteres distintos dos que vigoram antes da modernidade. Desse modo, recorreremos à estratégia de confrontar a ideia de mito grego com a ideia de mito moderno para demonstrar que os jogos de linguagem operados na modernidade acabaram por ocultar e por subverter dimensões e sentidos fundamentais intrinsecamente presentes no modo de conhecimento tradicional acerca da relação homem-natureza para dar lugar a um novo modo de conhecimento desta relação.

Na sequência, o aprofundamento da problemática exposta se volta para o entendimento da ideia de 'água moderna' apresentada por Linton (2006), em contraposição às águas pré-modernas, cuja variação semântica de número não é mero artifício retórico, mas carrega as vicissitudes das transformações que operaram os jogos de linguagem da modernidade em direção à sua autolegitimação junto não só da ciência moderna, mas também fora dela, junto ao imaginário social. Apartada de conteúdo social, a 'água moderna' é universal e genérica (H₂O) e move grande esforço científico em torno de uma questão unívoca: sua disponibilidade/ distribuição e 'pureza'.

Dessa forma, em contradição à historicidade de um imaginário social das águas pautado pela multiplicidade, pela sacralidade e pela cosmogonia mítica, o imaginário social moderno da água dirige-se ao cientificismo racionalista e ao hedonismo contemporâneo, em uma busca incessante pelo seu controle e pela

experiência estética. Na contramão do imaginário moderno, como indica Chevalier (2001), as significações simbólicas da água estão carregadas de 'arquétipos', formas mentais primitivas e inatas que compreendem uma espécie de instinto humano, ao mesmo tempo 'natural' e necessário para o fortalecimento espiritual das sociedades. Estas significações se nutrem dos sentidos das águas presente nos mitos, ou seja, das águas enquanto fonte de vida, meio de purificação e regenerescência.

Posto isso, a tese se volta para a relação do homem com as águas em Vitória (ES), no que tange à sua historicidade e à sua dinâmica contemporânea, e busca entender como esta relação se estabelece frente a grandes processos modificadores das condições físicas, econômicas e culturais dos 'espaços das águas' da Capital. Busca-se, deste modo, contribuir para a superação da crise epistêmica moderna a partir de uma investigação acerca das práticas sócio-espaciais nas águas em Vitória como reveladoras do caráter híbrido que conforma o imaginário social das águas. Nesse sentido, entende-se que coexistem neste imaginário, *arquétipos* simbólicos modernos e tradicionais, os quais se manifestam de diferentes formas e espacialidades na Cidade. Trata-se, portanto, de apreensão das dissonâncias e ressonâncias da modernidade vistas à luz das ações sócio-espaciais cotidianas junto às águas em Vitória.

1.4. Problema e Hipótese

Frente ao exposto, as seguintes questões orientam a presente investigação: I. Como se estabelecem as relações do homem com as águas em Vitória face à modernização da Capital desde o século XVI até o momento presente?; II. É possível apontar a existência de um imaginário social das águas na Capital Capixaba?

Tem-se como hipótese que as práticas sócios-espaciais estabelecidas junto às águas em Vitória respondem como dissonâncias – *táticas* de coexistência -

ao discurso da modernidade - e como ressonâncias – *estratégias* da reprodução do espaço urbano. Complementa a presente hipótese a ideia de que a particular conformação geográfica e a recorrência de determinadas práticas sócio-espaciais conformam os elementos de uma estrutura do imaginário social das águas da Capital.

Assim, se por um lado as ações físicas sobre as águas e a criação de novas práticas sócio-espaciais refletem o anseio por aderir à ideia de modernidade estabelecendo novos significados às águas urbanas pautados pelas dimensões estéticas e econômicas – ressonâncias, estratégias da reprodução capitalista do espaço urbano, por outro lado, coexistem práticas junto às águas as quais se configuram como dissonâncias à dinâmica econômica hegemônica, “maneiras de fazer cotidianas”, táticas de coexistência, na perspectiva de De Certeau (2008). Estas dissonâncias e ressonâncias, ao se configurarem como permanências, conformam, junto à singularidade geográfica do sítio, uma estrutura constante do imaginário social das águas.

1.5. Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, recorreu-se ao método regressivo-progressivo do filósofo Henri Lefebvre (1978) uma vez que o autor busca parte do entendimento da realidade socioespacial cotidiana para apreensão de espectros dos complexos processos e de suas particularidades no contexto das relações de produção do espaço urbano. Conforme indica Martins (1996), Lefebvre (1978) por sua vez atribui seu método às contribuições de Karl Marx e parte da análise do presente para o esclarecimento dos processos e apontamentos para o futuro. Para Lefebvre (1972, p. 30), o conhecimento passa por um “[...] movimento de duplo sentido: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do terminado, ao movimento que determina aquela conclusão e que anuncia e faz surgir algo novo”. Dessa forma, os fenômenos a serem interpretados rompem a linearidade da sucessão dos fatos para serem

compreendidos enquanto processos contemporâneos que guardam múltiplas articulações nas mais diferentes temporalidades.

O método, compreende três momentos de investigação, a saber: o descritivo, o analítico-regressivo e o histórico-genético. O primeiro momento, o momento descritivo, consiste com a observação do fenômeno subsidiado por embasamentos teóricos que coadunem com a descrição. Na descrição, conforme indica Martins (1996, p. 21), “cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê”. O segundo momento, o analítico-regressivo, como aponta Barros (2018), recorre a análise da realidade descrita considerando as contradições e possibilidades, bem como as diferentes temporalidades dos fenômenos encontrados. Para Martins (1996, p. 21):

a realidade é analisada, decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para datá-la exatamente. Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem a sua data. O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas.

Já a etapa histórico-genética ou regressiva-progressiva, último momento do método, reencontra o presente descrito e ressalta as modificações que a estrutura apresenta, ou seja, busca-se a gênese da formação das estruturas, apontando um marco geral de transformação em uma visão holística do processo. Para Lefebvre (1978), é fundamental que se considere a interação das estruturas e a influência das estruturas recentes sobre as precedentes, subordinadas ou integradas às primeiras. Martins esclarece (1996, p. 22),

Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao contrário na concepção lefebvriana de contradição, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades. Na descoberta da gênese contraditória de relações e concepções que persistem está a descoberta de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidade não realizadas. Na gênese dessas contradições está de fato a gestação de virtualidades e possibilidades que ainda não se cumpriram.

Barros (2018) reforça que as temporalidades desconstruídas neste método são coexistentes no espaço, ou seja, embora os fenômenos sejam datados, eles não devem ser identificados e compreendidos a partir da sucessão de etapas históricas e sim de maneira articulada. Nessa última fase do método, apresenta-se uma análise geral a partir do marco de mudança já identificado reencontrando o presente sob a óptica da reprodução das relações de produção. É importante apontar as contradições emergentes nas reflexões finais sobre a realidade estudada. Vale salientar, afirma Barros (2018), que é a partir do marco de mudança delimitado pelo pesquisador que as relações de produção e a reprodução das relações sociais irão ganhar outro sentido e se manifestar de formas distintas no espaço, isto é, o que havia antes e o que há depois desse marco histórico.

Segundo Lefebvre (1978), o presente visível *per se* não esclarece a realidade, o que projeta a necessidade de se fazer a regressão para encontrar os marcos estruturantes. O método ainda, por associar dialeticamente passado e presente, permite enxergar as contradições do sistema capitalista, uma vez que é a relação dialética entre passado e presente que mantém a reproduzibilidade do sistema no futuro. Nas relações socioespaciais está presente a relação dialética entre rupturas e permanências e os períodos de transição – ou no marco de mudança. Nesses períodos pode se experimentar a vivência em dois espaços simultâneos, o que já foi e o que ainda não é. Barros (2018) aponta que é a partir das formas do velho mundo se tem as condições necessárias para a sua superação. Superação aqui, contudo, não diz respeito ao desaparecimento das velhas formas, estas são conservadas em processo de transformação, ou ainda, ressignificadas pelo presente.

A *transdução*, nome pelo qual Lefebvre concebe o movimento regressivo-progressivo, constrói o objeto estudado como algo virtual, aberto ao devir, mas ligado a uma prática concreta. A aplicação deste método, portanto, conjectura a construção simultânea de tempos históricos, possibilitando a identificação de descontinuidades espaço-temporais no urgir da história. As práticas sócio-espaciais nas águas em Vitória (ES), portanto, por serem realidades repletas

de dualidades, apresentam desencontros entre o tradicional e o moderno intrínsecos a seu espaço, por isso, mais uma vez, o método regressivo-progressivo se torna plausível para a compreensão desta realidade urbana. Nesse sentido, as contradições existentes nas práticas em questão podem revelar momentos distintos da produção do espaço urbano e também possibilidades a serem apreendidas no futuro. Do real ao virtual, o método lefebvriano coadjuva para se alinhar tempos e temporalidades, espaços e espacialidades.

Por fim, no terceiro e último momento histórico-genético, em que se busca a análise geral a partir do marco de mudança identificado, reencontra-se as desigualdades inerentes ao modo de produção e como elas estão impressas nas práticas sócio-espaciais das águas capixabas. Isto é, se investiga de forma ampla e holística como as temporalidades diferentes coexistem e se influenciam reciprocamente.

Dessa maneira, a presente pesquisa analisa as práticas sócio-espaciais de ocorrências nas águas em Vitória (ES) desde o século XVI até o momento atual contemporâneo a partir do método regressivo-progressivo proposto por Lefebvre (1978). Nesse sentido, a pesquisa parte das práticas sócio-espaciais de ocorrência no presente para aquelas ocorridas no passado, de modo a buscar identificar permanências, transformações, contradições, possibilidades e marcos de mudanças além de elementos estruturadores do imaginário social das águas na capital capixaba. As práticas sócio-espaciais do presente foram identificadas a partir do trabalho de campo realizado por meio do percurso perimetral ao redor de toda a orla da Cidade, enquanto que as práticas de ocorrência no passado foram identificadas por meio de pesquisa documental cartográfica e em fontes primárias e secundárias.

Desse modo, a presente investigação recorreu preliminarmente ao trabalho de campo com vistas à identificação das práticas sócio-espaciais contemporâneas estabelecidas junto às águas na Capital capixaba e como estratégia na construção da problematização e da hipótese. Somam-se ainda,

pesquisa histórica (iconográfica e documental) e pesquisa bibliográfica acerca do processo de evolução urbana da Cidade.

A construção da problemática desta tese somente ganhou contornos definidos a partir do trabalho de campo, realizado com o intuito de levantar preliminarmente, as diferentes formas de apropriação¹⁰ das águas no presente na cidade de Vitória (ES). Desse modo, o perímetro da Cidade confrontante com as águas foi inicialmente dividido em 6 (seis) macrosetores¹¹ (**Figura 6**), definidos a partir do conceito de limites de Lynch (1980), sobretudo limites geográficos 'naturais', tais como as baías e os canais, e limites definidos pelas formas predominantes da ocupação, tais como a escala e contiguidade de áreas privativas. A delimitação destes setores possibilitou a organização de um trabalho de campo¹² com o objetivo de percorrer e identificar os espaços as formas de apropriação das águas ao longo de suas bordas. Dessa forma, foram realizadas mais de 15 saídas a campo em Vitória, entre outubro de 2018 e janeiro de 2019, em todos os períodos do dia (manhã, tarde e noite), e percorrido o perímetro da Cidade junto às águas, o que inclui não apenas a Ilha, mas também as bordas marítimas e fluviais de sua porção continental.

O percurso perimetral envolveu trechos que foram percorridos a pé e outros em automóvel, além de percurso em barco motorizado sobre as águas. Em todos os trechos percorridos foram realizados tempos permanências de 10

¹⁰ Inicialmente o termo apropriação foi utilizado na sistematização do trabalho de campo a fim de abarcar todas as atividades observadas, independentemente de sua recorrência. No decorrer da pesquisa, entretanto, o termo práticas passou a ser empregado como forma de distinguir as atividades de maior recorrência ao redor da Cidade, as quais constituíram, de fato, o objeto desta investigação.

¹¹ O Setor 1 compreendeu a face oeste da ilha, junto à Baía de Vitória (bairros da região Noroeste). O Setor 2 compreendeu a face sul, junto ao Canal do Porto. O Setor 3 compreendeu a face sudeste, trecho entre a 'Ponte de Camburi' e a 'Praça do Papa'. O Setor 4 compreendeu a face noroeste da Baía de Vitória, formada pelo extenso manguezal. O Setor 5 compreendeu o Canal de Camburi, e o Setor 6 compreendeu a face nordeste, junto à Baía do Espírito Santo/ Praia de Camburi

¹² O levantamento de campo (2018-2019) foi desenvolvido pela autora em conjunto com o então discente de graduação e bolsista de iniciação científica - CAPES/ CNPQ/ PIBIC - Gustavo Zamproni Gomes, por intermédio do subprojeto de pesquisa intitulado Identificação das apropriações socioespaciais no entorno da baía de Vitória, vinculado ao Projeto de Pesquisa Subsídios metodológicos à formulação de políticas públicas relacionadas à paisagem, ambos sob orientação da prof.^a Dr.^a Eneida Maria Souza Mendonça do departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

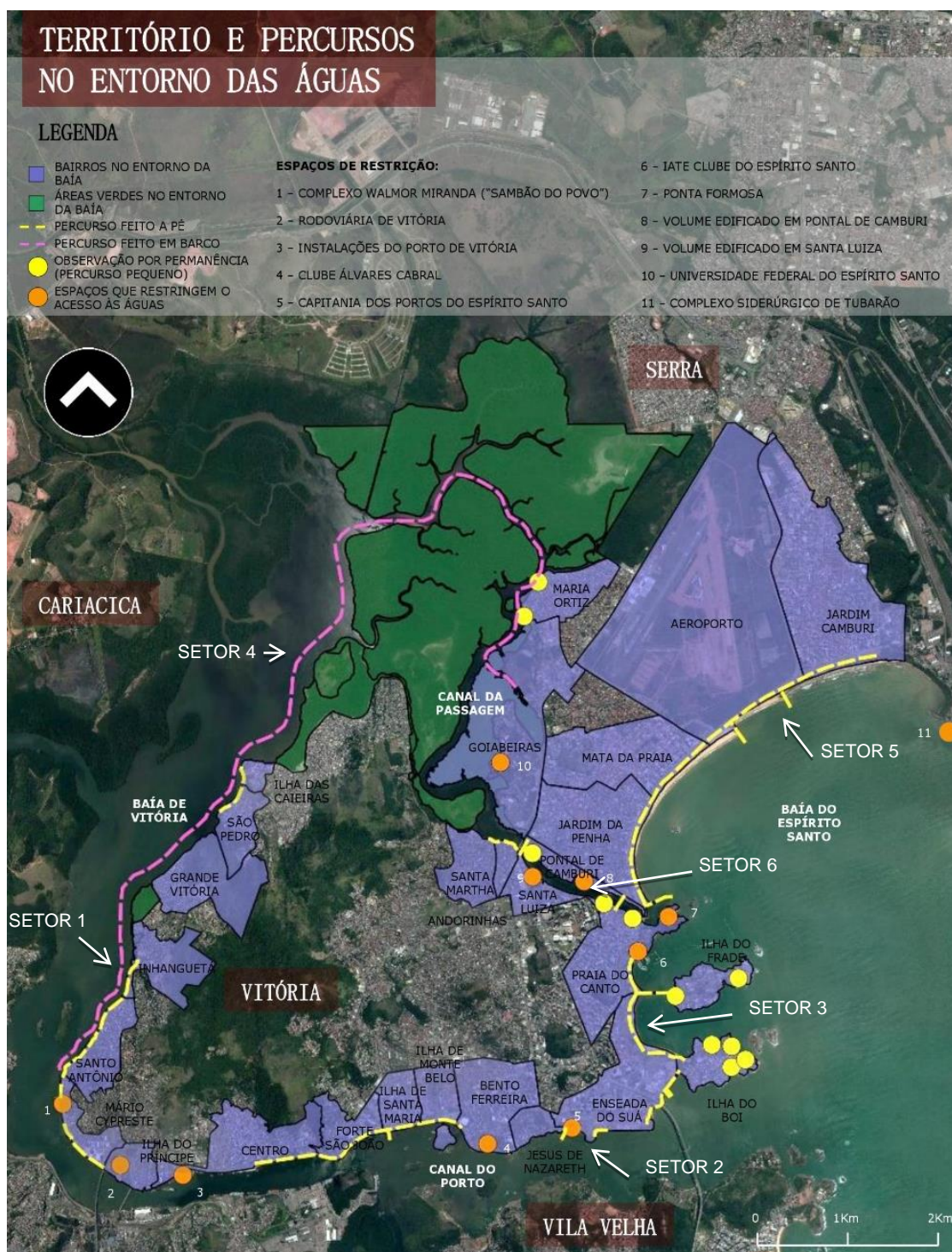
a 30 minutos em pontos estratégicos para observação atenta, tomada de fotografias e anotações. Os registros em campo consideraram a tomada fotográfica, a localização em mapa geral da Cidade e uma breve descrição das práticas, e se limitaram às áreas da orla com livre acesso público. As áreas mais significativas restritas ao acesso público foram: o Complexo Walmor Miranda (“Sambão do Povo”), parte da Rodoviária de Vitória, o Clube de Regatas Álvares Cabral, as instalações do Porto de Vitória, o late Clube, o morro chamado Ponta Formosa e o Complexo Siderúrgico de Tubarão, no Parque Industrial. Os 6 macrosetores, o percurso realizado, bem como os principais espaços com restrição ao acesso encontram-se representados na Figura 6.

Uma primeira sistematização dos dados obtidos em campo foi realizada a fim de possibilitar agrupamentos por semelhança e diferença de categorias, bem como identificar a ocorrência de práticas hegemônicas. Nesse sentido, as apropriações cotidianas foram inicialmente classificadas¹³ quanto à formalidade¹⁴ (se formais ou informais), à finalidade econômica, à distribuição no território (se pontual ou extensiva, isto é, estabelecendo-se em mais de um trecho da orla) e ao tipo (recreativas, esportivas, de deslocamento, religiosas, para despejo de dejetos e para obtenção de alimentos).

¹³ A classificação das práticas levou em consideração a recorrência das mesmas em um determinado setor, portanto, refere-se à frequência de sua manifestação, independentemente do número de pessoas envolvidas em uma mesma prática.

¹⁴ Foram consideradas práticas formais aquelas pressupostas de sua ocorrência no local em que se realizam, por contarem com acesso público às águas e infraestrutura física de suporte às suas atividades. Pode-se citar, para fins de exemplificação, o banho de mar junto às praias de areia com acesso público e alguma infraestrutura de apoio (quiosques, chuveiros, vendedores ambulantes, etc), em contrapartida do banho de mar junto à costa rochosa ou em praias sem acesso público e sem infraestrutura de apoio, considerada assim uma prática informal. Cita-se ainda como exemplo de práticas formais, a prática individual ou coletiva de esportes aquáticos – *stand up paddle*, canoa havaiana, remo, canoagem, vela, entre outros - os quais se fazem mediante uma organização prévia por grupos sociais e o uso de espaços físicos de suporte à guarda de equipamentos (pranchas e pequenas embarcações). Desse modo, estes mesmos esportes aquáticos, quando praticados individual ou coletivamente, sem organização prévia e sem infraestrutura física de suporte, foram considerados práticas informais, pressupostas de uma causalidade orgânica, cuja ocorrência não se dá com frequência e local regular. Cabe comentar que uma mesma apropriação, não necessariamente, apresenta-se apenas formal ou informal em todos os espaços, já que, de um lugar para outro, ela recebe modificações de público, intenção, meio natural e condições socioeconômicas.

Figura 6 - Setores, formas de percurso e espaços com restrição de acesso



Fonte: Gomes (2019), adaptado pela autora

A Tabela 1 revelou a prevalência de apropriações informais – exceto no macro setor 3 - e sem finalidade econômica explícita, o que despertou para o fato de que, em grande medida, observa-se um certo grau de autonomia das

práticas contemporâneas em detrimento da dependência por infraestruturas específicas de apoio à realização das mesmas. Também nos chamou a atenção a não prevalência de práticas com finalidade econômica explícita, o que nos sugeriu um usufruto das águas voltado para outras finalidades. Cumpre ressaltar que estes primeiros dados advindos do trabalho de campo auxiliaram a definição das palavras-chaves no âmbito da pesquisa histórica documental.

Tabela 1 - Apropriações sociais contemporâneas das águas em Vitória (ES)

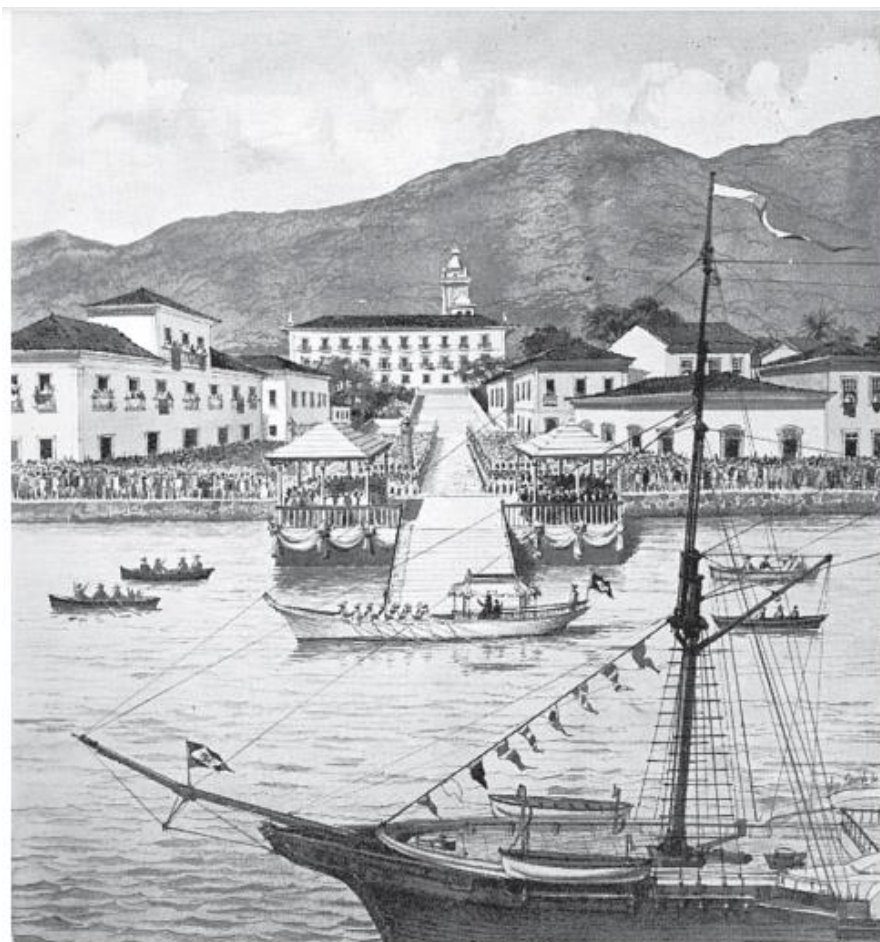
Macrosetor	Informais	Com finalidade econômica explícita
1 (Baía Noroeste)	51,7%	34,8%
2 (Canal do Porto)	55,2%	29,6%
3 (Praia do Canto e Ilhas anexadas)	39,4%	24,1%
4 (Canal da Passagem – trecho entre pontes)	65,0%	23,5%
5 (Praia de Camburi)	34,4%	21,9%
6 (Canal da Passagem – Trecho de manguezal)	76,5%	42,9%

Fonte: Gomes (2019), adaptado pela autora

Nesse sentido, uma vez que se busca investigar as práticas sócio-espaciais que antecederam e as que estabeleceram ao longo do processo de modernização da Capital, o recorte temporal – do século XVI ao século XXI – visa a apreensão da relação sociedade-natureza a partir de um olhar sobre a ação social nas águas através do tempo em Vitória (ES). Cumpre destacar, dentro deste recorte temporal, que o período entre as décadas de 1850 e 1950 assumiram especial atenção na pesquisa, uma vez que representa o momento de grandes transformações modernizadoras sobre a Capital e, conseqüentemente, sobre as águas e suas práticas sociais. Desse modo, a década de 1850, representa a década que antecede a visita de D. Pedro II à Cidade de Vitória em 1860. Segundo Monteiro (2008), trata-se do maior acontecimento social desde a fundação da cidade. Sua passagem provoca um incremento das atividades comerciais na parte baixa, junto com a construção de novos cais em meio aos antigos de propriedade dos religiosos. Nesse sentido, aponta o autor, o Cais das Colunas (Figura 9), por onde desembarcou D. Pedro II, passou a se chamar Cais do Imperador e Vitória passa a concentrar uma nova tipologia que marcaria a paisagem da cidade: os

armazéns comerciais, onde do lado da rua eram feitas as transações comerciais ao mesmo tempo em que pelo outro lado – baía – era feito tanto o abastecimento do comércio local quanto o escoamento das mercadorias para outras localidades.

Figura 7 - O Cais das Colunas, na visita do imperador a Vitória, em reconstituição histórica e desenho de Jorge Eduardo



Fonte: Rocha (2008)

Assim, além dos armazéns, a parte baixa da cidade recebe os primeiros loteamentos, “[...] o Conselho Municipal canaliza o Reguinho [e faz] com que todas as vias da orla marítima tivessem comunicação direta”¹⁵. Entende-se, desse modo, a visita do Imperador à Capital como um marco representativo da

¹⁵ Monteiro (2008, p. 92)

mudança que se opera no imaginário das águas junto à Cidade, uma vez que se intensificam as ações sobre a parte baixa da cidade – dominada pelas águas – com vistas à uma nova conformação que deveria atender, ao mesmo tempo, os anseios pela otimização de sua vocação comercial, uma estética supostamente civilizatória e um incipiente espírito higienista.

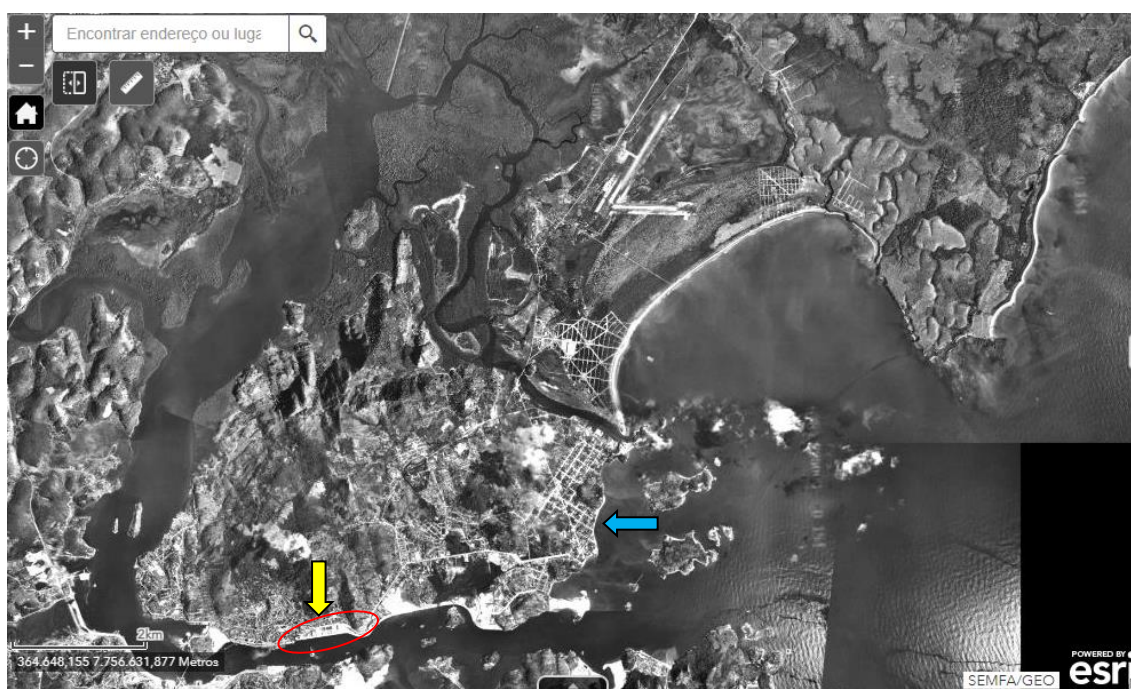
Nesse sentido, uma vez que se busca investigar as práticas sócio-espaciais que antecederam e as que se estabeleceram ao longo do processo de modernização da Capital, o destaque a essa fase do recorte temporal retrocede uma década antes da visita do Imperador de modo a possibilitar a compreensão das relações do homem com as águas antes deste marco social que, de alguma forma, redirecionou o olhar para as águas na Cidade. Já a década de 1950 foi definida como marco pelo término de três principais governos – Jerônimo Monteiro (1908-1912), Florentino Avidos (1924-1928) e Jones Santos Neves (1951-1954) – marcadamente associados, na historiografia capixaba, às maiores transformações urbanas de Vitória do século XX, conforme apontam Campos Jr., (2002), Monteiro (2008) e Klug (2009).




Monteiro (2008) indica que a década de 1950 encerra em Vitória a sua *primeira grande expansão*, efetivamente iniciada na década de 1930. É representativo do fim deste período, o aterro da Esplanada Capixaba realizado na administração de Jones dos Santos Neves, quando 96.000m²¹⁶ confere continuidade aos projetos de expansão da Capital iniciada aos fins do século XIX com o *Projeto do Novo Arrabalde*¹⁷, interligando-o, com novas áreas para ocupação, até o Centro da Cidade (Figura 10). Soma-se ainda à delimitação de deste recorte temporal a disponibilização de periódicos legíveis junto ao acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶ Gomes (2008, p. 82)

¹⁷ Projeto elaborado pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito em 1896, sob encomenda do então governador José de Mello Carvalho Muniz Freire (1892-1896), para a expansão da Capital no sentido das praias à leste.

Figura 8 - Ortofotomosaico de Vitória em 1962



 Centro da Cidade
  Novo Arrabalde
  Aterro da Esplanada Capixaba

Fonte: GEOWEB/ PMV, adaptado pela autora

Dentre as principais intervenções, grande destaque os aterros, o Projeto do Novo Arrabalde e diferentes Projetos Urbanísticos¹⁸, os quais constituem, recorrentemente, objetos de pesquisa¹⁹. Entre os planos e as ações efetivamente empreendidas no sítio, importa à presente pesquisa não as intenções e objetivos previamente estabelecidos, mas sobretudo o resultado destas intenções nos espaços antes ocupados pelas águas. Desse modo, a urbanização de Vitória como materialização da intenção de modernização que operou o pensamento político-econômico é considerada em seu sentido mais

¹⁸ Conforme apresenta Klug (2009), estes projetos incluem: O Plano de Melhoramentos e de Embelezamento de Vitória no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), o Plano Geral da Cidade de 1917 no governo de Henrique de Novaes (1916-1920), as intervenções do Governo de Florentino Avidos (1924-1928), o Plano de Urbanização de Vitória de 1931 na interventoria de João Punaro Bley no Estado, o Plano de Urbanização da Cidade de Vitória de 1945 no segundo mandato de Henrique de Novaes (1945) e o Aterro da Esplanada Capixaba no governo de Jones dos Santos Neves (1951-1954).

¹⁹ Botechia (2014) cita Novaes (s.d.), Almeida (1986), Campos Jr. (1996), Curhani (1999), Botechia(1999), Klug (2009), Mendonça (2014) Freitas e Azevedo (2010).

amplo como pano de fundo – e não de frente –, nos diferentes contextos em que se situam.

Desse modo, esse sub-recorte temporal da pesquisa histórica (1850-1950) foi ainda subdividido em dois períodos, sendo o primeiro entre as décadas de 1850 e 1930, e o segundo entre as décadas de 1940 e 1950. Esta divisão considera a década de 1930 como o início efetivo da *primeira grande expansão* da Cidade junto às praias do Novo Arrabalde, como apontado por Monteiro (2008). Assim, esta expansão foi impulsionada pela implementação de novos serviços de infraestrutura urbana, pela maior facilidade de acesso proporcionada pela “[...] macadamização da reta do Constantino (atual avenida Vitória) [...]”²⁰, pelo aumento de novas linhas de bondes e ainda pelo advento do automóvel.

O autor acrescenta ainda como fatores que estimularam a intensificação da ocupação da região do Novo Arrabalde, a construção do Hospital Infantil em 1935, a criação do Praia Tênis Clube em 1934, a incorporação do Novo Arrabalde ao contexto urbano, com a transferência para o Bairro da Bomba, em 1937, do depósito de lixo da Capital, até então situada nos limites do Forte São João e a criação da paróquia Santa Rita de Cássia da Praia Comprida, desmembrada da paróquia de Nossa Senhora da Prainha de Vitória por meio do decreto nº 13, de 5 de maio 1935. Embora a construção da Igreja somente tenha se efetivado em 1942, a criação da Paróquia em 1935 já “era aspiração unanime dos habitantes da Praia”, os quais contavam com a Capela de Nossa Senhora dos Navegantes, em terreno próximo onde posteriormente veio a ser construída a matriz da Paróquia de Santa Rita. Cumpre destacar, acerca do decreto de criação da Paróquia, na descrição dos seus limites jurisdicionais, a referência recorrente aos limites estabelecidos pelas águas, morros e ilhas do sítio urbano.

Instituímos uma nova paróquia amovível em face do Direito que se denominará de Santa Rita de Cássia da Praia Comprida [atual Praia

²⁰ MONTEIRO (2008, p. 110)

do Canto], compreendendo as terras, povoados e fazendas dentro dos seguintes limites: ao Sul, o estuário do Santa Maria; a Leste, a baía do Espírito Santo; a Oeste, a Paróquia de Nossa Senhora da Prainha de Vitória, da qual é separada por uma linha reta que liga o cume do monte que fica próximo à Fábrica de Tecidos, à ponta mais ocidental da Ilha de Santa Maria, junto ao estuário de Santa Maria e desse cume pelo divisor de águas dos Fradinhos até alcançar os limites da Paróquia de São Pedro de Vila Rubim, continuando pelo referido divisor de águas dos Fradinhos e pelo do Maruípe, até encontrar o canal do Norte ou da Ponte da Passagem. As ilhas de Santa Maria, Bento Ferreira, do Boi, do Frade e outras menores existentes do estuário do Santa Maria, no trecho em que serve de limite, e na Baía do Espírito Santo, pertencerão à Paróquia de Santa Rita de Cássia da Praia Comprida (LIVRO DO TOMBO Nº 1, Paróquia Santa Rita)

Nesse sentido, compreende-se a década de 1930 como o início da intensificação da ocupação do Novo Arrabalde, o qual foi acompanhado pela transferência gradativa da elite do Bairro do Parque Moscoso para o promissor bairro da Praia Comprida, conforme aponta Pimentel (2006). Assim, as *práticas socioespaciais históricas* pesquisadas neste sub-recorte temporal (1850 a 1950)²¹ foram aquelas registradas nos periódicos, Relatórios e Mensagens de Governo. Esta pesquisa utilizou ‘palavras-chaves’ de práticas e espaços conjecturais (Quadro 1) iniciais, os quais se associam diretamente às águas e são recorrentemente presentes na historiografia capixaba.

Quadro 1 - Palavras-Chaves utilizadas na pesquisa das práticas

Práticas		Espaços	
Banho/ Banho de Mar	Paisagem	Baía	Largo
Canoagem/ Canoeiro	Passeio	Chafariz	Mar
Catraiagem/ Catraieiro/ Catraia	Porto	Campinho	Pelames
Catador/ Cata de caranguejo	Promessa	Casa de Banho	Praia
Convescote/ Piquenique	Procissão	Cais	Praça
Devoção	Pesca	Córrego	Largo
Festa	Piquenique	Éden Parque	Reguinho
Remo/ Regata	Transporte	Jardim Municipal	Praia
		Lavanderia	Várzea

Fonte: elaborado pela autora

²¹ A pesquisa abarcou 22 (vinte e dois) periódicos, Relatórios e Mensagens de Governo disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Importa ressaltar, no entanto, que as práticas pesquisadas não abarcam a totalidade das manifestações junto às águas na Capital, mas aquelas que foram relatadas em publicações

A definição das palavras-chaves levou em consideração práticas que permaneceram vigentes, identificadas a partir do trabalho de campo realizado entre 2018 e 2019, além do estudo e análise da cartografia histórica e de bibliografia acerca da evolução urbana de Vitória. Desse modo, do resultado da busca por palavras-chaves nos 99 (noventa e nove) periódicos disponíveis do Espírito Santo, 22 (Quadro 2) compreenderam matérias e notícias que relatavam a ocorrência de alguma prática junto às águas na Capital.

Quadro 2 - Lista de periódicos pesquisados (1850-1950)

PERIÓDICO/ DOCUMENTOS OFICIAIS DE GOVERNO	PERÍODO DE VINCULAÇÃO											
	SÉCULO XIX					SÉCULO XX						
	50	60	70	80	90	00	10	20	30	40	50	
A Época (ES) - 1946 a 1949												
A Folha da Victoria - 1883 a 1888												
A Opinião: Folha Popular (ES) - 1892												
A Provincia do Espírito-Santo: Jornal consagrado aos interesses provinciaes, filiado à escola liberal (ES) - 1882 a 1889												
A Regeneração (ES) - 1854												
Commercio do Espírito-Santo (ES) - 1892 a 1910												
Correio da Victoria (ES) - 1849 a 1872												
Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor (ES) - 1908 a 1937												
Diario Oficial: Ordem e Progresso (ES) 1890												
Espirito Santo (ES) - 1915 a 1919												
Folha Capixaba: Defesa da Terra e do Povo do Espírito Santo (ES) - 1945 a 1961												
Folha do Povo: O vespertino do Espírito Santo (ES) -1952 a 1953												
Jornal da Victoria (ES) - 1864 a 1869												
Jornal Oficial (ES) - 1905 a 1907												
Nossa Folha (ES) - 1937												
O Espirito - Santense (ES) - 1870 a 1889												
O Estado (ES) - 1921 a 1922												
O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso (ES) - 1890 a 1911												
Vida Capichaba (ES) - 1925 a 1940												
Relatorios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (ES) - 1892 a 1930												
Mensagens do Governador do Espírito Santo para Assembléia (ES) - 1892 a 1930												
Almanak do Estado do Espírito Santo: Publicação Commercial, Administrativa, Litteraria, Scientifica, etc, etc. (ES) - 1884 a 1889												

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados obtidos na pesquisa documental acerca das práticas foram organizados em colunas segundo palavra-chave, assunto, fonte, década, ano,

edição, página e observação, o que nos permitiu “filtrar” informações de acordo com cada uma destas colunas (Figura 11). Desta maneira, foi possível identificar e analisar as práticas, seus locais de ocorrência e a década correspondente.

Figura 9 - Exemplo da planilha com a sistematização dados da pesquisa documental

PALAVRAS-CHAVE	Assunto	Periódico	Década	Ano	Observação
PESCA	Comercio pesca Porto	A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo (ES) - 1833 a 1888	1850	1856	18 lanchas
PESCA	Comercio pesca Porto	A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo (ES) - 1833 a 1888	1850	1853	13 lanchas
PESCA	Comercio pesca Porto	A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo (ES) - 1833 a 1888	1850	1852	13 lanchas
PESCA	pescadores ociosos e vagabundos	A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo (ES) - 1833 a 1888	1840	1848	reclamação dos povoações que residem à borda do mar e vivem da pesca e indicação de que seriam mais uteis na lavoura (carência de mão-de-obra)
BANHO DE MAR	doença pulmonar após banho de mar	O Espírito - Santense (ES) - 1870 a 1889	1880	1887	cidadão sofreu de congestão pulmonar após ter-se atirado ao mar e bater com os peitos na água
BANHO DE MAR	crença popular	O Espírito - Santense (ES) - 1870 a 1889	1870	1871	"corpo no mar, corpo na terra, ..."
BANHO DE MAR	Morte por afogamento; suicídio de escravo (se	Jornal da Victoria (ES) - 1864 a 1869	1860	1867	relatos de mortes no mar

Fonte: elaborado pela autora

Após o levantamento das práticas por meio das palavras-chaves, e, diante da variedade das ocorrências, estas foram classificadas em 7 (sete) categorias definidas também em referência ao trabalho de campo, a partir da sua natureza principal de finalidade. São elas: I. práticas comerciais ou econômicas; II. de socialização; III. sanitárias; IV. esportivas; V. laborais; VI. religiosas; VII. de transporte ou deslocamento. O Quadro 3 apresenta as setes categorias definidas, juntamente com exemplos representativos de cada uma destas.

Assim, as práticas econômicas compreendem as ações realizadas nas águas ou às suas bordas caracterizadas pelo comércio ou pela prestação de serviços com fins de obtenção de recursos financeiros, tais como a pesca e a venda de pescado. As práticas de socialização, ócio ou recreação são aquelas

que possuem como finalidade o lazer, os encontros sociais, o ócio e a recreação livre, praticadas de forma individual ou em grupos, tais como a pesca e o banho de mar. As práticas sanitárias são aquelas que realizam a limpeza ou o despejo de dejetos nas águas ou às suas bordas. As práticas esportivas compreendem aquelas realizadas para prática de esportes, tais como a natação e o remo. As práticas laborais são aquelas em que se realizam trabalhos braçais junto às águas ou às suas bordas, tais como a confecção ou conserto de redes de pesca. As práticas religiosas incluem as manifestações de religiosidade ou espiritualidade, tais como procissões e rituais à beira mar. As práticas de transporte ou deslocamento são aquelas realizadas em embarcações para deslocar-se ou para transportar mercadorias.


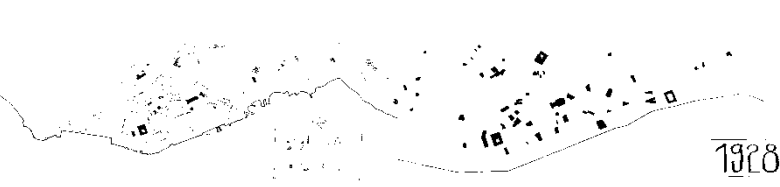
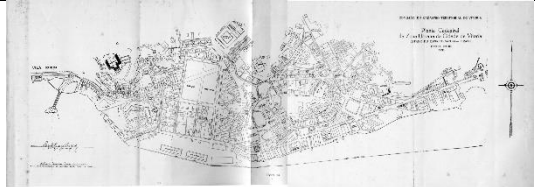
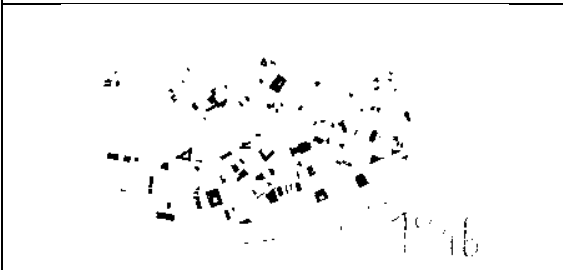
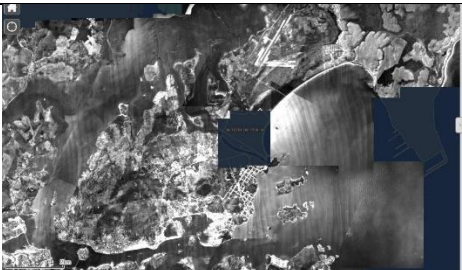
Quadro 3 - Tipos de práticas socioespaciais e exemplos representativos (1850-1950)

Tipos genéricos	Exemplos representativos
I. econômica	pesca e venda de pescado, aluguel de pequenos barcos, equipamentos náuticos ou pranchas, cata de crustáceos; passeios turísticos; pesquisa; práticas comerciais portuárias
II. de socialização, ócio e recreação	pesca; banho de mar; yoga; passeio em veículos aquáticos; ioga; festas e comemorações diversas; contemplação; tomadas fotográficas;
III. sanitária	despejo de dejetos; coleta de dejetos; pesquisa
IV. esportiva	natação; remo; <i>stand up</i> , canoa havaiana; ioga; <i>kitesurf</i> ; <i>surf</i> ; <i>windsurf</i> ; hidroginástica; <i>skimboard</i> ; <i>futevôlei</i> , <i>grupos de corrida e treino funcional</i> ;
V. laboral	confecção e conserto de barcos, redes, pesquisa
VI. religiosa	procissão de São Pedro; festividades Yemanjá; procissão dos pescadores (Festa de N. S. Penha); ano novo; batismo; yoga
VIII. de transporte ou deslocamento	catraiaagem; canoagem; praticagem; uso de barcos e embarcações

Fonte: elaborado pela autora

Foram elaboradas cartografias no programa de licença livre denominado *Quantum Gis* (QGIS), versão 3.22.11, a partir do georreferenciamento de 'Plantas da Cidade' de Vitória - 1895, 1910, 1928, 1933 e 1946 - (Quadro 4) e da base cartográfica atual de 2007 disponibilizada pela página GEOWEB da Prefeitura Municipal de Vitória em arquivos do tipo *shapefile*.

Quadro 4 - Subperíodos de pesquisa histórica e cartografias sobrepostas (1850 – 1950)

Subperíodo de pesquisa histórica I: década de 1850 à década de 1930		
“Plantas da Cidade” (ano)		
1895	1910	1928
		
<i>Planta da Cidade de Vitória em 1895</i> Fonte: APEES	<i>Planta Cadastral de Victoria, 1910</i> Fonte: PMV	<i>Planta Cadastral da Cidade de Vitória, 1928</i> Fonte: PMV
1933		
		
<i>Planta Cadastral da Cidade de Vitória, 1933</i> Fonte: PMV		
Subperíodo de pesquisa histórica II: década de 1940 à década de 1950		
1946	1955	
		
<i>Planta Cadastral da Cidade de Vitória, 1946</i> Fonte: PMV	<i>Ortofotomosaico, 1955</i> Fonte: GEOWEB/ PMV	

Fonte: elaborado pela autora

Após a sistematização das práticas conforme os tipos classificados, estas foram espacializadas em mapas, conforme periodização e cartografias da cidade de Vitória correspondentes às décadas dos subperíodos. Na sequência, os dados vetorizados e georreferenciados foram organizados e sobrepostos ao desenho dos aterros de Vitória, o qual toma como base as áreas aterradas pesquisadas e espacializadas por Coelho (2017).

As 'Plantas da Cidade' de tempos pretéritos foram georreferenciadas a partir de pontos de referência comuns com a base cartográfica atual de 2007. A partir do georreferenciamento das *plantas históricas* da Cidade foi possível vetorizar o desenho das quadras, das edificações singulares e dos espaços delimitados pelas águas (linha de preamar, córregos e áreas alagadas) preteritamente representados. O georreferenciamento das Plantas da Cidade teve como intuito possibilitar a identificação as transformações que ocorreram nos espaços das águas da Capital. Assim, dá-se destaque à linha de preamar nos sucessivos anos-bases das cartografias utilizadas, de modo que a sobreposição entre plantas cronologicamente sequenciais permita tecer comparações espaciais.

1.6. Estrutura

A estrutura desta tese é composta por quatro capítulos, sendo o primeiro deles esta Introdução. O segundo capítulo, intitulado *Das águas à água: o caminho do discurso da modernidade*, analisa, de que modo o discurso da modernidade atua na construção da ideia de água moderna (H₂O), a partir sobretudo dos autores Linton (2006) e Hamlin (2000). Confronta-se, neste capítulo, a construção da ideia de água moderna como a problematização da dicotomia moderna 'sociedade-natureza' a partir de uma visão que aponta para a crise epistemológica da pós modernidade, sobretudo à luz de Araújo (2003) e Lyotard (2009) e Gomes (2011).

O terceiro capítulo, *As águas no imaginário ocidental*, aborda o conjunto de valores simbólicos que formaram o imaginário ocidental acerca das águas. Essa genealogia é construída, sobretudo, a partir das obras de Chevalier (2001), Jung (2012), Corbin (1989), e Panzini (2013).

O quarto e último capítulo, *Dissonâncias e Ressonâncias do discurso da modernidade à luz das práticas sócio-espaciais nas águas em Vitória (ES)*, tem por objetivo apresentar os espaços das águas e suas transformações ao longo do tempo cronológico da pesquisa, bem como as práticas identificadas e espacializadas na área central da cidade de Vitória (ES) entre as décadas de

1850 e 1950, a fim de confrontá-las com os espaços e práticas contemporâneas identificadas no trabalho de campo. Deste confronto extraímos as dissonâncias e as ressonâncias frente ao discurso da modernidade

As considerações finais expõem uma síntese das abordagens teóricas que subsidiaram a pesquisa e recupera os principais pontos em que o fenômeno observado atravessa estas abordagens. A partir das dissonâncias e ressonâncias do discurso da modernidade aponta, por fim, como contribuição à continuidade da presente pesquisa, os elementos estruturadores do imaginário social das águas na Capital capixaba.

2. DAS ÁGUAS À ÁGUA: O CAMINHO DO DISCURSO DA MODERNIDADE

Recentemente, a água foi mergulhada em um estado crítico de coisas. Discurso generalizado, a atual “crise” mundial da água, embora reflita a crescente ansiedade sobre a temática dos recursos hídricos, não carrega o cerne de uma crise quantificável pela lógica racionalista, mas mensuradamente alarmante sobre a condição humana. Embora a resposta predominante tenha sido buscar formas de melhorar a eficiência com que a água é aplicada para fins humanos, a crise hídrica também sugere a necessidade de examinar criticamente a relação fundamental entre pessoas e água no mundo moderno.

Ao considerar o novo lugar conferido à ciência desde a modernidade, e ainda, o papel da geografia desde a Antiguidade na descrição e na formação de uma imagem de mundo, como relata Gomes (2011), tratar a temática das águas representa tratar também, de um modo particular de observação, da imagem de água para a modernidade. Nesse sentido, a modernidade tomada como uma visão de mundo pautada, segundo Araújo (2003), a partir de uma variedade de dimensões - culturais, filosóficas, político-econômicas, político-tecnológicas, político-sociais, religiosas, geográficas e epistemológicas - alterou substancialmente os significados e os valores atribuídos às águas.

Neste capítulo, exponho, sobretudo a abordagem de Linton (2006) para investigar essa relação e analisar o tipo particular de água que essa relação produz: a “água moderna”, a qual o autor considera como sendo uma abstração proliferada em práticas discursivas e materiais que têm o efeito de ocultar o essencial da água, ou seja, a sua natureza social. Momentos-chave na história desta abstração são extraídos das ciências hidrológicas e sua associação com o estado moderno, para mostrar como a água internaliza a erradicação simultânea e a presença de pessoas. Reinvestir deliberadamente a água com conteúdo social e simbólico é sugerido como um meio de enfrentar a crise ontológica e epistêmicas que se esconde por detrás da “crise hídrica”.

A presente abordagem visa, portanto, identificar os traços característicos do encobrimento de aspectos estruturais da relação do homem com as águas, paradigmática de valores em torno das águas, imposta com a modernidade.

2.1 A natureza pré-moderna da água

O termo *premodern waters* foi empregado primeiramente por Christopher Hamlin em seu artigo '*Waters*' or '*Water*'? - *master narratives in water history and the irimplications for contemporary water policy*, publicado em 2000, para distinguir a concepção moderna da água de sua concepção anterior, ou melhor, de suas concepções anteriores. Hamlin (2000) indica que a grande mudança de paradigma no conceito de água ocorreu no século XIX, quando passa de um entendimento de sua natureza singular e múltipla para um entendimento de uma natureza geral e homogênea, classificada em razão da maior ou menor concentração de 'impurezas'. Por cerca de dois mil anos, pelo menos em discursos de história natural e filosofia, a água carregava o princípio da instabilidade (em sua transmutação nos outros dois elementos, ar e terra), e da heterogeneidade (em sua manifestação única em diferentes lugares e circunstâncias).

As águas encontradas e descritas antes do século XVIII apresentavam uma variação significativa de qualidades, cheiros e sabores, o que levava à suas diferentes finalidades, ou seja, eram múltiplas e singulares ao mesmo tempo. Linton (2006) exemplifica o entendimento e a preocupação em manter íntegra a natureza plural das águas com os aquedutos romanos, os quais transportavam separadamente as águas provindas de diferentes nascentes. Linton (2006) destaca Frontinus como um tipo de inspetor romano das águas a quem é atribuído uma espécie de tratado de 'engenharia' acerca dos aquedutos romanos. Neste 'tratado', a separação dos aquedutos conforme o tipo de água era fundamental para a distribuição da mesma de acordo com sua melhor adequação à finalidade. Assim, o cuidado na construção de diferentes aquedutos indicava o reconhecimento destas 'qualidades especiais' das águas

pelos romanos e simboliza o respeito para com o seu *genius loci*. Linton (2006) indica ainda que a necessidade de distinção das águas era tão importante entre os romanos que os aquedutos eram denominados conforme o nome dado a cada tipo de água e não conforme o tipo de estrutura que os sustentavam.

Dentre os diferentes tipos de água, algumas ganhavam destaque por superarem as demais em suas propriedades. Exemplo disso é a “água virgem”, a qual viria a fornecer a famosa Fonte de Trevi em Roma. Segundo Linton (2006), ao menos três autores clássicos comentaram sobre sua condição especial de pureza, o que fazia com que recusassem a possibilidade de misturar a ‘água virgem’ com qualquer outra água, justificando, portanto, o nome Virgem. Observa-se, portanto, uma "hostilidade geral às águas misturadas" evidente nos escritos de Hipócrates a Vitruvius, cuja expressão material se manifesta na própria estrutura dos aquedutos.

Nesse sentido, Linton (2006) indica que a natureza social da água para os romanos pressupõe a não distinção entre os aquedutos e as "águas" ou “rios” que eles carregavam; conforme aponta Linton (2006, p.123), “[...] essas águas / rios antropogênicos eram distintos em aspectos os quais só podem ser apreciados em relação aos seus contextos históricos e culturais.”. Nesse sentido, segundo Hamlin (2000) o paradigma pré-moderno tomou como ponto de partida o fato de a água nunca ser considerada ‘pura’ na natureza, e, sendo a impureza entendida como um atributo intrínseco às águas - o qual assume o sentido de heterogêneo -, estavam os romanos mais interessados em como as águas eram diferentes do que nas maneiras como eram iguais. Dessa forma, as “águas pré-modernas” eram "aspectos das histórias dos lugares" e tinham qualidades que transcendiam o sabor, a salubridade e mesmo "as fronteiras mal marcadas do natural". Na química científica, a natureza da água foi definida como algo a que todas as águas poderiam ser reduzidas - H₂O - um básico composto químico que eliminou todas as qualidades socialmente específicas de diferentes águas.

Linton (2006) nos lembra que, embora a atenção a diferentes águas ainda esteja presente na sociedade ocidental moderna, especialmente onde isto é reconhecido como tendo vantagens comerciais, a mercantilização de águas específicas permanece marginal frente à homogeneização da água moderna. Em contraste, não se pode deixar de ser impressionado com a extensão em que "os diferentes tipos de água foram objeto de interesse" (HODGE, 2000, p. 96-7) não apenas para os romanos, mas para todas as sociedades da antiguidade.

A mudança do "paradigma pré-moderno" para a água moderna foi o produto de uma revolução epistemológica e ocorreu como consequência de uma maneira particular de conhecer e representar a água na prática científica moderna - uma prática que presumia uma separação fundamental entre o natural e o social. Em contrapartida, as "águas pré-modernas" que se revelaram para as pessoas no Ocidente antes da revolução química eram de natureza totalmente diferente, devido aos diferentes contextos epistemológicos geográficos e sócio-culturais em que foram sustentadas.

Hamlin (2000), assim como Linton (2006) afirmam que o marco transformador da passagem do entendimento das diferentes águas para a concepção moderna da água se situa na década de 1770, quando Joseph Priestley, A. L. Lavoisier e outros protoquímicos identificaram a água como um composto de moléculas de hidrogênio e oxigênio. Para ambos, Hamlin (2000) e Linton (2006), a nomenclatura da água como um composto químico derrubou uma tradição de crença - geralmente mantida por cerca de dois mil anos - pelos quais a água foi entendida como um "elemento". Essa afirmação, segundo os autores, não representou puramente uma conquista científica, mas desqualificou os saberes e os significados de água anteriores a essa descoberta.

Reforça essa desqualificação, como aponta Hamlin (2000), a associação direta feita entre doenças infecciosas e a água, quando da identificação por John Snow da água como veículo de transmissão da cólera em Londres em

meados do século XIX. O reconhecimento, pela comunidade científica, da associação feita por John Snow, entre água e doença, é visto como o início de um evento revolucionário na história da água, quando a partir de então grande esforço é empreendido para fornecer a todos os suprimentos de água potável segura. Nesse sentido, a ideia de água que se consolidou na construção do imaginário moderno vincula a água a uma substância simples, cuja qualidade mais importante é o seu potencial patogênico.

A representação assumida para a água, portanto, se fortaleceu em torno de uma generalização de suas propriedades químicas e de sua importância quase que exclusiva para o higienismo urbano. Reexaminar a concepção moderna de água não significa negar o mérito das conquistas científicas racionalistas desde o século XVIII para a saúde urbana, mas visa reconhecer as desconstruções pressupostas na formação do pensamento modernista da água. Hamlin (2000) chama atenção para o fato de que a construção de uma narrativa hegemônica moderna acerca da água pressupõe o reducionismo de sua intrínseca multiplicidade de propriedades, usos e significados. A mudança de paradigma, então, além de marcar a transformação das muitas águas em uma água, também envolveu a sua materialização e seu desencantamento.

Linton (2006) acrescenta ao estudo de Hamlin (2000) acerca da ideia moderna de água que uma concepção essencialista da água em si não apenas destruiu a variedade irreduzível de águas encontradas nos tempos pré-modernos, mas teve o efeito de desencaixar essas águas de uma miríade de contextos sociais e relações que os constituíram em primeiro lugar. Importa ressaltar, contudo, que relativamente pouco se sabe sobre como o conceito da água diferia entre as culturas pré-modernas ou sobre as suas outras propriedades, para além da química e das ciências que a tomam em seu sentido estritamente abstrato. A natureza pré-moderna da água, segundo Hamlin (2000), esteve associada, a quatro principais contextos: à filosofia natural clássica; à história e à geografia natural clássica; ao imaginário popular e à religião e ao mercado médico das fontes minerais. Acrescenta-se, no entanto, aos contextos identificados por Hamlin (2000), o imaginário acerca da

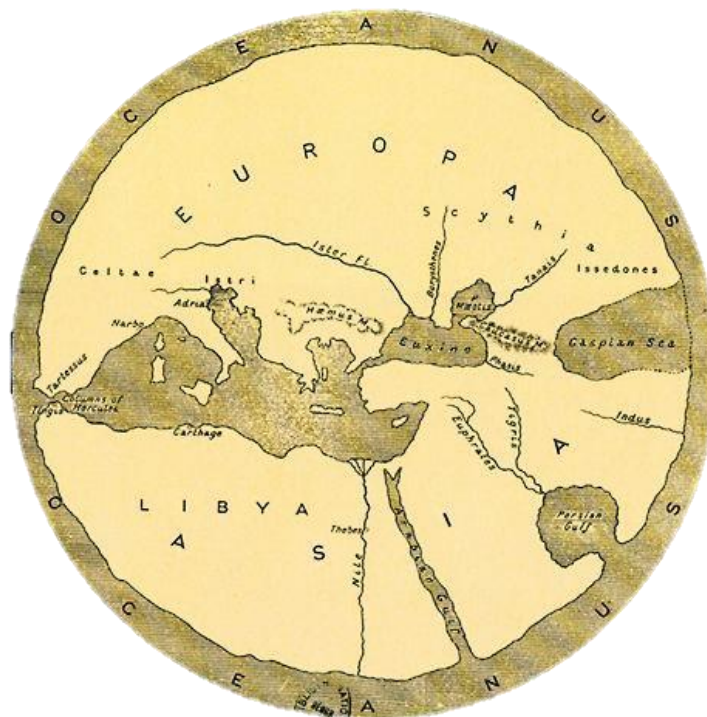
água presente na estrutura mítica dos gregos, predecessora da filosofia natural clássica. Estes cinco contextos serão, portanto, explanados a seguir.

Para a compreensão da ideia de água presente na estrutura mítica grega, é preciso recuperar os aspectos fundamentais que estruturam estas narrativas, as quais foram discutidas no capítulo anterior. Segundo Eliade (2016), estes aspectos podem ser resumidos em cinco. Assim, os mitos: 1) constituem a História dos atos dos Entes Sobrenaturais; 2) trazem a História como absolutamente verdadeira - porque se refere a realidades – e sagrada; 3) tratam sempre de uma criação, de como algo veio a existir e como se deve dar o padrão de comportamento de todos os atos humanos significativos; 4) precisam ser conhecidos para que se possa dominar e manipular os atos; 5) correspondem a uma experiência sagrada viva onde é possível a participação mútua do homem e dos Entes Sobrenaturais. Estes cinco aspectos da estrutura dos mitos nos permitem acessar, de modo mais aproximado, as diferentes manifestações em que as águas participam ativa e passivamente das narrativas míticas. Primeiramente, no entanto, importa descrever, de modo sucinto, a ideia de estrutura de Mundo aceita pelos gregos, da qual as águas assumem determinadas posições e características geográficas.

Segundo Bulfinch (2018, p. 8), os gregos acreditavam que a Terra era um círculo bidimensional (Figura 12) ocupado ao centro pela Grécia e que tinha o Monte Olímpio como residência dos deuses, ou Delfos. O disco circular era atravessado de leste a oeste e dividido em duas partes iguais pelo Mar, como os gregos chamavam o Mediterrâneo e sua continuação, o Ponto Euximo, os únicos mares que conheciam. Ao redor da Terra “[...] corria o rio Oceano, cujo curso era do sul para o norte na parte ocidental e em direção contrária do lado oriental. Seu curso firme e constante não era perturbado pelas mais violentas tempestades. Era dele que o Mar e todos os rios da Terra recebiam suas águas.” Os poucos povos que conheciam se distribuíam a leste e ao sul da Grécia, ou nas proximidades do litoral do Mediterrâneo. Para além dessas áreas, sobretudo na parte ocidental do Mar, habitavam gigantes, monstros e feiticeiras, ao mesmo tempo em que colocavam ao redor do disco da Terra,

nações que gozavam favores especiais dos deuses, sobretudo a aventura e a longevidade.

Figura 10 – Uma representação hipotética da Terra, atribuída a Anaximandro de Mileto



Fonte: <https://www.globalmediterranea.es/evolucion-del-mapa-del-mundo-cartografia/>

Embora todos os deuses possuísem moradas distintas situadas na Terra, nas águas ou abaixo do mundo, era no palácio de Júpiter ou Jove (Zeus) que se reuniam para discutir as questões do mundo e também para gozar os privilégios dos prazeres humanos. Embora Júpiter seja conhecido como o ‘pai dos deuses’, essa posição somente fora assumida após destronar seu próprio pai, Saturno (Cronos), e dividir com seus irmãos Netuno (Poseidon) e Plutão (Hades), os domínios paternos. Assim, Júpiter ficou com o céu, Netuno com o oceano e Plutão com o reino dos mortos. A Terra e o Olimpo passaram a constituir propriedades comuns e Júpiter se tornou o rei dos deuses e dos homens. (BULFINCH, 2018). Antecede, porém, esse Cosmo o Caos, entendido como aquilo que existia antes de serem criados o mar, a terra e o céu,

[...] uma informe e confusa massa, mero peso morto, no qual, contudo, jaziam latentes as sementes das coisas. A terra, o mar e o ar estavam todos misturados; assim, a terra não era sólida, o mar não era líquido e o ar não era transparente”. Deus e a Natureza intervieram finalmente e puseram fim a essa discórdia, separando a

terra do mar e o céu de ambos. Sendo a parte ígnea a mais leve, espalhou-se e formou o firmamento; o ar colocou-se em seguida, no que diz respeito ao peso e ao lugar. A terra, sendo a mais pesada, ficou para baixo, e a água ocupou o ponto inferior, fazendo-a flutuar. (BULFINCH, 2018, p.17)

Uma vez formado o Cosmo a partir da ordenação do Caos, descendiam de Netuno, e conseqüentemente de Júpiter, todas as divindades das águas²², as quais as operam em razão da pacificidade ou da ira proveniente de combates entre deuses e entre deuses e homens. Estas divindades carregavam a sabedoria máxima acerca dos fluxos, correntes e animais que habitavam as águas, assim como o senso de justiça que lhes conferia o poder de prover fartura e proteger os homens de naufrágios e das monstruosidades marinhas, como também de acometer a escassez ou o terror sobre as águas.

As narrativas que tratam da criação do Mundo e da criação por excelência das coisas no Mundo correspondem, respectivamente, aos mitos cosmogônicos e aos mitos de origem, segundo Eliade (2016, p. 26), e se homologam no que tange à sua estrutura, uma vez que “Todo mito de origem conta e justifica uma “situação nova” – nova no sentido de que não existia desde o início do Mundo.” Ao narrar a origem de algo no Mundo, os mitos rememoram e reatualizam ritualisticamente os eventos míticos essenciais ocorridos desde a Criação primeira do Mundo. As águas nesta cosmologia, estão presentes enquanto parte primogênita a partir da qual outras gêneses derivam, de modo ritualístico e cíclico, uma vez que de algo nascem, em algo se transformam e se regeneram. Todas as coisas, na perspectiva mítica, estão condicionadas a esse tempo cíclico e devem, portanto, reafirmar a cosmogonia. Esta confirmação aparece, por exemplo, nos mitos que relatam o nascimento humano e o espelhamento desse ato no renascimento diário da luz e na criação do Mundo.

O renascimento diário da luz, o sol que anualmente retorna do sul para revivificar a terra, não servem apenas como símbolos, mas

²² Segundo Bulfinch (2018) as principais divindades das águas eram: Netuno, Anfitride, Nereu e Dóris, Tritão e Proteu, Tétis, Leucoteia e Palêmon.

também como imagens exemplares do nascimento humano, ou mesmo como fatores determinantes na perpetuação da raça.[...] Assim, [...] o universo celeste rompe os elos da noite e surge do seio das águas que o retinham prisioneiro das trevas, também a criança rompe a bolsa que a retinha prisioneira no seio de sua mãe e emerge para a luz, para a vida, para o mundo do entendimento. (BECKWITH *apud* ELIADE, 2016, p, 27)

As águas também se associam aos mitos relacionados tanto à cura, quanto às próprias enfermidades. Assim, a cura de determinadas doenças iniciava-se com a recitação solene do mito cosmogônico, seguido da criação da enfermidade e, por fim, do gesto regenerador da cura. O rito assírio contra a dor de dentes exemplifica essa passagem.

[...] depois que Anu fez os céus, os céus fizeram a terra, a terra fez os rios, os rios fizeram os canais, os canais fizeram os lagos, os lagos fizeram o Verme. E o Verme, debulhado em lágrimas, pergunta a Shamash e a Era o que lhe será dado para comer, para 'destruir'. Os deuses lhe oferecem frutas, mas o Verme exige dentes humano. Já que assim falaste, ó Verme, que Ea te esmague com sua mão poderosa! (CAMPBELL, *apud* Eliade, 2016, p. 32)²³

Como explica Eliade (2016, p. 32), “Sendo o modelo exemplar de toda “criação”, o mito cosmogônico pode ajudar o doente a “recomeçar” sua vida. O retorno à origem oferece esperança de um renascimento.”. Para obter a cura, portanto, na narrativa mítica, é preciso buscar, na fecundidade e na fertilidade da Criação do Mundo, a ‘fonte’ por excelência da vitalidade. As águas nesta perspectiva correspondem às instâncias primeiras que compõem esta Criação. Segundo Eliade (2016, p. 33), no mito cosmogônico polinésio, “[...] não existiam, no princípio, senão as Águas e as Trevas. Io, o Deus Supremo, separou as Águas mediante o poder do pensamento e de suas palavras, e criou o Céu e a Terra.”. Nas sociedades tradicionais, recitar a Criação constitui, portanto, condição *sine qua non* para toda espécie de passagens significativas da existência humana. Através do mito, está presente nestas sociedades a ideia de uma unidade ontológica a qual é compreendida como uma consciência única qualquer que seja a sua ‘forma’, biológica, psicológica ou histórica. O

²³ Interessa ressaltar, nesta citação, que a relação estabelecida entre as águas dos lagos com o “Verme” - a qual será também identificada mais à frente neste capítulo -, é uma relação que associa o repouso absoluto com a ‘morte’, a putrefação das águas.

retorno à Origem revela o valor significativo atribuído a esta unidade do Ser, sem a qual não é possível falar em *devir*.

A relação das águas com os mitos que tratam da origem do Mundo e das coisas estabelece uma ligação com o nascimento da vida, a fertilidade e a fecundidade. Também não são poucos os mitos que apresentam em suas narrativas as águas a partir de fontes sagradas²⁴ e com poderes sobrenaturais do lugar. Cavalcanti (1998) indica que as fontes eram filhas de Tétis e do Oceano consagradas às musas, as quais se reuniam em seus entornos para cantar e dançar. Como reforça Silva (1998), a sacralidade das águas, entendida como a vontade operada pelos próprios deuses, podia simbolizar tanto a benevolência quanto a fúria, o martírio e o desejo de justiça.

Assim, se as águas estão presentes de forma dual nos aspectos fundamentais da cosmogonia mítica, também na escatologia, os mitos diluvianos são os mais numerosos e quase universalmente conhecidos. Os relatos que tratam do Fim do Mundo encontram no Dilúvio, sua maior representatividade simbólica. A imersão total da Terra nas Águas, assim como a sua destruição pelo fogo, sinaliza a regressão ao Caos e à cosmogonia. O Dilúvio, aponta Eliade (2016), está relacionado a uma falha ritual a qual provocou a cólera do Ente Supremo, e que resulta no ato impiedoso de acabar com a humanidade. Este 'fim' reabre o caminho para a recriação do Mundo e, simultaneamente, para uma regeneração da humanidade.

A *imago mundi* mítica dos gregos, o Caos, as divindades das águas e os mitos diluvianos carregam a tensão entre o sagrado e o profano e buscam satisfazer as aspirações morais e de ordem social, e mesmo as exigências de ordem prática, conforme apontado por Araújo (2003). Estas narrativas exemplificam ao homem o modo de agir baseado em modelos sagrados cujo propósito é o de servir como espelho ao conferir um sentido primeiro que é a

²⁴ Interessa apontar, conforme estudo realizado por Lazzerini; Bonotto (2014), que no Brasil foram identificadas 102 fontes sagradas, sendo que destas, 99 apresentaram algum componente utilizável para hidroterapia.

transcendência, a sabedoria e a elevação das virtudes. O tempo operado no discurso mítico é um tempo desqualificado, ausente de qualquer sentido de memória ou de história. Assim, o rito mítico – nascer, devir e fazer – mostra-se continuamente cíclico para prover o mundo, a renovação do tempo sagrado e a regeneração do tempo profano.

Ao participar do ato primordial – a gênese cosmogônica – as águas carregam a essência primeira das coisas, a partir da qual tudo se assemelhará até o Renascimento. Assim, na perspectiva filosófica natural clássica, a água era considerada um dos quatro elementos fundamentais da natureza-juntamente com a terra, o fogo e o ar -, a partir dos quais todas as demais coisas seriam possíveis. Dentre os filósofos e físicos²⁵ que se dedicaram aos quatro elementos, ganha destaque Tales de Mileto (624 a.C. – 544 a. C.) por atribuir protagonismo à água frente aos demais elementos, já que a entendia enquanto “[...] uma entidade física, única, elementar, de onde tudo provém e para onde tudo conflui e retorna.”. Esse entendimento, segundo Araújo (2003), corresponde à abordagem do conjunto da problemática da *physis* e denota uma cosmovisão a qual

parte da suposição da existência de um princípio originário, a partir do qual o mundo é criado, devém, renova-se e esgota-se. O modo operativo é o olhar em que fatos cotidianos e objetos do meio passam a ser considerado em si, e não aprioristicamente, como manifestação de poderes não-humanos. (ARAÚJO, 2003, p. 55)

Nesse sentido, Tales atribui à água um sentido metafísico, na medida em que a ela se conformam operações de origem e desenvolvimento cuja ideia de tempo é cíclica. Araújo (2003) aponta que uma importante mudança acerca do conhecimento do mundo se manifesta nas visões de Tales e Anaxímenes: o sentido de ruptura entre mito e razão. Essa ruptura se dá em decorrência do processo de expansão das técnicas e de seu entendimento como criação humana e não mais voluntariamente divina. A experiência empírica como pressuposto para a legitimação dos discursos não corresponde, na estrutura

²⁵Vitrúvio (2006) cita Pitágoras, Empédocles, Epicarmo, Heráclito, Eurípedes.

mítica, a uma questão. Desse modo, à medida que se eleva o devir empírico à categoria de estrutura do saber, se estabelece a primeira grande ruptura epistêmica de matriz racional.

A visão de Anaxímenes sintetiza, sob certo aspecto, as cosmologias de Tales e de seu sucessor, Anaximandro, ao corporificar o Ilimitado identificando-o com o ar. Como indica Araújo (2003, p. 56), “Trata-se, então, de forças – a água e o ar – eternas, não-perecíveis e não-limitadas, espacial e temporalmente. A totalidade derivada destes elementos, não obstante, configura-se finita e submetida a uma cronologia cíclica, pois as coisas têm começo e perecem, retornando à mesma fonte elementar de origem.” Segundo Hamlin (2000, p. 316), para Tales e Aristóteles, frio e umidade são atributos “auto-ativos” que se transferem, por meio da água, para outras coisas, transformando-as. A propriedade de deter a possibilidade da transformação das coisas da natureza era, portanto, na visão destes, a característica definidora da vida terrena, enquanto que o fogo, em oposição, definia a vida espiritual, pelo similar poder do aquecimento e da secagem, simbolizando, dessa forma, uma eterna disputa pela supremacia, conforme indica Lactanius (1964) *apud* Hamlin (2000).

O segundo contexto de abordagem das águas se situa na literatura de história natural. Herdeiros da filosofia Aristotélica, os romanos encontram no Livro 8 que compunha os *Ten Books on Architecture* e escrito por Vitruvius e no *Natural History*, escrito por Plínio, correspondência com o pensamento dos filósofos. Ambos os escritores discutem amplamente o tema das águas, observando as diferentes qualidades e utilidades das águas advindas de diversas fontes, incluindo ainda as propriedades idiossincráticas de fontes famosas. Segundo Hamlin (2000), Vitruvius afirma que água de riachos de montanha é a melhor água, e que a água de terras planas não é boa, porque o sol destila as suas melhores (mais leves) partes. Com exceção das diferenças de opinião sobre a água da chuva e o derretimento da neve, foi a classificação de Pliny que se tornou padrão. Água corrente era melhor "porque é feita mais fina e mais saudável pela mera agitação da corrente", já as 'Águas estagnadas

e lentas' não eram boas, assim como as águas retidas da chuva em cisternas, onde recorrentemente haviam insetos mortos. Neste ponto, observam-se as características já questionáveis da estagnação e da putrefação, em torno das quais se centralizaram, séculos depois, os discursos sanitaristas.

Grande parte da preocupação dos historiadores naturais, no entanto, era com as fontes. Além das classes usuais das fontes - sulfurosa, salina, ferrosa ou gasosa - que tanto causavam quanto curavam doenças, havia ainda classes incomuns de fontes. Segundo Hamlin (2000, p. 318), Vitruvius escreveu sobre fontes petrificantes, fontes intoxicantes ou produtoras de insanidade (bem como aquelas que tornavam as pessoas abstêmias), fontes que faziam com que as pessoas que moravam perto deles cantassem lindamente, ou que causava inchaço na garganta (bócio), ou que fazia com que os dentes caíssem.

Como aponta Halim (2000), Plínio indicou que determinadas fontes de água causavam esterilidade ou evitavam o aborto espontâneo, algumas ajudavam na memória ou causavam o esquecimento, e haviam ainda aquelas que faziam com que as pessoas 'perdessem seu amoroso desejo'. Tanto Halim (2000) quanto Plínio explicavam as propriedades das diferentes águas em termos naturalistas e usaram, para isso, um rico vocabulário qualitativo. Determinadas águas, por serem "duras, densas e frias" prejudicavam as articulações e causavam câimbras, outras providas de fontes ácidas diluíam pedras na bexiga devido à sua "nitidez", algumas nascentes tinham tal "frieza" que, ao penetrar o corpo de tal forma que pareciam "quase morder" e eram muito saudáveis para o estômago, os tendões e todo o corpo em geral.

Halim (2000) observa que não se faziam distinções entre as qualidades atribuídas às águas e suas propriedades que se relacionavam diretamente ao complexo sistema do corpo humano. Atribuía ainda, segundo Vitruvius, a variabilidade das águas ao fato de serem também numerosas as formas de 'coisas úmidas' presentes no mundo e, por conseguinte, no corpo humano, referindo-se ao sangue, leite, lágrimas, sucos, suor, urina, etc. Em grande parte da literatura, portanto, como afirma Halim (2000), a diversidade da água estava

atribuída à diversidade do próprio universo e do corpo humano, sendo que a forma como a variedade de águas se manifestava fisicamente na natureza correspondia, de modo análogo, sua manifestação no corpo humano. Segundo Plínio, essa gama de manifestações era exclusiva à água, e, por isso, era preciso conferir grande atenção às suas diferenças, de modo a “precisar” com rigor suas características.

Tanto Linton (2006) quanto Halim (2000) indicam que a forma de conhecimento das águas presente nos escritos de Vitruvius e Plínio²⁶ - como parte do que é denominada como *história natural* – é caracterizada pela descrição e categorização dos ‘objetos da natureza’. Distingue-se, portanto, da filosofia da natureza, preocupada com os aspectos mais gerais da mesma. Ambos os estudiosos da antiguidade clássica não deixavam de transparecer o maravilhamento para com as múltiplas possibilidades oferecidas pelas águas, cuja ocorrência não encontravam em nenhum outro elemento da natureza.

Ao considerar a grande variabilidade da água, Vitruvius sugeriu que a melhor forma de definir o tipo de qualidade de uma água e, conseqüentemente, indicar sua utilidade, seria observando o vigor dos corpos das pessoas que bebiam determinada água, a ‘leveza’ de seu sabor, ou ainda, observando a rapidez com que cozinhavam certos vegetais. O estado de estagnação e putrefação da água, características condenadas séculos depois pelos sanitaristas, já o eram, desde a antiguidade, aspectos refutáveis. Tais conhecimentos eram, portanto, obtidos por meio da observação e dos sentidos em geral, e por simples experimentos diretos.

Não obstante o caráter descritivo dos conteúdos presentes nos escritos de Vitruvius e Plínio, Linton (2006) chama a atenção para a natureza social daquelas águas. Assim como nos aquedutos romanos, as águas pré-modernas eram compreendidas nos contextos sociais através dos quais se tornaram amplamente conhecidas. Suas qualidades estão sempre postas em relação às

²⁶ Plínio publicou *Natural History* no século II d. C., amparado no livro de Vitruvius *Ten Books of Architecture* (*Os Dez Livros da Arquitetura*), publicado por volta do ano 30 d. C..

peças, suas atividades produtivas e, principalmente, à saúde. O complexo sistema humano, o que inclui os sentidos, como observa Hamlin (2000) foi visto como o instrumento mais sofisticado em uma avaliação qualitativa das águas. Esta abordagem, embora contenha nela elementos da racionalidade moderna, em muito difere do modo como a modernidade consolidou a ideia de água, ou, na linguagem desta, H₂O.

Linton (2006) e Halim (2000) indicam, entretanto, que está presente nos estudos sobre a água de Vitruvius e de Plínio, tanto uma abordagem pragmática que versa sobre a sua disponibilidade quantitativa e descreve suas propriedades com vistas à adequada distribuição, como também analisa a água em um contexto cultural e geográfico. Observa-se assim, diferentes modos de acessar o conhecimento, o que no contexto em questão é colocado como 'história natural' e 'filosofia natural'. Linton (2003) aponta que, enquanto a primeira se ocupa do 'estudo, descrição e classificação de objetos naturais' e se caracteriza, portanto, por uma busca pelas diferenças, a segunda se direciona ao 'estudo da natureza em geral', o que faz da investigação acerca das semelhanças o propósito maior.

Convém ressaltar, no entanto, que as diferenças que guiam estes dois campos epistêmicos da era clássica não compreendem a negação de um em relação ao outro. Gradativamente, no decorrer dos séculos a história natural - cujas questões se interessavam pelas águas a partir das suas diferenças - foi abandonada ao mesmo tempo em que a ciência moderna se apresentava como única autoridade capaz para estudar e representar o conhecimento acerca do natural. Sobre esse processo, duas fases merecem atenção, indica Linton (2003). A primeira ocorre a partir do século XVII no período conhecido como Revolução Científica, quando uma 'reforma' no campo da história natural clássica desqualifica muitos dos seus enunciados para estabelecer o que consideravam ser, mais que a superação, a instauração de um suposto estado de pureza científica.

Shapin (1999, p. 81), entretanto, contesta a ideia revolucionária atribuída ao século XVII ao indicar que “Nada marcou tanto a ‘nova ciência’ do século XVII quanto a insistência de seus proponentes de proclamar a sua novidade.”. O tempo a que se refere o autor é o da ruptura com a tradição aristotélica e primazia do viés matemático de origem pitagórica e platônica reconfigurado a partir das proposições astronômicas e físicas de Galileu, Kepler, Boyle, Pascal, Bacon, Descartes, Newton e Copérnico. No entanto, ressalta Shapin (1999), “A maioria das revoluções provoca menos mudanças fulminantes do que apregoa, ou para as quais está avisada”²⁷ e “[...] muitos filósofos mecanicistas proclamaram em público a rejeição da velha teleologia, embora continuassem a atribuir às explicações em termos de intencionalidade, um papel de destaque em algumas das suas interpretações.”²⁸ Nesse sentido, para o autor, a retórica moderna de abraçar absolutamente o novo e rejeitar em totalidade o antigo, não correspondia, de fato, à *práxis* do saber de então.²⁹ Shapin (1999) defende que coexistiam ‘novas’ e ‘velhas’ perspectivas da natureza e que seus partidários reivindicavam o direito a serem olhados como modernos ou como antigos. Assim, o caráter revolucionário setecentista era, na visão do autor, parcial. Segundo o autor,

Aquilo que estava absolutamente errado nas tradições existentes era. Dizia-se, o facto de actuarem com base na autoridade textual dos homens em vez de procederem apoiados nos testemunhos da realidade natural. Se alguém pretendesse asseverar a verdade sobre a natureza deveria consultar a autoridade da razão individual e o testemunho da realidade natural, não a autoridade dos livros. [...] Eis-nos perante uma das principais figuras retóricas utilizadas pelos novos praticantes de filosofia para se distinguirem dos antigos. O objeto apropriado à nova investigação filosófica natural não eram os livros dos autores humanos que a tradição valorizava, mas sim o Livro da Natureza. (SHAPIN, 1999, p.83-84)

²⁷ SHAPIN, 1999, p. 82

²⁸ Ibidem, p.83

²⁹ “O próprio Copérnico, assim como muitos dos seus seguidores, argumentava que o heliocentrismo era, de facto, uma visão antiga, privada de reconhecimento por subsequentes acréscimos. Andreas Vesalius (1514-1664), anatomista flamengo – celebrizado com inventos de métodos rigorosos de observação e crítico das antigas alegações anatômicas – pensava estar a revigorar o puro conhecimento médico do físico grego Galeno (129-200d.C.). Se a metodologia cartesiana era aclamada pelo seu distanciamento radical em relação às práticas de elaboração do conhecimento então existentes, alguns contemporâneos viam Descartes no papel tradicional de grande mestre filosófico: Reparem! Tornou-se o Novo Aristóteles.” (Ibidem, p. 83)

O 'Livro da Natureza', revela Shapin (1999), esteve presente no período inicial da cristandade e foi Santo Agostinho quem lhe deu voz no final do século IV, ao recomendar a 'leitura' dos fenômenos da natureza por meio da observação direta, da experiência e do raciocínio próprio. O objeto próprio do exame filosófico da natureza não eram, portanto, os livros tradicionalmente valorizados de autores humanos, mas o 'Livro da Natureza', meio supostamente direto a partir do qual seria possível acessar a realidade em sua concretude.

Desse modo, a metáfora que associa 'o mundo das coisas' - a natureza - a um livro quer indicar que todo conhecimento é, em si mesmo, uma experiência filosófica própria na qual o exame direto deve sobrepor o estudo dos textos das autoridades humanas, por mais antigos e válidos que fossem. O autor faz aqui uma importante correspondência entre os modernos do século XVII e os modernos do século XX ao aproximá-los no que tange à exortação do individualismo intelectual e a rejeição da autoridade e da fé na busca de conhecimento, muito embora para os primeiros, essa rejeição não era nem pacífica, nem óbvia.

Reforçam esse individualismo, aponta Shapin (1999), a emergência do humanismo e a reforma protestante. Para os estudiosos humanistas, a verdade antiga fora corrompida pelos escritores cristãos e árabes os quais, no ato de copiar e comentar os textos da antiguidade recaíam em adulterações imbuídas ou não de intenção consciente. Assim, era comum entre os humanistas, recorrer à experiência direta como forma de legitimar os antigos manuscritos gregos e latinos. No que tange à Reforma protestante do século XVI, lançou-se sobre as interpretações tradicionais das autoridades institucionalizadas católicas grande desconfiança, ao passo que se encorajou, impulsionado pela invenção da imprensa no século XV, a leitura direta da Sagrada Escritura. Nesse sentido, Shapin (1999) indica que somente por meio da alteração nos valores atribuídos à experiência direta e à autoridade textual foi possível usar o pensamento moderno para refutar o pensamento tradicional.

A ideia de progresso intelectual supostamente intrínseca à modernidade e justificada na constituição da experiência como recurso legitimador tornou-se historicamente 'natural' enquanto epistême. O ideal de 'pureza científica' desejado pelos primeiros filósofos modernos, conforme relata Linton (2006), deveria passar, primeiramente, pela 'cura' da própria filosofia, cuja versão tradicional teria sucumbido à sedução das palavras, do discurso e dos livros das autoridades intelectuais e à corrupção inferida pelas autoridades religiosas, referindo-se assim, tanto ao legado textual dos escritos que se dirigiam à antiguidade clássica quanto à práxis retórica da filosofia escolástica. Nas palavras de Shapin (1999, p. 131), "Dessa forma, quando os modernos insistiam no primado das coisas sobre as palavras estavam a referir-se de modo muito particular, ao estilo palavroso e complicado da filosofia natural prevaiente nas Escolas." O exercício filosófico de 'ler o Livro da Natureza' era visto, portanto, como a condição primeira para 'separar o joio do trigo'³⁰.

A explícita desqualificação do legado tradicional, como indica Linton (2006), sugere como a ciência moderna conseguiu tornar a água de uma forma que eliminou sua heterogeneidade e sua natureza social saliente. Para o autor, na natureza das águas pré-modernas coexistiram lado a lado, as noções pragmática e abstrata, representadas, respectivamente, pela história natural e pela filosofia natural clássicas em registros acerca das águas que internalizaram processos hídricos sociais e naturais. A moderna separação entre natureza e sociedade tornou o estudo das águas na contemporaneidade espólio altamente especializado e apartado das outras partes que constituíam a herança tradicional, fruto do duplo processo de divórcio litigioso que ocorre, entre o 'saber sobre os homens' e o 'saber sobre as coisas', e entre razão e transcendência.

A recontextualização epistêmica do estudo da água - das águas na história natural à água em filosofia natural e ciências naturais - é ilustrado tomando nota da tendência entre praticantes da ciência hidrológica moderna para escolher entre os textos clássicos certos temas que são consistentes com seus pontos de vista e rejeitam

³⁰ Shapin (1996, p. 138) apud Linton (2006, p. 129)

outros que lhes pareceram irrelevantes. Por exemplo, as observações de Vitruvius sobre o comportamento bruto da água foram defendidas por hidrólogos interessados em localizar as origens do conceito de ciclo hidrológico, enquanto as observações acerca das qualidades idiossincráticas de águas de nascentes variadas e seus efeitos sobre os habitantes locais foram completamente ignorados. [...]. Pode-se notar também que mesmo quando a água é descrita no universal (ou seja, como água), os escritores clássicos tendem a imbuí-la de forças, significados e significâncias que contrastam fortemente com a matéria-prima banalizada que a água se tornou no discurso moderno (científico). Assim, junto com os elementos fogo e ar, Sêneca atribui à água um “princípio de vida”, sobre o qual estava de acordo com Plínio e Cícero. [...]. Vitruvius - aludindo à cosmogênese da água de Tales como “o princípio de todas as coisas” - justifica dedicar um livro inteiro sobre o tema da água (na sua obra sobre arquitetura) com a afirmação de que “todas as coisas consistem no poder da água”. [...] Esses aspectos da água que eram aparentes para Sêneca e Vitruvius foram completamente expurgados do moderno, exegese hidrológica de seus escritos. (LINTON, 2006, p.129-130)

Linton (2006) enxerga essa transmutação como um processo de ‘desencantamento das águas’, em analogia ao ‘desencantamento do mundo’ que Max Weber emprega no início do século XX para explicar o uso da metáfora da máquina como veículo para extrair-nos o encantamento à compreensão da natureza. Em nota, Shapin complementa

Max Weber (1864-1920) utiliza a metáfora da máquina na compreensão dos processos sociais para sugerir uma tendência possível do desenvolvimento da racionalidade moderna no Ocidente – o ‘desencantamento do mundo’. A lógica de funcionamento do mundo moderno ocidental, em especial do capitalismo, teria tendência a dispensar a ação humana intencional orientada por uma ética de valores últimos, como a religiosa. O mundo desencantar-se-ia, pois, as suas formas sociais e o modo de conduzir a ação humana estaria a mecanizar-se: o homem não seria mais do que uma peça em engrenagens esvaziadas de ‘espírito’, de fé, de religiosidade. (SHAPIN, 1999, p. 56)

À medida que o conhecimento tradicional clássico acerca das águas não correspondia ao espírito da época, seus aspectos tidos como ‘não-científicos’ foram descartados, ao passo que aqueles sobre os quais seria possível instaurar a nova racionalidade foram incorporados e reconfigurados aos moldes da ciência moderna.

O terceiro contexto dos discursos acerca das águas apontado por Hamlin (2000) se situa no imaginário popular e na religião. A relação entre água e religiosidade precede o cristianismo e encontra no paganismo muitas

formas de articulação, e, como indica Hamlin (2000), a valoração espiritual da água não impedia seu uso para propósitos mundanos. Segundo Panzini (2013), populações antigas atribuíram ao espaço natural - montanhas, bosques, árvores, cavernas e fontes de água - um caráter cósmico e sagrado e eram inseridos em rituais a fim de favorecer estas forças e os ciclos que pareciam regulá-las. O autor indica que as cavernas, juntamente com as fontes de águas situadas no interior das mesmas, ocupavam um lugar privilegiado no imaginário humano, uma vez que sua forma oferecia proteção e hospitalidade, ao passo que das fendas frequentemente surgiam águas que fecundam a terra. Nesse sentido, tanto a caverna quanto as águas representam, para o homem 'primitivo', uma explícita analogia com o útero materno, do qual a vida emerge.

A revolução agrícola – remonta à gradual experiência de domesticar plantas e animais – contribuiu decisivamente na sedenterização das populações, as quais cresceram numericamente e adquiriram uma organização em estruturas sociais complexas. Dessa forma, concomitante ao surgimento da agricultura, o fenômeno urbano inicia-se a partir de uma organização sistemática que passava, sobretudo, inicialmente pela presença e posteriormente³¹ pelo domínio de fontes naturais e de cursos de água. Observar a evolução do espaço urbano é também observar a evolução do domínio da natureza, sobretudo do domínio da água. Ao mesmo tempo em que a água é tomada como sagrada, é também manipulada a fim de que sua vitalidade operasse a favor da presença humana, sendo a agricultura, o jardim e os sistemas de distribuição hídrica, significativos representantes dessa ideia. À dimensão espiritual, acrescia-se à água, a dimensão funcional e estética, já que deveriam possibilitar terrenos cultiváveis, o abastecimento para as diversas atividades humanas e espaços aprazíveis para o descanso físico e mental³².

³¹ Panzini (2013) indica que somente a partir da civilização romana os assentamentos dispuseram de sofisticados sistemas de distribuição hídrica, os quais permitiram a realização de parques urbanos e jardins domésticos.

³² Panzini (2013, p. 65) indica serem os “oásis artificiais” “[...] espaços naturais onde a alma poderia refrescar-se em sua viagem além-mundo”. Estes oásis dispunham de árvores frutíferas,

Hamlin (2000) indica que com o advento do Cristianismo, muitos corpos d'água que tinham significado sagrado nas religiões pré-cristãs, adquiriram heranças cristãs por meio da associação com os santos, outros, porém, assumiram o **status** sagrado durante a era cristã. A importância da presença da água assume lugar de destaque no mito do Éden, ou Paraíso³³, na tradição cristã. A promessa de um lugar idealizado de vida “[...] é representada pela imagem de um jardim arborizado, rico em frutos e em águas.” (PANZINI, 2013, p. 60). Contudo, cabe atentar para o fato de que a era cristã atribuiu particularidades ao significado da água. Segundo Corbin (1989), a interpretação da Bíblia marca profundamente as representações do mar, as quais diferem do caráter sagrado, utilitário e estético da água no Paraíso.

Não existe mar no Jardim do Éden. O horizonte líquido sobre cuja a superfície o olhar se perde não pode integrar-se à paisagem fechada do paraíso. [...].

Esse elemento indomável manifesta o inacabamento da Criação. O oceano constitui a relíquia daquela substância primordial indiferenciada que tinha necessidade, para tornar-se natureza criada, de que lhe fosse imposta uma forma.

Uma vez que a Criação se operou em função do homem, que constitui a uma só vez seu objetivo e centro, tal vestígio privado de forma permanece-lhe estranho. Uma criatura feita à imagem de Deus não saberia estabelecer sua morada fora do jardim ou da cidade. [...]

O oceano surge então, segundo os autores, como o instrumento da punição e, na sua configuração atual, como a lembrança da catástrofe. (CORBIN, 1989, p. 11-12)

Nessa cosmogonia cristã, ao mar e sua linha de costa são impostos fortes valores depreciativos, dos quais só se salva o porto, conforme afirma Corbin (1989, p.14) ao dizer que “A linha da costa, de fato, não é senão uma ruína, o que explica sua irregularidade [...]” e que “As costas do mar e as populações que as habitam participam de todas as imagens repulsivas

hortaliças, plantas floríferas e pequenos espelhos-d'água, reunindo funções de ordem prática e recreativa.

³³ Segundo Panzini (2013, p. 60), “A palavra *paraíso* chegou até nós através da antiga língua persa, na qual *pairidaēza*, literalmente “recinto”, indicava jardins murados e os parques de caça. A palavra é retomada pelos gregos, que chamaram *paradeisos* aos parques reais que conheceram na época persa. [...]. Assim, o Paraíso ultraterreno tem origens completamente terrenas nos *paradeisos* do Império Persa: jardins murados e arborizados, com água e animais silvestres, que retomavam a tradição assíria.”

anteriormente evocadas [...] Somente o porto, palco do desejo, da nostalgia e do júbilo coletivo, escapa a esse esquema repulsivo.” (CORBIN, 1989, p. 19).

Segundo Corbin (1989), a repulsa pelos mares, cravado no imaginário ocidental, só é modificado a partir do século XVIII, quando as águas salgadas adquirem funções terapêuticas e de prazer. Antes disso, porém, o homem enfrentou as navegações, o que na visão de Bachelard *apud* Diegues (2000, p. 11) “[...] foram motivadas mais pelos interesses do imaginário, quiméricos, que pelos utilitaristas [...]”. Corbin (1989) explica que, até a segunda metade do século XVIII, o imaginário acerca do mar é alimentado tanto pela literatura – o que inclui a Bíblia – quanto pelos relatos dos viajantes. No entanto, aponta o autor, “[...] as lembranças colhidas na literatura antiga e na leitura da Bíblia pesam mais sobre o imaginário que os relatos de viagens exóticas.”, e ambas acabam por reforçar as imagens negativas do mar. (CORBIN, 1989, p. 26).

A inversão dessa representatividade negativa começa a ser operada à segunda metade do século XVII, especificamente “Entre 1660 e 1675, [...] graças aos progressos realizados, na Inglaterra, pela oceanografia.” (CORBIN, 1989, p. 28)³⁴. Soma-se ainda neste período, o discurso médico sobre as propriedades terapêuticas do mar. Embora estas propriedades tenham garantido a validação social do discurso do banho de mar para fins curativos no século XVIII, não garantiram, ao menos àquele século, a consolidação do banho de mar como prática social.

Importa indicar ainda, o banho de mar como desejo de vigor por parte da classe dominante, despertado a partir da observação da longevidade e da pujança atribuída aos trabalhadores do mar. Dessa forma, “É nessa perspectiva que se inscreve a emergência do desejo das praias de mar a partir do século XVIII.” (CORBIN, 1989, p. 74). No entanto, como adverte Ramos

³⁴ “No mesmo período, opera-se a retirada de Satã da história mental do Ocidente. Sobretudo três fenômenos, após a efêmera atenção dada por um grupo de poetas barrocos às maravilhas marinhas, preparam a partir daí a mutação do sistema de apreciação: os cantos idílicos dos profetas da teologia natural, a exaltação das praias fecundas da Holanda, abençoada por Deus, e a moda da viagem clássica às margens luminosas da baía de Nápoles.” (CORBIN, 1989, p. 28-29)

(2009, p. 42), “[...] não se tratava de uma total imersão da elite nos fazeres dos povos do litoral, e sim da utilização de algumas práticas destes povos, porém adaptadas ao conforto e privacidade que são característicos das elites.”

Se por um lado Corbin (1989) atribui às propriedades terapêuticas a invenção da praia enquanto prática social na década de 1750, por outro lado, coloca em dúvida essa premissa ao perguntar:

“O fato de alguns banhistas viris se emanciparem, parcialmente do código terapêutico nos leva a perguntar: uma prática autônoma do banho de onda, suscitada pela busca do prazer, não teria precedido, no meio das classes dominantes, a moda nascida da prescrição médica? O historiador não estaria sendo vítima de suas fontes ao decretar, a partir de Michelet, que o nascimento do mar data de 1750?” (CORBIN, 1989, p. 90).

Ao discorrer sobre isso, o autor afirma, apoiado em relatos de viagens, que mesmo antes de 1750 – suposta data da invenção da praia – populações que residiam no litoral já desfrutavam dos banhos de mar, como pode ser observado no trecho a seguir.

O doutor Lê François afirma, em 1812, que as crianças do povo do litoral adquirem o hábito de nadar os portos da Mancha desde os seis ou sete anos. [...] Pierre de Lancre descreve no início do século XVII a surpresa experimentada pelo viajante ao ver moças e jovens pescadores que misturam-se nas ondas[...] (CORBIN, 1989, p.95).

Estes banhos, como coloca Rocha (2009, p. 45), assumem muito mais um “[...] contorno lúdico, hedonista, em oposição ao formato britânico rígido e metódico, para que seja cumprida a prescrição médica.” Não obstante essa constatação, para Corbin (1989), os códigos dos banhos de mar terapêuticos, à luz do modelo franco-britânico, são dominantes e acabam por ditar o modo de vida à beira-mar. A partir do século XIX, principalmente, a crescente valorização do banho de mar repercute em uma distinção socioeconômica dos e nos espaços praias.

Recordemos que, em 1827, a estação de Swinemunde recebeu a visita de 1200 banhistas, aristocratas e grandes burgueses em sua maior parte: uma tal afluência impõe uma estrita partição. A praia, conforme descrição feita no ano seguinte, é dividida em cinco zonas. A do meio, com uma extensão de 500 passos, deve permanecer vazia; tem por finalidade separar os dois setores, um reservado aos homens e outro as mulheres. Desde os quatro anos, os garotos

devem deixar de acompanhar suas mães, sendo confiados a um vigilante, na praia dos homens. Esta clássica distribuição segundo o sexo, praticada em Boulogne, em Granville, em Dieppe, vê-se acrescida de uma fronteira social. O setor reservado ao sexo masculino divide-se em duas zonas. Na primeira ficam os membros das classes inferiores, que não possuem cabines nem carros de banho. O segundo setor da praia destina-se aos ricos; estes dispõem de vinte ou trinta cabines de banho equipadas, de carros de banho e de um caminho de tábuas para evitar que seus delicados pés sofram eventuais cortes. A primeira das zonas reservadas às mulheres beneficia-se do mesmo tipo de equipamentos, do qual estão privadas as mulheres das classes inferiores, relegadas ao último setor (CORBIN 1988 p. 296).

Ao final do século XIX, o banho de mar, assim como os espaços praias, aproxima-se muito mais do prazer, de modo geral, e, especialmente para as classes elitizadas, também como forma de reafirmação social de suas posições economicamente privilegiadas. Esta valoração das águas enquanto símbolo social e econômico, como veremos em seguida, atravessa a historicidade das águas em variados contextos que se entrecruzam espaço-temporalmente. Dessa forma, deve-se compreender estes contextos culturais nos quais se estabelecem a relação homem-águas como faces de um mesmo processo social e civilizatório do ocidente. Ao indicar que no contexto religioso as águas assumem uma posição privilegiada associada ao seu valor enquanto transcendência, não estamos excluindo deste contexto o papel do imaginário literário social na construção e reconstrução do seu sentido espiritual. Do mesmo modo, ao abordar este imaginário social, não é possível apartar deste, o atravessamento das questões de cunho religioso. Este entrelaçamento também se observa, historicamente, no discurso das águas que trata das questões relacionadas à saúde. Este discurso, abordado sob o tema da balneabilidade, revelou a transformação de um imaginário social amplamente imbuído de religiosidade em uma prática de saúde, a qual se projeta como símbolo social e econômico.

Daremos continuidade, portanto, a esta trama contextual das águas pré-modernas examinando aspectos das águas 'doces', no que tange às práticas também relacionadas à saúde e bem-estar do corpo, mas também enquanto prática de sociabilidade e sua posterior mercadorização. Este discurso

perpassa pelos banhos termais difundidos na Antiguidade Clássica e pela cultura das águas minerais, tal como é abordado por Hamlin (2000) no quarto e último contexto das águas pré-modernas, sobretudo no que diz respeito à valorização mercadológica das águas minerais.

De acordo com o autor, as funções das águas consideradas sagradas e das fontes de águas minerais se sobrepunham: ambas podem ser procuradas para curar doenças ou outras condições incapacitantes, ou simplesmente como forma de prevenção da saúde em geral. No entanto, como indica Hamlin (2000), ao contrário dos poços sagrados, a singularidade das águas minerais podia ser contestada e havia muitas razões para fazê-lo. Embora certamente houvesse 'rivalidades' entre poços sagrados, seu *status* como locais de suposta graça divina transcendeu qualquer avaliação naturalística. No que tange as águas minerais, desde o século XVI já estavam claramente sob a lógica da mercantilização. O autor chama a atenção para o início de uma vida lucrativa alcançada a partir da promoção, sobretudo por parte da classe médica, de determinados locais detentores de fontes de águas minerais de alta qualidade eficazes contra inúmeras moléstias da saúde. À essa altura, os objetivos econômicos, segundo Hamlin (2000), se sobrepunham e até mesmo ignoravam as qualidades naturais ou espirituais até então reconhecidas sobre as águas. Assim, na seção seguinte apontaremos os marcos singulares que marcaram a construção da natureza moderna da água em detrimento da ideia pré-moderna das águas.

2.2 A natureza moderna da água

De l' origine des fontaines (A origem das nascentes), publicado pela primeira vez em 1674 por Pierre Perrault³⁵ (1608-1680), embora trate objetivamente de experimentos quantitativos acerca da origem do fluxo de água das nascentes, representa também, de modo subliminar, o que Linton (2006) identifica ser uma espécie de 'manifesto da água moderna'. O exposto

³⁵ Muitos hidrólogos reconhecem Pierre Perrault como um dos pioneiros na tentativa de sistematizar e quantificar o ciclo hidrológico por volta de 1670.

por Perrault em seu livro, para além de suas demonstrações empíricas, de algum modo revela também de forma direta, a natureza moderna da água.

Para mim, que me comprometi a falar apenas sobre a Origem das Primaveras, é o suficiente o ter feito, e por este meio ter-lhes dado à luz. O seu destino é correr sobre a Terra e por todo o Mundo, vou deixá-los fazê-lo sem interessar-me pelo que lhes possa acontecer, bom ou mau; se tornaram-se famosas através das várias qualidades boas ou más que se contraíram nas suas viagens, de acordo com a reunião afortunada ou azarada que possam ter feito com solos favoráveis ou infelizes; se outras atraem a admiração e o espanto de pessoas curiosas pelo seu fluxo e pelos seus efeitos surpreendentes, se outras permanecerem por natureza suave e pacífica, tal como eram à nascença. Tudo isto não é da minha conta, é o suficiente para que sejam simplesmente nascentes, sendo a sua qualidade apenas um acidente que lhes pode acontecer ou não acontecer sem alterar a sua essência. (PERRAULT *apud* LINTON, 2006, p. 157, tradução nossa) ³⁶

No extrato está claro o abandono do interesse por qualquer questão que não seja relacionado à 'mecânica' do ciclo hidrológico e aos aspectos quantitativos presentes neste ciclo. Fica claro no relato de Perrault acerca da origem das nascentes, o quanto ele relega as qualidades e os significados das águas para o estatuto de mero "acidente", o que elucida o modo como a ciência abstém-se do legado epistêmico tradicional para construir o próprio legado. Aqui, em outras palavras, temos uma receita para a morte da natureza social da água e o nascimento efetivo do que ele denomina como 'água moderna'. Importa ressaltar, entretanto, como veremos a seguir, que a temática da qualidade da água não desapareceu do discurso científico moderno, pelo contrário, marcou de forma profunda as discussões que se desencadearam entre os séculos XVII e XIX. Contudo, a fala de Perrault prenuncia o que conformou efetivamente o entendimento moderno da água, por um lado ancorado na ideia de quantidade e, por outro lado, em uma ideia de qualidade

³⁶ "For me, who have undertaken to speak only about the Origin of Springs, it is sufficient to have done so, and by this means to have given them birth. Their fate is to run upon the Earth and throughout the World, I shall let them do so without taking any interest in what may happen to them, good or bad; if the ones become famous through the various good or bad qualities that have contracted in their travels, according to the lucky or unlucky meeting they may have made with favourable or unfortunate soils; if others attract the admiration and amazement of curious people by their flow and by their surprising effects, if others remain by nature mild and peaceful, as they were at birth. All this is no concern of mine, it is enough that they should be simply springs, their quality being only an accident which can happen or not happen to them without changing their essence. (Perrault 1967:144-45)" *apud* Linton (2006, p. 157)

criada *ex nihilo*. Pode-se afirmar, portanto, que a radicalidade da mudança que se expressa no exposto por Perrault se manifestará de forma consolidada no século XIX, em decorrência de uma série de impulsos emitidos desde o início da era moderna.

A construção do que Linton (2006) chamou de 'água moderna', portanto, está relacionado a um conjunto de mudanças acerca do entendimento do homem sobre a natureza que se desenrolaram desde o século XVII e atingiram seu ápice no século XIX. Para Linton (2006) a água moderna pode ser definida como a forma dominante de conhecer e relacionar-se com água, consolidada no século XIX na Europa Ocidental e na América do Norte, e que assume uma escala global ao final do século XX. O autor atribui a solidez de sua constituição na produção de conhecimento aos estudos da química, da hidrologia e ao desenvolvimento do que se poderia chamar de uma 'engenharia hidráulica' ao longo do século XIX. Para o autor, estas ciências, acabaram por traduzir a 'natureza' em fórmulas matemáticas destituídas de conhecimento 'local'. Desse modo, não obstante as suas diferentes formas de utilização, incide sobre a água moderna um mesmo *modus operandi* de conhecimento, supostamente tomado como verdadeiro e único, o qual sugerimos, comprometeu em grande medida a natureza das práticas socioespaciais estabelecidas nas águas na modernidade.

De acordo com Hamlin (2000), entre os séculos XVI e XIX foi publicado, em diversas línguas, um grande volume de materiais acerca das fontes de água mineral, caracterizando o que ele denominou ser uma robusta 'literatura da água mineral'. Estas publicações versavam acerca das qualidades especiais das águas de determinadas nascentes e forneciam, além de informações sobre o desempenho destas na cura de doenças e em tratamentos diversos, os meios possíveis para a sua 'melhor' aquisição. O autor chama atenção para o fato de que, em grande medida, os primeiros 'investidores' interessados no potencial econômico das águas especiais de determinadas nascentes foram médicos que detinham imóveis localizados nas proximidades destas, passíveis,

portanto, de serem reconfigurados para atender o público atraído pelo 'marketing das águas'.

Estas análises, de certa forma, tidas como científicas, juntamente com outros meios de persuasão, visavam oferecer as águas como mercadorias em locais dotados de uma infraestrutura própria para esta finalidade. Dentre as estratégias do que se poderia chamar de um '*marketing* das águas', estão depoimentos de curas, explicações dos efeitos fisiológicos presumidos das águas, descrições acerca das hospedagens disponíveis em suas proximidades, do clima, e, o mais importante segundo o autor, descrições que revelavam aos outros visitantes, o que e quem se podia encontrar nos estabelecimentos idealizados para o usufruto destas águas especiais. Esta declaração sugere, portanto, a sobrevalorização das águas como instrumento operado em uma dinâmica em que se entrelaçavam junto às questões ligadas à saúde e ao bem-estar, outras questões de natureza estético-sociais e econômicas.

Hamlin (1999) afirma que durante o século XVIII já se estabelecera o que se poderia denominar como um 'mercado das águas minerais naturais' em algumas cidades inglesas, como Epsom, Bath e Harrogate. Contudo, ao final do mesmo século, essa hegemonia se fragiliza quando em uma série de lugares até então pouco conhecidos - tal foi o caso de cidades como Cheltenham e Leamington -, alguns médicos proprietários de terras ou investidores locais ganharam repercussão ao obterem lucros com as virtudes de uma fonte para cura de enfermidades e moléstias. Não obstante a lucratividade obtida com as águas terapêuticas, o autor ressalta que até aproximadamente 1850, referir-se às qualidades das águas era referir-se às variadas águas provindas de fontes consideradas terapêuticas. Hamlin (1999) afirma que neste período foram requeridas análises que atestassem os poderes medicinais de milhares fontes em toda a Europa.

Desse modo, a partir de meados do século XIX, se intensificaram as análises que visavam estabelecer uma relação entre a presença de determinadas 'propriedades especiais' nas águas e a saúde do homem.

Segundo Hamlin (1999), a análise da qualidade das águas até esse período visava identificar as particularidades potenciais de cada uma das águas obtidas de fontes específicas. Uma mudança se estabelece, entretanto, quando em 1840, o médico Augustus Bozzi Granville de Londres, iniciou um inquérito acerca dos "spas da Inglaterra", com a intenção de contrapô-lo aos seus volumes recentemente publicados sobre os spas da Alemanha. Granville constatou que uma intensa competição entre as estâncias termais se revelava ao buscarem 'a qualquer custo' endossar a legitimidade das águas que ofereciam.

Ao suspeitar das análises que eram feitas, Granville identificou que não eram claros e comuns os critérios destas análises, o que resultava em diferentes versões para uma mesma água oriunda da mesma nascente. A problemática das análises das águas envolvia, em especial, dois aspectos, sendo o primeiro o fato de que a maior parte do que foi escrito sobre as nascentes e das análises feitas era produto daqueles que tinham interesses financeiros sobre estas águas. O segundo aspecto era a incerteza científica proveniente de diferentes métodos de análises das águas. A ausência de alinhamento entre os métodos incorreu na ausência de consenso sobre o procedimento adequado de análise das águas, e na reivindicação da autoridade sobre os métodos. Havia também desacordo quanto ao significado médico dos resultados. Embora a maioria das autoridades concordasse com uma classificação geral - as águas minerais ou eram sulfurosas, salinas, calcárias, ou carbonatadas - havia um desacordo substancial sobre quais compostos em quais quantidades tinham determinado que tipos de efeitos medicinais e mesmo se as investigações químicas eram ou não capazes de determinar os efeitos medicinais.

Hamlin (1999) descreve que os problemas que afligiram a análise das águas minerais puseram em questão a integridade epistêmica da ciência da química e as tentativas dos químicos de abandonar grande parte desse patrimônio, procurando uma base sólida para a análise da água mineral. No entanto, aponta o autor, as substâncias presentes nas águas minerais eram

muito menos estáveis, o que representava que, em certo sentido, estavam à procura de uma entidade que, pelo menos tal como a desejavam, não existia. Como aponta Hamlin (2000), pode-se dizer que uma certa competição entre os 'promotores' das mais variadas fontes de águas desencadeou a adoção de um meio de padronização para análise e comparação das águas, de modo que pudessem, independentemente das singularidades de cada tipo de água, validar a existência de propriedades terapêuticas.

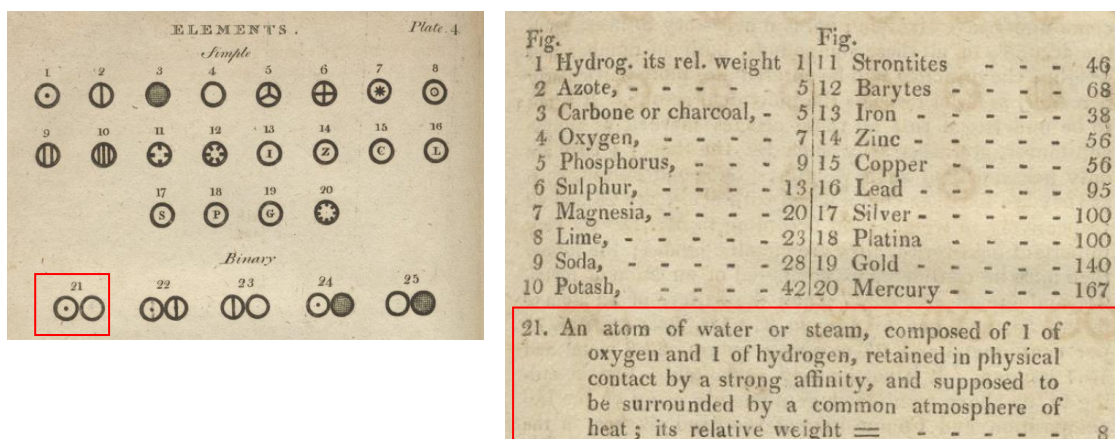
Antecede e contribui, em grande medida, na busca pela sistematização metodológica das análises das águas, o trabalho de Antonie-Laurent de Lavoisier (1743-1794) quando abre o caminho para a decomposição e generalização química da água. Ao declarar que "A água não é um elemento", Lavoisier foi o primeiro a defender a água enquanto composto químico incolor, transparente, ausente de gosto e de cheiro e formado por átomos de oxigênio e hidrogênio no *The Concise Oxford English Dictionary* em 1783, e também a indicar que a água poderia ser sintetizada, ou seja, poderia ser "feita artificialmente e do zero". Desse modo, Linton (2006) indica que a água reduzida a composto químico derrubou uma tradição de crença - mantida por cerca de dois mil anos - pelos quais a água foi entendida como um 'elemento'.

John Dalton (1766-1844), outra figura chave na fundação da química moderna, avançou sobre os estudos de Lavoisier e forneceu, em 1808, uma imagem gráfica da combinação dos átomos para formar a composição da água. Dessa forma, segundo Linton (2006), Dalton³⁷ elaborou a primeira representação visual da molécula de água (Figura 13), o que permitiu, assim, criar a identidade imagética da água moderna. Para Hamlin (2000), a água antes compreendida por ilimitadas substâncias variadas, passou a uma substância monolítica contendo maior ou menor concentração de substâncias a

³⁷ Dalton (1808, p.219) descreve na legenda, no original: "An atom of water or steam, composed of 1 of oxygen and 1 of hydrogen, retained in physical contact by a strong Affinity, and supposed to be surrounded by a common atmosphere of heat; its a relative weight." ["Um átomo de água ou vapor, composto por 1 de oxigênio e 1 de hidrogênio, retido em contacto físico por uma forte afinidade, e supostamente rodeado por uma atmosfera comum de calor; o seu peso relativo"] (Tradução nossa).

que conhecemos como "impurezas". Ainda, seus estudos passaram da ênfase na singularidade qualitativa e geográfica para uma dicotômica determinação entre água pura ou impura.

Figura 11 - Símbolos atômicos de Dalton em *A New System of Chemical Filosofia*, publicado em 1808



Fonte: DALTON (1808). <https://digital.sciencehistory.org/works/ff365590j/viewer/v405sb06h>

Hamlin (2000) afirma que em meados do século XVIII uma segunda onda de valorização econômica atingiu, o que se poderia chamar de 'indústria das águas minerais'. O fabricante que poderia imitar aquela 'água mágica' e o empresário que pudesse engarrafar e vendê-la poderia tornar amplamente disponível uma medicina até então limitada à elite. Neste ponto, questiona Hamlin (2000), as águas que antes tinham qualidades singulares e especiais - resultado de suas particularidades históricas e geológicas e que os químicos nunca conseguiriam isolar ou reproduzir - poderiam, de fato, serem criadas artificialmente?

O desejo pela certeza em reproduzir artificialmente a água mineral fez com a química analítica buscasse detectar os constituintes ativos na água. Ocorre que, conforme indica Hamlin (1999), à medida que identificavam, em diferentes águas, distintos componentes ativos, reconheciam também que muito provavelmente estavam diante de uma infinidade de composições impossíveis de serem reduzidas a uma única. Ainda assim, químicos como Torbern Bergman (1735-1784), defenderam ser possível não só isolar e

identificar os componentes das águas que analisavam, como também saber quais eram os componentes ativos.

Nesse sentido, afirma Hamlin (1999), Bergman estava tão confiante na ciência progressista que não via necessidade de reproduzir com exatidão as águas naturais, já que poderiam, inclusive, melhorá-las. Assim, defendeu que deveriam deixar de fora os componentes inativos e os sais que poderiam ser 'prejudiciais' sintetizar a água mineral a partir dos seus componentes comuns encontrados em diversos tipos de água. Em 1778 Bergman publicou um trabalho sobre análise de águas minerais o qual assumiu grande importância metodológica nos estudos destas. Embora outros cientistas³⁸ ao longo dos séculos XVIII e XIX tenham, de alguma forma, superado o método analítico de Bergman, a este associa-se o marco da criação de um padrão de análise de uma suposta água padrão.

Importa ressaltar, conforme alerta Hamlin (2000), que não se pode apontar para a ciência da química todos os fatores responsáveis pela mudança de paradigma que o entendimento moderno acerca da água compreende. É certo, segundo o autor, que tantas outras questões contribuíram para tal, como a queda da tradição filosófica aristotélica e da história clássica natural, o protagonismo assumido pelo cristianismo na explicação e atribuição dos 'milagres', além do aumento da preocupação crescente com o abastecimento de água para atender as cidades e o setor industrial. Os esforços do 'mercado da água' em busca de uma idealizada e uniformizada 'pureza' implicam, em grande medida, na artificialização e na eliminação das singularidades das diferentes águas. O autor aponta que o complexo contexto de mudanças que desencadearam na gradativa alteração dos valores atribuídos à água passa pela sua uniformização, mercadorização e também pela sua associação como veículo transmissor de doenças em grande escala.

³⁸Hamlin (1999) destaca: John Archibald Murray (1778–1859), August Wilhelm von Hofmann (1818-1892), William Thomas Brande (1788-1866), Alfred Swaine Taylor (1806-1880). Frederick Accum (1769–1839)

Para o autor, as análises químicas destinadas à investigação das águas não possuíam como premissa revelar as significativas diferenças existentes entre os mais variados tipos de águas, mas sim torná-las iguais, na medida em que, tanto químicos quanto médicos passaram a aceitar um reduzido número de métodos padronizados de análise de um universo significativamente diversificado de águas. Assim, entre os séculos XVIII e XIX, entretanto, a então incipiente ciência química manifestou tendências universalizantes ao reduzir a poucos os métodos de análises das águas, o que implicou na generalização de suas propriedades. Esse direcionamento, juntamente com o crescimento das preocupações com o abastecimento e com a transmissão de doenças, de alguma maneira justifica a consolidação de uma ‘indústria de água mineral’ a qual prometia engarrafar e disponibilizar uma ideia de água ideal, dotada de propriedades ‘adequadas’ a qualquer consumo e livre de qualquer risco de contaminação.

A partir do século XIX, cresceram significativamente as pesquisas que visavam garantir estados ideais de pureza, adequados, respectivamente, para fins ordinários e para o consumo, sobretudo impulsionadas em razão do impacto dos níveis de urbanização das cidades e da ocorrência de epidemias em áreas urbanas. À medida que as preocupações com a insalubridade aumentavam, decrescia no imaginário social a ideia de água tomada ao mesmo tempo como multiplicidade e singularidade, e há muito já esvaneceu o caráter metafísico.

Linton (2006) se refere à ‘água moderna’ como algo abstrato, isomorfo e mensurável, representada como H₂O (Figura 9), e que veio a constituir o ciclo hidrológico. Esta concepção da água caracteriza-se pela idealização de uma ideia de pureza e de composição química adequada a todas as finalidades que homogeneíza os diferentes tipos de água e também extrai de sua natureza qualquer atributo que se circunscreva para além destes limites da racionalidade científica moderna. Nesse sentido, a água moderna é sempre a mesma, independentemente das circunstâncias espaciais, históricas e culturais. A

redução da água a H₂O permitiu a comparação de todas as águas possíveis e a sua quantificação por uma mesma unidade de medida. Do mesmo modo, a ideia de balanço hídrico presente no ciclo hidrológico parte dessa água enquanto 'massa homogênea' e representa, sob a perspectiva ontológica, a perseguição a uma ideia de controle da totalidade amplamente difundida no início da era moderna.

Para Linton (2006), a ideia de ciclo hidrológico carrega consigo a representação sistematizada da ideia de água da ciência moderna, a qual fundamentou parte significativa de um contexto de crises atribuídas à escala global dos acontecimentos humanos. O período que compreende a metade do século XIX, marcado por um estágio avançado da revolução industrial e do capitalismo trouxe novas exigências à água, particularmente como demanda da crescente urbanização e como fator de produção de energia.

Goubert (1986) *apud* Linton (2006) afirma que no movimento de massas de pessoas do campo para a cidade - especialmente quando servido por água canalizada através de sistemas de distribuição urbana – as relações sociais com a água são atenuadas e que o processo de urbanização decorre no que o autor chama de "a conquista de água". Precede, no entanto, esse fenômeno urbano, a sua manifestação no campo da ciência, a qual subsidiou em grande medida o aparato tecnológico que se sucedeu a partir de então. Desse modo, emerge uma nova forma de relacionar-se com a água que internaliza profundas consequências intelectuais e materiais para a água, bem como para as pessoas. 'A conquista da água', sugere Linton (2006), deve também ser considerada em relação ao desenvolvimento da ciência hidrológica moderna³⁹.

Linton (2006) indica que a hidrologia moderna é entendida como o estudo científico centrado na "a ocorrência e o movimento da água no nosso planeta"⁴⁰. Embora esta definição não evidencie de modo direto a sua relação

³⁹Linton (2006) aprofunda e detalha a distinção que faz, entre o ciclo hidrológico moderno e o sagrado.

⁴⁰ DOOGE (1983, p. 23) *apud* LINTON (2006, p. 146)

com a métrica, seu desenvolvimento é motivado, sobretudo, como resposta à crescente apreensão em torno do suprimento de água em equivalência com a intensidade dos processos então incipientes advindos de múltiplas revoluções do século XX.

Figura 12 - Primeiro diagrama do ciclo hidrológico de Horton

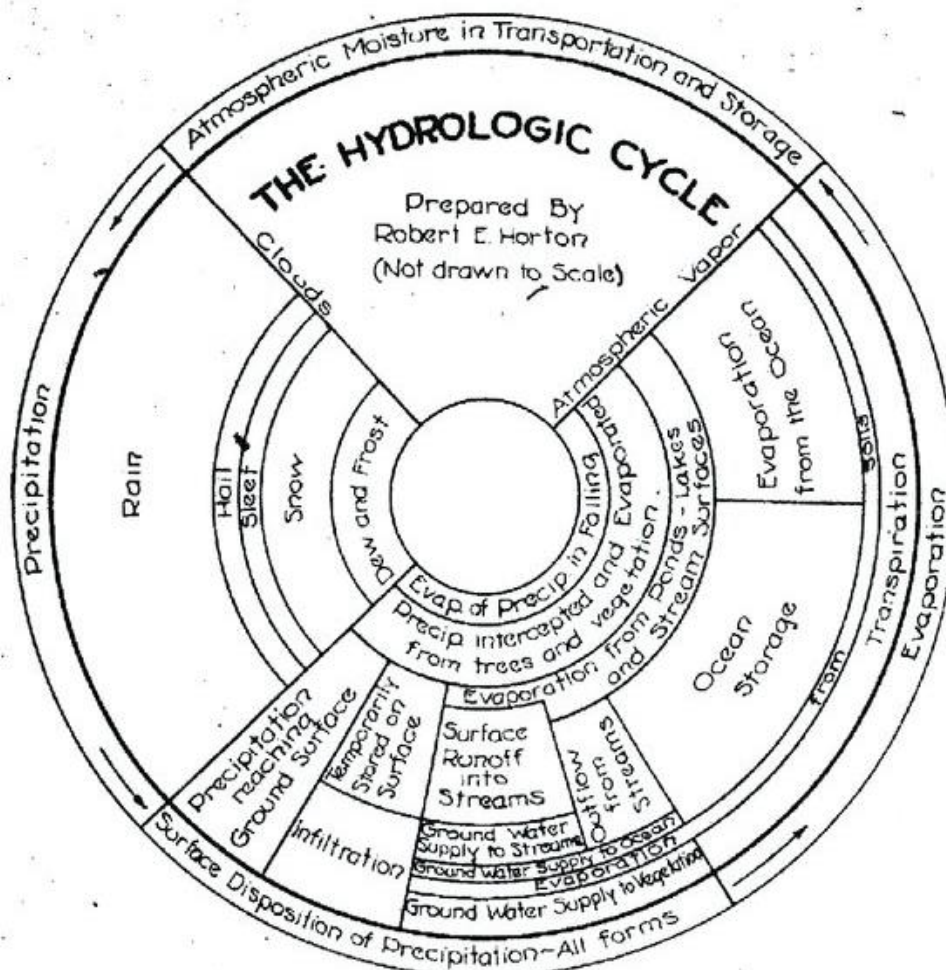


Fig. 1--The hydrologic cycle

Fonte: Imbelloni (2019)

Desse modo, para Linton (2006), a hidrologia é uma ciência cujo objetivo visa abstrair a água das suas dimensões qualitativas e reduzi-la à dimensão quantitativa. É, portanto, quando a abordagem matemática da água é enxertada em questões "hidrológicas" que a água moderna começou a tomar forma. Segundo Imbelloni (2019), em 1931 pela primeira vez o ciclo hidrológico (Figura 14) moderno foi representado em um diagrama e apresentado para

outros cientistas pelo hidrologista Robert Elmer Horton (1875-1945) no artigo intitulado: "O campo, o escopo e o status da ciência da hidrologia"⁴¹, publicado em 1931, como expõe LINTON (2006, p. 208)

O ciclo hidrológico moderno compreende uma ideia de totalidade uma vez que insere toda a água do mundo dentro do seu domínio, tal como expressam os próprios hidrólogos (MARSH, 1985, *apud* LINTON, 2006, p.160): "Toda a água está envolvida num ciclo hidrológico contínuo [...]"⁴². Assim, o ciclo hidrológico foi tomado como uma forma de categorizar, sistematizar e representar a totalidade de água a despeito dos próprios processos sociais e das singularidades dos seus variados contextos situacionais. A noção de água moderna, portanto, aponta para a redutibilidade da pluralidade das 'águas pré-modernas' em 'água moderna' e abstrata, renomeada como H₂O e passível de quantificação, cuja expressão hidrológica do 'balanço hídrico = evaporação + escoamento' encontra sua máxima representação.

Segundo Linton (2006), o ciclo hidrológico, amplamente difundido na prática científica norte-americana, tornou-se importante instrumento das agências de planejamento a partir da década de 1930, quando o Estado ganhou capacidade de examinar e controlar os recursos hídricos do país. A nomeação da água como "recurso" no início do século XX é assim um momento crucial na história da 'água moderna', bem como na história do Estado. Este momento ocorreu no contexto do que o autor denominou como 'movimento de conservação' iniciado por William John McGee (1853-1912) nos Estados Unidos e dos programas do *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) na década de 1930. A publicação do artigo de McGee em 1909 intitulado *Water as a Recourse* explicita a ideia de controle total da natureza enquanto recurso.

Não foi feito nenhum avanço mais significativo na nossa história do que o dos últimos anos em que as nossas águas passaram a ser consideradas como um recurso – definitivamente limitado em quantidade, mas susceptível de conservação e de aumento da

⁴¹ No original: "The Field, Scope, and Status of the Science of Hydrology"

⁴² No original: "All water is involved in a continuous hydrologic cycle..."

eficácia através de uma sábia utilização. A conquista da natureza, que começou com o controlo progressivo do solo e dos seus produtos e passado para os minerais, é agora estendida para as águas na, acima e abaixo da superfície. A conquista não estará completa até que estas águas estejam sob controlo total. (McGee, 1909, p. 522-523, apud LINTON, 2006, p. 246, tradução nossa)

Embora o termo conservação remeta à ideia de proteção, o movimento tinha como essência, segundo o planejamento racional, promover o desenvolvimento e utilização de todos os recursos naturais. A declaração de McGee da 'água como um recurso' em 1909, portanto, pode ser considerada a necessidade do controle total das águas da nação, uma necessidade que só poderia ser gerenciada pelo Estado. Aqui se define, segundo Linton (2006), o momento em que o modo científico de saber moderno da água tornou-se instrumento "oficial", no sentido da sua adoção pelo Estado. Só em meados dos anos 30, sob os programas do New Deal de F.D. Roosevelt, é que estes projetos foram postos em prática em grande escala, realizando assim a visão de "controle completo" das águas da nação.

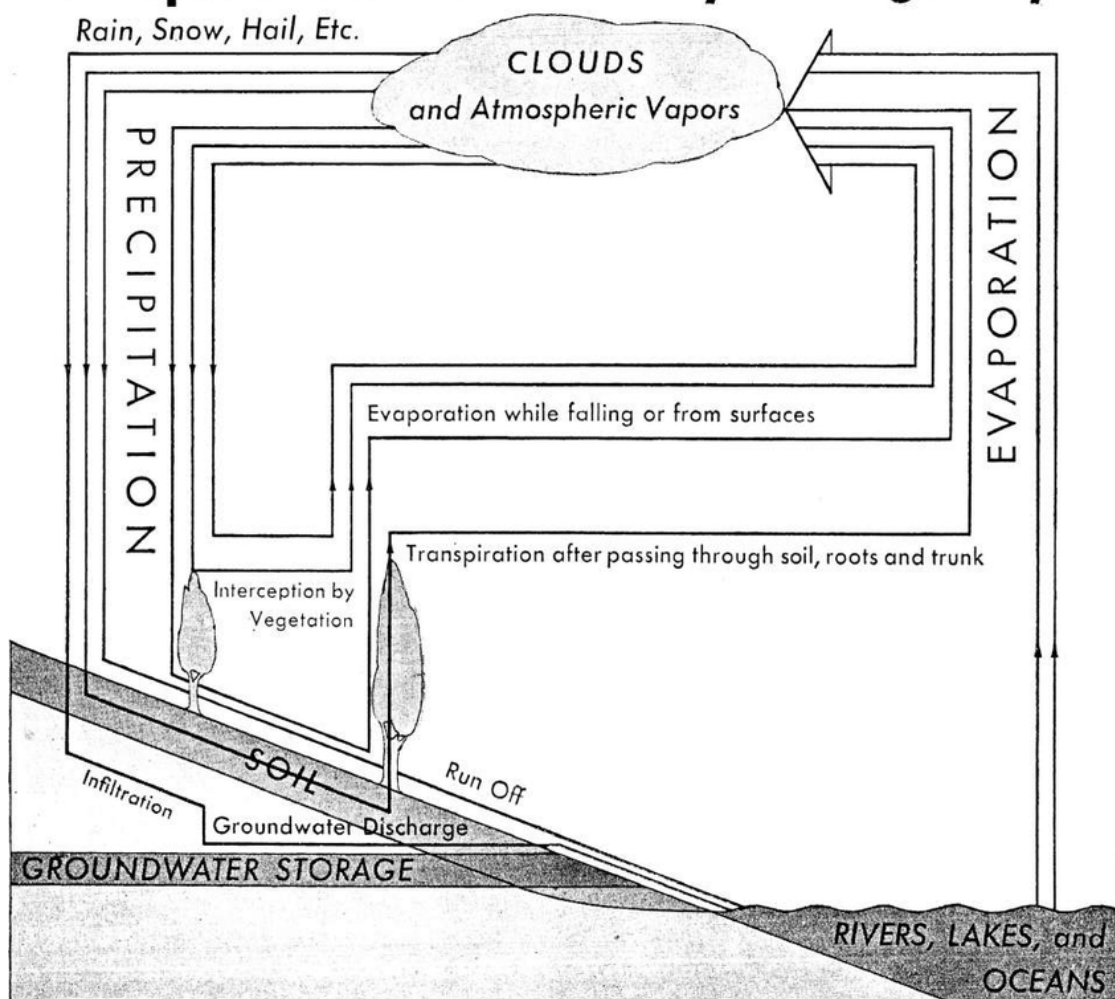
O controle e a manipulação da água pelo Estado é tema de importantes trabalhos, dentre os quais, sobretudo, importa indicar Worster (1985), Goubert (1989), Swingedouw (1999); Bakker, (2003), Aspe (1999) e Scott (1998). Em recente trabalho, Linton (2022) aponta que a busca por tal controle e manipulação da água andou de mãos dadas com o avanço da ciência da água e práticas de engenharia e tiveram o efeito de tornar todas as águas mensuráveis e redutíveis a um 'perigo' (no caso de inundações) ou a um recurso suscetível de desenvolvimento e gestão.

Interessa-nos indicar, da narrativa construída, que o processo que torna possível sua mensuração, controle e gestão envolve, primeiramente, a historicidade das mudanças das formas de entendimento, apreensão e representação da água pelo homem no ocidente, ou seja, o contexto epistêmico no qual se verifica a perda de múltiplos sentidos, significados e significâncias das 'águas pré-modernas' e a sua redução, generalização e idealização da ideia de 'água moderna' em H₂O, no ciclo hidrológico e como recurso a ser gerido e manejado. Linton e Budds (2014) afirmam que o

principal efeito epistemológico da 'água moderna' é aquele em que se verifica o banimento do seu conteúdo social e torna a ideia de água 'ahistórica', reduzida a uma dimensão métrica abstrata favorável à sua aplicação como recurso político-econômico.

Figura 13 - Ciclo hidrológico apresentado pelo *National Resources Board* (USA) em 1934

Precipitation and the Hydrologic Cycle



Fonte: NATIONAL RESOURCES BOARD (1934, p. 262)

Linton e Budds (2014) associam o discurso científico à dimensão política ao indicar a representatividade do 'ciclo hidrológico' no crescimento do estado moderno. Apenas três anos após a publicação do ciclo hidrológico por Robert Horton no encontro da *American Geophysical Union*, em 1931, as agências de planejamento do governo norte americano já o traziam (Figura 15) como meio

de gerir os 'recursos hídricos' da nação e torná-los previsíveis e controláveis no documento oficial intitulado *A Report on National Planning and Public Works in Relation to Natural Resources including Land Use and Water Resources with Findings and Recommendations*⁴³ apresentado pelo *National Resources Board*⁴⁴.

A década de 1930 foi, portanto, ao menos nos Estados Unidos, o auge do que Bakker (2003) descreveu como o 'paradigma hidráulico estatal' e que Gleick (1998;2000) chamou "o velho paradigma da água". Este período se estendeu até a década de 1980 e foi caracterizado por uma ênfase no fornecimento de água pelas agências do Estado, ou seja, na visão da água como 'recurso' a ser 'desenvolvido' e 'gerido'. O 'paradigma hidráulico estatal' caracterizou-se, dessa forma, por aquilo que passou a compreender a ideia de "gestão da água", a qual pressupõe a sua exploração e manipulação à revelia da complexidade de relações entre a água e as funções do ecossistema e entre a água e a sociedade. O ciclo hidrológico enquadrou-se bem dentro deste paradigma como uma forma idealizada de representar a água e como instrumento epistemológico para desenredar a água da ecologia e da sociedade humana.

Corroborando com esse entendimento Kalaora (2001), ao apontar que as sociedades modernas caracterizadas pela conquista da água geraram um sistema de representações e de valores onde a água é considerada como um objeto externo, um produto banalizado, mecanizado, secularizado que se tem à vontade, aparentemente inesgotável e gerenciável pelas tecnologias existentes. Para este autor, no plano da imaginação, são surpreendentemente pobres as imagens destas representações modernas: o elemento que domina é o mito da abundância e da capacidade do Homem de conquistar, em todas as circunstâncias e condições ambientais.

⁴³ "Relatório Nacional de Planejamento e Obras Públicas em Relação aos Recursos Naturais, incluindo Uso da Terra e Recursos Hídricos com Resultados e Recomendações" (tradução nossa).

⁴⁴ "Conselho Nacional de Recursos" (tradução nossa).

A universalidade da água moderna é, então, o pré-requisito mais importante para alcançar o gerenciamento científico da água, uma vez que pressupõe a possibilidade de mensuração da água e o seu suposto controle e domínio. Assim, a trajetória descrita, no que tange à presente pesquisa, nos oferece subsídios consistentes para afirmar que a mudança do paradigma pré-moderno para o paradigma moderno da água foi em parte o produto de uma revolução epistemológica, uma vez que ocorreu como consequência de uma forma particular de conhecer e representar a água na prática científica moderna – uma prática que pressupunha uma separação fundamental entre o natural e o social. A temática das águas, à luz da ciência moderna, é, portanto, tradicionalmente abordada a partir de uma visão dicotomista entre sociedade e natureza.

Assim, Linton (2006) indica que a água moderna é deliberadamente não social e não histórica de uma tal forma que as águas de outros lugares e outros tempos não foram, uma vez que abstrai o seu significado corológico e cultural. Este significado, cuja genealogia no ocidente se encontra na narrativa mítica e cosmogônica, preenche-se de sentido simbólico, sobretudo atribuído à ideia de sacralidade e ao seu papel no imaginário social. A universalidade da água moderna, apontam Linton (2006) e Kalaora (2001), banuiu a tradição simbólica para estabelecer o reino cartesiano da totalidade numérica. Assim, para Kalaora (2001) romperam-se as relações entre os grupos sociais e seus territórios.

Strang (2004) enxerga a água moderna como desmaterializada, na medida em que sua generalização correspondeu à abstração metafórica de uma ideia de água que não se apresenta em lugar nenhum. Desterritorializada e desmaterializada, a água moderna nega a realidade local e as relações específicas entre o homem e o meio através das quais os indivíduos podem se identificar com um local e com outros habitantes. Os valores e as práticas das águas hoje constituem a antítese do que fora para as sociedades tradicionais, uma vez que matéria, representação e imaginação formavam um todo

interativo, complexo e rico, a despeito do imperativo da representação e da ausência e do enfraquecimento dos valores simbólicos.

Kalaora (2001) ressalta que a água é tomada como mero fluido a serviço do cientificismo e da tecnificação do mundo, uma vez que abandonou-se a visão sobre as águas como patrimônio, ou seja, como herança que permite criar ligações e comunicações entre os diferentes proprietários. Assim, enquanto as águas pré-modernas eram consideradas aspectos das histórias dos lugares e guardavam qualidades que transcendiam as fronteiras mal marcadas do natural, a água moderna foi definida como algo a que todas as águas poderiam ser reduzidas - H₂O - um composto químico vazio de conteúdo social, de um enredo cultural.

Para Linton (2006) é possível identificar, como fez Latour (1994) ao apresentar a 'Constituição moderna', o que ele chamou de 'compromissos epistemológicos da constituição da 'água moderna'. No que se refere à água, esta é colocada em termos de quatro cláusulas por Linton (2006):

Cláusula 1 - A água e a sociedade são distintas e devem permanecer absolutamente distintas.

Cláusula 2a - As pessoas fazem da água o que ela é, e a sustentam como natural. A prática social, por outras palavras, é dissolvida na água; os modos pelos quais descobrimos os seus segredos e representamos a sua essência são produzidas pelas ciências pragmáticas (exemplos são H₂O e o ciclo hidrológico).

Cláusula 2b - Ao fazer da água o que ela é, a sociedade humana é afetada ao se manter independente das relações hidro-sociais. Água e sociedade se dissolvem em determinados discursos - "a história humana é úmida" (parafrazeando Worster), a sociedade humana, "nos seus poros, nos seus vasos, nos seus tecidos, ela circula" a água, para citar Latour novamente (Latour 1993:31).

Cláusula 3 - Esta dupla contradição "torna possível fazer tudo [com água] sem ser limitado por nada". (1993:32). Por outras palavras, a sociedade pode fazer o que quiser com a água, mantendo ao mesmo tempo a falsa apreensão de que a própria sociedade permanece inalterada.

Cláusula 4 - O resultado desta transgressão é a proliferação de híbridos da água, mas por causa da primeira cláusula, "[Água] e Sociedade devem permanecer absolutamente distintas", estes não são reconhecidos como tal. Recursos hídricos, água como *commodity*, escassez de água combinada com a realidade social e

hidrológica, são vistas e tratadas como se correspondessem à própria natureza da água. (LINTON, 2006, p. 297-298, tradução nossa).⁴⁵

Para Linton (2006), espelhando-se em Latour (1994), a ‘Constituição moderna da água’ mostra indícios de seu esfacelamento à medida que proliferam, cada vez mais, os híbridos da água, exemplificados negativamente por Linton (2006) - poluição da água, canalização de rios, salinização de solos, inúmeros exemplos de degradação do ecossistema aquático, esgotamento das águas subterrâneas, alteração do regime hidrológico e desvios de rios – com o intuito de mostrar a relação de causa e efeito da apropriação ‘sem medida’ e ‘sem limites’ presente na ‘Constituição da água moderna’. Uma vez que os híbridos da água não podem mais ser ocultados e tornam-se cada vez mais numerosos e visíveis, instaura-se a urgência de sua crítica e, conseqüentemente declara-se a sua crise.

2.3 A natureza pós-moderna da água

A década de 1990, segundo Linton (2006), pode ser considerada um marco no que tange à repercussão da ideia de ‘crise da água’. A publicação de Peter H. Gleick intitulada *Water in Crisis: A Guide to the World's Fresh Water Resources*⁴⁶, em 1993, para efeitos de fornecer uma datação mais estável, simbolizou o acionamento do que se poderia chamar ‘botão de emergência’ da

⁴⁵ No original: “Clause 1 - Water and society are separate and must remain absolutely distinct. Clause 2a - People make water what it is while maintaining that it is as if water were natural. Social practice, in other words, is dissolved in water; the modes by which we discover its secrets and represent its essence are fabricated in scientific practice (examples are H₂O and the hydrologic cycle).

Clause 2b - In making water what it is, human society is affected, while maintaining that it is as if society were independent of hydro-social relations. Water, in Other words is dissolved in society - “human history is wet” (to paraphrase Worster), human society, “in its pores, its vessels, its tissues, it mobilizes” water, to quote Latour again (Latour 1993:31).

Clause 3 - This double contradiction “makes it possible to do everything [with water] without being limited by anything.” (1993:32) In other words, society can do what it will with water while maintaining the (mis)apprehension that society itself remains unaffected.

Clause 4 - The result of this transgression is the proliferation of water hybrids, but because of the first clause, “[Water] and Society must remain absolutely distinct”, these are not recognized as such. Water resources, water-as-commodity, water scarcity combine social and hydrological reality, but are seen and treated as though they corresponded to the nature of water” (LINTON, 2006, 297-298)

⁴⁶ “Água em crise: Um Guia para os Recursos Mundiais de Água Doce” (tradução nossa)

crise da água tanto entre o meio acadêmico quanto no imaginário social. Essa crise, indica Linton (2006), já se anuncia como uma crise global e pressupõe, portanto, a universalidade da água. Conforme aponta o autor, contra os fatos apresentados na publicação de 1993, não há contestação no sentido de negar a precariedade da disponibilidade de água contraposta à crescente demanda associada, sobretudo, ao século XX. No entanto, é preciso reenquadrar à ideia de crise da água em um contexto que abarque, notadamente, a dimensão social que a atravessa.

Nesse sentido, não obstante à metanarrativa da 'água moderna', alternativas a esse paradigma começaram a aparecer na última parte do século XX, como, por exemplo, preocupações crescentes com os efeitos sociais e ecológicos de grandes barragens e desvios de água (Goldsmith e Hildyard, 1984), os quais desviam a atenção das preocupações puramente hidrológicas da água moderna para os aspectos e implicações ecológicas, sociais, culturais e políticas da água. Entre os geógrafos, Bruce Braun e Noel Castree abordam questões teóricas e empíricas a partir do entendimento de que a natureza é "de fato social por completo"⁴⁷. Conforme ressalta Linton (2022), a crescente ênfase no conteúdo social do entendimento acerca da água contribuiu, sobretudo nas ciências sociais e humanas, para um redirecionamento da atenção para aspectos das várias histórias e significados da água em diferentes épocas e lugares, e entre diferentes segmentos da sociedade.

Soma-se ainda ao exposto, o aumento da tomada de consciência e as reivindicações de povos marginalizados e de comunidades tradicionais as quais sempre resistiram à ideia de 'água moderna. Pode-se argumentar, afirma Linton (2022) que a crescente e recente atenção à variedade de águas, aos processos e circunstâncias geográficas, locais e socionaturais de seu devir, e a seus vários efeitos políticos, sociais e ecológicos, constitui uma resposta entre os pesquisadores da água, nas ciências sociais e humanas, à emergência dessa abordagem.

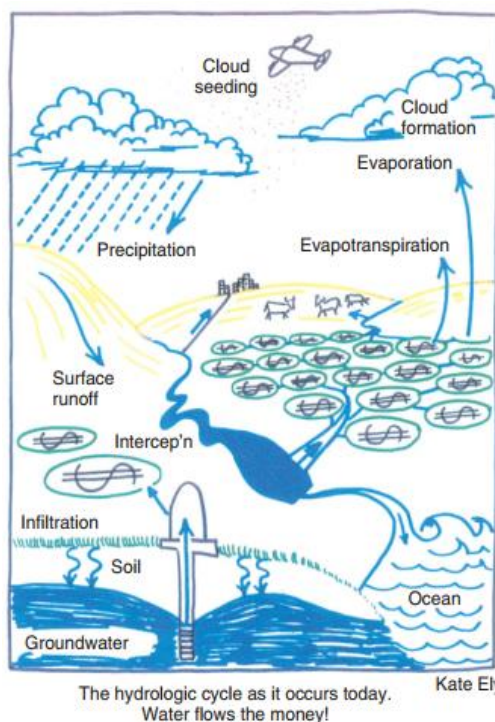
⁴⁷ (Braun e Castree, 1998, p. xiii)

Em boa medida, muito do interesse recente pela multiplicidade de sentidos das águas múltiplas deriva de trabalhos que enfatizam o que pode ser descrito como a 'natureza social da água' e, em particular, as dimensões políticas e as implicações de diferentes representações e enquadramentos da água e das questões hídricas ao *devoir* humano. Estudiosos críticos que discutem a situação da água, principalmente da geografia e da ecologia política, vêm mostrando a necessidade de considerar como emergente a 'natureza social da água' e apresentam, na acepção assumida pelo 'ciclo hidrossocial', grandes expectativas frente ao paradigma da dicotomia moderna.

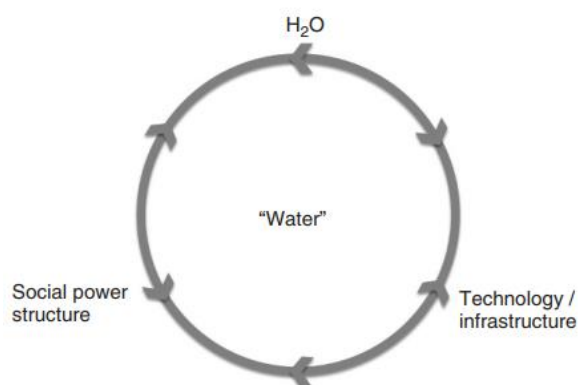
O ciclo hidrossocial (Figura 16) parte de uma crítica à 'crise da água' - nas palavras de Gleick (1993). Desse modo, como indica Tadeu (2019), do dissenso em relação à ideia de inevitabilidade da crise da água, sobretudo no seio da ecologia política da água, autores como Budds (2009), Swyngedouw (1999; 2004); Linton; Budds, (2014) e Budds; Hinojosa (2012) colocam que a ideia de 'escassez' em seu sentido físico/ quantitativo é orientada como estratégia político-econômica para mercantilização e privatização da água. Nesse sentido,

Para compreender como a água pode ter sua disponibilidade afetada por fatores sociais, políticos e econômicos, se mostram relevantes as abordagens que possibilitam seu estudo como um elemento indissociável de seu contexto social (BUDDS et al., 2014). Neste sentido, as abordagens hidrossociais, que decorrem de estudos da Ecologia Política da Água, contribuem para isso. Como aponta Swyngedouw (2014), a abordagem do ciclo hidrossocial contribui para a compreensão das relações que transformam os fluxos de água em escalas local, regional e global, bem como as relações sociopolíticas que determinam as políticas hídricas. Esta abordagem possibilita compreender e elucidar, de forma mais detalhada, como ocorrem as relações dialéticas que co-produzem alterações mútuas entre a sociedade e o ciclo hidrológico LINTON; BUDDS (2014) *apud* (TADEU, 2019, p. 18)

Figura 14 - O ciclo hidrológico apresentado pela hidróloga Kate Ely na Conferência das tribos da reserva indígena Umatilla em 1995 (a) e o ciclo hidrossocial apresentado por Linton; Budds (2013)



(a)



(b)

Fonte: Linton (2013)

Importa indicar que o ciclo hidrossocial, tal como é apresentado por Linton; Budds (2014), é tomado como uma forma de reintegrar à água as particularidades culturais e os múltiplos sentidos circunstanciais, tais como o foram internalizadas nas diferentes águas pré-modernas. Para o autor, o ciclo hidrossocial expressa potencialmente a chance de mudança da constituição da água, ao envolvê-la de diferentes formas e ao mostrar, ao mesmo tempo, como isto produz uma mudança nas relações sociais.

O ciclo hidrossocial relaciona internamente uma variedade de entidades heterogêneas, incluindo o poder social e estruturas de governação, tecnologias, infraestruturas, políticas e a própria água. Esta última, que é identificado como 'H₂O' na figura 6, representa o papel agencial da água nas relações hidrossociais. O processo hidrológico encontra assim o seu lugar dentro dos processos do ciclo

hidrossocial, não apenas como fluxos materiais de água, mas também como agentes de mudança e organização social. (LINTON; BUDDS, 2014, p. 116, grifo e tradução nossa).

Convém observar no exposto por Linton; Budds (2014), que embora o ciclo hidrossocial presuma ‘uma variedade de entidades heterogêneas’, a ideia de água a partir da qual ele se orienta é, ainda, essencialmente a mesma ‘água moderna’, reduzida a um composto químico universalizado (H₂O). O paradoxo presente nesta questão reafirma o que Lyotard (2009) chamou de ‘o problema da legitimação’. Nesse sentido, uma vez que o discurso que apresenta ciclo hidrossocial o faz como ‘uma mudança constitucional da água’ ao mesmo tempo que mantém intacta a ideia de água que constitui aquilo que ela pretende romper, está-se diante, nas palavras de Lyotard (2009, P. 56), do “[...] modo de legitimação de que falamos, que reintroduz o relato como validade do saber [...]”. Desse modo, relata Lyotard (2009, p. 121) “[...] o traço surpreendente do saber pós-moderno é a imanência a si mesmo, mas explícita, do discurso sobre as regras que o legitimam.”

Assim, se para Lyotard (2009), o saber na pós-modernidade sustenta-se na singularidade das mudanças científicas e culturais as quais se estabelecem em reação à “crise das narrativas legitimadoras”, podemos sugerir, apoiados na analogia provocada por Linton (2006), que delinea-se a ‘água pós-moderna’ no contexto da crise à narrativa moderna do ciclo hidrológico, especificamente, com a perda de legitimidade deste. Este modo de legitimidade, nas palavras de Lyotard (2009), no qual “reintroduz o relato como validade do saber”, parte do pressuposto de que o discurso científico acerca da água moderna fora auto certificado como verdadeiro e que, portanto, seus fundamentos e inclusive sua crítica, só pode se estabelecer, primeiramente, a partir da reafirmação de sua própria ‘certificação’.

Com a ciência moderna, duas novas componentes aparecem na problemática da legitimação. De início, para responder à questão: como provar a prova?, ou, mais geralmente: quem decide sobre o que é verdadeiro?, desvia-se da busca metafísica de uma prova primeira ou de uma autoridade transcendente, reconhece-se que as condições do verdadeiro, isto é, as regras de jogo da ciência, são imanentes a este jogo, que elas não podem ser estabelecidas de

outro modo a não ser no seio de um debate já ele mesmo científico, e que não existe outra prova de que as regras sejam boas, senão o fato delas formarem o consenso dos *experts*. (LYOTARD, 2009, p. 54)

Como expõe Araújo (2003), consciente de que os ‘jogos de linguagem’ compreendem o mínimo das relações sociais, sem os quais não é possível falar em sociedade, e que não se está em busca de construir um caminho consensual, como de algum modo propusera Habermas (1990), Lyotard (2009)

“[...] aponta para uma legitimação por paralogismo. Trata-se de uma atividade que sai do reconhecimento da heteromorfia dos jogos de linguagem e a reitera, salientando e tornando transparentes as regras de cada jogador – as “pequenas narrativas” – de modo a fazer aparecerem pressupostos que permitam aquele jogo.

[...]

O quadro delineado, em que o saber não se convalida mais por metanarrativas e, ao inverso, tem como referente o confronto de significados construídos e situados no espaço e no tempo por “comunidades interpretativas” (HARVEY, 1993), evidencia o contexto teórico em que a episteme da alta modernidade é corroída. (ARAÚJO, 2003, p. 34-35).

De volta ao ‘ciclo hidrossocial’, diferente do que aparentemente se supôs ser, como uma ‘crítica à crise da água’, é preciso reposicioná-lo como parte de uma ‘crise da crítica’, nos termos de Latour (1994). Assim se por um lado o termo hidrossocial traz como pauta a reivindicação social da disponibilidade hídrica, por outro lado, carrega propriamente os elementos que revelam o ‘trabalho de purificação’ a que trata Latour (1994) e o ‘problema da legitimação’ proposto por Lyotard (2009), ambos como reflexividades da ‘crise epistêmica’ indicada por Araújo (2003).

O argumento lançado por Linton (2006), portanto, é o que enquadra a crise global como resultado da própria criação da água moderna. Em outros termos, o autor indica que a crise que Peter Gleick tornou pública é potente dentro de sua própria constituição, ou seja, como uma crise da água moderna, o que sugere, portanto, o abandono dos múltiplos híbridos que tecem o devir dos homens em sua relação com as águas. As dualidades chaves que operam a lógica da herança que constitui a ‘água moderna’ - pureza/ impureza, abundância/ escassez, controle/não controle – limitam, fecham ou tornam

inacessíveis a abordagem da problemática da água na contemporaneidade a partir do protagonismo do viés social. Para o autor, esta forma de conhecer e representar a água permitiu a separação fundamental entre natural e social.

Não se trata, contudo, como ressalta Goubert (1989), de abstrair a crescente demanda por água que o atual estágio de urbanização impõe, mas de desvelar que a problemática da água na contemporaneidade, como herança da ideia de 'água moderna', oculta dimensões, ao mesmo tempo, epistêmicas e ontológicas, as quais apontam para o abandono do 'híbridos', na construção do saber, e também para o abandono - e não extinção - das questões da natureza essencial do Ser na modernidade. Desse modo, em acordo com o exposto por Araújo (2003, p. 17), "[...] a herança teórico-conceitual, por meio da qual vínhamos atribuindo significados ao existir e ao devir de homens e coisas, vem se mostrando cada vez mais incapaz de dar conta das múltiplas complexidades do mundo."

Apoiado em Latour (1994), Linton (2006) demonstra que o 'trabalho de purificação' presente no discurso da água na modernidade, idealizou o 'ciclo hidrológico' como representação da separação entre sociedade e natureza a qual só se legitima dentro do seu próprio discurso. Assim, Linton (2006) parte da seguinte hipótese de Latour (1994, p.51): muito embora a modernidade se autodefina como ruptura de dois pólos epistemológicos inteiramente distintos – sociedade e natureza -, ela própria jamais abandonou o seu hibridismo. A desnaturalização da ideia de modernidade de Latour defendida em *Jamais fomos modernos* (1991), por sua vez, dialoga com premissa da crise das metanarrativas legitimadoras, presente em *A condição pós-moderna* de Jean-François Lyotard publicado em 1979.

Araújo (2003) reafirma a natureza epistêmica da crise revelada por Lyotard, e indica que sua primeira manifestação é, propriamente, a exigência de legitimidade pleiteada pela modernidade. O princípio legitimador da modernidade é o que

[...] afirma que um enunciado é um saber válido quando se situa positivamente em relação a um constructo universal. Que, neste caso, diferentemente do mito [grego] que se elabora em referência a um ato de origem, constitui-se apoiado numa idealização a ser realizada no futuro. A armadilha aí preparada deleva-se ante a indagação lógica que questiona se o princípio assim firmado é um saber válido no sentido que preconiza. (ARAUJO, 2003, p. 33)

Ao retornar a Linton (2006), compreende-se que essa crise epistêmica também atravessa a natureza da problemática da água, uma vez que o princípio legitimador da ‘água moderna’ está na reivindicação do caráter “ahistórico” e do caráter “associal”, os quais se apresentam como idealização do alcance de uma ‘modernidade radicalizada’, nos termos definidos por Giddens. Assim, embora se atribua à ‘água moderna’ um sentido social vazio, ela está e sempre esteve, tanto quanto as ‘águas pré-modernas’ imbuída de tecido social.

Nesta perspectiva, segundo Linton (2006), aparentemente a ‘Constituição moderna’ sugere ser possível fazer qualquer coisa com a água – produzir, manipular, controlar, etc -, e sair ileso desse processo. No entanto, esta falácia é desmentida por uma série de ‘híbridos’ formados pela concreta relação entre água e pessoas, os quais são trazidos à superfície como insalubres, “insustentáveis” ou tradicionais. Exemplificam, respectivamente, estas três adjetivações, a miríade de formas de poluição da água existentes, as barragens, tanto pelos seus custos sociais como pelos seus impactos ambientais, e determinadas práticas estabelecidas nas águas, tais como a ‘pesca amadora’ ou ‘pesca tradicional’ e os ritos religiosos como o batismo, as procissões e festividades marítimas em algumas religiões. Dessa forma, ao contrário do que apresenta o discurso da modernidade, conforme relata Latour (1994), os ‘híbridos’ cuja explicação a Constituição abandona “[...] são quase tudo, compõem não apenas nossos coletivos, mas também os outros, abusivamente chamados pré-modernos.”.

Na perspectiva de Latour (1994), os híbridos não compreendem, portanto, aspectos minoritários ou pouco expressivos que justificariam, de alguma forma, o seu abandono. Ao contrário disso, eles estão em toda a parte uma vez que constituem tudo aquilo que tece o mundo, e que, de fato, somos.

Contudo, estes fios são cortados “[...] em tantos segmentos quanto forem as disciplinas puras: não misturemos o conhecimento, o interesse, a justiça, o poder, e a política dos homens.”⁴⁸, dizem os ‘analistas’.

Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruídos sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas onde quer que estas nos levem.

[...]

No entanto, estes trabalhos continuam sendo incompreensíveis porque são recortados em três de acordos com as categorias usuais dos críticos. Ou dizem respeito à natureza, ou à política, ou ao discurso.

[...]

Nossa vida intelectual é decididamente mal construída. A epistemologia, as ciências sociais, as ciências do texto, todas têm uma reputação, conquanto que permaneçam distintas. Caso os seres que você esteja seguindo, atravessem as três, ninguém mais compreende o que você diz. (LATOURE, 1994, p. 9; 11)

A ‘água moderna’ revela o exposto por Latour (1994) na medida em que separa as várias águas do mundo de seus contextos locais políticos, de saber, de justiça, sociais, culturais, religiosos e ecológicos e, ao reduzi-las a uma substância idêntica e sem lugar, facilitando assim as práticas modernas de gerenciamento e controle da água. (Linton, 2010; 2014; 2022). Importa ressaltar, no entanto, duas posturas que coadunam com o que Latour indica ser, de um lado, a defesa do ‘trabalho de purificação’, e, do outro lado, o estudo do ‘trabalho de mediação’ e de purificação de modo conjunto. Enquanto manifestação da primeira, grandes esforços são empreendidos em pesquisas e políticas que visam a ‘eficiência’ no uso e distribuição da água do mundo. Já como reflexividade da segunda, tem-se trabalhos que abordam ‘as misturas’ ocultadas pelo paradigma moderno.

Estabelecemos nossa posição nesta segunda postura ao buscarmos demonstrar que os aspectos supostamente banidos da ideia de ‘água moderna’, sobretudo, a sua multiplicidade corológica e cultural e a sua sacralidade - o seu hibridismo, nunca estiveram, de fato, ausentes do devir humano, muito embora o ‘trabalho de purificação’ a que se refere Latour (1994)

⁴⁸ (LATOURE, 1994, p. 8)

tenha atuado de modo sistemático para o seu ocultamento e consequente ‘abandono’ pela ciência moderna. No entanto, como discorre Araújo (2003), a natureza radicalmente nova das mudanças advindas como desdobramento de “efervescências” da modernidade, aponta o autor, nos convoca à construção de novos modos de construir e legitimar o saber, e pressupõe, portanto, dar visibilidade para a atual crise epistêmica. Se por um lado a mudança de paradigma que se deu entre as ‘águas pré-modernas’ e a ‘água moderna’, foi operada pela instauração do espírito profano e teleológico, por outro lado, está-se diante, novamente, de uma ruptura paradigmática entre a concepção de ‘água moderna’ e ‘águas pós-modernas’, pautada pela substituição das metanarrativas modernas por ‘pequenas narrativas’ não-canônicas, compatíveis ao devir humano (Araújo, 2003).

A mudança operada nestes tempos de pós-modernidade para Lyotard, ou de ‘modernidade radicaliza’ para Giddens (2003) está no “[...] abandono da pretensão desde sempre reiterada de conhecimento exato e verdadeiro “daquilo de que se trata”⁴⁹ pautado em uma ‘natureza humana universal’ como ‘ideia mestra’ que tem “[...] a necessidade de vitória por eliminação dos contrários.”⁵⁰. Como aponta Araújo (2003, p.33), “[...] O que denomina a condição “pós-moderna” situa-se em estranhamento, tanto com o desencanto quanto com o enaltecimento dessa falência do padrão de legitimação.” Assim, indica Linton (2022),

Mesmo no auge da modernidade, quando a água foi geralmente reduzida a “um objeto externo, químico (H₂O), um produto banalizado, mecanizado, secularizado” para repetir a frase de Kalaora, é evidente que as águas particulares nunca desapareceram inteiramente. Como Vogt e Walsh apontam, “o surgimento das águas modernas não erradicou as ‘águas’ variadas e específicas que existem em um lugar ou outro e são usadas, experimentadas e conceituadas de maneiras particulares ... inventado com sucesso desigual por técnicas de desapropriação, infraestrutura moderna em grande escala, ciência e os ideais modernos que sustentam a gestão de recursos hídricos, há uma infinidade de águas heterogêneas que continuam a prosperar” (2021, p. 3, 5). Para citar alguns exemplos bem conhecidos, basta considerar a gruta de Lourdes (França), à

⁴⁹ ARAÚJO (2003, p.340)

⁵⁰ ARAÚJO (2003, p. 339)

qual afluem todos os anos vários milhões de peregrinos, que voltam com suas preciosas garrafas de água benta, ou as águas do rio Ganges, na Índia, que os hindus consideram como a personificação da sacralidade e tratam com igual reverência. (LINTON, 2022, p. 5, tradução nossa)

Dentre os fatores já mencionados para a crescente e emergente dedicação sobre a heterogeneidade da água, Linton (2022) destaca, sobretudo, a ‘tomada de consciência’ quanto aos custos ecológicos e sociais da água moderna, as constantes reivindicações de povos marginalizados e o interesse por cruzar as dimensões, política e ecológica. É expressivo e representativo dessa conjuntura pós-moderna o papel do ‘ciclo hidrossocial’ ao mesmo tempo, como ‘estranhamento’ e como ‘enaltecimento’, nos termos de Lyotard (2009), na medida em que assume-se e refuta-se sua constituição moderna, como aponta Linton (2022)

A água flui no ciclo hidrossocial, mas também os fatores políticos, culturais e sociais que fazem da água o que ela é - por exemplo, como uma mercadoria, um bem público, uma substância sagrada, um recurso, um objeto de reverência, etc. em qualquer conjunto particular de circunstâncias. Dentro do ciclo hidrossocial, a água não é uma coisa; diferentes águas são instanciadas em diferentes circunstâncias contextuais que podem ser descritas como sociais e naturais [...] (LINTON, 2022, p. 6, tradução nossa)

Para Linton (2022), está-se diante do que ele chama de ‘particularidade culturalmente relativa de água/s’, quando são estudados os vários significados, interpretações ou visões de mundo atribuídos à água por diferentes pessoas em diferentes lugares ou circunstâncias históricas e sócio-culturais. Segundo o autor, essa abordagem mantém a noção de uma realidade básica subjacente que pode ser percebida, compreendida ou interpretada como diferença explicada em termos de variabilidade cultural. Assim, a água pode ser entendida principalmente como um ‘recurso’ ou como entidade viva, sobretudo em comunidades tradicionais. Essa apropriação múltipla da água pelo saber, possui, para Linton (2022), potencial para a pesquisa crítica uma vez que oferece um vasto material para estudo e têm efeitos sociais poderosos, como fora colocado por John Donahue e Barbara Rose Johnston (1998):

Que diferentes significados culturais a água têm para as partes em disputa e como esses significados complicam a mediação entre os vários interesses? Como alguns atores sociais são capazes de impor sua definição de água a outros atores sociais com definições diferentes, mas igualmente legítimas? Em outras palavras, como o poder é usado a serviço de uma ou outra das definições culturais de água? (DONAHUE E JOHNSTON, 1998, p.339 apud LINTON , 2022, p. 6)

Linton (2022) reconhece no discurso por uma abordagem da água a partir da ideia de relatividade cultural, sua filiação à 'Constituição da água moderna', cuja flexibilidade dos seus limites é medida pela conformação ou deformação ao seu 'estatuto', sem contudo, transgredi-lo por completo. Contrapõe, porém, esse entendimento, o que o autor chama de 'pluralismo ontológico' ao anunciar o que expõe com a pergunta: "Mas o que dizer das próprias pessoas que entendem e descrevem a água como algo completamente diferente do H₂O?"⁵¹ Para o autor, eles não estão dando uma interpretação ou representação alternativa da realidade ou natureza subjacente da água, mas descrevendo a própria realidade subjacente ou natureza da água tal como ela existe para eles. Essa forma de entender a heterogeneidade das águas pode ser descrita em termos de 'diferença ontológica' ou 'pluralismo ontológico'.

Os defensores do 'pluralismo ontológico' evitam explicações que se baseiam em várias interpretações de uma realidade subjacente, e dão lugar às realidades diferentes - utilizam o termo "múltiplas ontologias" -- surgindo de diferentes tipos de práticas e processos. Ancorado sobretudo na antropologia, Linton (2022, p. 8, tradução nossa) afirma que "Se há um único tema comum aos proponentes da virada ontológica, é que a realidade não preexiste ao seu devir, mas está sempre em construção como efeito ou produto dos agenciamentos, encenações, mundanizações ou performances que trazem as coisas, pelo menos momentaneamente, à existência."

⁵¹ (LINTON, 2022, p.7, tradução nossa)

Assim, o antropólogo Mario Blaser escreve que “ontologia é uma forma de mundanizar, uma forma de encenar uma realidade” (Blaser, 2013, p. 551). Para Annemarie Mol, “a realidade está feita” e, portanto, “a realidade é histórica, cultural e materialmente localizada” (Mol, 1999, pp, 87, 75). E John Law escreve: “Diferentes realidades são encenadas em diferentes práticas, e esta é uma condição crônica” (Law, 2011, p. 5). LINTON, 2022, p.8, tradução nossa)

Na geografia e na ecologia política, ao longo da última década, estudiosos críticos da água mostraram um interesse crescente pela ideia de águas múltiplas à luz da ‘virada ontológica’. Linton (2022) sintetiza em Whitehead (1960), o que é comum em diversos autores acerca do pluralismo ontológico, que é o preceito de que as coisas não preexistem às circunstâncias de seu devir, e o reconhecimento do que chamamos de realidade está em constante emergência.

Por exemplo, em 2012, Jessica Barnes e Samer Alatout coordenaram uma edição especial de Estudos Sociais da Ciência em que “múltiplas ontologias da água” foi um tema central, ressaltando como “a água é múltipla, não apenas em seus significados, mas, mais importante, em sua própria materialidade” (Barnes e Alatout, 2012, p. 484-485). Um artigo de 2017 de Julian Yates, Leila Harris e Nicole J. Wilson explora as implicações políticas de diferentes ontologias da água, destacando “ontologias da água como um local de disputa política” e o que eles descrevem como “disjunções ontológicas – conflitos sobre a própria essência e ser de água” (Yates et al., 2017, p. 2-3). Cameron Harrington (2017) considerou questões de governança da água à luz da virada ontológica, descrevendo a codeterminação de ontologias da água e “como a governança da água é imaginada, compreendida e executada.” As múltiplas ontologias dos rios, foi explorada por Joanna Gotz e Carl Middleton (2020, p. 2) que se aprofundam nas implicações políticas da questão: “Quando diferentes grupos falam sobre um rio, eles estão falando sobre a mesma ‘coisa’?” Ontologias do Ganges na Índia (Perry, 2009; de Micheaux 2019) e do Whanganui e outros rios na Nova Zelândia (Salmond, 2014; Salmond et al., 2019) têm sido estudadas em função dos vários tipos de relações sociais que diferentes pessoas têm mantido com essas vias navegáveis. E Silvia Flaminio (2021) descreveu diferentes ontologias de água que disputam controvérsias em torno da construção de barragens modernas e mostrou a resiliência das ontologias de água modernas nessas disputas. (LINTON, 2022, p. 8)

Nesse sentido, o autor ressalta que o saber da água deve emergir das práticas sociais, uma vez que o que se expressa a partir delas não está relacionado a uma manipulação orquestrada dos ‘jogos de linguagem’ (Lyotard, 2009), e, tão pouco se trata de mera percepção ou interpretação; ao contrário, a água entendida é aquela que é vivenciada, vivência a partir da qual desnuda-se sua ontologia. O que se extrai de saber da água a partir das

práticas sociais, portanto, constitui em si, aquilo que a legitima ontologicamente enquanto reciprocidade homem-natureza. Linton (2022) cita como exemplo o trabalho de Wilson e Inkster (2018) acerca dos povos indígenas, os quais veem a água como uma entidade viva e assumem diante desta, a sua responsabilidade frente ao sagrado. Essa responsabilidade é pautada por práticas cujas relações expressam efetivamente o sentido de respeito e reciprocidade.

Desse modo, o presente capítulo buscou demonstrar aspectos específicos do percurso do saber acerca da água no ocidente desde o que Hamlin (2000) chamou de 'águas pré-modernas' até o que o mesmo autor sugere ser a 'água moderna'. Para Linton (2006), a mudança paradigmática na forma de perceber a água no Ocidente ocorreu no contexto da Revolução Científica, especialmente ao final do século XVIII quando as diferentes águas, antes entendidas como entidades heterogêneas passaram a ser classificadas pelos protoquímicos como um elemento composto de hidrogênio e oxigênio. Este marco simboliza a perda da multiplicidade de sentidos e significados das 'águas' para dar lugar à generalidade e à universalidade da 'água'.

Não obstante o papel e o crescimento das contribuições, sobretudo, da antropologia, da geografia e da ecologia política, a herança epistêmica da modernidade ainda se revela hegemônica na construção do saber em tempos de 'pós-modernidade' (Lyotard, 2009) ou de 'modernidade radicalizada' (Giddens, 2003). A perda de legitimidade das metanarrativas, como expõe Lyotard (2009), pressupõe a necessidade de se buscar uma abertura para um saber 'não canônico' (Araújo, 2003) conformado por 'pequenas narrativas' ancoradas mutuamente nas categorias de espaço-tempo-ambiente. Estas 'pequenas narrativas', na presente tese, assumem a forma de 'práticas cotidianas' do homem com as águas na cidade de Vitória (ES) e buscam revelar de que modo se estabeleceram práticas sócio-espaciais nas águas desde o século XVI até a atualidade e como a ideia de modernidade operou nestas práticas, suas conformações e deformações à luz das ações de

modernização que ocorreram na capital capixaba, sobretudo entre o final do século XIX e meados do século X.

3. AS ÁGUAS NO IMAGINÁRIO OCIDENTAL

Este capítulo tem como objetivo abordar a temática das águas sob a ótica das representações simbólicas no Ocidente. Este percurso passa pela associação das águas com o sagrado e o profano, a cura e a moléstia, até a sua estetização na modernidade. Assim, as águas tomadas como *lócus* de práticas simbólicas contribuem para esta tese com subsídios ao entendimento das múltiplas dimensões imaginativas que atravessam a relação homem-natureza no ocidente.

Não obstante a variedade de sentidos, a água constitui um tema do imaginário, ou seja, carrega os sentidos da universalidade e intemporalidade enraizada nas estruturas da imaginação humana, cujo leque de significações não pretende ser, obviamente, aqui esgotado, tão pouco fixado em um conjunto de definições. O termo imaginário vem do latim *imaginārius* e pode ser entendido como ‘o que pertence à imaginação’. Segundo dicionário Aulete (2011), imaginário designa ainda aquilo “[...] que existe somente na imaginação [...]”; “conjunto de símbolos, mitos, etc. de um grupo de pessoas, um povo, uma época [...]”.⁵²

Desprende-se, portanto, do termo imaginário, outros dois com maior significado – imagem e símbolo –, a partir dos quais se compreendem os primeiros laços de seu significado. Enquanto a imagem designa uma representação (física ou mental) de algo, o símbolo pressupõe uma representação de algo por meio de outra coisa. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant trazem uma importante contribuição acerca dos símbolos com a obra *Dicionário de Símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, publicada em 1982. Esta contribuição, primeiramente se dá mediante a preocupação dos autores por uma abordagem terminológica a fim de esclarecer importantes distinções entre termos pertencentes ao universo conceitual dos símbolos.

⁵² AULETE (2011, p. 763)

Assim, ao abordarem os termos selecionados deste universo - emblema, atributo, alegoria, metáfora, analogia, sintoma, parábola e apólogo -, indicam serem estes, formas de expressão que contêm imagens e que possuem em comum o fato de serem signos e de não ultrapassarem o nível da significação. São meios de comunicação, no plano do conhecimento imaginativo ou intelectual, que desempenham o papel de espelho, mas que não saem dos limites da representação. Nesse sentido, expõe Chevalier (2001, p. XVII) “O símbolo diferencia-se essencialmente do signo por ser, este último, uma convenção arbitrária que deixa um ao outro o significante e o significado (objeto ou sujeito), ao passo que o símbolo pressupõe homogeneidade do significante e do significado no sentido de um dinamismo organizador.”

Chevalier (2001, XVII) sustenta sua obra em grandes teóricos multidisciplinares, sobretudo, Gilbert Durand (1921-2012), Carl Gustav Jung (1875-1961), Jean William Fritz Piaget (1896-1980) e Gaston Bachelard (1984-1962), e extrai destes pensadores o caráter dinâmico do imaginário, o qual se estabelece não como simples formação de uma imagética, mas pela deformação das “cópias pragmáticas fornecidas pela percepção”. Por meio desta deformação, o símbolo provoca ressonâncias as quais convida-nos ao aprofundamento da nossa própria existência, e pressupõe, portanto, a transcendência do significado e a sua ligação com as estruturas mentais afetivas. O imaginário articula, portanto, imagens e símbolos mentais e sugere alguma semelhança entre estes para que formem um conjunto comum representativo de algo.

Nosso interesse pelo imaginário social das águas resgata, inicialmente, a essência da obra *O homem e seus símbolos* de Carl G. Jung publicado em 1964, a qual busca oferecer, de forma inteligível ao leitor comum, a estreita relação entre os símbolos e o inconsciente humano coletivo. Assim, da vasta pesquisa acerca dos símbolos, interessa-nos dois aspectos em específico: os arquétipos e sua função para as sociedades. O primeiro deles é afirmação de Jung (2012) de que os símbolos pressupõem a ideia de ‘arquétipos’, definido pelo autor como formas mentais primitivas e inatas que expressam uma

‘tendência instintiva’ de manifestações de uma herança viva do espírito humano. Estes arquétipos, também chamados pelo autor de ‘resíduos arcaicos’ são, portanto, a tendência para formar as mesmas representações no imaginário sem perder a sua configuração original. Para Jung (2012), os arquétipos compreendem uma espécie de instinto humano, ao mesmo tempo ‘natural’ e necessária para o fortalecimento espiritual das sociedades.

Assim, os arquétipos “[...] criam mitos, religiões e filosofias que influenciam e caracterizam nações e épocas inteiras. [...] mitos de natureza religiosa podem ser interpretados como uma espécie de terapia mental generalizada para os males e ansiedades que afligem a humanidade — fome, guerras, doenças, velhice, morte.”⁵³ Este desdobramento acerca da função dos arquétipos no imaginário aponta para o papel destes na construção de princípios morais e espirituais como forma de proteção às malezas constantemente atuantes nas sociedades. Neste sentido, Jung (2012) alerta para o fato de que

O homem moderno não entende o quanto o seu "racionalismo" (que lhe destruiu a capacidade para reagir a idéias e símbolos numinosos) o deixou à mercê do "submundo" psíquico. Libertou-se das "superstições" (ou pelo menos pensa tê-lo feito), mas neste processo perdeu seus valores espirituais em escala positivamente alarmante. Suas tradições morais e espirituais desintegraram-se e, por isto, paga agora um alto preço em termos de desorientação e dissociação universais.

Os antropólogos descreveram, muitas vezes, o que acontece a uma sociedade primitiva quando seus valores espirituais sofrem o impacto da civilização moderna. Sua gente perde o sentido da vida, sua organização social se desintegra e os próprios indivíduos entram em decadência moral. Encontramo-nos agora em idênticas condições. Mas na verdade não chegamos nunca a compreender a natureza do que perdemos, pois os nossos líderes espirituais, infelizmente, preocuparam-se mais em proteger suas instituições do que em entender o mistério que os símbolos representam. (JUNG, 2012, p. 94)

Jung (2012) faz uma crítica ao espírito materialista da era moderna ao indicar que, a partir do próprio sentido do termo ‘matéria’, o quanto sua significância foi reduzida a um conceito puramente ‘intelectual’ e inumano, em

⁵³JUNG (2012, p. 79)

detrimento do sentido dual – material e imaterial - assimilado pelas sociedades pré-modernas. Para o autor, à medida que o conhecimento científico aumenta, diminui o grau de humanização do mundo e o homem sente-se isolado e não mais se identifica com os fenômenos naturais para além de um utilitarismo e de sua estetização. O imaginário, nesta perspectiva, nos fornece uma espécie de compensação simbólica frente à desintegração do simbolismo vivo inerente às populações de outrora. Não obstante os efeitos diluidores da modernidade, Jung (2012, p. 96) afirma que “O homem moderno é, na verdade, uma curiosa mistura de características adquiridas ao longo de uma evolução mental milenária. [...] O ceticismo e a convicção científica coexistem nele, juntamente com preconceitos ultrapassados, hábitos de pensar e sentir obsoletos, erros obstinados e uma cega ignorância.”

Ao contrário da perspectiva racionalista e materialista a qual reduz os fundamentos tradicionais da vida humana - dentre os quais destacamos a espiritualidade – a meros “[...] elementos temporários de uma “superestrutura” social a serviço dos fins das concretas forças materiais de produção durante cada uma das épocas históricas.”, Jung (2012) defende a força e a perenidade dos arquétipos – ‘símbolos eternos’ – como herança coletiva de padrões simbólicos em praticamente todos os campos da atividade humana. Neste ponto, convém reafirmamos uma das premissas que justificam o teor desta tese, que é a que diz respeito à perda da legitimidade da metanarrativa moderna que afirma a supremacia da razão e da matéria na regência da totalidade dos atos da experiência humana na modernidade.

As proposições de Jung (2012), portanto, contribuem com este pensamento na medida em que revelam - através dos símbolos que permeiam o imaginário - os *arquétipos* como formas comuns herdadas e organizadas de padrões de comportamento os quais orientam as ações humanas. Sua contribuição às ciências extrapola as áreas de afinidade direta com os assuntos da psique, sobretudo pelas associações estabelecidas entre o simbolismo arquetípico e conceitos científicos modernos supostamente definidos *ex nihilo* ‘graças’ à racionalidade desta época.

[...] os nossos conceitos modernos e basicamente científicos permaneceram durante muito tempo ligados a idéias arquetípicas procedentes, originalmente, do inconsciente. Não expressam necessariamente fatos "objetivos" [...], mas se originam de tendências inatas no homem — tendências que o induzem a buscar explicações racionais "satisfatórias" nas relações entre os vários fatos exteriores e interiores de que se deve ocupar. Segundo o físico Werner Heisenberg, o homem, ao examinar a natureza e o universo, em lugar de procurar e achar qualidades objetivas, "encontra-se a si mesmo". (JUNG, 2012, p. 302)

O conceito de Jung de *significado* explicita, de algum modo, a ideia de finalidade dos arquétipos ao indicar a necessidade de se buscar os propósitos, isto é, os significados, em detrimento de explicações causais dos fenômenos. “Vale dizer que, em lugar de perguntar por que alguma coisa acontece (o que a causou) Jung pergunta: Para que ela acontece?”.⁵⁴ Para Jung (2012), o estudo dos *arquétipos* simbólicos que preenchem o imaginário permite a *unicidade* entre as situações exteriores e interiores que afetam os indivíduos e o coletivo. Assim, o estudo do homem e dos seus símbolos está diretamente relacionado com o estudo do ser humano e de seus problemas espirituais.

Desse modo, como apresenta Chevalier (2001), a ideia de símbolo, carrega a propriedade de sintetizar, numa expressão sensível, um esquema representativo de *arquétipos* estruturadores de uma espécie de consciência coletiva que participa como ordenada e ordenadora das ações humanas sobre o espaço. Estes *arquétipos*, segundo Chevalier (2001) correspondem a conjuntos de símbolos profundamente gravados no inconsciente e que formam uma estrutura de representações do imaginário, o qual convida o indivíduo a um aprofundamento de sua própria existência. Desse modo, “Os arquétipos manifestam-se como estruturas psíquicas quase universais, inatas ou herdadas, com uma espécie de consciência coletiva [...]”⁵⁵. Assim, o autor chama a atenção para o fato de que não são as imagens ou narrativas aparentes por detrás dos símbolos que são comuns à humanidade, mas sim estas estruturas constantes – *arquétipos* – as quais desempenham um papel

⁵⁴JUNG (2012, p. 309)

⁵⁵CHEVALIER (2001, XIX)

motor e unificador entre a existência individual e a social através de uma experiência cosmológica.

Chevalier (2001) compreende o papel social das estruturas simbólicas a partir de um conjunto de funções, dentre as quais destacamos, sobretudo a sua importância em seu suporte à vida espiritual dos indivíduos, como mediadora que reúne aquilo que a modernidade separou - matéria e espírito, natureza e cultura, e como unificadora da experiência humana – religiosa, cósmica, social e psíquica. Dessa maneira, nas palavras do autor, “Um mundo sem símbolos seria irresponsável: provocaria de imediato a morte espiritual do homem [...]” (CHEVALIER, 2001, XXVIII). O autor também ressalta a função *socializante* da vida imaginativa, uma vez que ela produz uma comunicação profunda com o meio social ao possibilitar uma linguagem comum entre um grupo e sua época e também com as antecessoras, de tamanha importância que quando uma civilização morre já não possui símbolos, e, “[...] muito em breve, dela nada se saberá, senão através da história.” (CHEVALIER, 2001, XXIX)

Chevalier (2001) ressalta que não obstante o caráter dinâmico dos símbolos na construção do imaginário social, certas leis interiores fundamentam uma similaridade de atitude, uma participação imaginativa comum, uma *constância*. Chevalier (2001, XXXVII) afirma ainda: “Quanto mais o símbolo for arcaico e profundo [...], mais se torna coletivo e universal.”, e alerta para os limites da racionalidade frente aos jogos simbólicos, já que a ordem das coisas contém elementos irreduzíveis à dialética racionalista. Para o autor, a obsessão pela compreensão da totalidade como característica da modernidade, projeta sobre os símbolos e sobre o imaginário a imposição de uma classificação nos termos da ciência moderna, o que só pode resultar na sua alegorização e estetização enquanto produto cultural. Atentos a isso, a abordagem das águas no imaginário buscar-se-á, de modo mais amplo, ater-se às constâncias historicamente estabilizadas no social, ou seja, àquilo que vibra no coletivo e que assume um caráter universal, conscientes dos limites da racionalidade científica e que, por isso, não almeja a formação de um quadro de referências conceituais fechado.

Interessa apontar que, conforme aborda Chevalier (2001), os mitos correspondem a um destes arquétipos por condensarem numa só história, uma multiplicidade de situações análogas, as quais permitem descobrir tipos de relações constantes - *estruturas*, identificadas por Eliade (2016) como um conjunto de modelos exemplares para todas as ações humanas significativas. Se o motivo pelo qual anteriormente abordamos os mitos nesta tese teve como objetivo desvelar como aspectos da natureza embrionária do imaginário ocidental das águas foram substituídos por uma outra natureza presente na ideia de 'mito da modernidade', agora, pretendemos apontar outros arquétipos formadores deste imaginário ocidental, e compreender, dessa forma, um universo mais amplo dos vieses de suas transformações até a sua conformação moderna. Nesse sentido, buscamos reunir significações simbólicas das águas que, de algum modo, nos possibilitarão identificar indícios de *arquétipos* formadores do imaginário social moderno. Este imaginário, convém lembrar nosso posicionamento, orienta em boa medida as formas de ações e práticas que são estabelecidas entre os homens e as águas e revelam, nestas práticas, as manifestações visíveis dos laços 'simbólicos eternos'.

3.1 Águas doces sagradas e águas salgadas amargas

Para Chevalier (2001), as significações simbólicas da água podem ser reduzidas a três temas dominantes: fonte de vida, meio de purificação e centro de regenerescência. Segundo o autor, estes temas são encontrados nas mais antigas tradições e formam as mais variadas combinações imaginárias. Os temas apontados por Chevalier (2001) estabelecem um estreito laço com a ideia de rito regenerativo presente na estrutura dos mitos, uma vez que atribui o papel simbólico da água ao de uma espécie de ciclo no qual a passagem da vida à 'morte' e o seu caminho inverso se dão mediante um processo de desintegração, reintegração e regeneração.

Mergulhar nas águas, para delas sair sem se dissolver totalmente, salvo por uma morte simbólica, é retornar às origens, carregar-se, de novo, num imenso reservatório de energia e nele beber uma força nova: face passageira de regressão e desintegração, condicionando

uma face progressiva de reintegração e regenerescência (v. banho*, batismo*, iniciação*). (CHEVALIER , 2001, p. 15)

As dimensões simbólicas da água, para Chevalier (2001), estão associadas, portanto, às dualidades complementares e codependentes a partir das quais se fazem fundamentais processos de passagem de um estado ao outro como estágios necessários a uma regeneração ao mesmo tempo física e espiritual. Assim, se de um lado a água é símbolo da vida, da fertilidade, da purificação e da renovação à ideia de origem da vida, de regeneração física e espiritual, por outro lado ela é também veículo de morte, de doenças e de destruição. O autor apresenta a partir de populações distintas, a recorrência da presença simbólica dessas dualidades associadas às águas, empregada no plural para representar a totalidade das possibilidades de manifestação.

A noção de águas primordiais, de oceano das origens, é quase universal entre as populações do globo, sobretudo entre os povos austro-asiáticos e populações tradicionais do ocidente. Sua associação como origem de toda a vida cósmica desdobra-se, portanto, como símbolo de fertilidade, fecundidade e vitalidade também no plano corporal. Práticas de banho, imersão, ablução ou aspersão são associadas a ritos de purificação e de regeneração uma vez que a passagem de um estado - não purificado - a outro – purificado – se dá pelo uso de água, a qual se encarrega de extrair/ carregar malezas mediante um compromisso moral e espiritual que se firma com o consciente daquele que passa pelo rito. Seu poder regenerador se dá, dessa forma, em dois planos, o material e o do espírito.

Por sua virtude, a água apaga todas as infrações e toda mácula. A água do batismo, e só ela, lava os pecados, e só é conferida uma vez porque faz aceder a um outro estado: o do homem novo. Essa rejeição do homem velho, ou melhor, essa morte de um momento da história, é comparável a um dilúvio, porque este simboliza uma desapareição, uma destruição: uma era se aniquila, outra surge. [...] A imersão nela é regeneradora, opera um renascimento, no sentido já mencionado, por ser ela, ao mesmo tempo, morte e vida. A água apaga a história, pois restabelece o ser num estado novo. [...] A água é símbolo de regeneração: a água batismal conduz explicitamente a um novo nascimento, é iniciadora. (CHEVALIER , 2001, p. 18)

Nas tradições judaica e cristã, as nascentes e fontes de água são lugares sagrados relacionados à alegria, ao encantamento e operam-se, a partir deles, encontros essenciais, como aqueles em que “[...] nasce o amor e os casamentos principiam.”⁵⁶. Os rios são tomados como agentes de fertilização, as chuvas e o orvalho são fontes de fecundidade e manifestam a benevolência divina. Assim, o valor simbólico das águas esteve fortemente relacionado ao sagrado, mas, como indica Chevalier (2001), sempre esteve também ameaçado por “desvios pagãos” e por superstições a “perverter” a imaginação dos homens. Contudo, ressalta o autor, a partir da pesquisa conduzida por Jules Gritti em 1976 para o Centro de pesquisa sobre a informação e a comunicação (CRIC), o simbolismo da água persiste entre os habitantes das cidades e aldeias, não obstante os contextos que sugerem seu enfraquecimento. Assim, o pesquisador concluiu que “[...] *símbolos fundamentais persistem no coração e na imaginação das pessoas, na mentalidade coletiva. Uma civilização técnica e industrial, pelas carências e poluições que suscita, pode avivar a necessidade, a angústia, o apetite por signos que falem.*”⁵⁷. Esta persistência também se manifesta nas práticas estabelecidas nas águas em Vitória (ES) e propomos que sustentam, em boa medida, a continuidade destas, frente aos processos da modernidade que operam rupturas em estruturas tradicionais.

Segundo Panzini (2013), até o advento da era moderna, a historicidade do imaginário simbólico do espaço natural - o que inclui as águas - sempre esteve relacionado ao caráter cósmico e sagrado entre as populações antigas. Montanhas, bosques, árvores, cavernas e fontes de água foram valoradas com atributos de uma força espiritual e inseridos em rituais a fim de favorecer estas forças e os ciclos que pareciam regulá-las.

Nesse sentido, como indicou Panzini (2013, p. 27) tanto a caverna quanto as águas representam, para o homem ‘primitivo’, uma explícita analogia

⁵⁶CHEVALIER (2001, p. 16).

⁵⁷ Ibidem, p. 22.

com o útero materno, do qual a vida emerge. Assim, “[...] muitas populações ‘primitivas’ associaram as cavernas naturais aos mitos da criação da humanidade, do seu emergir no mundo [...]”. As águas provindas de nascentes no interior de grutas e cavernas, portanto, assumiam um sentido sacro na medida em que eram associadas aos atos primeiros da origem de tudo. Dessa forma, neste imaginário de outrora ambas, cavernas e grutas, juntamente com as águas provenientes de seus interiores assumiam, por analogia, a ideia de “úteros da terra”.

Se o interior das cavernas guardava semelhanças com o ventre que provém a vida, a forma elevada externa das montanhas abrigavam locais divinamente privilegiados por sua maior proximidade com o sobrenatural. Desse modo, às montanhas associavam-se poderes relacionados à chuva, fundamental para a fertilidade da terra e para a agricultura. Assim, explica Panzini (2013), quando graves calamidades como a seca atingiam as populações, os cumes das montanhas recebiam sacrifícios humanos como forma de suplicar a benevolência divina, frente ao longo período de escassez de água. Observa-se, portanto, no imaginário das sociedades primitivas, a forte relação codependente entre as montanhas e as águas, uma vez que representavam física e espiritualmente, aquilo que permitia diretamente a vida. A necessidade de refugiar-se no “ventre acolhedor da montanha-mãe” assegurava, àquelas populações, proteção, segurança e, sobretudo, água, como elementos indispensáveis à vida humana.

A revolução agrícola – remonta à gradual experiência de domesticar plantas e animais - contribuiu decisivamente na sedenterização das populações, as quais cresceram numericamente e adquiriram uma organização em estruturas sociais complexas. Dessa forma, concomitante ao surgimento da agricultura, o fenômeno urbano inicia-se a partir de uma organização sistemática que passava, sobretudo, inicialmente pela presença e

posteriormente⁵⁸ pelo domínio de fontes naturais e de cursos de água. Nesse sentido, observar a evolução do espaço urbano é também observar a evolução do domínio da natureza, sobretudo do domínio da água. Ao mesmo tempo em que a água é tomada como sagrada, é também manipulada a fim de que sua vitalidade opere a favor da presença humana, sendo a agricultura, o jardim e os sistemas de distribuição hídrica, significativos representantes dessa ideia. À dimensão espiritual, acrescia-se à água a dimensão funcional e estética, já que deveriam possibilitar terrenos cultiváveis, o abastecimento para as diversas atividades humanas, e espaços aprazíveis para o descanso físico e mental⁵⁹.

Uma obra que assume grande relevância, neste contexto, é a coletânea de artigos organizados em *A imagem das águas*, publicado em 2000, onde Antônio Carlos Diegues reúne o que ele mesmo denomina como uma ‘antologia’ das águas, ao tratar, a partir de diferentes autores, das práticas sociais e simbólicas de comunidades de pescadores que tiram das águas sua subsistência. A chave de sustentação dessa antologia das águas recorre à obra publicada em 1942 de Gaston Bachelard, *A Água e os Sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria*. Nesta obra, Bachelard reúne uma série de interpretações e faz uso de múltiplas analogias em busca de desvelar as imagens associadas às águas, e, em especial, aquelas que vinculam as águas doces ao feminino, cuja posição é entendida por Bachelard como superior à das águas salgadas, associada ao masculino.

Como aponta Diegues (2000), apesar do esforço de Bachelard em tentar demonstrar a supremacia das águas doces sobre as águas dos oceanos a partir de um entendimento de mito⁶⁰ como uma narrativa não real, e, portanto,

⁵⁸ Panzini (2013) indica que somente a partir da civilização romana os assentamentos dispuseram de sofisticados sistemas de distribuição hídrica, os quais permitiram a realização de parques urbanos e jardins domésticos.

⁵⁹ Panzini (2013, p. 65) indica serem os “oásis artificiais” “[...] espaços naturais onde a alma poderia refrescar-se em sua viagem além-mundo”. Estes oásis dispunham de árvores frutíferas, hortaliças, plantas floríferas e pequenos espelhos-d’água, reunindo funções de ordem prática e recreativa.

⁶⁰ Cabe retomar o exposto por Eliade (2016) e por Bulfinch (2018) acerca do papel dos mares na mítica clássica está, sobretudo, relacionado aos mitos de origem e à cosmogonia – representado na ideia da criação do Cosmo -, como também à escatologia – representado

fictícia, esta posição somente pode ser compreendida dentro do contexto particular de sua própria experiência tardia de contato com o mar, e não como um entendimento a partir do estudo das águas como generalidades. Não obstante o exposto por Bachelard em *A Água e os Sonhos*, o autor faz uma importante contribuição ao entendimento do imaginário das águas, uma vez que possibilita construir um universo amplo de sentidos duais copresentes nas águas, os quais devem ser compreendidos menos como oposições concorrentes e mais como composições complementares.

A abordagem de Lúcia Helena de Oliveira Cunha acerca desta natureza dual é o cerne do artigo *Significados Múltiplos das águas* presente na obra de Diegues (2000). Acerca desta relação, ao mesmo tempo material e imaterial, Cunha (2000, p. 16) relata: “Por mais impalpável e simbólica, a água é matéria, e, por mais material que seja, embala os sonhos, é fonte de inspiração poética, tal como se presencia nas imagens e símbolos humanos, em seus atos, na morte e na vida: a água move e umedece o real.”. A autora descreve que a ideia de que a água condensa atos e símbolos humanos, matéria e imaginação está presente em Gaston Bachelard e representa o perpétuo movimento da vida e seus ciclos.

No universo da pesca artesanal, Cunha (2000) indica que as significações simbólicas atribuídas ultrapassam a pura dimensão do trabalho e se estabelecem de modo ampliado em outras esferas da vida cotidiana. Esta cotidianidade está repleta de uma multiplicidade de significações das águas, as quais correspondem, em mesma medida, à ambivalência entre elas. Assim, o caráter vital, a sacralidade, o poder de cura e o caráter de regeneração coexistem frente ao risco da morte, ao sacrifício e às dificuldades dos *serviços do mar*. Como explica a autora, até o século XVIII, não havia significações simbólicas que relacionavam as águas dos mares à ideia de encantamento e

sobretudo pelo Dilúvio. Convém também indicar que não obstante esses atos da criação e da destruição aos quais se vinculam as águas salgadas, às ‘águas doces’ associam-se, muitas vezes, os poderes sobrenaturais do rejuvenescimento ou da morte instantânea, bem como de encantamentos diversos nem sempre reversíveis.

aos prazeres do banho, uma vez que prevaleceu, acerca destas águas, o medo do desconhecido, o pavor pelas tempestades e pelas criaturas que abrigavam estes espaços no imaginário ocidental. Como já fora exposto a partir de Corbin (1989), e Eliade (2016) tanto nos mitos do Dilúvio quanto na tradição cristã, uma imagética negativa é associada aos mares e assim se consolida até o século XVII no imaginário social no ocidente.

3.2 Hedonismo, higienismo e vilegiatura marítima

A inversão da representatividade negativa em relação ao mar começa a ser operada à segunda metade do século XVII, especificamente “Entre 1660 e 1675, [...] graças aos progressos realizados, na Inglaterra, pela oceanografia.” (CORBIN, 1989, p. 28). O autor associa ainda, à mudança de significação simbólica acerca dos mares: “[...] os cantos idílicos dos profetas da teologia natural, a exaltação das praias fecundas da Holanda, abençoada por Deus, e a moda da viagem clássica às margens luminosas da baía de Nápoles.”⁶¹

Entre o final do século XVII e o começo do século XVIII, tem lugar no Ocidente o que fora chamado na França de teologia natural e na Inglaterra de físico-teologia. Este novo *modus operandi* de pensamento provocara uma fratura entre os sistemas populares e tradicionais de apreciação da natureza e as concepções de religiosos, os quais passam a lançar sobre o mundo físico um olhar até então não experimentado. Como já fora apontado, a tradicionalidade epistêmica acerca da relação homem-natureza correspondia na crença do misterioso entrelaçamento “[...] entre o mundo físico e o mundo espiritual, entre o humano e o divino, entre o homem – o microcosmo – e o universo – o macrocosmo. [...] o mundo exterior ainda não era visto, antes de tudo, como um enigma a resolver pela observação, nem como um conjunto de forças a ser dominado pelo saber científico.” (CORBIN, 1989, p. 34).

A teologia natural, indica Corbin (1989), interrompe o modo de olhar o mundo exterior por meio de analogias e concebe esse mundo como espetáculo

⁶¹ CORBIN, 1989, p. 29.

da criação Divina dedicado ao homem, o qual deverá, por sua vez, admirá-lo por meio da razão. Assim, expõe Corbin (1989, p. 35), “O homem deve tornar-se leitor piedoso do livro de Deus.”, o que faz com que os teólogos da natureza enalteçam a observação empírica a fim de discernir a significação religiosa da economia da natureza. Esta nova visão sobre o mundo exterior aponta, portanto, para uma abordagem científica com vistas a uma espécie de ‘inventário da Criação’. Desse modo, para o autor, esta evocação da natureza enquanto espetáculo impulsionou a procura por viagens com a finalidade de usufruir o espetáculo Divino. A teologia natural operou com sucesso a dissolução das imagens repulsivas até então predominantes no imaginário social, afirma Corbin (1989). As explicações científicas acerca das águas dos mares buscavam, por meio de uma retórica de devoção, reafirmar a posição de reconhecimento da Criação Divina ao mesmo tempo em que descreviam propriedades científicas.

A composição da água do mar corresponde às intenções do Criador: o sal impede que ela se corrompa; assim garante a sobrevivência dos peixes e a salubridade das margens. Além disso, favorece a conservação dos alimentos. Impede o congelamento, que impossibilitaria tanto a pesca como o desenvolvimento das criaturas marinhas. E mais: ao criar o mar salgado, afirma o abade Pluché, Deus quis que ele carresse “para junto de suas habitações” esta substância de que os homens têm tanta necessidade. O sal, enfim, torna a onda pesada, “controla a evaporação” e regula desse modo a circulação da água na atmosfera. Quanto ao betume, forma uma substância viscosa que impede o mar de corroer as terras que revestem o fundo de seu leito. Graças a essas duas substâncias, a praia irá revelar-se como o lugar salubre por excelência, desde que se submeta à ação equilibrada dos ventos, escapando assim da estagnação. (CORBIN, 1989, p. 39)

Corbin (1989) afirma que é a partir da metade do século XVII que esse *modus operandi* de pensamento da teologia natural começou a se disseminar, sobretudo entre as comunidades científicas, contudo, suas narrativas detalhadas já haviam penetrado em profundidade nas consciências populares e se manifestou, desde então, na literatura religiosa e poesia acerca da natureza.

Como exposto no capítulo anterior, a paisagem marítima holandesa dos séculos XVII e XVIII e a prática da viagem aos Países Baixos, segundo o autor, contribuíram para a admiração dos mares como espetáculo, assim como para o

despertar do desejo do usufruto das praias. A associação da Holanda como um país fortemente identificado por sua relação como o mar advém, explica Corbin (1989), da ideia de que o holandês domou a fúria dos oceanos e soube, ao mesmo tempo, empregar suas forças a serviços dos projetos mercantis, simbolizados pelos desenhos que enaltecem seus navios. A prática das viagens às praias holandesas no século XVIII buscavam de uma maneira, ao mesmo tempo pitoresca e tecnicista, apresentar o mar e as criações humanas realizadas para seu 'domínio', bem como o próprio horizonte marítimo e sua paisagem praial. Importa ressaltar, contudo, que a admiração à paisagem marítima holandesa não se direcionou primeiramente às suas praias e suas águas, mas sobretudo ao modo como fora exercido o domínio sobre a natureza, expresso por meio de uma avançada rede de transportes aquáticos, pelos canais, diques e pelo desenho e horizontalidade das cidades à beira-mar.

A Holanda vista dos diques, mar de pradarias ou superfície espelhada, ensina o espetáculo do céu; por pouco que o turista se impressione, ela prepara a admiração da superfície do mar. [...], a Holanda propõe uma transição entre o modelo clássico de apreciação da paisagem e o gosto pela imensidão.

O espetáculo dos campos e a pintura de paisagem por ele suscitada conduzem insensivelmente à admiração do mar. Este, com efeito, entra seguidamente na composição desses quadros graciosos que o viajante clássico tem o hábito de apreciar, por ser constante a imbricação dos elementos. (CORBIN, 1989, p. 47)

Observa-se que a admiração da paisagem⁶² urbana litorânea desperta uma espécie de encantamento específico, ainda pouco realizado, cuja 'embriaguez pictórica' se dava pelo arranjo entre os elementos morfológicos da cidade, o mar e suas águas. O despertar para a paisagem urbana como espetáculo é, portanto, impulsionado pelos relatos dos viajantes e pelas pinturas da Holanda entre os séculos XVII e XVIII, e conforma os símbolos iniciais da admiração que constituirão um imaginário praial em toda a Europa. Corbin (1989) destaca que a cidade de Haia e a praia de Scheveningen um

⁶² Convém ressaltar, conforme aponta E. H. Gombrich (1990), que a pintura de paisagem somente se torna um gênero de pintura em meados do século XVI, sobretudo a partir das viagens de pintores setentrionais à Itália, atraídos mais pelo espetáculo do mundo que pelo desejo de contemplar os vestígios da arte antiga.

pouco mais ao norte de Haia, assim como o caminho até ela, compreendiam roteiros turísticos que se propagaram pelo desejo de contemplação das paisagens representadas pela literatura e pelos pintores. A combinação destes lugares, de alguma forma, funcionava como uma espécie de compensação estética, já que ofereciam cenários em que as águas em sua relação com o entorno apreendido configuravam contrastes bem marcantes, mas que nem por isso desmereciam um ao outro, em razão de suas particularidades.

Enquanto buscavam em Haia desfrutar de uma paisagem como expressão do domínio do homem sobre as águas, em Scheveningen buscavam o deleite do vasto horizonte desimpedido formado pela extensa praia. Outro contraste compensável apontado por Corbin (1989) é que em troca do desagradável odor dos canais de Haia no outono, Scheveningen oferecia a salubridade do litoral do mar do Norte, o que revela uma relação de complementaridade entre estes espaços os quais não só conformavam paisagens distintas, mas que também se distinguiam em seus papéis urbanos.

O *caminho de Scheveningen*, descreve Corbin (1989), é composto por uma alameda para veículos e pedestres margeada por árvores frondosas e que termina no mar em uma visão surpreendente, constitui em si um objeto nobre e pitoresco, e que por interligar dois pontos de interesse, assumiu ele também um valor estético e cenográfico próprio. O *caminho de Scheveningen* termina numa aldeia de pescadores que domina a praia, informa Corbin (1989), de onde se descortina não somente a beleza de suas águas, mas também “[...] bosques ao norte, campos ao sul, lavouras a leste e o mar no poente.”⁶³.

Os habitantes de Haia vêm a Scheveningen, em família ou em grupo, para comer peixe fresco. Durante o verão, as mulheres e as meninas do povo fazem o trajeto em bandos, a fim de tomar chá numa dessas tavernas de pescadores cujo odor repugna aos turistas. “Ao voltarem à cidade não fazem outra coisa que cantar e troçar dos transeuntes.” Joseph Marshall observa, já em 1768, que ali se toma banho de mar.

O turista do século XVIII, em troca, vem antes de tudo para mergulhar numa dessas “cenas de praia”, imagem que a visita aos museus e a gravura imprimiram em seu espírito. (CORBIN, 1989, p. 49)

⁶³ CORBIN (1989, p. 49)

Na transcrição acima, dois aspectos nos interessam destacar, uma vez que sugerem que as práticas à beira mar variam conforme diferem os seus frequentadores. O primeiro deles diz respeito ao fato de que os dois principais públicos que se deslocam em busca dos prazeres da praia – habitantes e turistas – respondem a esse objetivo maior de usufruto da praia de forma distinta. Enquanto os turistas buscam materializar os desejos despertados pelos modelos pictóricos propostos por pintores, gravuristas e literários que retrataram paisagens praias holandesas, os habitantes ocupam-se da contemplação da paisagem e de outras práticas as quais, oportunamente, encontram no ambiente mais afastado das praias, um local menos vigiado socialmente.

Estas outras práticas representam, por um lado, prazeres relacionados a determinadas ‘perdas qualitativas’ em face de uma escala já alcançada do fenômeno urbano, e, por outro lado, pressupõe a realização de práticas que representariam desejos de liberdade e de usufruto de prazeres limitados a determinados grupos, em razão do gênero ou da classe social.

Corbin (1989) destaca, dentre o cenário proclamado de pintores holandeses, o papel da obra (Figura 17) de Jan van Goyen no começo do século XVII como convocação à representação do cotidiano ‘banal’ dos pescadores, comerciantes e transportadores à beira mar. Esse olhar aproximado deste cotidiano, revela o autor, aproximou os artistas do universo dos trabalhadores do mar. Em meados do mesmo século, pintores como Dimon de Vlieger, Jacob van Ruydaël e Adriaen van de Velde (Figura 18) ocupam-se de uma paisagem litorânea que permite ver os costumes, mas também o trajeto do passeio em toda a sua amplitude e sugerem uma espécie de rito do passeio urbano realizado por burgueses para negócios e por cavaleiros para contemplação do mar.

Figura 15 - Venda de peixe na praia de Scheveningen, Jan van Goyen, 1632



Fonte: <https://www.pubhist.com/w5577>

Figura 16 - A praia de Scheveningen, Adriaen van de Velde, 1658



Fonte: <https://altemeister.museum-kassel.de/33945/0/0/147/s6/0/0/objekt.html>

O *admirável caminho de Scheveningen*, como nomeia Corbin (1989), entre o final do século XVII e ao longo do século XVIII, sob influência dos pintores holandeses, sobretudo van de Velde, disseminam uma paisagem pitoresca praial que se vale das cenas cotidianas à beira mar e, em especial,

dos esforços dos trabalhadores do mar. O mar, o homem e suas atividades à beira mar, ao ganharem o protagonismo em pinturas da paisagem praiial holandesa, se inserem no imaginário social como uma alegoria estética e despertam desejos relacionados a uma conjuntura paisagística tomada como modelo de utilização das praias.

O terceiro fator que contribuiu para eliminar a imagem negativa do mar no imaginário social é a renovação⁶⁴ do grande prestígio das viagens à Itália, agora por motivo de apreciação da paisagem marítima. Contudo, diferente da Holanda, na Itália, estas viagens estavam associadas a um aprofundamento cultural extremamente nobre e que requeria destes viajantes, inclusive, um preparo literário e uma elevada familiaridade com as obras da Antiguidade para que fosse possível pertencer e participar do que Corbin (1989) chama de ‘convivência social’, dada a partir da similitude dos itinerários, das maneiras de viajar e a codificação das emoções expressas no percurso. Desse modo, explica Corbin (1989, p. 64) “O olhar dirigido às praias de mar, do fim do século XVII à metade do século XVIII, inscreve-se no quadro de uma epistême clássica que mistura, em geral de maneira confusa ainda que numa ordem aparente, a tradição judaico-cristã, a filosofia helenística e a literatura latina.”.

Embora os motivos apresentados para o início da reversão de uma imagem negativa dos mares aparentem uma mudança de grande alcance geográfico e social, o autor ressalta que em geral, até meados do século XVIII, para além destes estímulos pontuais, o temor do mar e a repugnância pelas praias ainda predominavam na maior parte dos lugares e em grande medida entre a população.

Em nenhum momento, exceto em raros indivíduos com sensibilidade premonitória, exprime-se a admiração pelo espaço infinito das ondas, o prazer nascido da análise visual da substância; em nenhum momento exprime-se o desejo de afrontar com o corpo o poder das ondas, de experimentar o sensível frescor da areia. A impressão

⁶⁴ Como nos lembra Corbin (1989), as viagens à Itália já eram há tempos prestigiadas, quer seja pelo costume do termalismo, pelas peregrinações religiosas, pela estadia universitária, pela visita aos museus ou pela necessidade de recreação.

cenestésica está ausente do campo das práticas e dos discursos. (CORBIN, 1989, p. 65)

A partir de meados do século XVIII, no entanto, um novo fluxo se dirige às praias em busca de cura, em especial e primeiramente, da melancolia, tal era a sua propagação nas classes dominantes desde o século XVI. A publicação de *História da melancolia* em 1621 por Robert Burton assumiu papel de destaque junto à aristocracia por suas recomendações aos cuidados corporais e, de forma sutil, aos cuidados do espírito. Nesta publicação, Burton dedica grande atenção para a preocupação com o ambiente no qual se decide viver. Assim, recomenda preferir um solo seco isento de fontes de putrefação, situado em região acidentada e coberta de colinas, de onde se aviste um amplo horizonte. Burton utiliza como exemplo de sua tese a excelente saúde e a espantosa longevidade dos habitantes das Órcades, na Escócia, e atribui o ar fresco e purificador do mar como motivos dessa vitalidade.

Além do local estratégico, Burton aconselha também a prática dos *rural sports* – equitação, pesca, natação, *football*, *bowling*, entre outros jogos – como formas de manter-se saudável física e emocionalmente. Convém ressaltar, contudo, que o banho de mar ou de rio até então, era considerado uma distração imoral, própria do povo sem educação, e, no século XVII torna-se uma prática autorizada. Outras obras, como a de Richard Smollett publicada em 1748, reúnem o tema da ‘patologia urbana’ e estabelecem uma ponte entre a ideia de higiene e a moral, ao condenar a cidade à depreciação, ao mesmo tempo em que sai em defesa dos banhos frios no mar como terapias curativas.

Tornam-se cada vez mais frequente neste período, publicações médicas⁶⁵ que reforçavam a necessidade de se combater as moléstias do corpo em conjunto com as da alma, e, não raras às vezes, corroboravam entre si quanto às recomendações direcionadas às praias e ao banho de mar.

⁶⁵ Destacamos três destas publicações, apresentadas por Corbin (1989): História do banho frio (1701), de John Floyer; Uma Dissertação sobre o Uso da Água do Mar nas Doenças das Glândulas (1752), de Richard Russell e Dissertação sobre a maneira de agir dos banhos de água doce e água do mar e sobre sua prática (1767-69), de Hugues Maret.

Consolida-se, portanto, uma prática científica de indicações médicas, as quais, reforçadas pela imagética retratada pelos pintores, transformam o banho de mar, em símbolo de saúde, longevidade e vitalidade.

No entanto, como aponta Corbin (1989), a remediação prescrita pelos médicos à época, estabeleciam condições sociais específicas. Dessa forma, o banho de mar terapêutico assumiu senão a forma de banho de mar possível, ao menos a única validada a partir dos ritos e formas de conduta aceitáveis quanto ao pudor e a moral vigentes no século XVIII. Isso porque as classes dominantes receberam, com medo e insegurança, a ideia do banho de mar como símbolo de vitalidade.

Dada a delicadeza excessiva, a palidez agravada pela baixa exposição solar e o pouco hábito de trabalhos físicos, explica Corbin (1989), estas classes sentiram-se ameaçadas pelas moléstias e pouco preparadas para combatê-las, o que as colocava em notória desvantagem em relação àqueles frequentemente expostos às 'águas terapêuticas' e aos cotidianos esforços físicos frequentemente sob o sol. Não é difícil pensar, a partir disso, que ocupam a primeira posição da longevidade, pescadores, marinheiros e homens de trabalhos braçais à beira-mar. Dessa forma,

É nessa perspectiva que se inscreve a emergência do desejo das praias de mar a partir do século XVIII. [...] Assim, se esboça o paradoxo sobre o qual se funda a moda da praia: o mar se faz refúgio, causa esperança porque causa medo. Esperança de gozá-lo, de experimentar o terror que inspira, mas desarmando seus perigos: tal será a estratégia da vilegiatura marítima. Doravante, espera-se do mar que acalme as ansiedades da elite, que restabeleça a harmonia do corpo e da alma, que estanque a perda de energia vital de uma classe social que se sente particularmente ameaçada em suas crianças, suas raparigas, suas mulheres, seus pensadores. Espera-se dele que corrija os males da civilização urbana, os efeitos perversos do conforto, embora respeitando os imperativos da privacy." (CORBIN, 1989, p. 74).

A partir de 1732, afirma Corbin (1989), a moda do banho frio desenvolve-se claramente como uma prática medicinal e terapêutica a qual, à medida que exploravam suas propriedades benéficas, estabeleciam ritos e

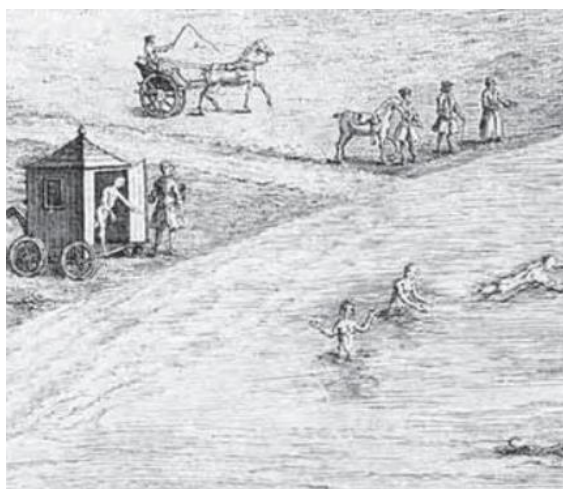
regras para sua prática e esboçavam modelos de banhos de mar conforme os males que visavam a cura.

O paciente deve repousar antes de enfrentar as ondas. Irá banhar-se um pouco antes do pôr-do-sol, se possível num lugar que tenha sombra. Deverá lançar-se ao mar com vivacidade. Convém sair da água ao sentir pela segunda vez arrepios, ou seja, no máximo ao cabo de meia hora. O banhista precisará contar com “pessoas prontas a prestar serviços eventualmente necessários” após o banho, preparando-lhes uma boa cama onde repousar de suas fadigas. Fiel a velhas injunções hipocráticas e galênicas, Maret proíbe que se tome banho suado ou com o estômago cheio; mulheres evitarão mergulhar durante a menstruação; Maret desaconselha o mar em período de epidemia. Prevê para os doentes uma série de trinta a quarenta banhos. O outono parece-lhe a melhor estação para ir à praia.(CORBIN, 1989, p. 80-81).

A partir do final do século XIX, práticas realizadas em função das águas assumem também um caráter econômico e espacial, ou seja, atrela-se à produção do espaço urbano. Corbin (1989) chama a atenção para os *rural sports*, praticados na areia da praia por homens das classes dominantes, e para a natação, cujo papel esteve associado não apenas ao prazer do exercício pelos homens, mas como prova do esforço, da coragem e da energia viril. As mulheres destas classes, agrupadas em um setor da praia interdito ao sexo oposto, praticam o banho de mar de forma restrita a mergulhos breves, acompanhadas sempre de banhistas auxiliares e carruagens adaptadas e construídas para serem máquinas de banho⁶⁶ (Figura 17), cujos papéis são o de fazer-lhes executar de forma ritualística o banho ‘recomendado’ ao gênero e garantir-lhes que exercessem os preceitos das regras relacionadas ao pudor nestes espaços.

⁶⁶ Corbin (1989) e Harrison (2012) afirmam que a **primeira evidência registrada do uso de uma carruagem de banho (*bathing machine*) data de 1735, em gravura atribuída, segundo Harrison (2012), a John Settingington. Corbin (1989) atribui a Benjamim Beale o aprimoramento da máquina, cujo uso se difunde na Inglaterra a partir de 1768.**

Figura 17 - Primeiro registro de uma 'máquina de banho' na praia de Scarborough, gravura de John Setterington, 1735



Fonte: <https://storiesfromscarborough.files.wordpress.com/2016/03/bathing11.jpg>

Na contramão dos 'banhos codificados', informa Corbin (1989), os banhos populares atendiam a finalidades bem diversas daqueles. Não comprometidos da mesma maneira com as regras de conduta, para o 'povo do litoral', como se refere o autor às classes não dominantes habitantes das praias, o banho de mar era um costume coletivo enraizado em um cotidiano mais alargado, já que ocorriam ocasionalmente - conforme a condição meteorológica e o desejo espontâneo -, e se vinculava ao hedonismo e ao lúdico. Desse modo,

Trata-se de um prolongamento dos folguedos da infância e da adolescência; às vezes faz parte dos exercícios ou disputas que serviram de modelo para os *rural sports* da pequena nobreza. Desenvolve-se no quadro das atividades coletivas, festivas ou lúdicas, sempre ruidosas, que os povos litorâneos apreciam. Menos preocupado com o medo da violação ocular, menos penetrado pelo sentimento da *privacy*, o banho popular autoriza a mistura dos sexos. Infelizmente, resulta difícil seguir o traçado de uma prática logo contaminada pelo modelo dominante quando ela não é proibida por autoridades hostis a tudo o que poderia perturbar o desenvolvimento das modas impostas pela classe ociosa. (CORBIN 1988 p. 94).

Embora a mistura de sexos e de hierarquias sociais por vezes ocorresse, não raras as vezes decorriam dela, novas normas de conduta e especializações das praias, com vistas a 'resguardar' as classes dominantes e

seus locais de banho, dos comportamentos ‘impróprios’ dos demais habitantes. Tal é o caso da prática da nudez comum entre homens e crianças na segunda metade do século XVIII. À medida que os “banhos de onda” ganham cada vez mais adeptos, restrições geográficas e espaciais se impõem como ‘escudos’ ao pudor e à moralidade. Desdobra-se ainda como ‘medida de proteção’, a proibição, em determinadas localidades da França, Itália e Inglaterra, da prática coletiva da nudez nos banhos de mar e a imposição do banho solitário nestas condições.

Ainda na segunda metade do século XVIII, o surgimento de estâncias balneárias acompanha o crescimento da moda dos banhos quentes e das preocupações cenestésicas individualizadas por parte não apenas de médicos, mas também de poetas e filósofos, na cura de enfermidades do corpo e da alma dos *invalids* – doentes crônicos. Nasce daí o que Corbin (1989) denomina como “vilegiatura marítima”. Esta prática consistia na vigilância sistemática das condições cenestésicas do *invalid*, recluso em estadias à beira mar, e submetidos a controlados ‘banhos de onda’, além de outras práticas sempre regularmente definidas, quais sejam de alimentação, sono ou exercícios físicos e mentais. A temporada nestas estadias pretendia desenvolver o hábito da ‘arte de viver’ a partir de uma espécie de processo de cura de si próprio, o que inclui moléstias físicas ou espirituais. A *vilegiatura marítima* como mais uma prática criada para atender às angústias da ‘classe ociosa’, de algum modo, relata o autor, faz da busca incessante pela codificação da harmonia do corpo com a natureza a anulação da possibilidade de acesso ao hedonismo.

Ocorre que mesmo as condutas espontâneas e esporádicas de banhos livres de protocolos entre as populações não pertencentes às classes dominantes logo assumem a ‘anarquia dos comportamentos’ e relega ao povo em geral, costumes estritamente circunscritos. Como afirma Corbin (1989), o primado do banho terapêutico induziu a ordenação dos usos e das formas de ocupação da praia. A praia deveria servir também às caminhadas e à equitação e, por isso, dava-se preferência àquelas de areias duras, por permitirem a

cavalgada, o caminhar e as carruagens de banho, além de conferirem maior sensação de segurança àqueles que se preparavam para o banho. Assim, o modelo do banho terapêutico, também denominado pelo autor como “banho de onda”, destinado a membros da classe ociosa habituados aos serviços de uma criadagem, acaba por estabelecer, para uma série de outras práticas relacionadas às águas do mar, protocolos ‘médicos’ – “codificações” - como formas de enobrecimento de comportamentos espontâneos.

A consolidação de codificações para o banho de mar repercutiu, portanto, na transformação de uma prática popular em social, uma vez que buscou moldar os atos à luz da moralidade da época, tendo em vista a sua conformação e aceitação pelas ‘classes ociosas’. Observa-se ainda, a espacialização de determinadas praias segundo gênero, hierarquia social ou função e a criação de novas espacialidades praias como, por exemplo, aquelas destinadas à estadia e vilegiatura marítima.

Ao final do século XIX, proliferam na Europa, estabelecimentos de banho de mar os quais já ofereciam, nas cidades que gozavam de maior prestígio litorâneo, além de uma arquitetura cuidadosa, apartamentos para hospedagem, banhos frios e quentes, belos jardins, cafés, teatros e bibliotecas. Apesar da permanência do mar como símbolo de saúde e vitalidade, historicamente, as tendas e carruagens de banho, os estabelecimentos terapêuticos à beira mar, as casas e equipamentos de veraneio destinados às férias nos balneários, materializam a sobreposição da dimensão econômica sobre as práticas no mar e inserem, portanto, novos símbolos os quais nos convidam, como indica Chevalier (2001), a um aprofundamento acerca da nossa própria existência.

No entanto, como apontara o autor, a socialização do banho de mar engendrou a dimensão econômica como ‘símbolo morto’, já que não vibra nenhum eco na consciência individual ou coletiva e não passa de uma externalidade limitada a seus próprios significados objetivos. Uma vez incorporadas, as práticas sociais à beira-mar entregam ao imaginário um

conjunto de imagens - sobretudo aquelas representadas nas pinturas de paisagens dos séculos XVII e XVIII, alegorias como a do 'pescador laborioso' como alegoria da longevidade e da vitalidade e a do *invalid* como alegoria da fragilidade humana e do desejo por apreender a "arte de viver" (CORBIN, 1989, P. 102) – agenciadas pelas comunidades científicas e pelas classes dominantes, as quais se sedimentam sobre um solo de insegurança higiênica urbana e por imposição de normas hegemônicas.

Se por um lado o caráter alegórico desta imagética conforma signos, meios de comunicação os quais não ultrapassam os limites da representação, por outro lado, remetem às significações simbólicas tradicionais relacionadas às águas presentes, sobretudo, nos mitos e em povos primitivos, como tratado por Chevalier (2001), ou seja, as águas como fonte de vida, fertilidade e fecundidade. Esta observação ratifica, portanto, a defesa de Chevalier (2001) acerca das relações constantes – estruturas, mitos, arquétipos – presentes na simbologia das águas que animam o imaginário social, e, muito embora as práticas modernas ocultem sua constância, é preciso desencobri-la para que reabilite o valor simbólico como elo para a transcendência, como aproximação entre a consciência e a subconsciência por meio das mais profundas reflexões da vida espiritual.

4. DISSONÂNCIAS E RESSONÂNCIAS DO DISCURSO DA MODERNIDADE À LUZ DAS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS NAS ÁGUAS EM VITÓRIA (ES)

O presente capítulo visa apresentar, discorrer e analisar os espaços das águas e as práticas sócio-espaciais identificadas antes, ao longo e depois dos processos de modernização que se estabeleceram em Vitória até a primeira metade do século XX. Busca-se com isso, compreender como os espaços e as relações do homem com as águas se estabeleceram historicamente em Vitória (ES) e como foram afetados frente às intervenções físicas sobre as águas e frente o discurso da modernidade fundamentado na ideia de uma nova civilidade, do higienismo e do embelezamento urbano. Estas apreensões serão confrontadas com as práticas levantadas na atualidade a fim de buscar correlações, permanências e transformações, além de elementos físicos e simbólicos associados a uma estrutura do imaginário social das águas da Capital capixaba.

Nesse sentido, denominamos *espaços das águas* as áreas materiais visíveis conformadas pela presença das águas marítimas e fluviais apropriadas – física, visual ou imaginativamente - pelo homem em seu *modus operandi* do devir urbano. Este modo de apreensão das águas leva em consideração a inseparabilidade dos objetos e das ações, tal como indicara Santos (2008). Assim, os espaços das águas carregam o caráter híbrido que os conformam como realidades sociais-espaciais.

Do mesmo modo, as ações sociais no espaço - as práticas sócio-espaciais – compreendem três diferentes formas de manifestação: técnica, formal e simbólica (Santos, 2008). Assim, abordar o fenômeno das ações em suas relações com as águas permite-nos a assimilação das suas formas-conteúdos como reflexos, ao mesmo tempo, da atuação dos meios sociais e econômicos quanto também de processos imaginativos internalizados e constantemente ressignificados.

Busca-se, portanto, demonstrar as práticas sócio-espaciais nas águas em Vitória como dissonâncias – *táticas* de coexistência - e como ressonâncias -

estratégias da reprodução capitalista do espaço urbano -- ao discurso da modernidade.

Nesse sentido, o capítulo divide-se em três subcapítulos. O primeiro, *Os espaços das águas na cartografia histórica (séculos XVI a XIX)*, apresenta a conformação espacial das águas na Capital a partir da cartografia histórica e visa identificar e reconhecer os elementos de recorrência dos espaços das águas em Vitória. O segundo subcapítulo, *As práticas sócio-espaciais em Vitória (1850-1950)* identifica e espacializa as ações sociais nas águas antes e durante o período de modernização da Capital. O terceiro subcapítulo, *As práticas sócio-espaciais em Vitória na atualidade* apresenta as práticas identificadas na atualidade e confronta-as com as de outrora a fim de reconhecer as permanências e transformações que incidiram ao longo do tempo e apontar os mecanismos destas mudanças.

4.1 Os espaços das águas na cartografia histórica (séculos XVI a XIX)

É inegável a forte e decisiva importância das águas na produção do espaço urbano de Vitória desde a fundação da Vila em 1551, após transferência da sede da capitania da antiga Vila do Espírito Santo (atual Vila Velha) para a ilha de Duarte Lemos (atual Vitória), conforme indicam Derenzi (1995) e Oliveira (2008). Historicamente esta importância esteve associada, em grande medida, ao papel das águas enquanto condição fundamental para a ocupação, defesa e desenvolvimento do núcleo colonial, desde suas necessidades básicas de consumo cotidiano – daí a importância de suas nascentes e córregos de ‘águas doces’ virgens naturais, até a sua sobrevivência comercial – daí a importância de suas águas salgadas marítimas e doces fluviais, no contexto da busca pela expansão dos territórios e do crescente mercantilismo Europeu.

Em geral, a presença das águas em Vitória apresenta-se, na historiografia capixaba, como condicionadora dos processos políticos, econômicos e culturais. Na cartografia histórica, notadamente as águas respondem como

locus geográfico principal a partir do qual estes processos se desenrolam, sobretudo até o século XIX, em um contexto geral que objetiva retratar, primordialmente, uma cartografia da Capitania do Espírito Santo, e, de modo secundário, a Vila de Vitória propriamente, não obstante a sua importância política-administrativa como sede da Capitania. Nesse sentido, observa-se nas cartografias mais antigas elaboradas entre os séculos XVI e XVIII, o predomínio de uma escala territorial, cujos elementos destacados são aqueles que, quer por sua própria condição física-geográfica destacada, ou por seu papel estratégico no contexto de domínio e ocupação mencionado, revelam uma notoriedade singular.

Assim, estudar a cartografia de Vitória de tempos pretéritos remotos pressupõe compreender que se trata de representações estratégicas dentro de um contexto político, econômico, científico e cultural específico, cujos objetivos particulares, é preciso significar. Esse entendimento se deve, sobretudo, ao trabalho de Reis (2017), o qual se apresenta a partir dos três níveis de Erwin Panofsky para a identificação do *Significado nas Artes Visuais*⁶⁷: *O Tema Primário ou Natural*, *O Tema Secundário ou Convencional*, e o *Significado Intrínseco ou Conteúdo*.

Conforme aborda Reis (2017), *O Tema Primário ou Natural* é aquele em que identificamos as formas, ou seja, as representações humanas, árvores, casas, etc. *O Tema Secundário ou Convencional* é aquele em que se deve reconhecer as formas e os símbolos através de seu significado básico, ou seja, a identificação topográfica que localiza a região estudada. *O Significado Intrínseco ou Conteúdo*, por sua vez, é uma camada simbólica não representada graficamente nas artes visuais – aqui, a cartografia -, mas que expressa os princípios subjacentes que revelam os motivos de determinadas formas de representação associadas a uma nação, período, classe social, crença religiosa ou filosófica.

⁶⁷ Panofsky (1976).

Acerca deste último nível de análise, ao contrário dos outros dois primeiros, Reis (2017) chama a atenção para o fato de que esses ‘valores simbólicos’ intrínsecos aos mapas são, na maioria das vezes, desconhecidos pelos próprios artistas que os conceberam, e, pouquíssimos registros com essa finalidade foram produzidos por estes profissionais. Para o autor, para encontrar o ‘terceiro nível’ é preciso construir sequências e genealogias de mapas para análise de conteúdo, além de buscar compreendê-los entre seus pares, já que, como ele informa, os mapas seiscentistas do Brasil, em grande parte, não eram avulsos, mas pertencentes a conjuntos. Nas palavras do autor: “Para entender um, é importante observar os demais”⁶⁸.

Nesse sentido, tem-se a cartografia histórica como importante documento primário para a identificação dos espaços das águas e para a compreensão da construção do imaginário social das águas da Capital, na medida em que a aferimos como produto de um universo mais amplo de dimensões, as quais ultrapassam o plano de uma representação gráfica estritamente delimitada com o objetivo de mapear o sítio físico.

Desse modo, o trabalho de Fábio Paiva Reis (2017)⁶⁹ intitulado *As Representações Cartográficas da Capitania do Espírito Santo no Século XVII*, corresponde à sua tese de doutoramento, junto à Universidade de Minho, em Portugal, e apresenta um conjunto de 41 mapas presentes no *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães*.⁷⁰, de Luís Teixeira de fins do século XVI, os quais mostram

⁶⁸ Reis (2017, p. 11)

⁶⁹ Também em 2017 o autor publica “Os mapas do Espírito Santo Colonial. História da Capitania do Espírito Santo”, cujo conteúdo se trata integralmente de sua tese. Optamos por utilizar como referência bibliográfica a tese, uma vez que a mesma está, em sua totalidade, disponível para consulta em domínio público.

⁷⁰ Esta obra é considerada de suma importância por Reis (2017) por se tratar de um documento singular no contexto da União Ibérica o qual fora encomendado para fins de mapear o território dominado por Portugal e cada uma das capitanias. Sua singularidade, aponta o autor, está no fato de apresentar mapas regionais – pouco comum até então, de algumas das capitanias hereditárias.

algumas das capitanias hereditárias brasileiras, entre elas a Ilha de Duarte de Lemos na Capitania do Espírito Santo. Assim, recorreremos não somente à sua análise cartográfica dos séculos XVI e XVII, mas também aos pressupostos metodológicos presentes em Reis (2017) para nossa análise de mapas também dos séculos XVIII e XIX, uma vez que se compreende esta cartografia, primeiramente, como uma cartografia moderna, “[...] como fonte e demonstração de poder para as Cortes europeias.”

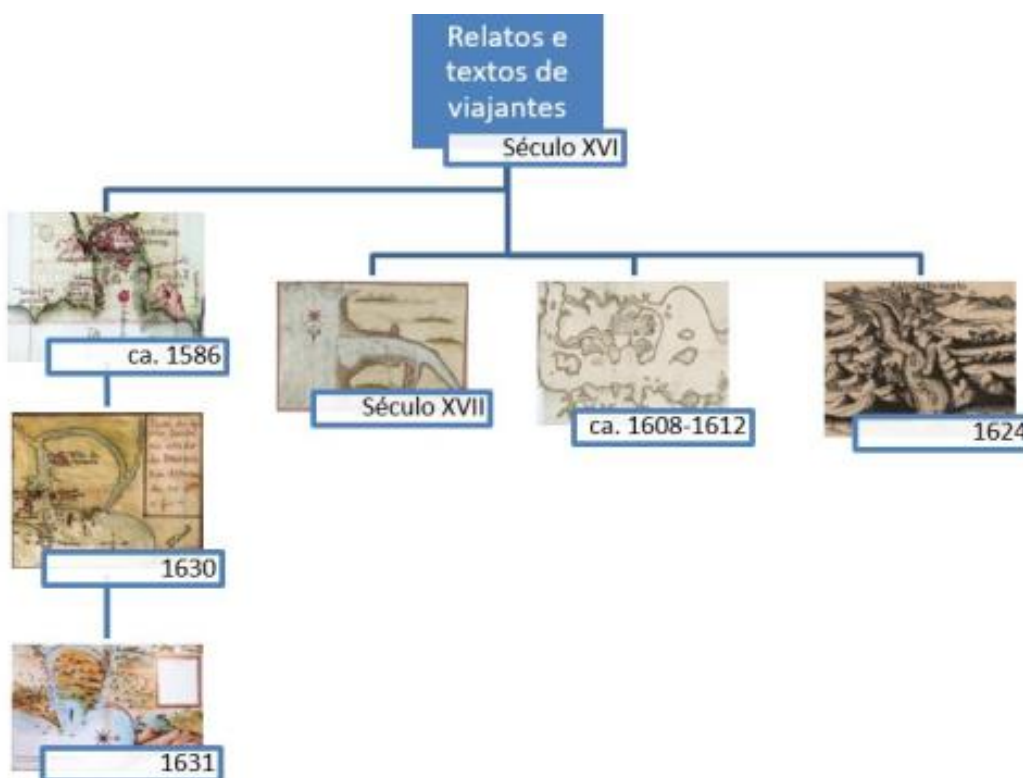
Importa destacar que, embora Reis (2017) associe a obra de Luís Teixeira ao processo colonizador de domínio do território⁷¹, está presente também nela o indígena, uma vez que o conhecimento do território pelos portugueses fora amplamente alimentado pela rica e detalhada sabedoria indígena acerca do ‘Novo Mundo’, então ‘vazio’ para os europeus - no sentido de uma terra vista como livre e aparentemente virgem de outros colonizadores -, mas já conhecido pelos indígenas. Assim, “O conhecimento de rios, morros e de toda a topografia brasileira abriu o acesso dos portugueses a “um acervo de informações espaciais, construído pela memória e enraizado, principalmente, nos sentidos”⁷². Segundo Reis (2017), essa “cartografia indígena”, utilizando o termo de Claude Lévi-Strauss, era transmitido por tradições orais e gestuais entre as gerações, e foi essencial para os colonos europeus, em suas representações cartográficas. Reis (2017) compila a contribuição dos indígenas na toponímia dos mapas e apresenta que do total de 41 mapas que apresentam a Capitania do Espírito Santo, 19 possuem topônimos indígenas, os quais representam cerca de 17,5% do total de topônimos presentes nos mapas do Espírito Santo, o que é, na visão do autor, bastante expressivo, chegando a aumentar até 40% em determinadas cartografias. Esta

⁷¹ O autor cita que os documentos gráficos, no período da União Ibérica (1580-1640), se tornaram um importante “[...] recurso político e econômico, na medida em que declaravam posse sobre terras distantes e abriam caminho para rotas comerciais formadas no Atlântico e no Pacífico.” (REIS, 2017, p. 85). Cita, neste contexto, o trabalho de Barbara Mundy, *The Mapping of New Spain*, de, para indicar o papel da cartografia na administração dos domínios distantes, haja visto o longo tempo necessário para as viagens dos reis às suas terras. Assim, informa Reis (2017, p. 87): “A cartografia se tornou os olhos dos governantes e das Cortes nos domínios distantes.”

⁷² Reis (2017, p. 43)

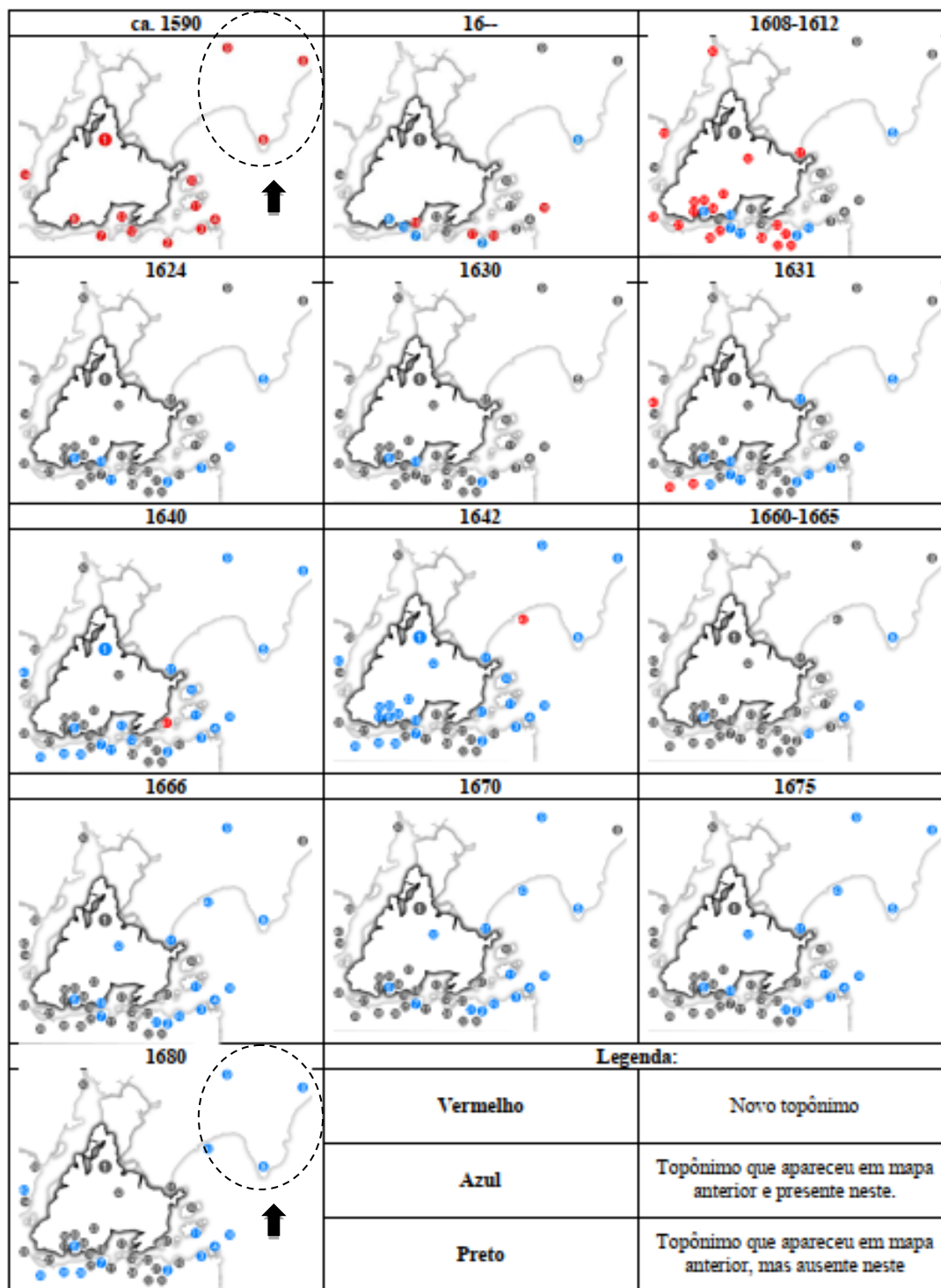
representatividade indígena na cartografia do Espírito Santo é para nós, importante elemento no processo de reconhecimento das identidades genealógicas do imaginário subjacente às águas, presentes na cartografia histórica. Desse modo, para Reis (2017), a presença indígena na cartografia histórica do Brasil colonial, não se faz evidente pela representação de figuras humanas ou dos nomes de grupos indígenas, mas sim na representação de aldeias e missões jesuíticas, caminhos, morros, rios e outros elementos geográficos, além da toponímia associada a estes elementos. A Figura 18 corresponde a um dos arranjos genealógicos realizados por Reis (2017) em sua obra acerca da cartografia da Ilha de Vitória.

Figura 18 - Proliferação dos topônimos da ilha de Vitória (1590-1680)



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

Figura 19 - Proliferação dos topônimos da ilha de Vitória (1590-1680)



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

De modo ainda amplo, no que tange à expressividade da ilha de Vitória e seus arredores na cartografia histórica, Reis (2017) aponta que dos 84 topônimos que aparecem nos mapas que contemplam a Capitania, 42 ficam

nestes arredores, o que nos sugere a importância deste conjunto de cartografias na compreensão dos elementos físicos- espaciais de maior notoriedade da Ilha. O autor analisa a recorrência dos topônimos da Ilha de Vitória nos mapas estudados e evidencia, a expressividade dessa recorrência, ainda que não da mesma forma nos mapas. A título de exemplo do que se busca reconhecer em termos de recorrência, convidamos a observar (Figura 18), em todos os mapas do mosaico cronológico-cartográfico elaborado por Reis (2017), três topônimos os quais destacamos com círculo tracejado preto no primeiro e no último mapa. Reis (2017) utiliza uma numeração e três cores (azul, vermelho e preto) nos mapas para identificar elementos geográficos representados nas cartografias e classificar os topônimos em: “Novo topônimo” (vermelho); “Topônimo que apareceu em mapa anterior” (azul); e “Topônimo que apareceu em mapa anterior, mas ausente neste”

Estes três pontos seriam: a “Ponta do Tubarão”, o “Rio Barreiras”, conjecturado pelo autor como sendo o atual Rio Jacaraípe, e o Mestre Álvaro, todos eles a Leste, na entrada da Baía do Espírito Santo. Estes três elementos estão representados, nos respectivos mapas originais, como elementos referenciais de identificação do sítio⁷³ que marcam a entrada na Baía, conseqüentemente, do sítio. Do mesmo modo, destacamos com a seta preta, a concentração de topônimos nas imediações do Canal do Porto e das ilhas menores que se situam a leste da Ilha de Vitória. Esta situação, para além de ser explicada pela localização de Vila Velha (antiga Vila do Espírito Santo), sugere também uma hierarquia dos espaços das águas e uma diversidade de elementos ali concentrados.

Assim, a análise da cartografia histórica que se segue busca reconhecer ou identificar os elementos singulares recorrentes que se associam direta ou

⁷³ O sítio a que me refiro aqui diz respeito ao recorte geográfico que vai do Rio à direita da ponta do Tubarão em Vitória, até pouco depois do Morro do Moreno em Vila Velha, e compreende, além de toda a Ilha maior, as demais ilhas menores, suas enseadas, sobretudo a da Praia de Camburi, os canais (da Passagem e do Porto) e o Rio Santa Maria da Vitória para onde desaguam outros rios e afluentes.

indiretamente às águas em Vitória, mas que se estabelecem como fundamentais em um entendimento espaço-geográfico integrado por diferentes escalas do território e por elementos de natureza distinta, porém correlacionados. Sugerimos, com isso, que essa recorrência de topônimos representa também uma recorrência espacial e geográfica a qual configura um conjunto de marcos físicos-visuais singulares que identificam a historicidade destes espaços das águas em Vitória. Desse modo, as recorrências são, para nós, sinais significativos da existência de uma consciência comum - dos cartógrafos - dos espaços de influência das águas da Capital.

No contexto da historiografia capixaba acerca da Cidade de Vitória, observa-se a recorrência de descrições, relatos e representações da Ilha e seus arredores imediatos que configuravam, sobretudo, entre visitantes, navegadores e cartógrafos, uma imagética conformada, ao mesmo tempo, pela presença do espaço natural e do espaço construído. Desse modo, a análise cartográfica reconhece e identifica as recorrências – quais sejam, elementos da morfologia física-geográfica do sítio e dos espaços construídos – historicamente representadas e registradas, na medida em que estas conformam, juntamente com outros sinais os quais trataremos em seguida, o imaginário dos espaços das águas de Vitória.

Nesta perspectiva, a análise cartográfica histórica se faz fundamental para a construção de uma estrutura do imaginário dos espaços das águas em Vitória (ES), na medida em que fornece signos, nos termos de Chevalier (2001), como meios de comunicação – no plano do conhecimento imaginativo ou intelectual – a partir dos quais é possível compreender a presença de uma estrutura simbólica das águas na Capital. Desse modo, os espaços das águas em Vitória assumem a forma de uma estrutura própria no imaginário, a qual estabelece a comunicação entre o mundo dos homens e o mundo das coisas, homem e natureza, natureza e cultura.

Assim, serão identificadas em cartografias históricas entre os séculos XVI e XIX, os elementos geográficos naturais, bem como os espaços e

edificações notáveis destas representações – quer pela forma de sua representação, por sua toponímia ou por sua descrição a as baías em seus contornos, os rios e os locais de suas fozes irregulares, morros e rochas, assim como pequenas ilhas e praias, afim de ressaltar a forte presença das águas no interior do tecido da Capital, presença esta a que chamamos de ‘capilaridade hídrica’.

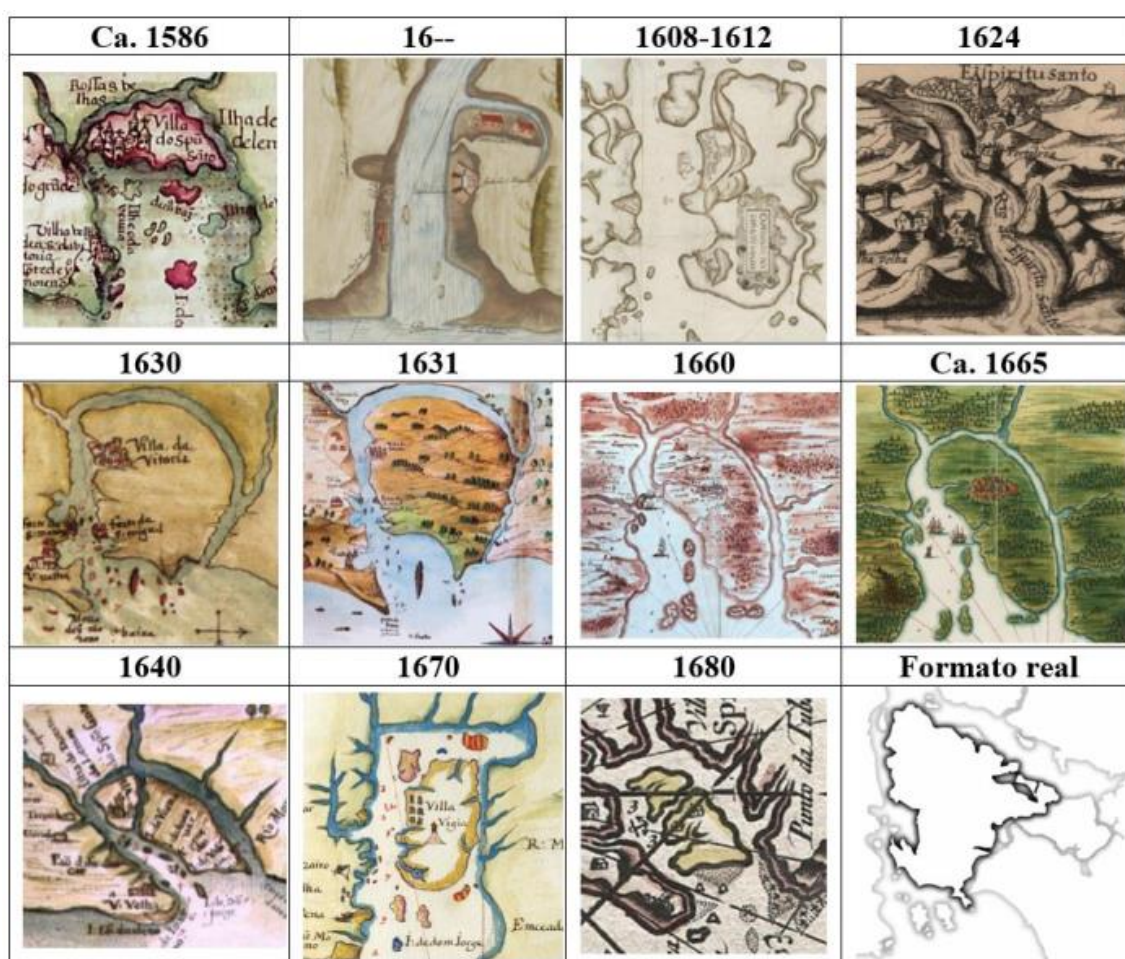
A presença e a importância dos mares e rios na cartografia histórica são, senão a mais importante, de grande notoriedade dentre os demais elementos físicos representados, haja visto que as representações de vilas do Brasil no período colonial assumiam variados objetivos, dentre eles, indicar as condições hidrográficas das vilas, sobretudo para fins de caracterização, localização, ocupação, defesa, deslocamento e para avaliar a potencialidade comercial destes locais. Assim, deterem-se minimamente nos elementos de suas representações é uma forma de compreender como estas condições são apresentadas no que tange à cidade de Vitória.

A fim de possibilitar a identificação das recorrências, adotamos os seguintes tipos genéricos de elementos, a partir dos quais, todos os mapas apresentados serão analisados: *rios, morros, ilhas, vilas e outros*. Estes tipos genéricos, no entanto, compreendem classificações amplas as quais não abarcam o rigor das distinções conceituais do campo disciplinar da geografia física contemporânea, já que assumem aqui, um objetivo de uma caracterização espacial como símbolo coletivo.

Do mesmo modo, importa indicar que a correspondência morfológica da ilha e dos espaços geográficos representados nos mapas históricos, entre si, e, destes com a atual forma urbana não são aqui aspectos analisados, uma vez que não assumem protagonismo frente às questões que colocamos. No entanto, não se pode negar que, em alguma medida, as aproximações formais são consideradas, já que pretendemos identificar espaços e elementos, sem, com isso, ater-nos com detalhe a estes aspectos.

Os mapas a serem analisados são, além dos apresentados na Figura 20, referentes aos séculos XVI e, principalmente o século XVII, outros cinco mapas, correspondentes ao século XVIII e XIX, conforme mostra a Figura 21. A fim de possibilitar comparações entre as diferentes cartografias, os elementos – *rios, morros, ilhas, vilas e outros* - serão identificados sempre pela mesma letra alfabética nas cartografias, e, em seguida, denominados e organizados em quadros conforme suas classificações em uma das categorias de elementos citadas. Ao fim dessa sistematização, será apresentada uma cartografia atual de Vitória (ES) contendo os elementos de recorrência da cartografia histórica (século XVI ao século XIX).

Figura 20 – Mosaico de cartografias analisadas de Vitória (1586-1680)



Fonte: Reis (2017)

Esta sobreposição – elementos da cartografia histórica sobre cartografia atual – visa permitir identificar as permanências e transformações destes elementos da Capital, assim como também, reconhecer, em alguma medida, a historicidade de suas funções sociais, quais sejam estas funções, de ordem técnica, formal ou simbólica, como indicara Santos (2008). Acerca do conjunto cartográfico analisado, cumpre observar, primeiramente, que apresentam uma grande diversidade de áreas de abrangência, uma vez que cumpriram a diferentes propósitos em seus contextos políticos e econômicos.

No entanto, não obstante essa multiplicidade de recortes mapeados, são propriamente suas variações que também nos permitem, como indica Reis (2017) ao longo de sua obra, construir hipóteses ou atestar determinadas relações existentes entre os elementos das águas e suas funções sócio-espaciais. Nesse sentido, por exemplo, cartografias cujas áreas de abrangência apresentam uma extensão mais ampla de Vitória, frequentemente cumprem uma função de reconhecimento e defesa do território, além de informar acerca dos caminhos aquáticos e seus elementos singulares.

Figura 21 – Mosaico de cartografias analisadas de Vitória dos séculos XVIII e XIX



Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro mapa da Capitania do Espírito Santo data de 1586 (Figura 22) e foi retratado por Luis Teixeira⁷⁴. Quanto aos *Rios*, em (a) temos o rio do Espírito Santo e em (b) o rio Barreiras⁷⁵. Ambos configuram limites e referências marcantes do território representado e destaca. Quanto às *Ilhas*, em (c) temos a maior ilha representada, a Ilha de Duarte Lemos, além de outras ilhas menores identificadas: (h) o Ilhéu *escaulado*; (d) a Ilha de Dr. Jorge de Menezes - atual bairro Ilha do Boi; (e) a Ilha de Valentim Nunes - atual Ilha do Frade; (f) a Ilha de Ana Vaz de Almada⁷⁶; e (g) a Ilha da Viúva - não identificadas pelo autor. No que tange aos *Morros*, destacam-se: (i) o Morro do Moreno; (k) o Penedo; (j) e a Serra do Mestre Álvaro. Quanto às *Vilas*, em (l) temos a Vila de Vitória, a qual fora identificada no mapa de forma equivocada, conforme apontara Reis (2017), uma vez que sua toponímia aparece como 'Vila do Espírito Santo' ao invés de Vila de Santo Antônio. Do mesmo modo, em (m) Vila Velha também é identificada de forma trocada com Vitória, uma vez que sua toponímia indica 'Vila de Santo Antônio' quando deveria indicar Vila do Espírito Santo. Na categoria *Outros*, destacam-se em (n) a Ponta do Tubarão e em (o) a região conhecida como Roças Velhas⁷⁷.

⁷⁴ Segundo Reis (2017) Luís Teixeira esteve no Brasil nos anos de 1573 e 1574 para produzir uma espécie de roteiro da Costa do Brasil. O manuscrito do cartógrafo Luís Teixeira foi intitulado "Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil, desde cabo de Santo Agostinho, até o estreito de Fernão de Magalhães [1585-1590]".

⁷⁵ Segundo Reis (2017, p. 73) "provavelmente hoje o rio Jacaraípe, que se forma por diversos afluentes que descem da serra do Mestre Álvaro"

⁷⁶ Segundo Reis (2017, p. 75) Não se reconhece hoje sua ilha, que pode ter sido incorporada a Vitória durante os processos de aterramento do século XX.

⁷⁷ Segundo Reis (2017, p. 74-75) "As Roças Velhas representam uma região que foi ocupada pela Companhia de Jesus, que ali fez uma fazenda, e também por engenhos. Devido à dificuldade de instalar ambas as coisas na ilha de Vitória, era comum que fazendas e engenhos ficassem no continente, mas sempre nas proximidades da sede da capitania. Ao seu redor havia quatro engenhos desde o início da colonização. O rio das Roças Velhas era um braço do manguezal da ilha, e foi utilizado pelos jesuítas para escoar sua produção para o Colégio de Santiago, iniciado em 1551 em Vitória."

Figura 22 - Mapa da Capitania do Espírito Santo intitulado [Ilha de Duarte de Lemos], de Luis Teixeira (1586)



Fonte: Reis (2017)

Segundo Reis (2017), a chegada ao Espírito Santo

[...] é marcada por um ilhéu (o “Ilhéu escaluado”), próximo do qual está a entrada da baía onde estão as vilas da capitania. [...] Entre as ilhas e sinais que mostra o cartógrafo é possível identificar claramente as principais ilhotas ao redor da então Ilha de Duarte de Lemos. [...]. A área mapeada vai do Monte de João Moreno (hoje apenas Morro do Moreno) e o rio das Barreiras: a área com maior presença de colonos no século XVI. (REIS, 2017, p. 70)

A descrição de Reis (2017) dá um entendimento acerca do papel destes elementos representados entre os colonizadores, qual seja como limite territorial, como elemento de referência visual ou como área efetivamente ocupada por colonos. O Quadro 4 destaca alguns dos elementos do Mapa de Luís Teixeira de 1586 (Figura 22), por sua relevância na representação gráfica, nas legendas e toponímias, conforme apresenta Reis (2017).

Quadro 4 - Principais elementos do Mapa de Luis Teixeira (1586)

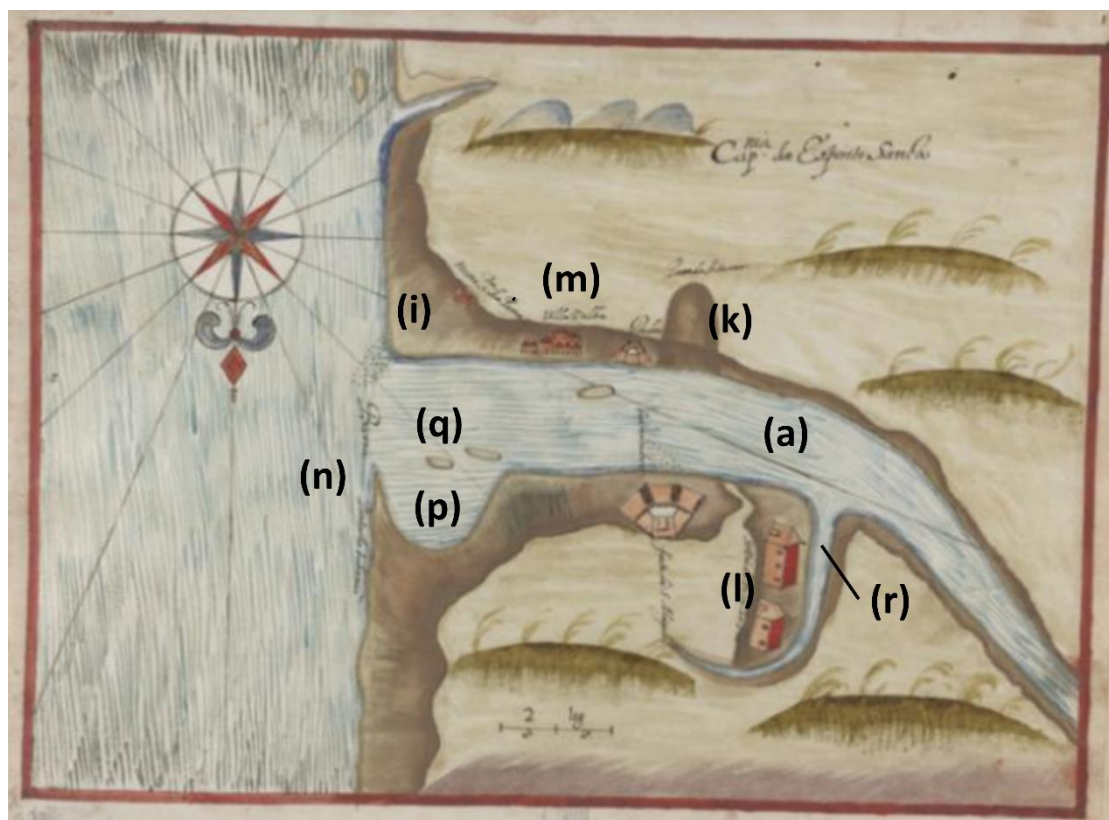
Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio do Espírito Santo (Rio Santa Maria da Vitória) (b) Rio Barreiras
Ilhas	(c) Ilha de Duarte de Lemos (Vitória) (d) Ilha de D. Jorge (Ilha do Boi) (e) Ilha de Valentim Nunes (Ilha do Frade) (f) Ilha de Ana Vaz (g) Ilhéu da Viúva (h) Ilha Escalvada (Ilha da Baleia)
Morros	(i) Morro do Moreno (j) Mestre Álvaro (k) Penedo
Vilas	(l) Vila de N.S. da Vitória (Vitória) (m) Vila do Espírito Santo (Vila Velha)
Outros	(n) Ponta do Tubarão (o) Roças Velhas

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

O mapa *Capitania do Espirito Sancto* (Figura 23), presente na *Biblioteca Nacional da Espanã no Atlas de las costas y de los puertos de las posesiones portuguesas en América y África*, de autor e data desconhecida, é conjecturado por Reis (2017) como um mapa do século XVII, pela semelhança dos elementos representados comparado a outros mapas da mesma época. Este mapa, segundo Reis (2017), possivelmente não fora acabado por apresentar um desenho simples e pouco preocupado com a realidade geográfica do sítio. Assim, o autor afirma que o caminho do rio e o braço à margem da vila central são ‘complemente imaginários e seguem informações simplificadas que o cartógrafo recebeu’⁷⁸. Uma enseada e três ilhas não denominadas aparecem na entrada da baía, e, conforme consta no texto que acompanha o mapa, nestas ilhas os holandeses encontraram água para abastecer os navios.

⁷⁸ Reis (2017, p. 105)

Figura 23 - Mapa da *Capitania do Espírito Santo*, (autor e data desconhecidos)



Fonte: Reis (2017)

Importa indicar, a observação trazida por Reis (2017), acerca do Rio do Espírito Santo, cuja sinuosidade uma légua adentro o tornava “morto”, “sem correntes que pudessem levar os navios para situações difíceis”⁷⁹, além de abundante de peixes.

Quanto aos Rios, destacamos: em (a) o Rio Espírito Santo e em (r) um afluente do rio Espírito Santo, o que sugere ser este o Canal da Passagem Rio Barreiras. No que tange às Ilhas, Vitória não se apresenta como tal, e em (q) três pequenas ilhas aparecem na entrada na foz do rio Espírito Santo. Quanto aos Morros, em (i) e (k) temos, respectivamente, o Morro do Moreno e o Penedo. No que se refere às Vilas, em (l) e (m) estão representadas as Vilas

⁷⁹ Sobretudo no que tange à primeira observação, recordemos o exposto por Hamlin (2000), o qual aponta um sentido pejorativo atribuído às “águas estagnadas”, associação esta que se consolida no século XIX e se vincula, principalmente, às várzeas dos manguezais e às águas estagnadas no interior da Cidade.

de Vitória e Vila Velha respectivamente. Em Outros, destacamos em (n) a Ponta do Tubarão e em (p) uma enseada bem definida adjacente à Ponta do Tubarão, o que sugere ser esta enseada a Praia de Camburi. O Quadro 5 destaca estes elementos do Mapa da *Capitania do Espírito Sancto* (Figura 23).

Quadro 5 - Principais elementos do Mapa da *Capitania do Espírito Sancto*

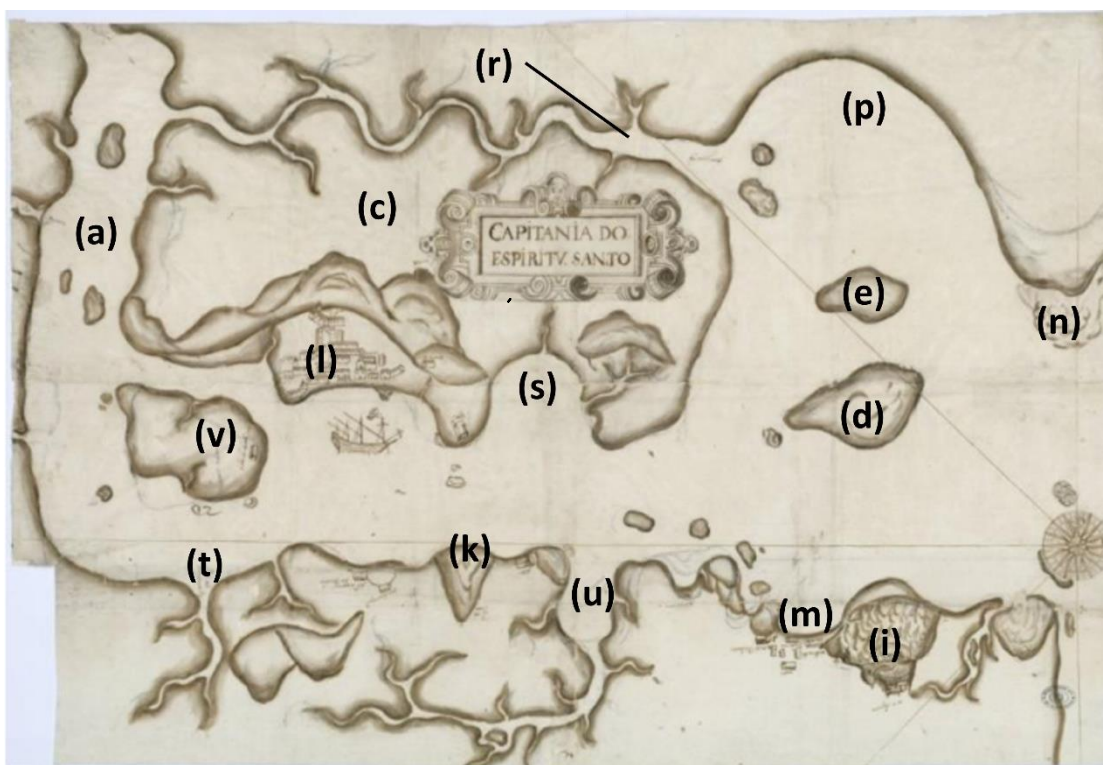
Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio Santa Maria da Vitória (r) Afluente do Rio Santa Maria da Vitória (atual Canal da Passagem)
Ilhas	(q) Três ilhas (não nomeadas) junto à entrada da Baía
Morros	(i) Morro do Moreno (k) Penedo
Vilas	(l) Vila de Vitória (obs.: representação não reconhece a vila como ilha) (m) Vila Velha
Outros	(n) Ponta do Tubarão (p) enseada maior que conjecturamos ser a Praia de Camburi

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

O mapa da *Real Academia de la Historia* (Figura 24), denominado *Capitania do Espirictu Sancto*, também possui data e autoria incerta, porém Reis (2017) conjectura que tenha sido produzido entre 1608 e 1616. Neste mapa, o autor chama a atenção para o navio ancorado e para o pequeno bote com duas pessoas dentro, no rio à frente da vila. Segundo Reis (2017), trata-se da única representação de pessoas em mapas do século XVII. Em tempo, o navio e o pequeno bote sugerem o registro da movimentação comercial junto aos cais de Vitória.

Reis (2017) o considera o Mapa da *Real Academia de la Historia* (Figura 24) o mais importante investigado em seu estudo, por seus topônimos únicos, por apresentar grande semelhança formal com as plantas modernas produzidas a partir do século XIX, “como nenhum outro” de seu período, e por mostrar

[...] detalhes impressionantes de seus arredores, como os rios que desaguam na região, os principais morros, ilhas, fortes, enfim, características importantes do Espírito Santo, que, com escalas menores, talvez não fosse possível apresentar da maneira que seu autor apresentou. (REIS, 2017, p. 91)

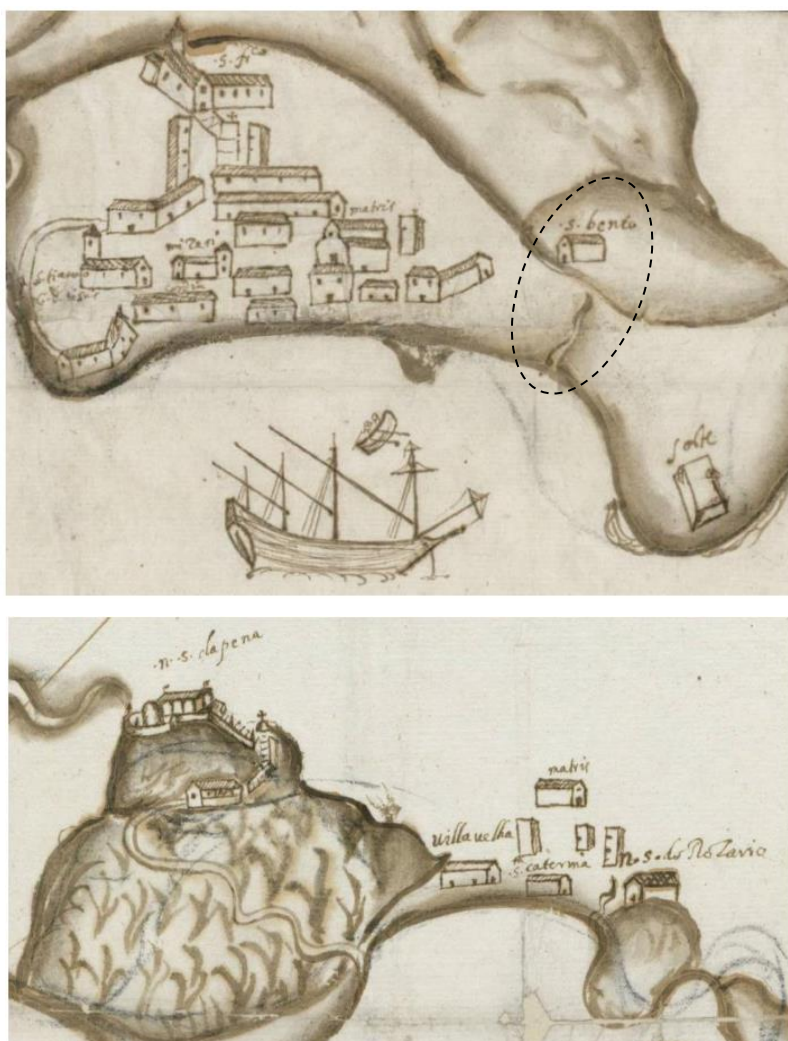
Figura 24 - Mapa da *Capitania do Espírito Santo* [1608-1616]

Fonte: Reis (2017)

A Figura 25 mostra duas ampliações do mapa da Figura 24, onde é possível ver as Vilas de Vitória e Vila Velha. Observamos à direita da primeira imagem (Vila de Vitória), um pequeno braço de mar que adentra a ilha em direção à edificação denominada pelo topônimo de Igreja de S. Bento⁸⁰. Este “braço de mar”, pela localização conjecturada por Reis (2017), arriscamos dizer, sugere ser a região a que posteriormente aparece na cartografia como “Reguinho” ou “Largo de N. S. da Conceição”.

⁸⁰ Segundo Reis (2017, p. 88) “A Igreja de São Bento, que aparece afastada no mapa, não existe mais, e há pouquíssimas informações sobre ela. Sua localização parece próxima à da atual igreja de Nossa Senhora do Rosário, que é barroca, construída aproximadamente em 1700.”

Figura 25 - Ampliações das Vilas de Vitória e Vila Velha, presentes do Mapa da *Capitania do Espírito Santo*, [1608-1616]



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

Em relação à Figura 24, no que tange aos elementos identificados, quanto aos *Rios* temos em (a) o Rio “taguoa” identificado por Reis como o Rio Espírito Santo, em (r) o Rio “mariguihy”, ou Rio Maurípe (atual Canal da Passagem), em (t) o Rio “areberehi”, ou Rio Aribiri e em (u) o Rio “jabeburuna” ou Rio Jaburuna. Quantos às *Ilhas*, observamos em (c) a Ilha de Vitória, em (d) a Ilha do Boi, em (e) a Ilha do Frade, em (v) uma ilha sem topônimo a qual conjecturamos ser esta a Ilha do Príncipe. No que se refere aos *Morros*, em (i) temos o Morro do Moreno e em (k) o Penedo. Quanto às *Vilas*, em (l) e (m), respectivamente, as Vilas de Vitória e Vila Velha. Em *Outros* elementos, temos em (n) a Ponta do Tubarão, em (p) e (s) e duas enseadas, “maior” e “menor”,

respectivamente, as quais atribuímos a Praia de Camburi à primeira e a região de Bento Ferreira à segunda. O Quadro 6 destaca os principais elementos do Mapa da Capitania do Espírito Santo 1608-1616 (Figura 24).

Quadro 6 - Principais elementos do Mapa da Capitania do Espírito Santo, [1608-1616]

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio “taguoa” (ou Rio Espírito Santo, atual Rio Santa Maria da Vitória) (r) Rio “mariguihy” (Rio Maruípe/ atual Canal da Passagem) (t) Rio “areberehi” (atual Rio Aribiri) (u) Rio “iabeburuna” (atual rio Jaburuna)
Ilhas	(c) Ilha de Vitória (d) Ilha do Boi (e) Ilha do Frade (v) não apresenta topônimo (pela posição no mapa, conjecturamos ser esta ilha a atual Ilha do Príncipe)
Morros	(i) Morro do Moreno (k) Penedo
Vilas	(l) Vila de Vitória (a norte do conjunto edificado, o que sugere ser o Maciço Central) e (m) Vila Velha
Outros	(n) Ponta do Tubarão (p) enseada maior que conjecturamos ser a Praia de Camburi (s) enseada menor que conjecturamos ser a região de Bento Ferreira

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

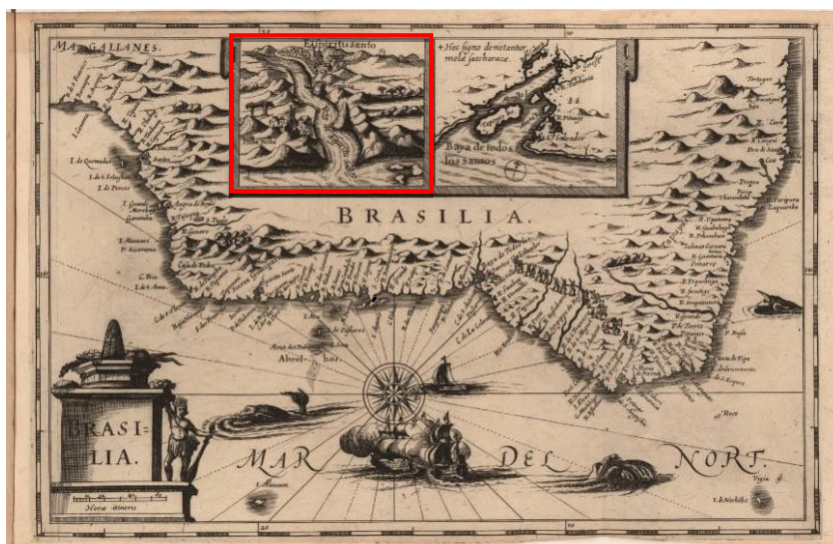
O mapa *Brasília*, de 1624 (Figura 26), está presente no *Reys-boek van hetrijcke Brasilien...*, ou *Livro de viagem ao reino brasileiro...* elaborado em comemoração às conquistas holandesas na América, sobretudo, a tomada de Salvador, inclui em destaque, uma *vista aérea do Espiritu Santo* no mesmo mapa que apresenta parte do litoral brasileiro. Estas áreas destacadas se justificam, segundo Reis (2017), pelo fato de ser um mapa produzido pelos holandeses no contexto das invasões destes nestas cidades litorâneas.

Na parte superior, as perspectivas da “Baya de todos los Santos” e do “Espiritu Santo” parecem ter grande importância. Essas regiões foram, afinal, dois dos principais focos de ataques e tentativas de ocupação por parte dos holandeses na primeira metade do século XVII. Afinal, ocuparam Salvador entre 1624 (ano de publicação do mapa) e 1625 e, neste último ano, tentaram também invadir Vitória. (REIS, 2017, p. 97)

Para além do destaque citado, importa ressaltar as representações de ‘animais fantásticos’ ou mitológicos nos mares, fato já abordado nos capítulos

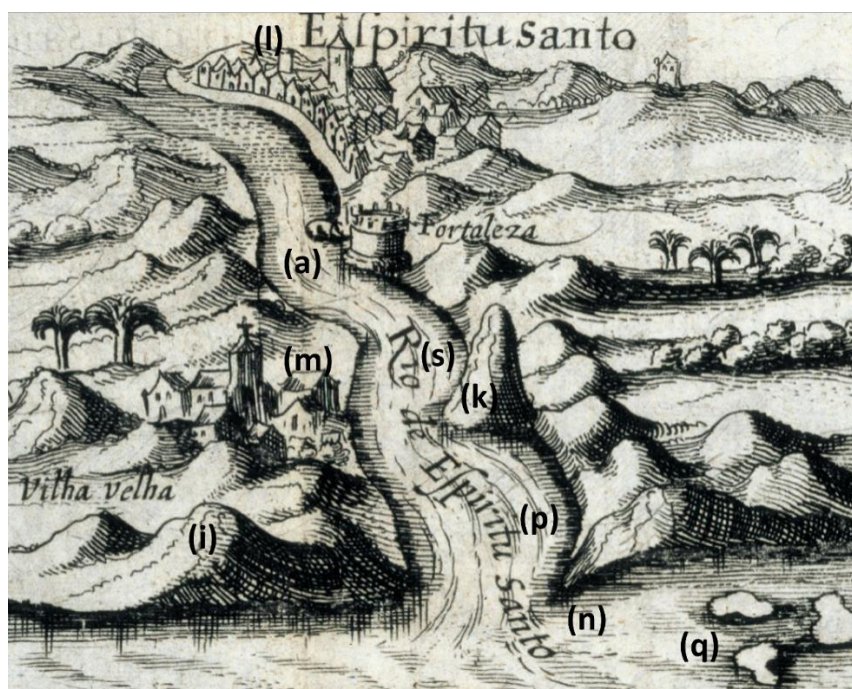
anteriores, no que diz respeito ao imaginário das águas ao século XVII. Dentre os mapas apresentados, este é o único que faz referência aos mares enquanto portadores destes signos de origem mitológica.

Figura 26 - *Brasilía*, de Reys-Boeck (1624) com destaque de vista aérea do *Espirito Santo*



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

Figura 27 - Ampliação do Mapa *Brasilía*, de Reys-Boeck (1624)



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

No destaque (Figura 27), quanto aos *Rios* temos em (a) o Rio Espírito Santo. Quanto às *Ilhas*, observamos em (q) três pequenas ilhas não identificadas por topônimos. No que se refere aos *Morros*, em (i) temos o Morro do Moreno e em (k) o Penedo, o qual aparece representado na margem oposta à sua real localização no sítio. Quanto às *Vilas*, em (l) e (m), respectivamente, as Vilas de Vitória e Vila Velha. Em *Outros* elementos, temos em (n) a Ponta do Tubarão, em (p) e (s) e duas enseadas, as quais atribuímos a Praia de Camburi à primeira e a região de Bento Ferreira à segunda. O Quadro 7 destaca os principais elementos do Mapa *Brasilia*, de Reys-Boeck (1624).

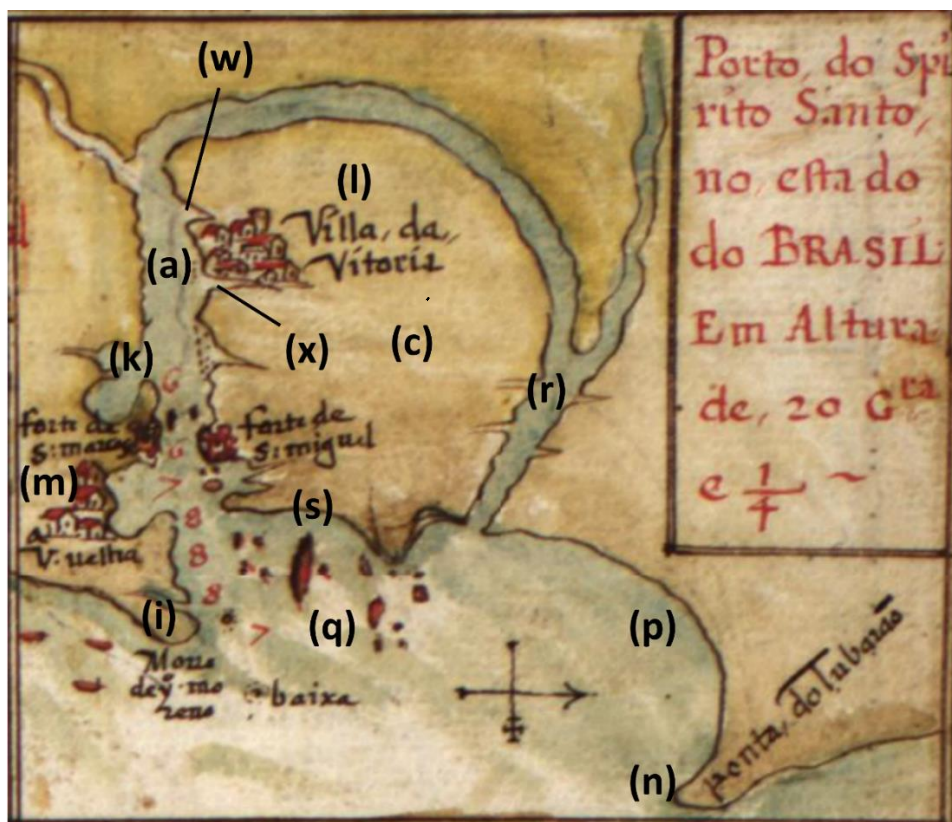
Quadro 7 - Principais elementos do Mapa *Brasilia*, de Reys-Boeck (1624).

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio do Espírito Santo
Ilhas	(q) três ilhas (não apresentam topônimos)
Morros	(i) Morro do Moreno e (k) Penedo (representado na margem errada)
Vilas	(l) Vila de Vitória (m) Vila Velha
Outros	(n) Ponta do Tubarão (p) enseada maior que conjecturamos ser a Praia de Camburi (s) enseada menor que conjecturamos ser a região de Bento Ferreira

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

O mapa *Porto do Spirito Santo, no estado do Brasil* (Figura 28) encontra-se nas *Taboas geraes de toda a navegacão / divididas e emendadas por Dom leronimo de Attayde com todos os portos principaes das conquistas de Portugal delineadas por loão Teixeira cosmographo de Sua Magestade, anno de 1630*, de João Teixeira Albernaz, o Velho.

Figura 28 - Porto do Espírito Santo, no estado do Brasil (1630)



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

Destacamos, neste mapa, quanto aos *Rios*: em (a) e (r), os rios do Espírito Santo e Maruípe respectivamente. Quanto às *Ilhas*, em (c) a Ilha de Vitória e em (q), três ilhas não identificadas na entrada da baía. Quanto aos *Morros*, em (i) o Morro do Moreno e em (k) o Penedo. No que se refere às *Vilas*, em (l) a Vila de Vitória e em (m) Vila Velha. Quanto aos *Outros* elementos, temos em (n) a Ponta do Tubarão, em (p) e (s) duas enseadas, a maior e a menor respectivamente e em (w) um ‘braço’ de mar que adentra a área ocupada da Vila de Vitória, o qual o associamos à região conhecida como “Reguinho” ou “Largo de N. S. da Conceição”. Já em (x) vê-se outro ‘braço’ de mar o qual conjecturamos ser a área que era denominada como “Campinho”. O Quadro 8 destaca os principais elementos do Mapa *Porto do Espírito Santo, no estado do Brasil*, de 1630 (Figura 28).

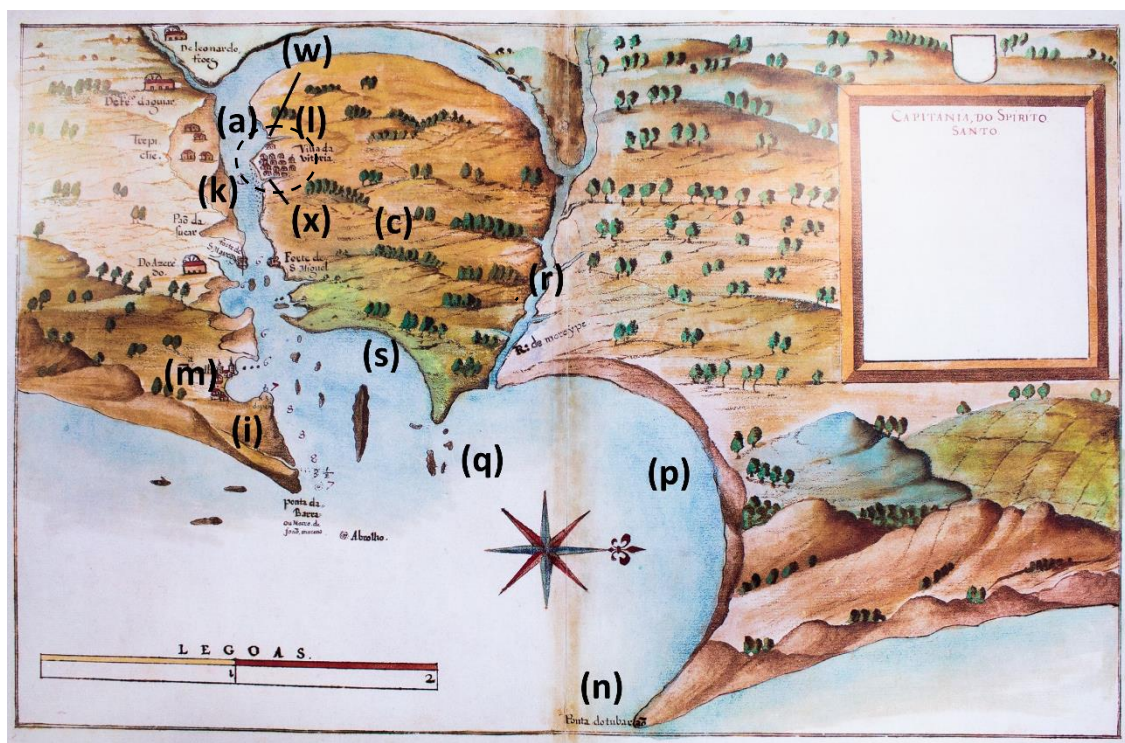
Quadro 8 - Principais elementos do Mapa *Porto do Spirito Santo, no estado do Brasil* (1630)

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio do Espírito Santo (r) Rio Maruípe (atual Canal da Passagem)
Ilhas	(c) Ilha de Vitória (q) Três ilhas junto à baía (não apresentam topônimos)
Morros	(i) Morro do Moreno (k) Penedo
Vilas	(l) Vila de Vitória (m) Vila Velha
Outros	(n) Ponta do Tubarão (p) enseada maior que conjecturamos ser a Praia de Camburi (s) enseada menor que conjecturamos ser a região de Bento Ferreira (w) 'braço' de mar que conjecturamos ser a região do antigo "Campinho" (x) 'braço' de mar que conjecturamos ser a região do antigo "Reguinho" ou "Largo N.S. Conceição"

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

O mapa *Capitania do Spirito Santo, de 1631* (Figura 29), de *João Teixeira Albernaz*, presente no documento *Estado do Brasil* apresenta com contornos bem definidos a Ilha de Vitória, a enseada maior (Praia de Camburi) e a Ponta do Tubarão. Nota-se uma maior diferenciação entre as larguras representadas do Rio do Espírito Santo e o Rio Maruípe, o que sugere um maior conhecimento sobretudo acerca deste último. Dessa forma, no que se refere aos *Rios* temos: em (a) e (r) os rios do Espírito Santo e Maruípe respectivamente. Quanto às *Ilhas*, em (c) a Ilha de Vitória e em (q), três ilhas não identificadas na entrada da baía. Quanto aos *Morros*, em (i) o Morro do Moreno e em (k) o Penedo. No que se refere às *Vilas*, em (l) a Vila de Vitória e em (m) Vila Velha. Quanto aos *Outros* elementos, temos em (n) a Ponta do Tubarão, em (p) e (s) duas enseadas, a maior (Praia de Camburi) e a menor (região de Bento Ferreira) respectivamente.

Figura 29 - Capitania do Espírito Santo, de 1631



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

Importa mencionar que, semelhante ao Mapa anterior, neste também é possível ver duas pequenas entradas do mar (destacamos com círculo na imagem) que delimitam, de alguma forma, os limites da ocupação da Vila de Vitória. Outro ponto a ser destacado na Figura 31 é a representação do relevo e da vegetação, apesar das formas genéricas. À direita da imagem cumpre chamar a atenção para uma distinção realizada na forma de representação da terra por meio das cores e do próprio desenho, o que sugere um uso do solo voltado para o cultivo em escala. Os principais elementos do Mapa *Capitania do Espírito Santo*, de 1631 (Figura 29) estão descritos no Quadro 9.

Quadro 9 - Principais elementos do Mapa *Capitania do Espírito Santo*, de 1631

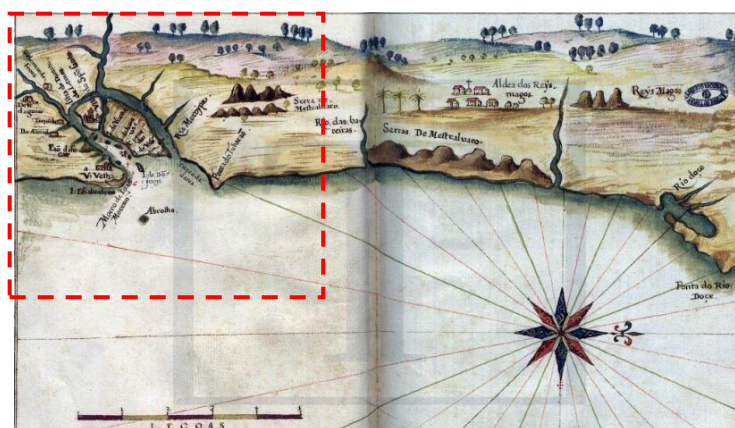
Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(b) Rio do Espírito Santo (s) Rio Maruípe (atual Canal da Passagem)
Ilhas	(c) Ilha de Vitória (q) Três ilhas junto à baía (não apresentam topônimos)
Morros	(i) Morro do Moreno (k) Penedo

Vilas	(l) Vila de Vitória (m) Vila Velha
Outros	(n) Ponta do Tubarão (p) enseada maior que conjecturamos ser a Praia de Camburi (s) enseada menor que conjecturamos ser a região de Bento Ferreira (w) 'braço' de mar que conjecturamos ser a região do antigo "Campinho" (x) 'braço' de mar que conjecturamos ser a região do antigo "Reguinho" ou "Largo N.S. Conceição"

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

O mapa *Do Cabo de S. Tomé às Ilhas de Goropary* (Figura 30) constante no manuscrito colorido intitulado "Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brasil" (1640) foi também realizado pelo cartógrafo oficial João Teixeira Albernaz. No mapa, destacamos a ilha de Duarte Lemos, também denominada de Vila do Espírito Santo, o Rio Maruípe e a Ponta do Tubarão, na extremidade do que aparece como 'enceada de area' – a Baía do Espírito Santo, além das fozes de rios que desaguam ao redor da ilha principal.

Figura 30 - Mapa Do Cabo de S. Tomé às Ilhas de Goropary, 1640



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

Figura 31 - Detalhe do Mapa Do Cabo de S. Tomé às Ilhas de Goropary,1640



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

Na Figura 31, quanto aos *Rios* temos: em (a) e (r) os rios do Espírito Santo e Maruípe respectivamente. Quanto às *Ilhas*, em (c) temos a Ilha de Vitória, em (d) a Ilha de D. Jorge (Ilha do Boi) e em (h) a Ilha Escalvada (Ilha da Baleia). Quanto aos *Morros*, em (i) o Morro do Moreno, em (j) o Mestre Álvaro e em (k) o Penedo. No que se refere às *Vilas*, em (l) a Vila de Vitória e em (m) Vila Velha. Quanto aos *Outros* elementos, temos em (n) a Ponta do Tubarão, em (p) e (s) duas enseadas, a maior (Praia de Camburi) e a menor (região de Bento Ferreira) respectivamente, e em (v) a Ilha do Príncipe.

Cumprir destacar na Figura 31, a representação e identificação da Ilha atualmente conhecida como Ilha do Boi (no mapa, sob o topônimo de ‘Ilha Dom Jorge’), assim como um conjunto de números e letras em vermelho distribuídos ao longo do canal que separa a Ilha de Vitória da área em que se localiza a Vila Velha. Estas inscrições sugerem o Mapa em questão também como uma espécie de ‘carta náutica’, ao descrever os elementos presentes daquilo que

indica ser uma ‘rota navegável’. Os principais elementos do Mapa *Do Cabo de S. Tomé às Ilhas de Goropary* de 1640 (Figura 31) estão descritos no Quadro 10.

Quadro 10 - Principais elementos do Mapa *Do Cabo de S. Tomé às Ilhas de Goropary, 1640*

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio do Espírito Santo (Rio Santa Maria da Vitória) (r) Rio Maruípe
Ilhas	(c) Ilha de Duarte de Lemos (Vitória) (d) Ilha de D. Jorge (Ilha do Boi) (h) Ilha Escalvada (Ilha da Baleia) (v) Ilha do Príncipe
Morros	(i) Morro do Moreno (j) Mestre Álvaro (k) Penedo
Vilas	(l) Vila de N.S. da Vitória (Vitória) (m) Vila do Espírito Santo (Vila Velha)
Outros	(n) Ponta do Tubarão (v) Ilha do Príncipe

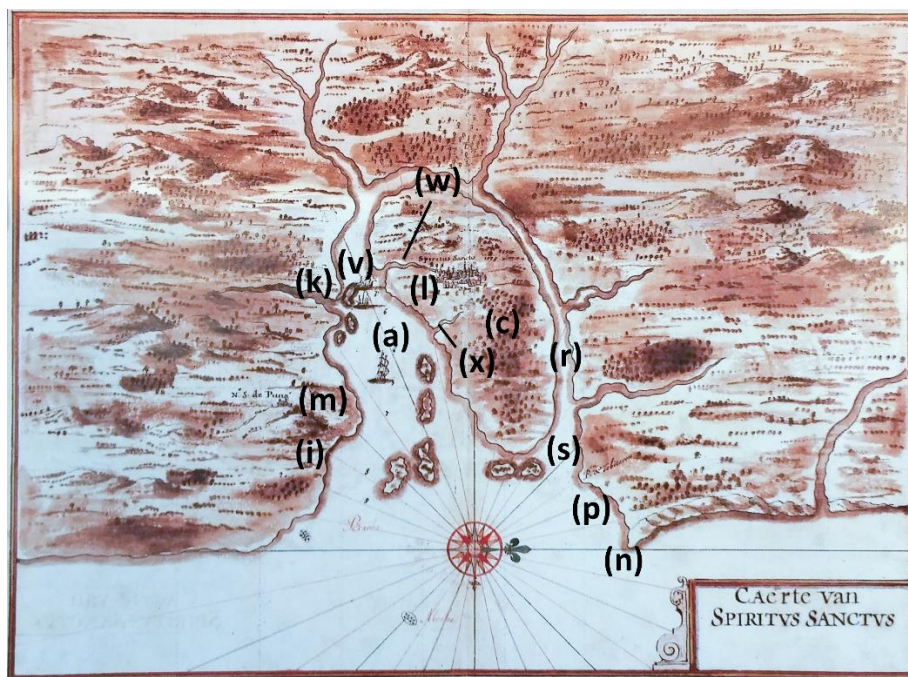
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

O Mapa *Caerte van Spiritvs Sanctvs*, de 1660, (Figura 32) foi elaborado por Johannes Vingboons e está presente no *Atlas Vingboons*. Como aponta Reis (2017), este mapa foi produzido por um cartógrafo neerlandês em um contexto do forte interesse holandês no Brasil na segunda metade do século XVII. Nesse sentido, afirma Reis (2017), que apesar deste Mapa não trazer novidades sobre a região e nem ter informações muito precisas sobre as vilas e sobre a baía, ele confere uma ideia do conhecimento que os holandeses tinham acerca do Espírito Santo, haja visto as tentativas de invasão empenhadas pela Holanda no século XVII.

Na Figura 32, quanto aos *Rios* temos: em (a) e (r) os rios do Espírito Santo e Maruípe respectivamente. Quanto às *Ilhas*, em (c) temos a Ilha de Vitória e em (v) a Ilha do Príncipe. Quanto aos *Morros*, em (i) o Morro do Moreno e em (k) o Penedo. No que se refere às *Vilas*, em (l) a Vila de Vitória e em (m) Vila Velha. Quanto aos *Outros* elementos, temos em (n) a Ponta do Tubarão, em (p) e (s) duas enseadas, a maior (Praia de Camburi) e a menor (região de Bento Ferreira) respectivamente. Ainda em *Outros* elementos, em

(w) um ‘braço’ de mar que conjecturamos ser a região do antigo “Reguinho” ou “Largo N.S. Conceição” e em (x) outro ‘braço’ de mar que conjecturamos ser a região do antigo “Campinho” Os principais elementos deste Mapa constam no Quadro 11.

Figura 32 - Mapa *Caerte van Spiritvs Sanctvs*, de 1660



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

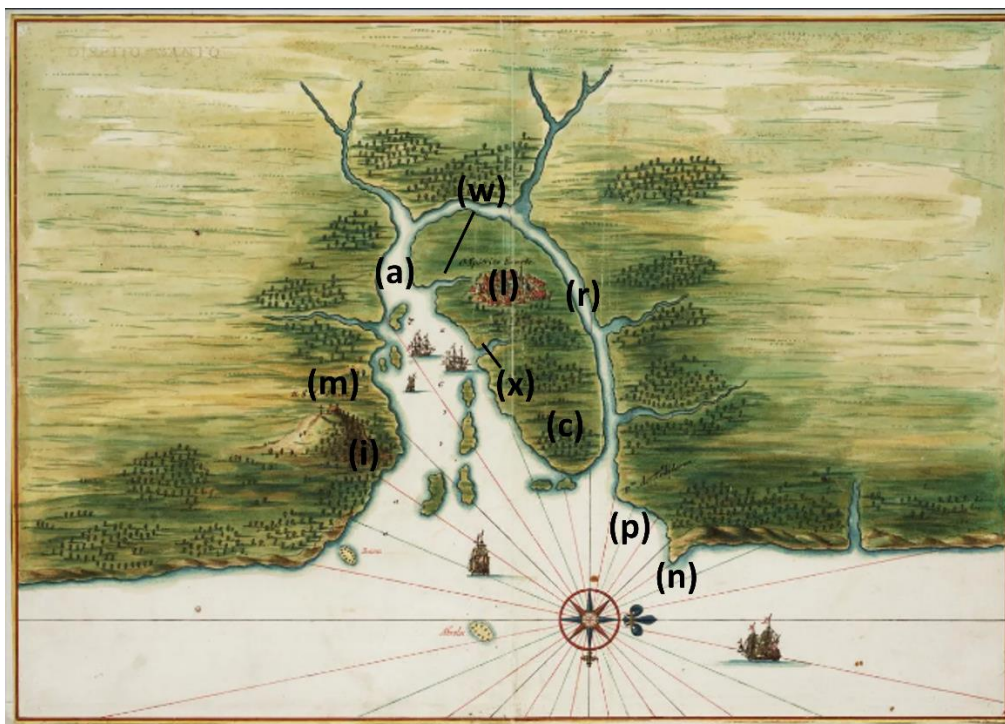
Quadro 11 - Principais elementos do Mapa *Caerte van Spiritvs Sanctvs*, de 1660

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio do Espírito Santo (Rio Santa Maria da Vitória) (r) Rio Maruípe
Ilhas	(c) Ilha de Duarte de Lemos (Vitória) (v) Ilha do Príncipe
Morros	(i) Morro do Moreno (k) Penedo
Vilas	(l) Vila de N.S. da Vitória (Vitória) (m) Vila do Espírito Santo (Vila Velha)
Outros	(n) Ponta do Tubarão (v) Ilha do Príncipe (p) enseada maior (Praia de Camburi) (s) enseada menor (região de Bento Ferreira) (w) ‘braço’ de mar que conjecturamos ser a região do antigo “Campinho” (x) ‘braço’ de mar que conjecturamos ser a região do antigo “Reguinho” ou “Largo N.S. Conceição”

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

O Mapa *O Ispirito Santo*, de 1665, (Figura 33) também foi elaborado por Johannes Vingboons e está presente no *Atlas Vingboons*. Na Figura 33, quanto aos *Rios* temos: em (a) e (r) os rios do Espírito Santo e Maruípe respectivamente. Quanto às *Ilhas*, em (c) temos a Ilha de Vitória e em (v) a Ilha do Príncipe. Quanto aos *Morros*, em (i) o Morro do Moreno e em (k) o Penedo. No que se refere às *Vilas*, em (l) a Vila de Vitória e em (m) Vila Velha. Quanto aos *Outros* elementos, temos em (n) a Ponta do Tubarão, em (p) e (s) duas enseadas, a maior (Praia de Camburi) e a menor (região de Bento Ferreira) respectivamente. Ainda em *Outros* elementos, em (w) um ‘braço’ de mar que conjecturamos ser a região do antigo “Reguinho” ou “Largo N.S. Conceição” e em (x) outro ‘braço’ de mar que conjecturamos ser a região do antigo “Campinho”. Os principais elementos deste Mapa constam no Quadro 12.

Figura 33 - Mapa *O Ispirito Santo*, de 1665



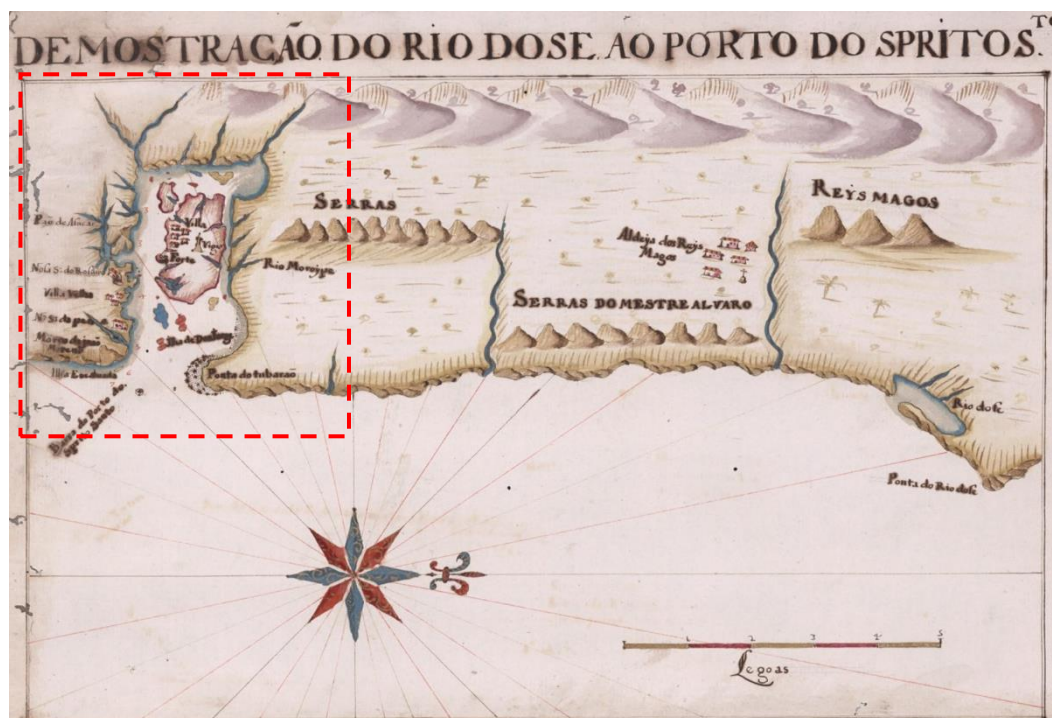
Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

Quadro 12 - Principais elementos do Mapa *O Ispirito Santo*, de 1665

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(b) Rio do Espírito Santo (Rio Santa Maria da Vitória) (r) Rio Maruípe
Morros	(i) Morro do Moreno
Vilas	(l) Vila de N.S. da Vitória (Vitória) (m) Vila do Espírito Santo (Vila Velha)
Outros	(n) Ponta do Tubarão (p) enseada maior (Praia de Camburi) (w) 'braço' de mar que conjecturamos ser a região do antigo "Campinho" (x) 'braço' de mar que conjecturamos ser a região do antigo "Reguinho" ou "Largo N.S. Conceição"

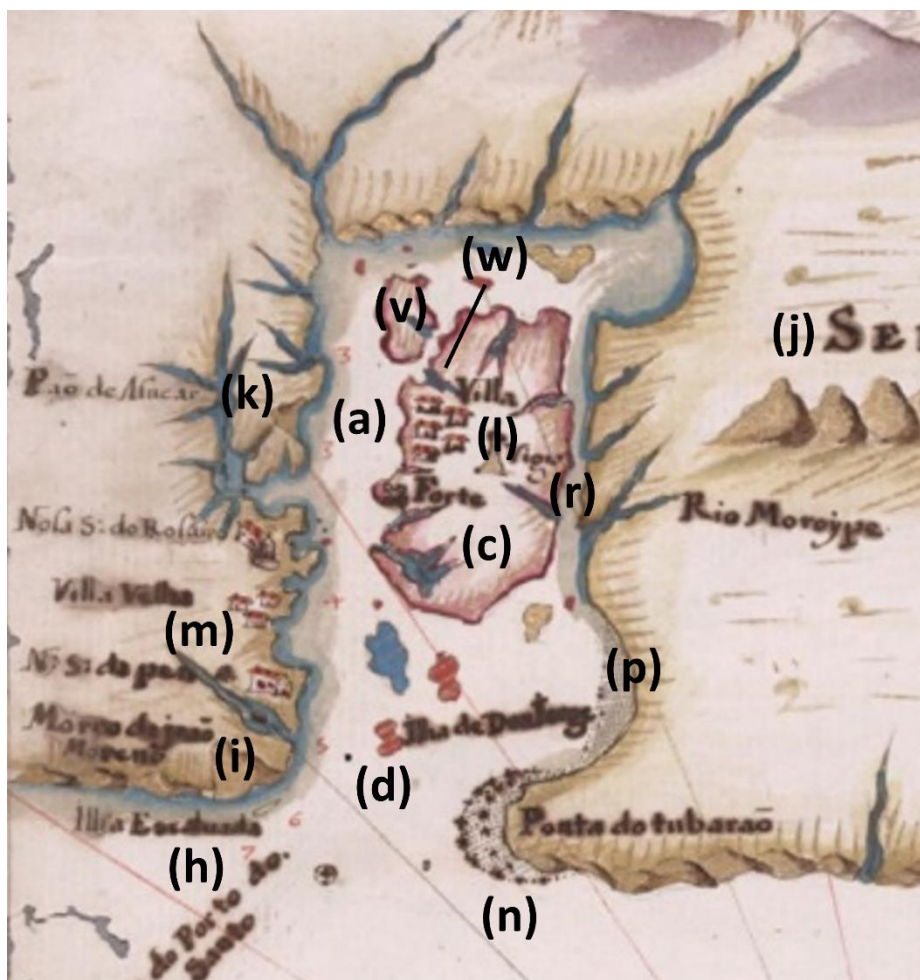
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

O Mapa *Demostração do Rio Dose ao porto do Spirito Santo*, de 1666, (Figura 34) também foi elaborado por João Teixeira Albernaz e consta no *Livro da descrição de toda a costa do estado do Brasil que começa em o Rio da Prata e acaba no gram parâ debaixo da Linha Equinocial*. O quadro tracejado vermelho presente na Figura 34 encontra-se ampliado na Figura 35.

Figura 34 - Mapa *Demostração do Rio Dose ao porto do Spirito Santo*, de 1666

Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

Figura 35 – Ampliação do Mapa *Demonstração do Rio Dose ao porto do Spiritu Santo*, de 1666



Fonte: Reis (2017), adaptado pela autora

Na Figura 35, quanto aos *Rios* temos: em (a) e (r) os rios do Espírito Santo e Maruípe respectivamente. Quanto às *Ilhas*, em (c) temos a Ilha de Vitória, em (d) a Ilha de Dom Jorge (atual Ilha do Boi), em (h) a ilha escaldada e em (v) a Ilha do Príncipe. Quanto aos *Morros*, em (i) o Morro do Moreno, em (k) o Penedo e em (j) o Mestre Álvaro. No que se refere às *Vilas*, em (l) a Vila de Vitória e em (m) Vila Velha. Quanto aos *Outros* elementos, temos em (n) a Ponta do Tubarão, em (p) a enseada maior (Praia de Camburi) e em (w) um 'braço' de mar que conjecturamos ser a região do antigo "Reguinho" ou "Largo N.S. Conceição". Os principais elementos da Figura 35 constam no Quadro 13.

Quadro 13 - Principais elementos do Mapa Demostração do Espírito Santo até o Rio Doce, de 1670

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio do Espírito Santo (Rio Santa Maria da Vitória) (r) Rio Maruípe
Ilhas	(c) Ilha de Duarte de Lemos (Vitória) (d) Ilha de Dom Jorge (atual Ilha do Boi) (h) Ilha escaldada (Ilha da Baleia) (v) Ilha do Príncipe
Morros	(i) Morro do Moreno (j) Mestre Álvaro (k) Penedo
Vilas	(l) Vila de N.S. da Vitória (Vitória) (m) Vila do Espírito Santo (Vila Velha)
Outros	(n) Ponta do Tubarão (p) enseada maior (Praia de Camburi) (s) enseada menor (região de Bento Ferreira) (w) 'braço' de mar que conjecturamos ser a região do antigo "Campinho"

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

No século XVIII, destacamos o Mapa *Plano do rio do Espírito Sancto, comprehendida a barra, suas Fortalezas e Vilas* (Figura 36), de 1766.

Figura 36 - *Plano do Rio do Espírito Sancto, comprehendida a barra, suas Fortalezas e Vilas* (1766)



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, adaptado pela autora

Na Figura 36, quanto aos *Rios* temos: em (a) o Rio do Espírito Santo, em (r) o Rio Maruípe, em (t) o Rio Aribiri, e em (z) o Rio da Costa. Quanto às *Ilhas*, em (c) temos a Ilha de Vitória, em (d) a Ilha de Dom Jorge (atual Ilha do Boi), em (e) a Ilha do Frade, em (h) a ilha escaldada (Ilha da Baleia) e em (v) a Ilha do Príncipe. Quanto aos *Morros*, em (i) o Morro do Moreno e em (k) o Penedo. No que se refere às *Vilas*, em (l) a Vila de Vitória e em (m) Vila Velha. Quanto aos *Outros* elementos, temos em (n) a Ponta do Tubarão, em (p) a enseada maior (Praia de Camburi), em (s) a enseada menor (região de Bento Ferreira), em (y) o que no mapa aparece como Ponta da Praia de Bento Ferreira. Os principais elementos da Figura 36 constam no Quadro 14.

Quadro 14 - Principais elementos do *Mapa Plano do Rio do Espírito Santo, compreendida a barra, suas Fortalezas e Vilas* (1766)

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio do Espírito Santo (Rio Santa Maria da Vitória) (r) Rio Maruípe (t) Rio Aribiri (z) Rio da Costa
Ilhas	(c) Ilha de Duarte de Lemos (Vitória) (d) Ilha de Dom Jorge (atual Ilha do Boi) (h) Ilha escaldada (Ilha da Baleia) (v) Ilha do Príncipe
Morros	(i) Morro do Moreno (k) Penedo
Vilas	(l) Vila de N.S. da Vitória (Vitória) (m) Vila do Espírito Santo (Vila Velha)
Outros	(n) Ponta do Tubarão (p) enseada maior (Praia de Camburi) (s) enseada menor (região de Bento Ferreira) (w) 'braço' de mar que conjecturamos ser a região do antigo "Campinho" (y) Ponta da Praia de Bento Ferreira

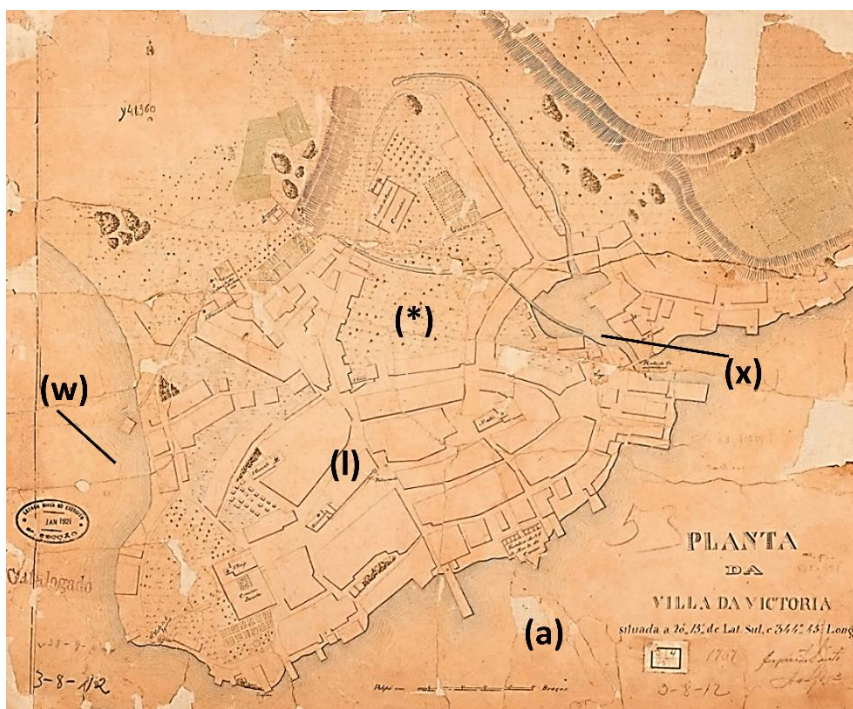
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

É também do século XVIII a *Planta da Villa de Victoria*, de 1767 (Figura 37) e de autoria de José Antônio Caldas. Esta planta apresenta grande diferença em relação aos mapas anteriores, já que se volta, exclusivamente, para a representação da Villa de Vitória, com definição das quadras edificadas, dos espaços livres e dos braços de mar que adentram o interior do tecido. Acerca desta Planta ainda, convém ressaltar a sinuosidade da linha de borda

da Vila, bem como de um significativo número de atracadouros que se projetam sobre as águas.

Na Figura 37, devido à aproximação à Vila de Vitória, vários elementos até então representados nos mapas anteriores não constam neste mapa do século XVIII. No que tange aos *Rios* temos apenas em (a) o Rio do Espírito Santo. Quanto às *Ilhas*, nenhuma ilha é representada em sua totalidade, apenas parte da Ilha de Vitória. Quanto aos *Morros*, por não representar a margem oposta a Vitória, os morros do Moreno e o Penedo recorrentes até então nas cartografias não aparecem nesta. No que se refere às *Vilas*, em (l) apenas a Vila de Vitória. Quanto aos *Outros* elementos, temos em (w) um 'braço' de mar conhecido como a região do antigo "Campinho" e em (x) outro 'braço' de mar conhecido como a região do antigo "Reguinho" ou "Largo N.S. Conceição". Cumpre destacar, neste mapa, em (*) a região antes denominada de Pelame, por onde corriam pequenos córregos que conformavam uma área semi alagada. Os principais elementos da Figura 37 constam no Quadro 15.

Figura 37 - *Planta da Villa de Victoria* (1767)



Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/28087>

Quadro 15 - Principais elementos da *Planta da Villa de Victoria* (1767)

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio do Espírito Santo (Rio Santa Maria da Vitória)
Ilhas	-
Morros	-
Vilas	(l) Vila de N.S. da Vitória (Vitória)
Outros	(w) 'braço' de mar conhecido como a região do antigo "Campinho" (x) 'braço' de mar conhecido como a região do antigo "Reguinho" ou "Largo N.S. Conceição" (* Região semi alagada conhecida como "Pelames"

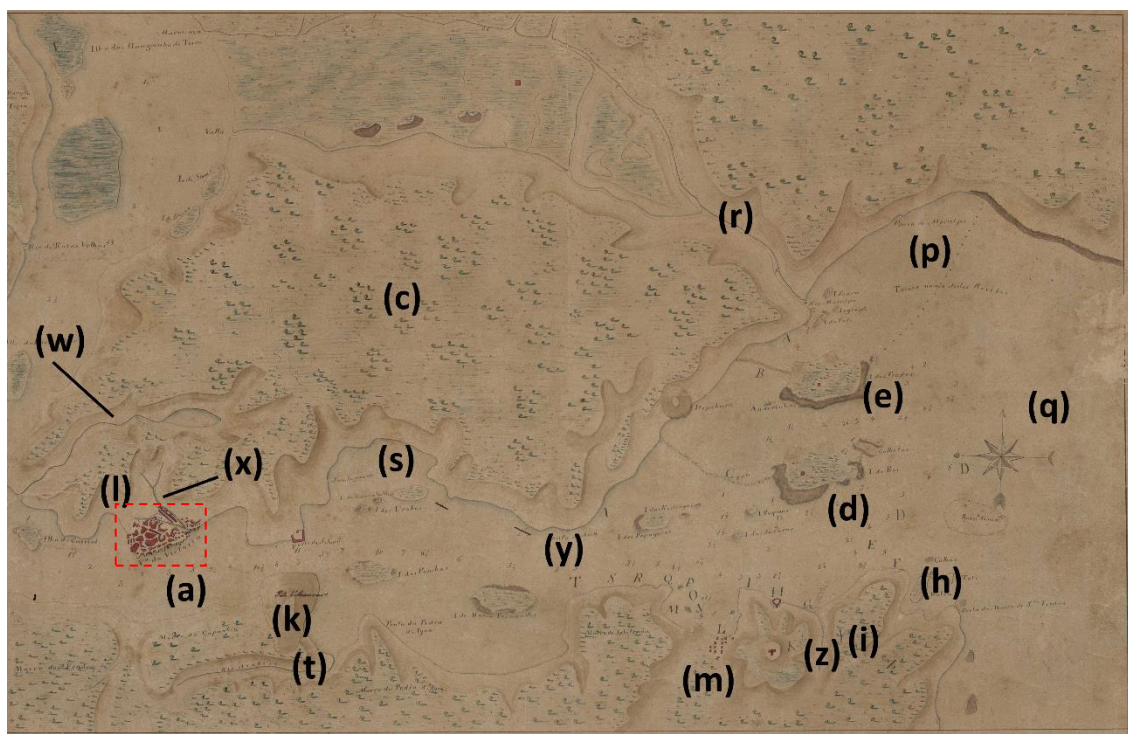
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

Importa ressaltar que o "Reguinho" (x), era conformado pela desembocadura de dois pequenos córregos nas águas do Estuário do Rio Santa Maria da Vitória. Esta região, também apontada como Prainha de Nossa Senhora da Conceição, forma no interior do tecido um lugar protegido e interliga-se, por um destes córregos, com a área do "Pelames", a qual configura-se como uma área significativa e representada apenas com construções ao seu redor. Já a área do "Campinho" (w), à esquerda da imagem, configura-se como o que sugere ser um grande braço de mar, cujo limite não é representado. Consta em seu interior um pequeno cais, o qual se interliga mais diretamente ao Convento de São Francisco⁸¹, situado um pouco acima deste cais.

A *Carta Topográfica da Barra e Rio do Espírito Santo* (Figura 38) de 1853, elaborada pelo engenheiro João Pedro de Gusmão Vasconcellos Mariz, apresenta, novamente, toda a Ilha de Vitória e destacamos o número elevado de topônimos presente nesta cartografia. Nele, todas as ilhas, mesmo as menores estão nomeadas e, também a "Praia de Maruípe" e a "Ponta de Suá". A Figura 36 mostra o detalhe da Vila de Vitória para ressaltar os 'braços' de mar que adentram a cidade à leste (Reguinho) do núcleo e a pequena enseada que aparenta se formar na área à oeste (Campinho) do mesmo.

⁸¹ Segundo Reis (2017) os franciscanos chegaram no Brasil a partir de 1585 se estabeleceram na Capitania do espírito Santo em 1589. A eles está associado o pioneirismo no abastecimento de água em domicílio, fato efetuado em 1591 no atual Convento de São Francisco.

Figura 38 - Carta Topográfica da Barra e Rio do Espírito Santo (1853)



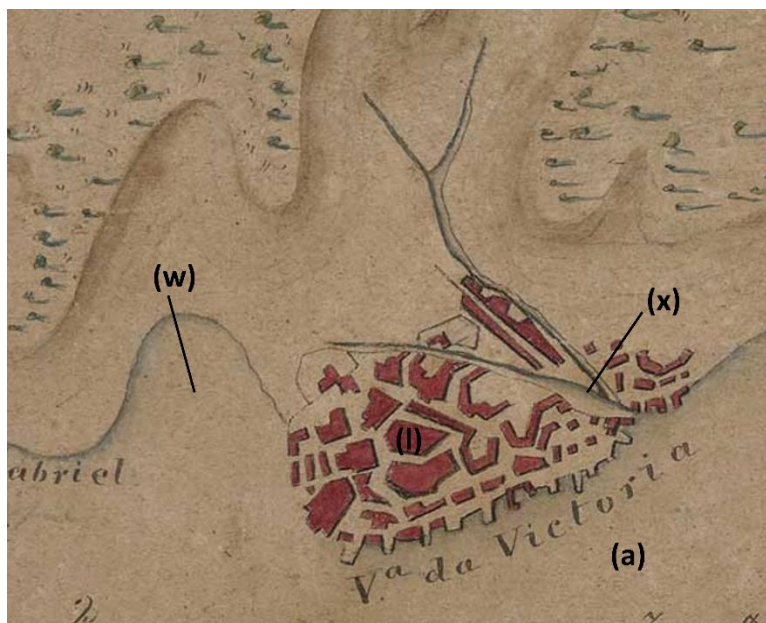
Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br>

Na Figura 38, no que tange aos *Rios* temos em (a) o Rio do Espírito Santo, em (r) o Rio Maruípe, em (t) o Rio Aribiri e m (z) o Rio da Costa. Quanto às *Ilhas*, em (c) temos a Ilha de Vitória, em (d) a Ilha do Boi, em (e) a Ilha do Frade, e em (h) a Ilha da Baleia. Quanto aos *Morros*, em (i) temos o Morro do Moreno e em (k) o Penedo. No que se refere às *Vilas*, em (l) a Vila de Vitória e em (m) Vila Velha. Quanto aos *Outros* elementos, temos em (p) a Praia de Maruípe (Praia de Camburi) e em (s) a região de Bento Ferreira. Temos ainda em (w) um ‘braço’ de mar conhecido como a região do antigo “Campinho” e em (x) outro ‘braço’ de mar conhecido como a região do antigo “Reguinho” ou “Largo N.S. Conceição”.

No que tange à Figura 39 – ampliação da Vila de Vitória, destacamos os elementos (w) e (x), como os braços de mar citados anteriormente. Nesta figura, assim como na Figura 33, é possível constatar a importância destes ‘braços de mar’ no espaço ocupado, uma vez que se apresentam como águas que capilarizam o tecido e, portanto, sugerem uma densa participação no

cotidiano citadino. Os principais elementos da Figura 38 e da Figura 39 constam no Quadro 16.

Figura 39 - Detalhe da Vila de Vitória presente na *Carta Topográfica da Barra e Rio do Espírito Santo* (1853)



Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br>

Quadro 16 - Principais elementos do Mapa *Carta Topográfica da Barra e Rio do Espírito Santo* (1853)

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(b) Rio do Espírito Santo (Rio Santa Maria da Vitória) (r) Rio Maruípe (t) Rio Aribiri (z) Rio da Costa
Ilhas	(c) Ilha de Duarte de Lemos (Vitória) (d) Ilha de Dom Jorge (atual Ilha do Boi) (h) Ilha escaldada (Ilha da Baleia)
Morros	(i) Morro do Moreno (k) Penedo
Vilas	(l) Vila de N.S. da Vitória (Vitória) (m) Vila do Espírito Santo (Vila Velha)
Outros	(p) Praia de Maruípe (Praia de Camburi) (s) enseada menor (região de Bento Ferreira) (w) 'braço' de mar conhecido como a região do antigo "Campinho" (x) 'braço' de mar conhecido como a região do antigo "Reguinho" ou "Largo N.S. Conceição" (y) Ponta da Praia de Bento Ferreira

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

A *Planta da Cidade de Victoria* (Figura 40), elaborada por D. Ararype em 1873, representa, com pioneirismo dentro a cartografia pesquisada, as primeiras mudanças significativas sobre a capilaridade hídrica da Cidade, advindas dos aterros realizados na região ao longo do século XIX.

Figura 40 - *Planta da Cidade da Victoria* (1873)



Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br>

Estes aterros incidiram sobre a região do Reguinho (x)⁸², do Campinho (w) e do Pelames (*), embora se apresentem em estágios diferentes na cartografia de 1873. Enquanto o “Reguinho” já é representado totalmente aterrado – muito embora sua condição como largo ainda é mantida - e seus antigos córregos canalizados, o “Campinho” ainda é representado como uma área alagada, separada das águas de fora apenas por uma via, e o “Pelames” não é representado com clareza, no que tange ao solo aterrado, porém uma via bem definida divide a área em duas partes.⁸³

Na Figura 40, no que tange aos *Rios* temos em (a) o Rio do Espírito Santo. Quanto às *Ilhas*, não são representadas nenhuma ilha em sua

⁸² No Mapa essa região aparece como ‘Largo da Conceição’.

⁸³ Segundo informa Derenzi (1995) e Klug (2009) estes aterros foram concluídos entre 1830 e 1860. Contudo, a periodização da conclusão apresenta divergência, já que a cartografia de 1873 não demonstra como concluído o aterro sobre a região do Campinho, pelo contrário inclusive, ao que o desenho indica, este aterro aparenta ainda incipiente.

totalidade, já que o mapa abrange parte apenas da Ilha de Vitória. Do mesmo modo, quanto aos *Morros*, estes não são representados. No que se refere às *Vilas*, apenas a Vila de Vitória aparece em (l). Quanto aos *Outros* elementos, temos em (w) o ‘braço’ de mar conhecido como a região do antigo “Campinho” e em (x) outro ‘braço’ de mar conhecido como a região do antigo “Reguinho” ou “Largo N.S. Conceição”. Em (*) destacamos a região conhecida como “Pelames” e já citada anteriormente no mapa da Figura 33. Os principais elementos da Figura 40 constam no Quadro 17.

Quadro 17 - Q Principais elementos Planta da Cidade da Victoria (1873)

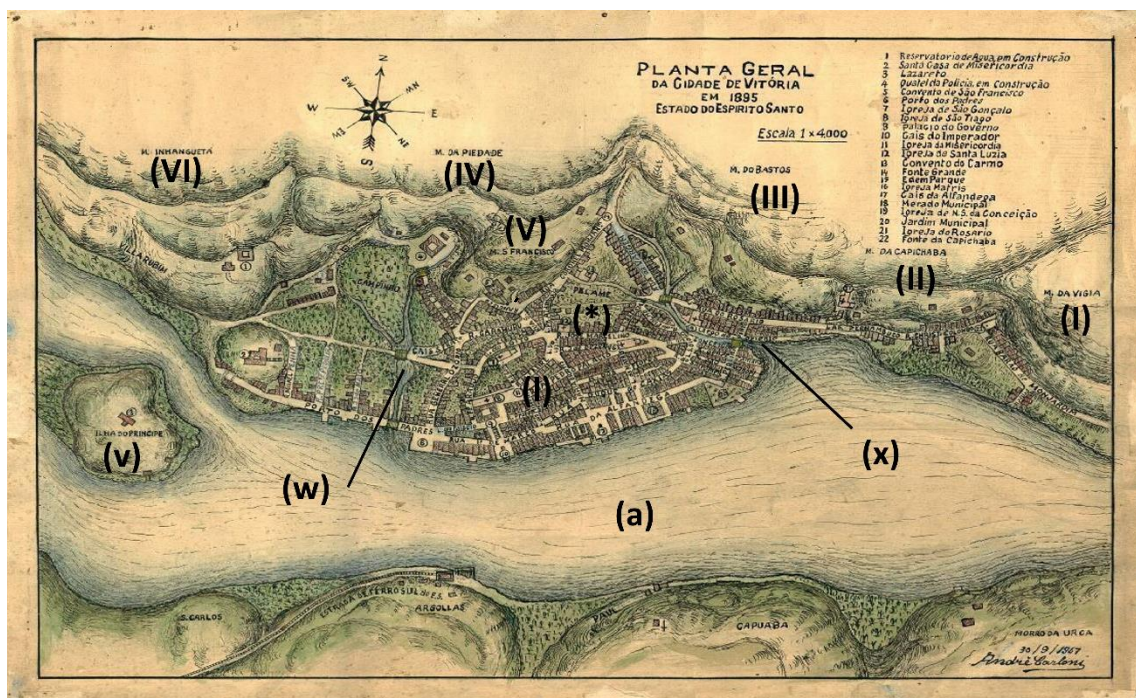
Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio do Espírito Santo (Rio Santa Maria da Vitória)
Ilhas	-
Morros	-
Vilas	(l) Vila de N.S. da Vitória (Vitória)
Outros	(w) ‘braço’ de mar conhecido como a região do antigo “Campinho” (x) ‘braço’ de mar conhecido como a região do antigo “Reguinho” ou “Largo N.S. Conceição” (*) Região semi alagada conhecida como “Pelames”

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Reis (2017)

Ao final do século XIX, tem-se um dos registros mais importantes para a historiografia capixaba, a “Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895” (Figura 41), elaborada por André Carloni em 1967, conforme indica Ferraz (2019). Nesta Planta, é notório o desenho da capilaridade hídrica de Vitória, o desaparecimento do Largo da Conceição e seus córregos ainda abertos e canalizados junto ao conjunto edificado. Já no “Campinho”, embora se observe o parcelamento e a definição de vias, ainda constam vestígios significativos das águas que por ali preenchiam toda a região. No “Pelames”, pouca diferença se nota desde a cartografia de 1873, uma vez que na área predominam os espaços livres e uma das duas vias que atravessam o espaço pouco ocupado sugere ser a mesma via anteriormente identificada na cartografia de 1873. Importa ressaltar ainda que tanto o “Campinho” quanto o “Pelames” não apresentam as mesmas cores e representações utilizadas para as vias, o que

sugere, nestas áreas, um solo ainda em transição, do alagado e semi-alagado para o solo aterrado.

Figura 41 - Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895 por André Carloni (1967)



Fonte: APEES, editado pelo autor

Na Figura 41, no que tange aos *Rios* temos representado em (a) o Rio do Espírito Santo. Quanto às *Ilhas*, não são representadas nenhuma ilha em sua totalidade, já que o mapa abrange parte apenas da Ilha de Vitória. Quanto aos *Morros*, diferente dos mapas anteriores apresentados, são identificados vários morros que conformam os limites da Vila de Vitória, a saber: em (I) temos o Morro da Vigia; em (II), o Morro da Capichaba; em (III), o Morro do Bastos; em (IV), o Morro da Piedade; em (V), o Morro de São Francisco e em (VI) o Morro Inhanguetá. No que se refere às *Vilas*, apenas a Vila de Vitória é representada. Quanto aos *Outros* elementos, temos em (w) um ‘braço’ de mar conhecido como a região do antigo “Campinho”, em (x) outro ‘braço’ de mar conhecido como a região do antigo “Reguinho” ou “Largo N.S. Conceição” e em (*) a região semi-alagada conhecida como “Pelames”. Os principais elementos da Figura 41 constam no Quadro 18.

Quadro 18 - Principais elementos do Planta Geral da Cidade de Vitória (1895)

Tipo	Principais Elementos identificados
Rios	(a) Rio do Espírito Santo (Rio Santa Maria da Vitória)
Ilhas	-
Morros	(I) Morro da Vigia (II) Morro da Capichaba (III) Morro do Bastos (IV) Morro da Piedade (V) Morro de São Francisco (VI) Morro Inhanguetá
Vilas	(I) Vila de N.S. da Vitória (Vitória)
Outros	(w) 'braço' de mar conhecido como a região do antigo "Campinho" (x) 'braço' de mar conhecido como a região do antigo "Reguinho" ou "Largo N.S. Conceição" (*) Região semi alagada conhecida como "Pelames"

Fonte: Elaborado pela autora

A “Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895”, embora ainda represente veios hídricos no interior do espaço ocupado, revela-se como um marco da evolução urbana da Capital, significância esta que pode ser atribuída a diversos fatores. Como marco temporal inaugura, ao final do século XIX, a então recente mudança política-administrativa do Governo brasileiro: a República. Como marco histórico, trata-se de um documento no contexto do primeiro grande conjunto de ações relacionadas à infraestrutura urbana e à expansão da Cidade com vistas à sua modernização. Como marco cartográfico, no contexto desta pesquisa em especial, trata-se do último documento cartográfico de Vitória do século XIX e o último registro da presença das águas no interior do tecido urbano. Nesse sentido, ao término do século XIX, tomando-se por base a cartografia pesquisada, encerra-se o longo estado de capilaridade hídrica da região central da Capital, cujas águas penetravam advindas de baía ou emergiam, advindas das nascentes e dos solos de várzea predominantes de vários pontos da então Cidade, como se verá adiante.

É possível reconhecer, a partir da cartografia histórica apresentada ao menos duas fases, cujas mudanças nos modos de representar a Ilha de Vitória e os seus espaços das águas são marcadamente distintos. A primeira delas é a que vai do século XVI a meados do século XVIII, quando é predominante o

reconhecimento e a representação total da ilha e de seus rios principais, assim como suas ilhas, morros e enseadas, além da localização das duas vilas (Vitória e Vila Velha). Os mapas deste período, embora apresentem, sob o aspecto morfológico, nítidas diferenças com o desenho preciso da Ilha de Vitória atualmente, não são, de forma alguma nesta pesquisa, menos importantes, já que não deixaram de evidenciar os aspectos mais significativos da forma, de modo que é possível reconhecer neles, o esforço em garantir a expressão dos aspectos mais peculiares do sítio.

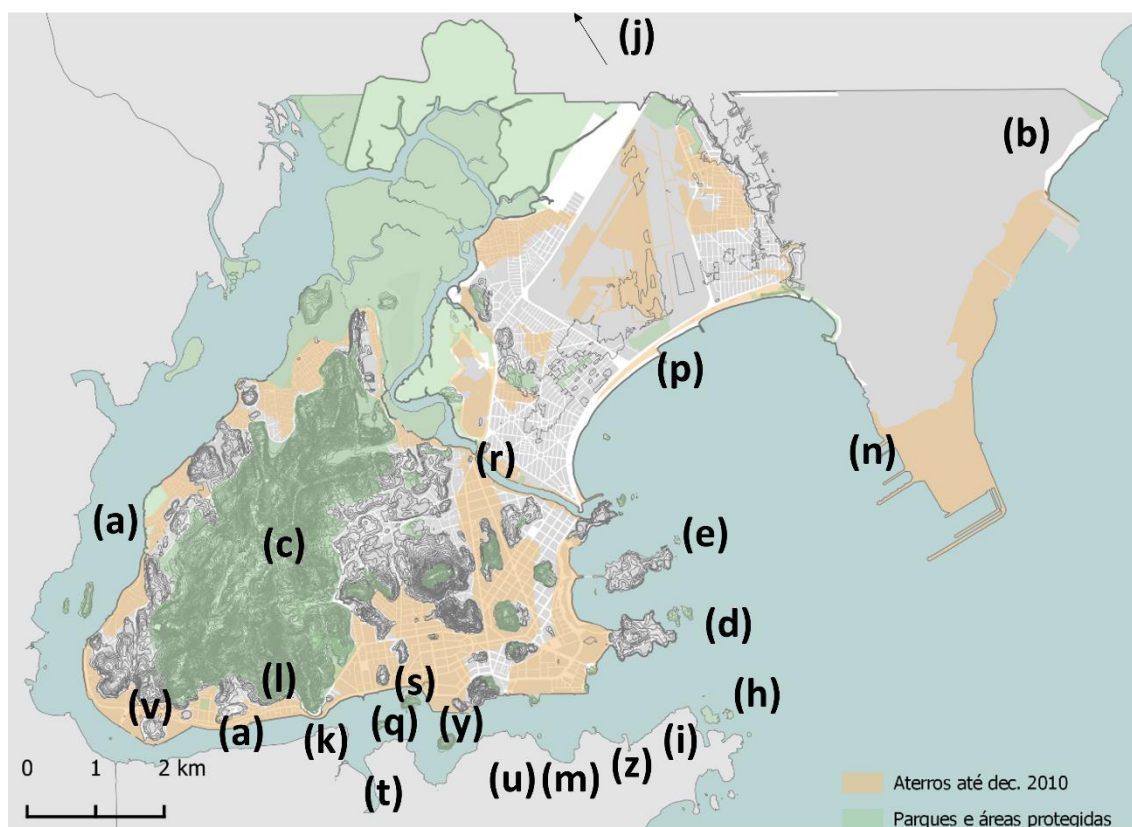
A segunda fase que identificamos é a que vai de meados do século XVIII até pelo menos o final do século XIX, quando um outro modelo de representação passa a ser necessário, sobretudo em razão das primeiras modificações sobre os espaços das águas da Cidade de Vitória. Os primeiros aterros realizados na região do antigo “Reguinho” e do “Campinho” no século XIX, aparecem na Planta da Cidade de 1873 como não completamente concluídos, diferente do que indicou Klug (2009). A importância das plantas da Cidade desta fase, no que tange aos espaços das águas, está justamente no sentido que registram uma fase de transição marcada pelo apagamento da presença das águas no interior do tecido.

No que tange aos elementos identificados, como atestou Reis (2017), os principais elementos de recorrência estão assinalados sobre a Planta Cadastral da Cidade de Vitória do ano de 2007 (Figura 42), juntamente com a sobreposição das áreas aterradas entre os séculos XIX e XX.

Importa observar, que a recorrência dos elementos nos mapas analisados, sobretudo até meados do século XVIII, indica uma apreensão do sítio a partir de uma visão territorial ampliada, na medida em que as necessidades de ocupar, localizar, proteger e explorar acabou por estender a atenção para além do núcleo então ocupado da antiga Vila de Vitória. Desse modo, indicamos que os *espaços das águas* de Vitória, anterior à sua modernização, compreendem não apenas os limites estritos das águas das baías e rios circundantes, mas também as áreas de suas imediações,

apropriadas física e visualmente pelo homem e que assumem significado como parte de uma composição de elementos estabelecida a partir das águas.

Figura 42 - Elementos recorrentes na Cartografia histórica (século XVI ao XIX)



Rios

- (a) Rio Espírito Santo (Santa Maria da Vitória)
- (b) Rio Barreiras (não identificado)
- (r) Rio Maruípe (Canal de Camburi)
- (t) Rio Aribiri**
- (u) Rio Jaburuna**
- (z) Rio da Costa**

Ilhas

- (c) **Ilha de Vitória**
- (d) Ilha de D. Jorge (Ilha do Boi)
- (e) Ilha de Valentim Nunes (Ilha do Frade)
- (q) **Conjunto de pequenas ilhas** da Baía
- (h) **Ilha Escaldada (Ilha da Baleia)**
- (v) Ilha do Príncipe

Morros

- (i) Morro do Moreno
- (j) Morro Mestre Álvaro**
- (k) Penedo

Vilas

- (l) Vila de Vitória;
- (m) Vila Velha;

Outros

- (n) Ponta do Tubarão;
- (p) Praia de Piraem ou Maruípe (Praia de Camburi);
- (q) **Região** de Bento Ferreira;

Fonte: Elaborado pela autora **sob base cartográfica cadastral de Vitória (2007)**

Aferimos, com este exposto, que as águas, juntamente com os elementos do sítio e sua forma de organização, uma vez apropriados pelo homem, ao mesmo tempo, como território de posse, ocupação e exploração e

como marco visual e como paisagem, conformam a ideia de uma espacialidade própria em Vitória. Não se trata, entretanto, apenas de um conjunto de formas de uma configuração territorial, ou daquilo que ‘a vista abarca’ desta configuração, nos termos de Santos (2008), mas destes adicionados à ação humana. Nesse sentido, como indica o autor, diferente da paisagem que coexiste através de suas formas, no momento atual, os espaços – das águas em Vitória – carregam as formas que compõem a paisagem e que respondem às necessidades sociais de um determinado momento presente àquelas sociedades pré-modernização.

Esta distinção entre paisagem e espaço se faz necessária na presente abordagem já que, como indica Grataloup (1975) *apud* Santos (2008), não se trata de apontar as formas como o fim em si mesmas da investigação, mas de apontar que os fenômenos - pressupostos do período anterior à modernização - voltados sobretudo para a proteção, ocupação e exploração do território, além do próprio devir cotidiano da Cidade – criaram os seus espaços próprios [das águas]. Assim, Grataloup (1975) justifica a definição de seu trabalho por temas e não por lugares, ao priorizar em sua abordagem, não um espaço determinado cujos fenômenos se estudam, mas os fenômenos que criam os seus espaços. Este modo epistemológico de ver o objeto de investigação, lança luz sobre a ação humana na construção de espacialidades. Segundo Santos (2008), ao inverter o foco, do espaço como palco para o estudo dos fenômenos para o estudo do espaço enquanto produto de fenômenos, permite-se ver a face escondida da dupla condição que guardam paisagem e espaço. Gomes (2013) em *O lugar do olhar. Elementos para uma geografia da visibilidade*, indica a espacialidade como uma

[...] trama locacional associada a um plano, uma superfície ou volume. [ou seja] o conjunto formado pela disposição física sobre esse plano de tudo que ele contém. Corresponde, assim, ao resultado de um jogo de posições relativas de coisas e/ou fenômenos que se situam, ao mesmo tempo, sobre esse mesmo espaço. (GOMES, 2013, p. 17, grifo nosso)

Indicamos, com isso, que os elementos recorrentes apontados na cartografia histórica, neste trabalho, não são entendidos estritamente enquanto formas de uma configuração territorial, ou como a parte visível desta, mas como espaços socialmente apropriados - em um determinado período do processo de produção do espaço urbano anterior à modernização - condicionados pelas águas circundantes e penetrantes da Capital. Admitimos, no entanto, que a intencionalidade contida nesta cartografia, particularmente voltada para os objetivos da colonização então empreendida, corresponde ao que Gomes (2013, p. 51) chamou de um *regime de visibilidade extraordinário*.

O autor chama de regimes de visibilidade as diferentes formas de exposição de um determinado conjunto de imagens, sendo um tipo de regime aquele que faz parte do cotidiano, portanto, ordinário e, em alguma medida, previsível, repetitivo e pouco impactante. Outro tipo de regime de visibilidade, o extraordinário, ao qual atribuímos a cartografia histórica analisada, diz respeito a imagens extraídas do cotidiano ordinário e realocadas, conforme um determinado *ponto de vista* e uma *composição* em um lugar de *exposição*.

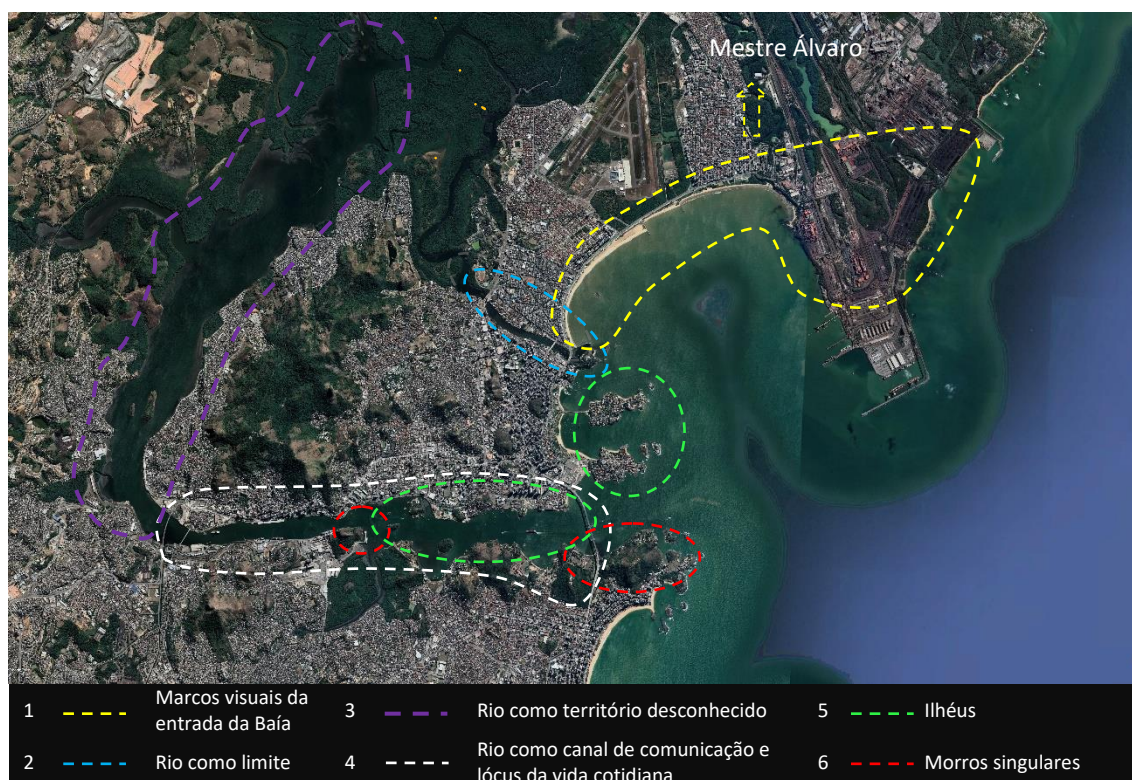
Estes **dois** atributos da visibilidade, como afirma Gomes (2013), carregam ao mesmo tempo, a dimensão espacial e a dimensão intencional, os quais interferem nos regimes de visibilidade de um determinado fenômeno. Assim, no que tange à cartografia histórica, o *ponto de vista*, tanto diz respeito à posição específica espacial a partir da qual a coisa **foi** representada – **em** mapas, cartografias - **e** apreendida – sobretudo a partir dos panoramas visuais proporcionados nas navegações sobre as águas. A *composição*, por sua vez, diz respeito à junção estruturada de diversos elementos, ou seja, ao jogo de posições no qual determinados elementos se agrupam.

O autor indica que a forma de dispersão – o padrão de dispersão – desses elementos, uma vez integrados, corresponde à sua espacialidade. Desse modo, “[...] analisar uma composição é compreender sua espacialidade, o lugar dos elementos nesse conjunto.” (GOMES, 2013, p. 22) As composições apresentadas nas cartografias históricas de Vitória, portanto, se apresentam

com uma ordem espacial própria de elementos recorrentes - quais sejam rios, ilhas, morros, vilas, praias, enseadas, entre outros -, organizados em função da presença dominantes das águas. Não obstante a sua associação a um regime de visibilidade extraordinário, portanto, não cotidianos ou ordinários, estas cartografias como lugares de exposição, detêm grande e legítima visibilidade e participam ativamente do que “[...] deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, suas continuidades e rupturas.” (GOMES, 2013, p. 52)

Nesse sentido, a Figura **43** sobrepõe, à atual configuração territorial de Vitória, às composições dos espaços das águas de Vitória até o século XIX, formados por diferentes espacialidades, as quais destacamos seis. A primeira é aquela formada por elementos que se apresenta como marcos visuais da entrada da Baía (o Mestre Álvaro, o Rio Barreiras e a Ponta do Tubarão, e a Praia de Piraém ou Praia de Maruípe). A segunda espacialidade é o rio Maruípe (atual Canal da Passagem) como limite. A terceira é o Rio Espírito Santo e seu estuário (atual Rio Santa Maria da Vitória) a oeste da Ilha, o qual representava um território pouco conhecido e desbravado até o século XIX. A quarta espacialidade é também o Rio Espírito Santo, porém em sua conformação como canal situado a sul da Ilha. Esta espacialidade se diferencia de todas as demais, sobretudo por apresentar uma proliferação e uma diversidade de elementos, sobretudo os núcleos ocupados (Vila de Vitória e Vila Velha), onde decorriam as atividades da vida cotidiana. O sentido principal das águas nesta espacialidade é também múltiplo, porém se destacam, o seu papel como canal de comunicação e acesso, a sua relação como lócus para obtenção de alimentos e para as atividades comerciais e domésticas urbanas.

Figura 43 - Espacialidades dos espaços das águas em Vitória (século XVI ao XIX)



Fonte: Elaborado pela autora

A quinta espacialidade é marcada por um conjunto de ilhéus, onde ganham notoriedade, por seus portes maiores em relação às demais ilhas dispersas e por suas posições destacadas, a Ilha de Valentim Nunes (atual Ilha do Frade), e a Ilha de D. Jorge de Menezes (atual Ilha do Boi). A sexta espacialidade são os morros singulares situados às margens do Rio Santa Maria da Vitória (atual Canal do Porto), especialmente o Morro do Moreno, o outeiro de N. S. da Penha e o Penedo.

Os espaços das águas de Vitória, nesse sentido, são múltiplos e se sobrepõem sobretudo a sul da Ilha de Vitória no atual Canal do Porto, uma vez que assumem ali, papéis variados e abrigam o devir urbano. Assim, ao identificarmos os elementos marcantes recorrentes do sítio e as descrições que tratam da Cidade, verificamos a correlação entre as águas e seus espaços de imediação direta, bem como aqueles que estabelecem uma comunicação visual, como é o caso do Morro do Mestre Álvaro. Nesse sentido, os espaços

das águas neste período que antecede à modernização da Capital são formados não apenas pela baía e pelos rios que lhe conformam, mas compreendem também as ilhas, os morros, vilas, praias, além de edificações singulares como fortes e igrejas.

Como indica Reis (2017), o próprio termo *Espírito Santo*, descrito de diferentes maneiras na cartografia, remete, ao mesmo tempo, à sede da capitania e ao ‘o rio’ que deságua à beira de Vitória (o Rio Santa Maria da Vitória), fato este que entendemos como um sintoma de um gesto arquetípico de unidade entre as águas – ‘o rio’, representado a partir de uma ideia de natureza como criação divina – e o homem – a ‘sede da capitania’, representado como uma ideia de cultura, dos objetos de criação humana. Desse modo, são nestas espacialidades que ocorrem as práticas sócio-espaciais cotidianas nas águas as quais trataremos no subcapítulo a seguir.

4.2 As práticas socioespaciais em Vitória (1850-1950)

Neste subcapítulo apresentaremos as práticas sócio-espaciais nas águas entre as décadas de 1850 e 1950 na área Central da Cidade de Vitória identificadas por meio de pesquisa documental em periódicos na Hemeroteca Digital, conforme abordado na metodologia. Dois subperíodos marcam fases importantes dos espaços das águas na Capital, sendo o primeiro subperíodo (da década de 1850 até a década de 1930) definido em razão de abarcar desde a década que antecede a visita do imperador à Capital D. Pedro II até o fim da primeira grande expansão da Cidade sentido praias, como indica Monteiro (2008). O segundo subperíodo (as décadas de 1940 e 1950) é marcado pela consolidação da ocupação na região do Novo Arrabalde e pela realização do aterro da Esplanada Capixaba na década de 1950. Juntos, este recorte cronológico representa grandes transformações nos espaços das águas

concretizados à luz do ideal de modernidade, e materializadas em um conjunto de intervenções urbanísticas que objetivavam a modernização⁸⁴ da Capital.

4.2.1 Subperíodo I: década de 1850 a 1930

Relatos acerca da Ilha de Vitória, sobretudo no século XIX, atestaram suas qualidades paisagísticas, a partir do equilíbrio entre terra, água e homem. Cabe destacar, conforme traz Levy Rocha (2008, p. 42, grifo nosso), as impressões registradas por D. Pedro II em sua viagem ao Espírito Santo em 1860: “A vista da baía era sempre agradável, especialmente quando postado o observador mais de longe; o extenso mangal da preamar; as fruteiras das chácaras e dos pomares e a mata que vestia os elevadiços.” Luiz Serafim Derenzi, em *Biografia de uma Ilha* (1995), também fornece uma ideia do entrelaçamento que ocorria em Vitória entre o mar e a cidade.

Na segunda metade do século XVIII, a capital do Espírito Santo, vista do continente, tem belo aspecto paisagístico. Lembra pequeno feudo medieval, encastelado nas grimpas das montanhas a se espalhar em águas tranquilas de um lago. O casario, nascendo do mar, entremeia-se com restos de vegetação nativa e morre em torno do “Colégio” e da Matriz. As tôres assimétricas de Santiago dão-lhe um harmonioso equilíbrio. Equilíbrio que se casa com o plano de fundo, coberto de mata secular e vigorosa. Não há separação definitiva entre as águas e a terra. O mar entra pela “Prainha” e, nos baixios de Roças Velhas [zona compreendida desde o Parque Moscoso até Santo Antônio], dilui-se nos mangues, que se confundem com o mataréu das colinas. Nas marés menores descobrem bancos de areia, que, pouco a pouco, aterrados, se transformam em embarcadouros e trapiches. (DERENZI, 1995, p. 95, grifo nosso)

Acerca da fruição visual da paisagem, o trabalho de Bellini (2014) constituiu importante ponto de partida, uma vez que ofereceu uma rica investigação acerca do “[...] usufruto do espaço público [...] e da] apreensão do ‘olhar do cidadão’ sobre a cidade de Vitória, especialmente quanto às suas

⁸⁴ Mendonça (2014) questiona a ideia de modernização efetivamente materializada pelas ações empreendidas em Vitória entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, já que, no contexto das transformações socioeconômicas e políticas processadas com o fim da escravidão no país, elas contribuíram mais para a preservação dos interesses da elite capixaba e ocorrem mediante as seguintes estratégias de valorização do capital: serviços urbanos (água, luz e esgoto); a construção de edifícios públicos, serviço de transporte urbano e de cargas, a construção de habitações e o investimento em lotes urbanos.

impressões sobre a paisagem local entre os anos de 1860 e 1916 [...]”. Segundo a autora, este recorte temporal adotado tanto permitiu um distanciamento mínimo da data de criação do Jardim Público Municipal (1882) quanto da inauguração do Parque Moscoso (1912), o que possibilitou observar a incidência de relatos sobre a paisagem antes e depois destas intervenções físicas no espaço urbano com grande potencial para a construção de um ideal de paisagem. Soma-se ainda que o ano inicial 1860 e final 1916, representam, respectivamente, a visita da Família Imperial a Vitória, em 24 de janeiro de 1860, e o final do mandato administrativo do Governador Marcondes Alves de Sousa, sucessor do Governo de Jerônimo de Sousa Monteiro (1908 a 1912) pós-Parque Moscoso.

O trabalho de Bellini (2014) objetivou “[...] analisar o “olhar do morador” sobre a cidade de Vitória, no que tange a seu interesse em relação à paisagem local, bem como a contribuição dos espaços públicos abertos no incentivo ao seu usufruto.”. Dessa forma, o interesse no trabalho de Bellini (2014) se deu na medida em que, ao relacionar locais e atividades recreativas ao usufruto da paisagem, acabou por revelar também, de modo indireto, a forte presença das águas da Capital. A autora (2014) identifica⁸⁵ os locais em Vitória os quais eram utilizados para atividades recreativas⁸⁶ e/ ou contemplação da paisagem. Para tanto, a autora utiliza um conjunto de palavras-chave⁸⁷ que poderiam

⁸⁵ Bellini (2014) investigou Relatórios e Mensagens de Governo e periódicos locais; “Foram cinco os periódicos principais pesquisados ao longo da pesquisa: Correio da Victoria, O Espírito-Santense, A Província do Espírito Santo, O Estado do Espírito Santo e Diário da Manhã”. BELLINI (2014, p. 18). Neste grupo, destacam-se “[...]os artigos publicados no jornal A Província do Espírito Santo entre 22 de março e 7 de maio de 1885, nos quais são relatados, pelo Padre Francisco Antunes de Siqueira, pároco local, lembranças sobre a sua vida e sobre Vitória. Os artigos retratam o período entre as décadas de 1830 a 1880 e relatam passagens que evidenciam alguns recursos recreativos à época utilizados e a sua relação com o meio urbano.” BELLINI (2014, p. 89)

⁸⁶ O conceito de práticas recreativas é trabalhado por Bellini (2014, p. 88) a partir de sua relação com o conceito de lazer, “Uma vez que o lazer é entendido como ‘tempo livre’ por grande parte dos autores brasileiros, conforme afirma Gomes (2008), a recreação aparece como uma complementação, com vistas a preenchê-lo, organizá-lo e controlá-lo. Em outras palavras, a recreação representa a própria organização social do lazer, ou, melhor dizendo, do ‘tempo livre’. Nesse sentido, Ferreira (1959, apud GOMES, 2008, p. 104) esclarece que ‘lazer é tempo, e recreação é a expansão dos interesses humanos em tempo de lazer’.”

⁸⁷ “Penedo, Baía, paisagem, Moscoso, Jardim Municipal, Éden Parque, panorama, Praça do Palácio, João Clímaco, banhos de mar, Boulevard, Paulo Motta, Porto dos Padres, Rua do

apresentar alguma relação com o objetivo da pesquisa. O resultado da sistematização pode ser observado no Quadro 19, o qual apresenta quatro tipos de espaços em Vitória classificados de acordo com o fato de terem sido objeto de remodelação, de terem apresentado alguma menção sobre a paisagem, de representarem pontos privilegiados para contemplação ou terem sido criados especificadamente para o lazer.

Tipo 1: espaços que não sofreram intervenção remodeladora durante o intervalo de tempo estudado, sobre os quais não se observou menção à paisagem: Largo da Conceição, Praça Paula Castro, ruas, Campinho e Largo de São Gonçalo.

Tipo 2: espaços que não sofreram intervenção remodeladora, que se constituíam pontos privilegiados, onde se observou a ocorrência de fruição da paisagem: Forte São João, Baía de Vitória, Morro do Convento da Penha.

Tipo 3: espaços com múltiplos usos e objetos de remodelação da estrutura original que contribuíram para a modificação da paisagem local: Praça do Palácio / Praça João Clímaco, Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont e Rua do Comércio.

Tipo 4: espaços criados para o lazer, que propiciavam a fruição da paisagem: Jardim Público Municipal e Parque Moscoso. (BELLINI, 2014, p. 100)

Observa-se que os espaços identificados como de ocorrência de fruição da paisagem são aqueles que constituíam pontos privilegiados (Tipo 2: Forte São João, Baía de Vitória, Morro do Convento da Penha), sofreram remodelação da estrutura original (Tipo 3: Praça do Palácio / Praça João Clímaco, Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont e Rua do Comércio) ou foram criados para o lazer (Tipo 4: Jardim Público Municipal e Parque Moscoso). Já os espaços que não mencionaram qualquer fruição da paisagem (Tipo 1: Largo da Conceição, Praça Paula Castro, ruas, Campinho e Largo de São Gonçalo) constituíam - antes de passarem por processos de aterramento e urbanização - áreas da cidade associadas à insalubridade, como é o caso do Reguinho, do Pelames e do Mangal do Campinho⁸⁸, ou que não apresentavam

Comércio, Alfândega, Santos Dumont, Praça Oito de Setembro, Reguinho, Rua Sete de Setembro, Largo da Conceição, Praça Costa Pereira, Pelame, Praça Paula Castro e Convento.” (BELLINI, 2014, p. 22-23.)

⁸⁸ Respectivamente, Largo da Conceição, Praça Paula Castro e Parque Moscoso.

pontos de vista para áreas privilegiadas⁸⁹ – como é o caso do Largo de São Gonçalo.

Quadro 19 - Espaços, atividades recreativas e práticas contemplativas em Vitória (1860-1916)

ESPAÇO	ATIVIDADES RECREATIVAS	OCORRÊNCIA DE FRUIÇÃO DA PAISAGEM	OBJETOS DE REMODELAÇÃO (ASSOCIADA AO ENTORNO)	CRIADOS NO PERÍODO ESTUDADO	EXCLUSIVOS PARA O LAZER	TIPO	
i Largo da Conceição Praça Costa Pereira	Apresentações circenses Festividades carnavalescas Folguedos infantis Festividades populares Quiosques	-	-	-	-	TIPO 1	
ii Praça Paula Castro	Apresentações circenses Festividades populares Procissões religiosas Procissões cívicas	-	-	-	-		
Ruas	Festividades carnavalescas Folguedos infantis	-	-	-	-		
Campinho	Apresentações circenses Folguedos infantis	-	-	-	-		
Largo de São Gonçalo	Folguedos infantis	-	-	-	-		
Forte São João	Folguedos infantis	X	-	-	-		
Baja de Vitória	Banhos de mar/Passeios marítimos/Espportes náuticos	X	-	-	-		
Morro do Convento da Penha	Contemplação	X	-	-	-		
Praça do Palácio / João Climaco*	Festividades religiosas + populares Cerimônias oficiais + festividades populares Folguedos infantis Flânerie*	X	X	-	-		TIPO 3
Rua da Alfândega + Praça Santos Dumont	Flânerie / Cafés e Lojas / Festividades carnavalescas	X	X	-	-		
Rua do Comércio	Quiosques Festividades carnavalescas Festividades carnavalescas	-	X	-	-	TIPO 2	
Parque Moscoso	Flânerie Folguedos infantis	X	-	X	X		
Jardim Público Municipal	Festividades carnavalescas Flânerie Folguedos infantis	X	-	X	X	TIPO 4	

TIPO 1 TIPO 2 TIPO 3 TIPO 4

Espaços que estavam em contato direto com as águas (Baía, várzeas, córregos) e/ ou constituíam pontos privilegiados de visibilidade da Baía de Vitória.

i – Antigo Reguinho; Prainha

ii – Antigo Pelames

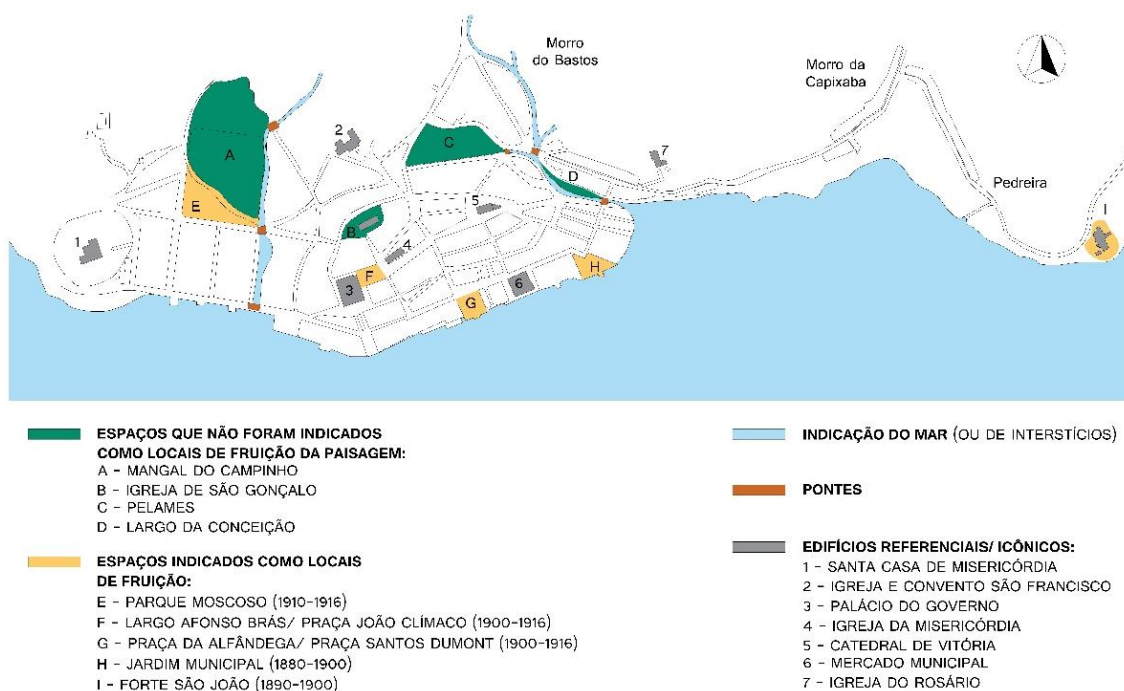
Fonte: (BELLINI, 2014, p. 102), adaptado pela autora

Interessa observar (Quadro 19; Figura 44), nesta perspectiva, que a presença das águas em quase todos os espaços estudados por Bellini (2014) não assegurou, para alguns destes, as condições idealizadas da modernidade sobre a paisagem. Se este cenário, por um lado, parece indicar alguns indícios da “invisibilização de agentes e práticas” apontada por Souza (2015), por outro lado abre um campo de diálogo entre visibilidade e espacialidade como proposto por Gomes (2013, p. 6), o primeiro entendido como o conjunto de “[...] determinadas condições [que] contribuem diretamente para que algumas imagens sejam mais notadas [...]” e o segundo como um “[...] jogo de posições

⁸⁹ A idéia de privilégio aqui exposta constitui, além da vista panorâmica, o que se vê, ou seja, o ideal de ‘natureza’ da modernidade.

relativas de coisas e/ou fenômenos que se situam, ao mesmo tempo, sobre esse mesmo espaço.” (GOMES, 2013, p. 17).

Figura 44 - Espaços, atividades recreativas e práticas contemplativas em Vitória (ES) entre as décadas de 1860 e 1910 sobre mapa da Cidade de 1895



Fonte: Dados (BELLINI, 2014) elaborado por Gustavo Zamproni Gomes

O Quadro 20 elaborado por Bellini (2014) traz apenas os espaços públicos sobre os quais foram observados relatos de contemplação da paisagem entre as décadas de 1870 e 1910. Dessa forma, a menção à paisagem só é observada partir de 1870 com relatos sobre o Morro do Convento. Contudo, é na década de 1910 que a autora encontra maior recorrência (41,5%) de menções à paisagem, como mostra em seguida a Tabela 2. Este período coincide com o primeiro mandato de Jerônimo de Souza Monteiro (1908-1912), cujo governo fora marcado por uma série de reformas urbanas remodeladoras na Capital, sendo a inauguração do Parque Moscoso (1912) um marco importante para afirmação da política republicana modernizadora. Cabe destaque ainda para as praias e para o Jardim Municipal já que foram mencionados por quatro décadas entre 1880 e 1910.

O Quadro 20 apresenta, por sua vez, os espaços públicos utilizados para fruição da paisagem, e, é possível observar que todos, direta ou indiretamente, mantinham relação com as águas da Capital, quer seja pela proximidade física, ou porque a partir dele se descortinava uma visão privilegiada da baía. Soma-se também o fato de que, conforme aponta Bellini (2014, p. 285),

espaços antes existentes, sobre os quais não foram encontrados relatos dessa natureza nas décadas de 1860 a 1890, [...], quando remodelados e aformoseados passaram a comparecer nos periódicos estudados, com ênfase à contribuição de tais intervenções na alteração das paisagens locais, incentivando a sua fruição.

Exemplifica a fala de Bellini (2014) o desaparecimento do Mangal do Campinho por ter dado lugar ao Parque Moscoso, do Pelames, que recebeu a Praça Paula Castro e do Reguinho, posterior Largo da Conceição.

Quadro 20 - Espaços públicos de fruição da paisagem (década 1860 a 1910)

Decadas	1860	1870	1880	1890	1900	1910
Espaço						
Morro do Convento						
Praias						
Jardim Municipal						
Baía de Vitória						
Forte São João						
Praça João Clímaco						
Praça Santos Dumont/ R. Alfândega						
Parque Moscoso						
Locais não identificados						

Fonte: (BELLINI, 2014, p. 283) adaptado pela autora

Tabela 2 - Percentual de relatos sobre a paisagem (década 1860 a 1910)

Decadas	1860	1870	1880	1890	1900	1910
Espaço						
Percentual de relatos sobre a paisagem observados entre 1860 e 1916	0%	3,5%	9,5%	21%	24,5%	41,5%

Fonte: (BELLINI, 2014, p. 285) adaptado pela autora

Este cenário insinua uma forte relação da noção de paisagem com os aspectos visuais/ panorâmicos e o apelo estético-civilizatório de ordenamento do espaço urbano presente nas intervenções remodeladoras realizadas na Capital entre o final do século XIX e começo do século XX. A ideia de paisagem que se delineia, portanto, corresponde à própria historicidade do conceito indicado por Cauquelin (2007, p. 16), para quem a paisagem constitui uma invenção moderna construída a partir de um “[...] conjunto de valores ordenados em uma visão, [...]”. Estes valores, no contexto da sociedade urbano-industrial passavam, sobretudo, pelo higienismo e pelo embelezamento conforme os novos padrões hegemônicos de vida impostos pela burguesia, como o flânar⁹⁰ observado no Jardim Público Municipal, ainda no século XIX, na Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont, na Praça João Clímaco e no Parque Moscoso, na primeira década do século seguinte e o ato de frequentar Cafés observado na Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont.

Neste ponto, importa a reflexão provocada por Souza (2015) ao atentar para o fato de que o termo paisagem assumiu, historicamente, um conteúdo excessivamente visual e representacional ao qual, de alguma forma, distorceu a abordagem holística e verdadeiramente integrada da natureza defendida pelo geógrafo alemão Carl Troll na década de 1930 ao introduzir a expressão *Landschaftsökologie*⁹¹. Nesse sentido, a ênfase desenfreada na aparência da paisagem oculta sua essência, o que Souza (2015, p. 52) chama de “invisibilização de agentes e práticas”, quer seja por meio da “representação

⁹⁰ O termo flânar deriva da palavra *flâneur* que significa "errante", "vadio", "caminhante" ou "observador". O ato de flânar, a *flânerie*, assumiu diferentes valores sociais sobretudo em função da dialética trabalho e ócio, espaço e tempo.

⁹¹ Segundo Souza (2015) a expressão *Landschaftsökologie* (Ecologia da Paisagem) introduzida por Carl Troll fazia bastante sentido no contexto linguístico alemão entre guerras, mas acabou sendo mal interpretado e traduzido pelos geógrafos anglo-saxônicos com o termo Landscape ecology, o qual não possuiu a mesma vocação de abrangência da expressão alemã. Essa advertência já teria sido observada pelo geógrafo estadunidense Richard Hartshorne em 1939 com a obra *The Nature of Geography* e por Simon Schama em 1996 com a obra *Landscape and Memory*.

seletiva” da paisagem ou por meio de “intervenções no próprio substrato espacial material”⁹².

O que Souza (2015) expõe dialoga diretamente com os “regimes de visibilidade” tratados por Gomes (2013), ou seja, para estes autores, o que se “vê” não está relacionado simplesmente a uma concepção absoluta da visão de espaço, mas, de modo relevante, é tributário de uma visão de “espaço relativo”. Para ambos, o conceito de posição é chave na visibilidade dos fenômenos ao incidir nos “procedimentos regulares [...] que estabelecem socialmente aquilo que deve ser visto, [...]” Gomes (2013, p.51) e, automaticamente, o que não merece ser visto. Para o autor “O tipo de espaço, o lugar ocupado, a rede de relações dessa posição, tudo isso age como critérios que guiam o olhar e o interesse e conferem diferentes graus de visibilidade às coisas.” (GOMES, 2013, p. 55)

Ao retomar o trabalho de Bellini (2014) sobre Vitória (ES), observa-se a identificação de espaços que atuaram de diferentes modos na fruição da paisagem, ou melhor, participaram na criação de “regimes de visibilidade” distintos.

Não se observou a ocorrência de relatos acerca da fruição da paisagem em espaços comumente associados à insalubridade ou descritos como malcheirosos e feios, como as áreas alagadiças e os logradouros públicos que não foram objeto de intervenção remodeladora. Espaços como a Praça João Clímaco e a Rua da Alfândega somente aparecem como palco de narrativas paisagísticas a partir do momento em que se tornaram objeto de aformoseamento. [...] Alguns espaços públicos incentivavam maior apropriação da paisagem, como as praias, a baía, o Morro do Convento e o Forte São João. Outros, como o Jardim Municipal, o Boulevard do

⁹² Souza (2015, p.66) utiliza essa expressão para designar o espaço geográfico na sua materialidade, compreendido pelo sítio (“natureza primeira”) referindo-se à topografia e ao conjunto de condições naturais abióticas, sobretudo relevo e hidrografia, e pelo ambiente construído (“natureza segunda”), compreendido pelo espaço socialmente produzido. Contudo, como ressalta o autor, “[...] como na pesquisa sócio-espacial interessa, direta e fundamentalmente, a “natureza-para-a-sociedade”, e como, portanto, a materialidade que importa é, sobretudo, a da “natureza segunda”, ao me referir ao substrato espacial material estarei, [...], fazendo alusão ao espaço social material – sem, todavia, deixar completamente de lado o sítio e os processos geocológicos [...]”

Comércio, a Rua da Alfândega / Praça Santos Dumont, a Praça João Clímaco e o Parque Moscoso, tiveram que ser criados ou modificados para incentivar a fruição do cenário. (BELLINI, 2014, p. 284; 286)

Ao considerar a forte presença das águas no contexto de produção do espaço urbano de Vitória (ES) e o papel significativo de “regimes de visibilidade” na construção de valores do olhar, partimos do ponto de que é possível compreender a construção da ideia de paisagem moderna no contexto urbano capixaba entre os séculos XIX e XX a partir da dialética visibilidade-espacialidade das águas. Essa compreensão pressupõe um olhar tanto para o lado visibilizado quanto, sobretudo, para o lado invisibilizado das práticas sócio-espaciais relacionadas às suas águas na Capital. Nesse sentido, se faz relevante investigar quais e como se estabeleciam tais práticas, não apenas no que tange à recreação e à contemplação, mas também às práticas sócio-espaciais triviais ligadas ao cotidiano comum e ao modo de vida⁹³.

Não obstante as qualidades paisagísticas ressaltadas, grande era o comprometimento dessa integração com o funcionamento da cidade. A ela cabiam, sobretudo, a responsabilidade da defesa e o compromisso com a sobrevivência econômica. Como indica Gonçalves (2017), a presença de várias ilhas e pedras submersas no estreito canal da Baía, além das poucas e pequenas praias acessíveis apenas por barcos muito pequenos e canoas favoreceu, em grande medida, a defesa da Vila, seja ao propiciar naufrágios ou impossibilitar o ancoramento de naus e caravelas.

O suporte econômico, da mesma maneira, dependia das comunicações que se faziam “além mar” com outros núcleos e com a Europa. Desta necessidade, ergueu-se um conjunto de estruturas e edificações relacionadas ao comércio marítimo, como afirma Gonçalves (2017, p. 66): “Nessas diminutas praias, construíram alguns trapiches ou ancoradouros. As naus e caravelas ficavam mais afastadas, no meio do canal, aguardando que fossem carregadas

⁹³ Gomes (2013, p. 51) chama de regime de visibilidade ordinário aquele que “faz parte do cotidiano” e que é “previsível, repetitivo e não impactante” em contraponto ao regime de visibilidade extraordinário que “[...] capta a atenção, cria ou se associa a um evento, tem impacto, mobiliza e interfere nessa ordem do cotidiano”.

pacientemente pelas idas e vindas dos pequenos barcos.” Mário Aristides Freire (2006), em crônica escrita na segunda metade do século XIX, relata acerca do desembarque na Capital

Aportava-se com facilidade, em escalares ou canoas, nos pontos onde as casas não avançavam até a baía, o que fez Saint-Hilare afirmar a inexistência de cais, quando a informação de Rubin, ao contrário, enumera seis: - o cais novo das Colunas, abaixo do antigo colégio dos jesuítas, sede do governo; o cais Grande, onde até sumacas atracavam; o dos antigos jesuítas, vulgarmente denominado “dos Padres”; além dos pequenos: - do Batalha, Santíssimo e Azambuja. Não aludiu a de São Francisco. (FREIRE, 2006, p.250)

A presença de fortes e trapiches comerciais às margens da Baía de Vitória até o século XIX materializavam o usufruto do mar preponderantemente relacionado às questões utilitárias da Cidade, quais sejam militares ou econômicas. Derenzi (1995) e Lima Júnior (1994) afirmam a existência de quatro fortes no século XVIII em Vitória: Forte São João, Forte de Santo Inácio ou São Maurício, Forte N. S. do Monte do Carmo e Forte de São Tiago ou São Diogo.

As atividades comerciais da Baía de Vitória não correspondiam, no entanto, às únicas realizadas neste espaço. Outros usos, como o banho de mar e o consumo de bebidas alcoólicas, além da permanência e circulação de ‘pessoas que vivem de arte marítima’ como veremos mais adiante, foram noticiados nos periódicos locais e revelaram, cada um deles, diferentes formas de aceitação social.

A presença de nascentes de água potável e de córregos⁹⁴ originários das mesmas indicavam a possibilidade de captação de água – por meio de fontes distribuídas no tecido urbano - para os afazeres domésticos, para o consumo e asseio pessoal, enquanto as áreas semi-alagadas – Reguinho, [Mangal do] Campinho e Pelames – destinavam-se a receber os rejeitos da

⁹⁴ Dois córregos desembocavam na área semi alagada e “pantanosas” junto à Baía conhecida como “Reguinho”. O “Reguinho” situava-se ao final da então Rua da Praia (posterior Rua do Ouvidor). Com a construção da Igreja de N. S. da Conceição no século XVIII, O “Reguinho” passa a receber o nome de Largo da Conceição, vulgarmente conhecido como Prainha.

Cidade. Segundo Saint Hilare *apud* Freire (2006) e Derenzi (1995), as fontes que abasteciam a população: a da Fonte Grande – antes denominada Fonte do Conselho do Reguinho – situada onde hoje se cruzam as ruas Coronel Monjardim e Sete de Setembro; a da Lapa – na região do antigo Campinho, hoje Parque Moscoso; e a da Capixaba, na outra extremidade da cidade, na região próxima ao Forte São João, hoje Clube Saldanha da Gama.

O desenrolar do século XIX é acompanhado de uma lenta, porém gradativa, infiltração das primeiras ideias modernizadoras no Espírito Santo, iniciadas por Francisco Alberto Rubim (1812-1819) com a abertura da estrada⁹⁵ entre Vitória e Ouro Preto/ Mariana, e por José de Mello Carvalho Muniz Freire – 1892 a 1896 - (Figura 45) com a construção de ferrovias⁹⁶ e o projeto do Novo Arrabalde (Figura 47) elaborado 1896 por Francisco Saturnino de Brito. Além disso, segundo Monteiro (2008, p. 89) “Rubim incentivou ainda a navegação pelo rio Doce, a reconstrução de Linhares [...] e a fundação de Viana [em 1812 por famílias açorianas], visando à reocupação de antigas áreas de produção açucareira.” Para isso, incentivou à colonização do interior da capitania a partir de mão-de-obra imigrante, a qual se fará consolidada em terras capixabas à segunda metade do século XIX.

Figura 45 - Vitória (ES) em 1895 no governo de Muniz Freire (1892-1986)



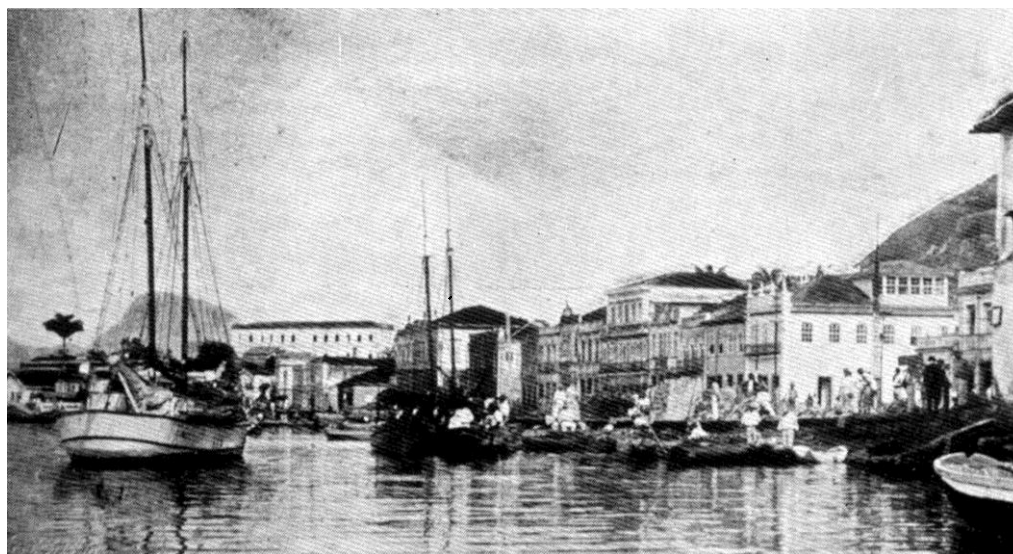
Fonte: Monteiro (2008)

⁹⁵ Segundo Monteiro (2008) esta estrada foi denominada São Pedro de Alcântara depois da Independência (1822).

⁹⁶ Muniz Freire criou a estrada de ferro ligando a Capital a Cachoeiro e idealiza a Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Na Capital, ao longo do século XIX, tem-se a construção de um conjunto de edifícios públicos⁹⁷ - motivada pelo acréscimo de novas funções, tendo em vista a elevação **de Vila** à categoria de cidade⁹⁸-, chafarizes⁹⁹, a inauguração do serviço de iluminação pública (1837), além de obras de escadarias¹⁰⁰ e a construção da primeira ligação entre a Ilha e o continente ao norte: a ponte da Passagem (1801). No que tange às águas neste período, importa destacar, conforme Monteiro (2008, p. 91) uma distinção cada vez mais acentuada entre a Cidade Alta – marcada por obras públicas - e a parte baixa, “[...] onde o comércio, que vai-se desenvolvendo aos poucos, faz surgir novos cais em meio aos antigos de propriedade dos religiosos.”. As margens da baía, em sua porção central¹⁰¹ passaram a concentrar armazéns comerciais (Figura 46), onde de um lado (rua) eram feitas as transações e de outro (baía) o escoamento das mercadorias.

Figura 46 - Cais da Alfândega, início do século XX



Fonte: APEES

⁹⁷ Segundo Monteiro (2008) os edifícios foram: Assembléia Legislativa (1823), Biblioteca Pública (1855), Capitania dos Portos (primeira metade do século XIX), Casa da Instrução Pública (1879) e Mercado Público (1871).

⁹⁸ Lei de 17 de março de 1823.

⁹⁹ Monteiro (2008) cita que em 1828 foi erguido o pórtico da nascente da fonte da Capixaba.

¹⁰⁰ “Em 1883 é inaugurada ainda a escadaria do Imperador, na antiga ladeira dos Padres” (MONTEIRO, 2008, p. 91)

¹⁰¹ Conforme Klug (2009, p. 26), a cidade de Vitória, “em fins do século XIX, se estendia do Campinho - atual Parque Moscoso, ao Largo da Conceição - atual Praça Costa Pereira”

Segundo Monteiro (2008), é no século XIX, que se executam as primeiras obras públicas de cunho sanitarista, com a canalização do Reguinho e o serviço de abastecimento de água e esgotos dos primeiros loteamentos (Campinho e Vila Rubim). No que tange aos novos hábitos urbanos tem-se, ainda no século XIX, a construção do primeiro teatro, o Teatro Melpômene (1895-96) - na administração de Muniz Freire, construído ao lado da antiga capela de Nossa Senhora da Conceição - situado junto ao Reguinho (antiga Prainha) como apontou Pegoretti; Torezani (2019).

Figura 47 - Projeto do Novo Arrabalde, realizado por Saturnino de Brito em 1896



Fonte: APEES

A construção do Melpômene, juntamente com o primeiro parque - o Parque Moscoso (1912) - materializam o desejo pelo aburguesamento dos

hábitos culturais em Vitória, à luz das reformas, parisiense - na segunda metade do século XIX – e carioca - na primeira década do século XX, empreendidas por Georges-Eugènes Haussmann e Francisco Pereira Passos, respectivamente.

Figura 48 - Vitória (ES), entre o final do século XIX e o final da década de 1950



Fig. 35. Vitória durante o governo Freire (1895)



Fig. 36. Vitória durante o governo Monteiro (1910)

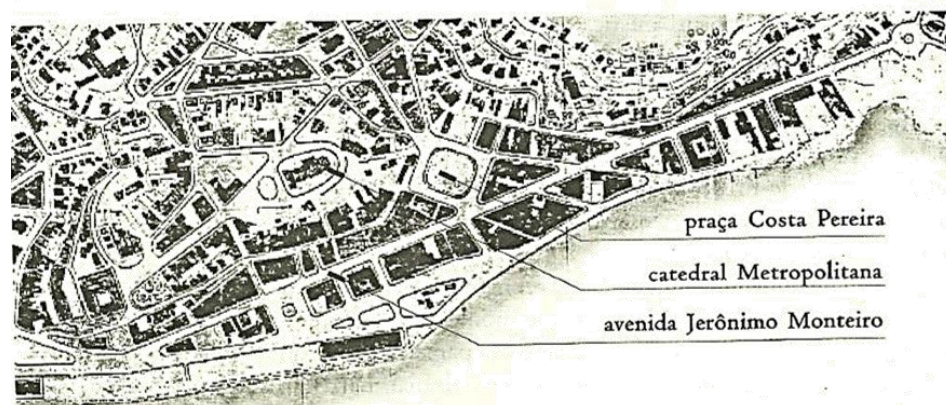


Fig. 37. Vitória após o governo Avidos (1948)

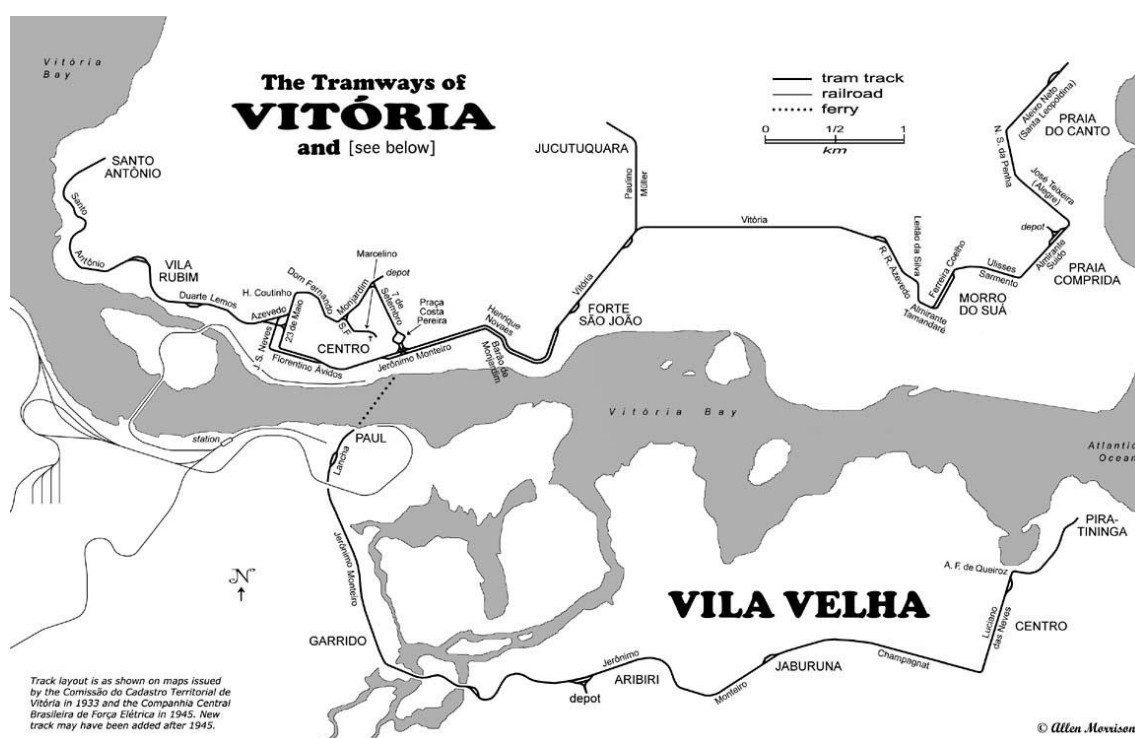
Fonte: Monteiro (2008)

O início do século XX é marcado pelos governos (Figura 48) de Jerônimo Monteiro (1908-1912) e Florentino Avidos (1924-1928), por empreenderem obras de remodelação na área central, com destaque para a construção do porto e da ponte Florentino Avidos (1928), além das obras do Novo Arrabalde. Este projeto, elaborado pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito em 1896, materializa o desejo de expansão da Capital, e dirigiu-se às praias da costa leste da Ilha, compreendendo uma área seis vezes maior que o núcleo então existente. Sua intenção, mais que atender a uma expectativa de crescimento, atrela-se ao desejo de adequação de Vitória ao perfil de cidade moderna. Para isso, lança mão, segundo Mendonça et al. (2010) de três ideários: filosófico-político (o positivismo); técnico (o saneamento urbano); e o estético (o pinturesco). Este projeto, no que tange às águas, ao promover expansão e urbanização rumo às praias a leste da Cidade, acabou por favorecer o uso e a ocupação das mesmas na Capital.

A expansão da Capital desencadeia, à primeira década do século XX, a necessidade de uma ligação dessa nova área com o núcleo existente. Dessa forma, uma linha de bonde estabelece essa ligação (atuais, avenidas Vitória e César Hilal) entre a área central da Cidade e Jucutuquara, estendendo-se em seguida até a Praia do Suá e a Praia Comprida (atual Praia do Canto). Esta ligação viria a constituir uma importante ação para a consolidação da ocupação do Novo Arrabalde e para a fruição das praias. (Figura 49)

Assim, enquanto a Praia Comprida tem sua ocupação de forma lenta por famílias abastadas de Vitória que constroem inicialmente suas casas para passar os finais de semana e temporadas, a Praia do Suá, por sua vez, de acordo com Souza (2010), tem sua ocupação inicial por imigrantes portugueses (em maior parte), franceses, espanhóis, sírios e outros, advindos do processo migratório ocorrente na época, e que formam ali, uma vila de pescadores.

Figura 49 - Percurso do bonde em Vitória e Vila Velha entre 1933-1945



Fonte: Morrison (1989). Disponível em: <http://www.tramz.com/br/vv/vvm.html>

As ações realizadas no século XIX, e, sobretudo no século XX em Vitória, incidem sobremaneira nas águas, na tentativa de materializar o desejo por uma ‘cidade moderna’. Neste processo de modernização, destacam-se a chegada das ideias higienistas e a consolidação da prática do banho de mar como um hábito urbano valorizado pelas elites da Capital. Não obstante a valorização do banho de mar pela classe abastada, como será exposto logo a seguir, essa prática já é relatada em Vitória, pelo menos desde a década de 1850, junto à baía, principalmente próximos aos cais. Os registros destes banhos na área central da Cidade comumente descrevem a prática realizada por crianças e ‘meninos’, e, não raras as vezes encontramos notícias de afogamentos acidentais ou propositais, em decorrência de suicídios. É o que mostra a notícia de 29 de janeiro de 1859 publicada no Jornal *Correio da Victória* (Figura 50).

Figura 50 - Notícia de banho de mar junto ao Cais da Alfândega em 1859

Desastres.— No dia 25 um menino da casa do negociante Araujo Vianna indo tomar banho no cães d'alfandega foi levado pelo mar, e desapareceu. O corpo foi encontrado no mesmo lugar no dia 26 á noite.—Um outro que taobem estava se banhando ficou quasi morto, mas já está de todo livre de perigo.

Fonte: (DEASTRES, 1859, edição 00009, p.3)

Segundo Derenzi (1995) apud Klug (2009) entre 1812 e 1830, e, entre 1819 e 1860, são realizados aterros sobre as águas, o da Lapa do Mangal (manguezal depois conhecido como Campinho, atualmente Parque Moscoso) - situado junto ao sopé do Maciço Central -, e o da região do Largo da Conceição – o que compreendeu, além do Largo em si, quase toda parte baixa da Cidade, respectivamente. Estes locais, juntamente com a área conhecida como Pelames, estavam associados a áreas insalubres, o que impulsionou a realização de aterros, conforme indica Klug (2009, p. 22), em nome da 'salubridade e da acessibilidade'.

Desse modo, o período que vai de 1850 a 1930 é marcado pela recorrência de reclamações que contestam as condições de salubridade da Cidade e sugerem, portanto, um cotidiano marcado por *práticas antisanitárias* que contribuía para o cenário de insalubridade urbana.

Consta-nos que o Senhor delegado de policia desta cidade, desejoso de prevenir que – a epidemia – que tem accommettido algumas províncias do império, apareça nesta, e encontre elementos para com força affectar seos habitantes, tem expedido ordens ao respectivo subdelegado, para que por meio dos inspectores de quarteirão vigie rigorosamente sobre o aceio, e limpeza das ruas, quintaes, canos, e áreas desta cidade, denunciando as pessoas que se opuserem à taes providencias; e que tendo ouvido a opinião dos médicos aqui existentes sobre outras medidas tendentes á prevenir tal epidemia, solicitou da camara municipal a designação dos logares não só em que se devem ser depositados os doentes desta moléstia, como dos em que podem ser lançados o lixo, lama, e immundicias, que, por falta de taes providencias, com pezar, vemos espalhados indistinctamente em fren á cidade, e por diversos logares da prais :

taes exigências feitas por esta autoridade forão em virtude das posturas municipaes. (CORREIO DA VICTORIA, 1855, EDIÇÃO 00074, p.2)

O despejo de dejetos, prática comumente realizada nos cais junto à baía, no Campinho, Pelames e no Reguinho, fazia destes locais áreas consideradas insalubres, como aponta o Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 30 de outubro de 1864:

Apontarei como principaes fontes d'esses miasmas entre outras as seguintes: o pântano misto do Campinho, a immundavalla que existe na rua da Varzea e Largo da Conceição, o cemitério publico pela posição que occupa, e as agoas estagnadas e mais ou menos constantes do lugar conhecido por – Palame. (SALUBRIDADE..., 1864, ed.00002, p.10)

Importa destacar ainda, em relação ao século XIX, um novo cenário urbano no que tange à salubridade pública. Neste contexto, o processo imigratório se apresenta como um dos principais protagonistas do agravamento da insalubridade, desencadeando um conjunto de medidas higiênicas, o que inclui a obrigatoriedade da quarentena nos portos, além da

[...] limpeza dos rios, dos canaes, das valas, quintaes, e seus esgotadores; a lavagem e o caiamento das casas domiciliarias, [...] a proibição do enterramento de cadaveres dentro dos templos [...], a proibição da existência e criação de animaes dentro da cidade. [...]" (MEDIDAS..., 1855a, p.2).

Dessa maneira, nota-se que as águas urbanas - quais sejam paradas, córregos ou mar, tornam-se focos das ações sanitárias - como sugere a nota A PROPOSITO DAS EPIDEMIAS, do jornal Correio da Victoria, de 6 de outubro de 1855:

Em quanto se não visitar os domicílios dos pobres, em quanto não se arrojar ao mar quanto gênero podre por ahi existe; em quanto não estiver aceiada a cidade, e as casas caiadas, e limpas; em quanto não se for lançar longe das praias o lixo e emundicias que se tirão da cidade; [...] Medidas de mero aparato não nos convem [...]. (A PROPOSITO..., 1855b, p.2, grifo nosso)

Passados quase vinte anos, a Lei n. 35 de 15 de outubro de 1873, publicada no jornal O Espirito Santense de 16 de dezembro do mesmo ano, reforça-se a obrigatoriedade da manutenção de quintais limpos, sem águas

estagnadas ou lixo e da proibição de lançamento de “[...] águas servidas, vidros, cisco ou qualquer outra imundícia nas ruas e praças [...]”. A mesma lei proíbe também “[...] secar peixes, camarões [...]”, o estabelecimento de cortume, além da proibição de animais soltos pelas ruas. Contudo, convém destacar que, contrariando as medidas sanitárias estabelecidas em 1855, na lei de 1873 passa-se a permitir o despejo de águas servidas no mar, desde que o mesmo se faça em recipiente fechado e após nove horas da noite¹⁰². Esta permissividade sugere pouca aderência às mudanças indicadas como necessárias desde a década de 1850.

Observa-se que, se por um lado, o despejo de dejetos na baía e no Campinho era uma prática recorrente, por outro lado, estes locais também eram frequentados para o banho de mar. Elton (1896, p. 100), ao relatar sobre a utilização da antiga Avenida Cais Schmidt - anteriormente Cais do Queimado - aponta que, entre os banhistas, predominavam “[...] desocupados e moleques da Cidade de Palha (Vila Rubim), que aí se banhavam, inteiramente despídos, embora fosse o comércio relativamente ativo nessa artéria, que, com o aterro para a construção definitiva do Cais do Porto, desapareceu.”.

Na região do Campinho, por sua vez, além da já conhecida utilização para despejo de dejetos, havia o Cais de São Francisco, destinado ao embarque e desembarque de padres e mercadorias para o Convento de São Francisco. Sobre este cais, ao citar nota do jornal *A Província do Espírito Santo* em 27 de novembro de 1886, Elton (1986, p. 127) menciona que, “Mesmo assim, com tantos detritos a lhe sujarem as águas, esse cais, quando na preamar, se enchia de crianças, que lá se banhavam alegremente”, conforme consta no jornal. Estes relatos, portanto, indicam que a prática de banho de mar ocorria na região central de Vitória, não obstante as condições geográficas, sociais e higiênicas pouco favoráveis.

¹⁰² “Art. 3. O despejo de águas servidas ou infectas se fará em vasilhas tapadas, depois de nove horas da noite à beira mar” (ESPIRITO SANTO..., 1873, ed. 00304, p. 1, grifo nosso)

Acerca de ações de intervenção com vistas à melhoria da salubridade do Campinho, cumpre ressaltar que constam em notícias publicadas, o ponderamento de intervenções que pudessem implicar no impedimento do ‘tráfego de canoas’ por comerciantes ou particulares. Este cuidado, de alguma forma, sugere tanto uma prática comum à população em geral, quanto uma necessidade funcional no que tange aos deslocamentos na cidade.

Quanto à canalização e esgoto das agoas, constitue trabalho diverso; e só a construção de um canal, que sirva ao mesmo tempo ao trafego de canôas, para não privar deste usos, quer ao commercio quer aos particulares, pode satisfazer a essefim. (REQUERIMENTOS..., 1871, 000089, p. 3)

A partir da década de 1870 e 1880, a lavagem de roupas, objetos e a higiene pessoal passaram a contar com as ‘casas de banhos’ e lavanderias públicas construídas na Capital. No entanto, importa destacar que, embora tenham sido construídos em nome da higienidade, estes locais são frequentemente citados pelas péssimas condições de higiene. Ao final do ano de 1877 foi inaugurada uma ‘casa de banhos’ frios junto à Fonte Grande, conforme consta em Relatório no jornal *O Espirito Santense* de 1º de maio de 1878. Os proprietários destas ‘casas de banhos’, de uso público, tinham isenção de impostos, contudo não podiam obter lucros por tal atividade, podendo cobrar, entretanto, taxas por banho para arcar com as despesas das mesmas.

Ao que tudo indica, estes proprietários aproveitavam as Casas de Banho para atrair clientes para seus comércios, que funcionavam anexados às mesmas. Assim, as ruas situadas nas partes baixas da Cidade próximas ao mar concentravam estabelecimentos comerciais os quais tinham suas frentes voltadas para a Cidade e os fundos voltados para o mar, de onde, muitas vezes, transportavam e recebiam mercadorias em pequenos atracadouros improvisados e nos cais de outrora. O banho em casas destinadas a esse fim, portanto, se oferecia como um novo ‘serviço’ oportunizado pela carência de água encanada nos domicílios e como estratégia de incremento das atividades comerciais da Cidade. O ‘banho frio ou quente’, o comércio à beira mar, assim

como a venda de pescado junto à Prainha de Nossa Senhora da Conceição na região também conhecida como Reguinho, e de couro processado na região do Pelames compreendem práticas relacionadas às águas vinculadas a *atividades econômicas* na Capital.

O registro de 1887 confirma a relação entre o serviço de banhos prestado e outras atividades comerciais situadas junto à borda da Cidade. Tem-se noticiado a disponibilização de banheiros para banhistas por comerciante localizado à antiga Rua Conde D'Eu - cujos quintais das casas terminavam à beira mar - como expõe *A Província do Espírito Santo* de 8 de janeiro de 1887.

Ao publico
Guimaraes & Figueiredo,
em vista da estação calmosa, e a bem da hygiene publica,
resolveram d'ora em diante franquear gratuitamente ao respeitável
publico os seus banheiros sitos á Rua Conde d'Eu, prevenindo que
não se fornece aos banhistas toalha nem sabão" (F. 1887, p. 4)

Algumas décadas depois, em Relatório apresentado pelo então presidente do Estado Jerônimo Monteiro ao Congresso Legislativo em 23 de Maio de 1912, faz-se menção à construção de lavanderias públicas e 'casas de banho' para atender, sobretudo, às classes menos favorecidas.

Lavanderias publicas e casas de banho

Para melhor serviço prestar ao publico, mórmenteás classes menos favorecidas da fortuna, mandei construir na capital duas lavanderias situadas, uma na Villa Moscoso, dispondo de quarenta tanques para lavagem e a outra no arrabalde "Santo Antonio", dispondo de vinte tanques. Nessas lavanderias a águas é abundante e tem escoamento rápido por meio de drenos sólidos e bem acabados.

Ao lado dessas lavanderias fiz construir banheiros de chuva e gabinetes sanitários, aumentando deste modo o conforto que sempre procurei proporcionar ás classes mais modestas da nossa sociedade.

Além dos banheiros e gabinetes, que fiz construir para o publico ao lado de cada uma das lavanderias, contractei também a construcção de uma casa de banhos em ponto muito central da cidade, afim de satisfazer a essa antiga necessidade da nossa Capital. Segundo o projecto confeccionado, deve esta casa, sita á praça Oito de Setembro, ter bons compartimentos para banhos quentes e frios, reservadas, loja de barbeiro e limpeza de calçados.

É o preenchimento de uma lacuna que terá passado talvez despercebida, emquanto não se dispunha do melhoramento; entretanto, depois de estar a cidade de posse delle, conhecer-se-á bem depressa a sua grandíssima utilidade e mesmo necessidade. Já

vae adeantada essa construcção e por conta da mesma já foi paga a prestação de vinte contos. (ESPIRITO..., 1913, p. 339, grifo nosso)

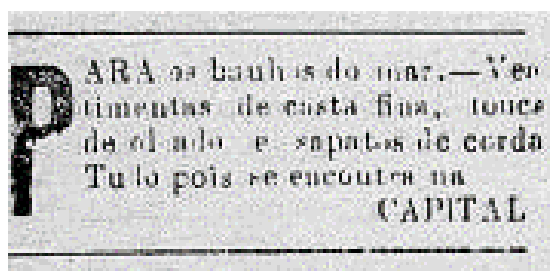
Importa observar que, enquanto a ‘casa de banhos’ inaugurada em 1877 junto à Fonte Grande indicava apenas banhos frios, a partir de 1912, banhos quentes e frios são proporcionados em uma ‘casa de banhos’ inaugurada na administração de Jerônimo Monteiro na Villa Moscoso. À década de 1880, juntamente com a ampliação da oferta de “Casas de Banhos”, a prática do banho de mar ganha maior notoriedade social, quando da sua vinculação a propriedades terapêuticas, conforme indica já indicamos a partir de Corbin (1989). Nesse sentido, assim como ocorreu no contexto europeu, quando o imaginário social acerca dos mares assumiu uma nova perspectiva a partir do século XVIII, em Vitória, a partir do século XIX, mas, sobretudo no século XX, os banhos, tanto em águas ‘doces’ quanto ‘salgadas’, invertem o sentido, antes pejorativo, associado a estas águas em geral.

Assim, à medida em que propagam-se os benefícios salutareos – físicos e psíquicos – das águas, não apenas novos hábitos e práticas sociais passam a fazer parte do cotidiano urbano, como também novas infraestruturas são criadas afim de oferecer suporte às práticas que vinham se estabelecendo ou de promover novas práticas imbuídas de outros valores, como é o caso das Casas de Banhos. Estes espaços, portanto, além de oferecem um local para banhos em um contexto urbano onde poucas casas eram abastecidas com água, representam ainda novas oportunidades econômicas, novos nichos de mercado relacionados à higienidade e ao bem estar. Esse fenômeno, por exemplo, pode ser observado a partir de anúncios de produtos e serviços associados aos banhos de mar nos jornais da Capital capixaba.

Assim, a partir da década de 1890, verificam-se anúncios (Figura 51) de artigos voltados para banhistas, o que pressupõe o aumento da prática do banho de mar ao final do século XIX na Capital. Esse aumento é também verificado mediante o aumento também de notícias vinculadas a essa prática nas praias de Piratininga e da Praia da Costa, ambas em Vila Velha.

Dessa forma, também em Vitória, o banho de mar atrai sobretudo membros das classes privilegiadas em busca de melhores condições de saúde, o que inclui cura de doenças e maior disposição física, tal como era notado entre os pescadores. Exemplo disso consta em *Regras higienicas para banhos de mar* (Figura 52), publicado no jornal *O Horizonte*, de 17 de março de 1883. Tais regras, publicadas em francês, fornecem uma sequência de 6 passos para o banho de mar, sugerindo, dessa forma, uma prática ritualística semelhante a um receituário médico - incluindo dosagem (10 minutos) -, privilegiada às classes mais favorecidas, as quais teriam condições de traduzi-las por conta própria e, assim, usufruir dos benefícios medicinais dos banhos de águas salgadas.

Figura 51 - Anúncios para banhistas, 1894



Para os banhos do mar. — Vestimentas de casta fina, touca de [...] e sapatos de corda. Tudo pois se encontra na CAPITAL



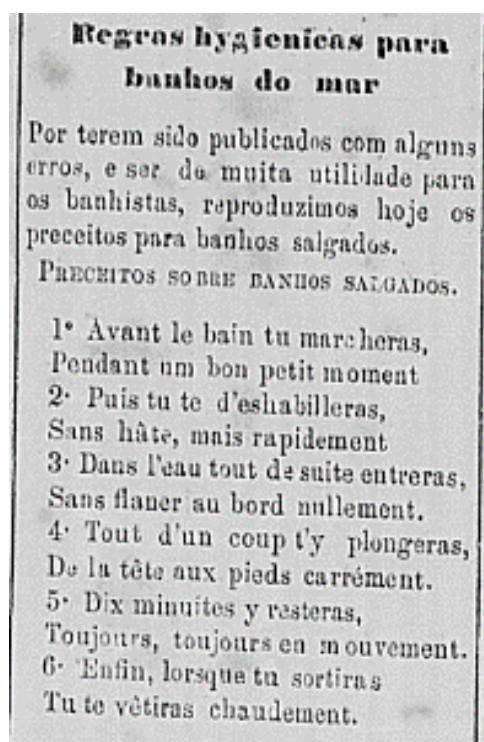
*Salva-Vidas
Para aprender natação e evitar submersão aconselhado para os srs. navegantes e banhistas
Vendem-se no estabelecimento
A CAPITAL*

Fonte: COMMERCIO..., 1894, ed. 00120, p.3

Importa ainda ressaltar, no 6º “preceito sobre banhos salgados” a indicação de utilização de roupas que acalantadoras. Essa indicação, reforça o exposto acerca da prática dos banhos de mar como ensejo para o despertar de novos desejos de consumo e novos produtos atrelados à uma ideia de bem

estar. Dessa forma, também em Vitória, o banho de mar atrai sobretudo membros das classes privilegiadas em busca de melhores condições de saúde, o que inclui cura de doenças e maior disposição física, tal como era notado entre os pescadores.

Figura 52 - “Regras higienicas para banhos de mar”, 1883



Preceitos sobre Banhos Salgados

- 1º Antes do banho você vai andar, por um tempo
- 2º Então você vai se despir, sem pressa, mas rapidamente
- 3º Na água imediatamente vai entrar, sem permanecer junto à borda de forma alguma
- 4º De uma só vez vai afundar totalmente, da cabeça aos pés.
- 5º Dez minutos permanecerá, sempre, sempre em movimento
- 6º Finalmente, quando você vai se **vestir com roupas que te acalantarão.**

(tradução nossa)

Fonte: REGRAS..., 1883, ed. 00030, p.3

Na passagem do século XIX para o século XX, praias localizadas fora do núcleo central então ocupado de Vitória são noticiadas como locais da prática do banho de mar. Estas correspondem às praias de Inhoá, Piratininga (atual Prainha) e da Costa em Vila Velha e à Praia do Suá em Vitória. A inauguração da linha de bonde até a Praia do Suá em 1908, e depois até a Praia Comprida na década de 1930, facilitou o acesso por terra às praias na Capital, difundindo assim, além do banho de mar, outras práticas relacionadas à vilegiatura, como os piqueniques e a ocupação sazonal das regiões das praias nos períodos de férias. Observa-se, à primeira década do século XX, frequentes solicitações pela maior oferta de horários da linha de bondes com vistas a atender os banhistas frequentadores da Praia do Suá. A notícia (Figura 53) publicada em

11 de outubro de 1910 solicita a extensão da linha de bonde até o final da Rua do Comércio, e não apenas até a Praça Santos Dumont como se fazia, de modo a evitar que muitas senhoras percorressem a rua “nos trajes ligeiros que voltam dos banhos”. Esta solicitação, cumpre destacar, revela a continuidade da área central como lócus da vida cotidiana e a Praia do Suá como o primeiro reduto praial onde a prática do banho de mar podia ser desfrutada com fins terapêuticos e como hedonismo social coletivo em Vitória.

Figura 53 - Solicitação de extensão da linha de bonde em 1910

Pedem-nos solicitemos da empresa de bondes *Carris Urbanos* providencias no sentido de fazer os carros que trazem pela manhã os banhistas da praia do Suá trafegar até o fim da rua do Commercio e não até a praça *S. Dumont* como ora se está fazendo.

O motivo allegado para este pedido é o facto de muitas senhoras se vexarem de fazer o percurso pelas ruas nos trajes ligeiros com que voltam dos banhos.

Acreditamos que a empresa attenderá a tão justo reclamo.

Fonte: INFORME E NOTICIAS, Diário da Manhã, 1910, ed. 00272, p.2

Cumpre destacar que, apesar do crescimento da imagem positiva associada ao banho de mar, ao menos desde o início do século XIX, pescadores e artesãos eram constantemente criticados e desqualificados. O Relatório *A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo*, de 1839, em trecho dedicado à necessidade de iluminação da Capital, sugere que a utilização da Baía de Vitória por “pessoas que vivem de arte marítima”, embora fosse frequente, não era bem vista às autoridades, sendo importante a ação

policial no sentido de conter possíveis atos de violência praticados pelos mesmos.

[...], sendo Ella, hum porto de mar, he frequentada por muitas pessoas que vivem de arte marítima, as quaes pela sua rasteira educação pouco escrupulo sentem em decidir qualquer pequena desavença á ponta de faca. (ILUMINACAO..., 1839, p. 16, grifo nosso)

Do mesmo modo, a prática da pesca, embora constituísse uma necessidade para grande parte da população, dada a escassez e os altos preços da carne, era tida como uma atividade não produtiva e, portanto, não lucrativa. A pesca e a cata de caranguejos e mexilhões ocorria sobretudo na Baía de Vitória, com destaque para os relatos que indicavam o Mangal do Campinho, a Cidade de Palha (Vila Rubim) e a antiga Rua da Praia como locais onde se encontravam caranguejos facilmente, muitas vezes, andando, em quantidade, pelas ruas. O Correio da Victoria, em 1849, em secção dedicada às notícias da economia, já fazia menção à necessidade de maior empenho de mão-de-obra na agricultura, em detrimento da extração de madeira e da pesca.

Há um grande inconveniente deste commercio [da madeira], e é o definhamento da lavoura, [...], porque os braços que devião ser empregados na plantação destes gêneros, occupão-se só nas derrubadas, e falquejamento das madeiras. [...]. Tambem os braços, que se occupão na pesca fazem sensível falta á lavoura, e por isso igualmente necessita-se de medidas, que obstem este mal.

Há na província povoações inteiras, que vivem da pesca, residem á borda do mar, e, quando o tempo não permite embarcarem-se nas suas pirogas para irem procurar o diário alimento, são assaltadas pela fome, [...]. Não basta para ser-lhes considerado pescador, que se possua uma choça perto do mar, uma pequena canôa, e certos outros objetos desse mister. A pesca, que faz o commercio, e que pode ser considerada proveitosa, é a feita em alto mar, e não a das enseadas, quando nella se occupão milhares de braços, e quando dela usão só para sua alimentação, abandonando a lavoura, primaria, e mais lucrativa fonte de riquezas publicas. (LAVOURA..., 1849, p. 2, grifo nosso)

Aqueles que pescavam para consumo próprio eram considerados ociosos e vadios, como consta no Relatório do então presidente da província do Espírito Santo, Pedro Leão Veloso, de 1858, publicado no jornal *Correio da Victoria*. Ao retratar com indignação o fato de boa parte da população preferir a cata de mariscos para sobrevivência ao invés do trabalho na agricultura,

sugere que, para tentar combater a “ociosidade”, os “vadios” sejam obrigados ao trabalho forçado e rigidamente fiscalizado em colônias específicas para essa finalidade.

[...] vê-se um grande numero de indivíduos de ambos os sexos, ricos de saúde e typos de robustez, conduzindo cestos e gamellas até as pedras e recifes, em que vão buscar nos mexilhões e nas ostras o sustento diário, que lhe oferece numa natureza ociosa e inactiva, quando não se resolvem a procurar nos pântanos e mangues o caranguejo goiamû etc.

Será por lhe faltar terreno, que tal gente deixa de se applicar a agricultura?

O que lhe falta é o incentivo do trabalho, desde que suas necessidades, se satisfazem de mexilhões, ostras, caranguejos, goiamús, etc.

Para ella o que entendo que se podera fazer, fora consideral-os vadios, e como tal obrigar-os a trabalhar retidos em colonias especiaes, e sob a direcção de severo regimen; por vontade sua essa gente não se applicará a nenhum viver, que se tire de seu – dolcefarniente [prazer de não fazer nada] (COLONISAÇÃO..., 1859, p. 1, grifo nosso)

Ocorre que, se na metade do século XIX a pesca enquanto atividade de subsistência representava uma ameaça à agricultura, no início do século XX a industrialização torna-se condição *sine qua non* para sua aceitação. O Código de Posturas de 1900, no Capítulo IX que trata da pesca, isenta de imposto a indústria da pesca profissional, ao passo que impõe aos demais pescadores, não profissionais¹⁰³, a necessidade de licenciamento e pagamento de imposto junto à municipalidade. Mais uma vez, portanto, coloca-se a pesca como valor de troca em detrimento do valor cultural da atividade como sustento e prática cotidiana.

Não obstante tais imposições e “modalidades”, a prática da pesca participava da produção do espaço urbano de Vitória, quer seja no que tange às relações sociais e suas manifestações imateriais, ou na (re)produção da espacialidade, a partir de um processo contínuo de transformações no espaço social material. A exemplo do primeiro, citam-se as devoções religiosas e suas diversas manifestações espaciais, como as procissões e regatas marítimas, além das festas dedicadas aos santos de devoção. Lima Junior (1994) cita as

¹⁰³ Praticantes da “pesca amadora” ou “artesanal”.

Regatas de Santa Catarina, em decorrência da Festa de Santa Catarina¹⁰⁴, celebrada a 25 de novembro na Igreja do Rosário em Vitória. Segundo o autor, as regatas de Santa Catarina eram disputadas em longas canoas tripuladas por pescadores que faziam seus próprios remos. Após o término das regatas, os vencedores percorriam as ruas da cidade dando vivas a Santa Catarina, virgem e mártir, cuja imagem, de tamanho pequeno, ficava no altar de São Benedito na Igreja do Rosário.

Elton (2012) descreve que no domingo antes do dia da santa, os “peroás”¹⁰⁵ saíam cedo em embarcações enfeitadas das imediações do Penedo – especificamente da Pedra dos Ovos (Figura 54) - sob aplausos, fogos de artifício e ao som de uma banda, rumo ao Rio Marinho, onde ficariam até a noite para buscarem uma madeira para servir de mastro simbólico o qual seria leiloado para custear a Festa de São Benedito realizada nos dias 25, 26 e 27 de dezembro na Igreja do Rosário. O retorno dos remadores, já ao anoitecer, era igualmente comemorado com a participação da população, que se juntava nos cais e beiradas do mar, até a chegada das embarcações no antigo Cais das Pedreiras – ou do Santíssimo - que se localizava próximo ao

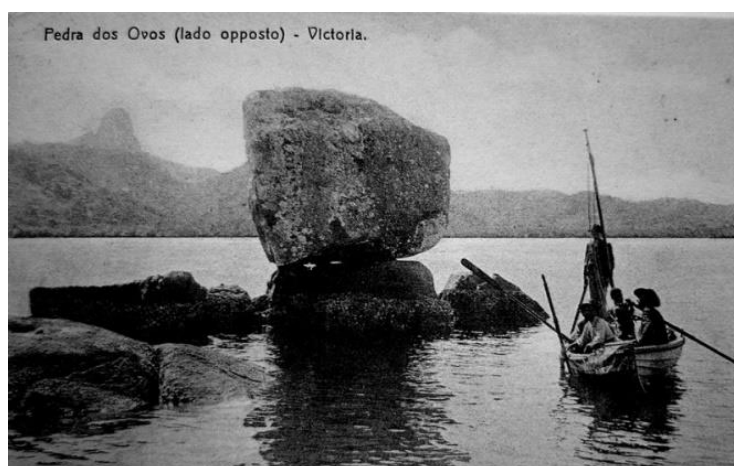
¹⁰⁴ Segundo Elton (2012), Santa Catarina foi martirizada no ano 316 pelo Imperador Maximiliano, em Alexandria, então capital do Egito. O objeto de seu martírio: - uma roda guarnecida de pontas agudas e lâminas afiadas, para que todo o seu corpo fosse esfaqueado, sendo que, pela fé e oração da mártir, essa máquina de suplício arreventou-se, convertendo-se, então, muitos pagãos presentes à cena. Furioso, Maximiliano mandou decapitá-la.

¹⁰⁵ A expressão “peroás” se refere à irmandade com sede na Igreja de N. S. do Rosário e foi criada em virtude de uma rivalidade estabelecida com a irmandade sediada no Convento de S. Francisco, então denominada “caramurus”. Conta Elton (2012) que o desentendimento entre estas irmandades se remonta o dia 23 de setembro do ano de 1833, quando, em razão da Festa de S. Benedito, a imagem do santo negro é retirada do altar do convento de São Francisco e levada, em fuga, pelas ruas da cidade, passando pelo Pelames e pelo largo da Conceição até a Igreja de N. S. do Rosário, onde passou a permanecer desde então. Derenzi (1995, p. 134) acrescenta: “O povo dividiu-se, e do campo religioso passou à política [...]. Os dissidentes apelidaram os conformados de “Caramurus”, nome dado a uma casta de peixes não muito estimada. Em revide receberam, os “protestantes”, o nome de “Peroás”, peixe também de pior cotação nas bancas dos pescadores. [...] Os conservadores apoiaram os Caramurus e os liberais se filiaram aos Peroás. A ladeira do Fogo recebeu o nome de Caramuru, por servir de acesso ao convento de São Francisco. Duas filarmônicas se fundaram, cada uma mantida pela respectiva confraria protetora. Quer a de farda verde, cor do estandarte de São Benedito do São Francisco, quer a de uniforme cor de tabaco do escudo de Nossa Senhora do Rosário, concorreram para difusão do gosto pela música entre as classes humildes da cidade. Anualmente, os catraieiros e pescadores mediam forças em regatas animadíssimas, à sombra dos galhardetes das irmandades rivais! O assunto pertence hoje ao folclore capixaba. As irmandades fundiram-se numa só e já não despertam nem a devoção nem o entusiasmo das festas do passado.”

antigo Forte de São João, há muito inexistente quando dos aterros para a abertura da Avenida Beira Mar.

Dessa forma, indica Elton (2012), a Festa de Santa Catarina, antecedia em 1 mês a Festa de São Benedito e pode ser entendida, para além da expressão devocional à Santa, também como uma preparação para a festa beneditina. Importa indicar que os remadores participantes das regatas de Santa Catarina, como informa o autor, eram todos pescadores - os quais produziam seus próprios remos – representantes dos “caramurus” e dos “peroás”. A vitória era aferida pela própria população, já que não havia a figura de um juiz para exercer tal função, e os remadores vencedores percorriam as ruas da cidade em direção ao adro da Igreja do Rosário, onde levantavam o mastro simbólico, tendo na extremidade a bandeira de São Benedito.

Figura 54 - Pedra dos Ovos (1920), local de saída das Regatas de Santa Catarina, Photographia J. F. Oliver



Fonte: **Acervo do Arquivo Público do Espírito Santo (APEES)**

Elton (2012) indica que as regatas de Santa Catarina se realizaram até 1910, aproximadamente, quando o Clube de Regatas Álvares Cabral e o Saldanha da Gama, ambos fundados em 1902, já vinham disputando essas corridas em baleeiras, despertando cada vez mais a curiosidade e os aplausos dos ilhéus.

A relação entre o mar e seus trabalhadores com a religiosidade é também materializada com a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 1755, após inúmeras solicitações dos pescadores da “Prainha”, para que pudessem “rezar o terço e cantar ladainhas” após cada dia de trabalho. Segundo Elton (2014), a desapropriação da Igreja com vistas à sua demolição, ao final do século XIX, gerou a insatisfação dos religiosos, contudo não evitou a construção do Teatro Melpômene, iniciado em 1896 ao lado da Igreja que veio a ser demolida posteriormente. Importa indicar ainda que, enquanto na Prainha pescadores entravam e saíam do mar e expressavam suas crenças, no local conhecido como “Pelames”, segundo Novaes (2017), confeccionavam-se redes de pesca, e, no Campinho, buscava-se o alimento para a Semana Santa, conforme consta na crônica Pobre vive de teimoso, de Darli Santos, publicada no jornal A Folha do Povo de 21 de março de 1952. A crônica narra o diálogo ressentido de populares que viram, no aterro do Parque Moscoso, findar a possibilidade da cata de caranguejo para produção da torta capixaba.

[...] Veja só você. Nem os carangueijinhos que a gente apanhava de vez em quando não vamos conseguir mais. Esse aterro acabou com tudo. Essa história de progresso é muito boa para os ricos. A observação tinha muito de trágica e de engraçada. E de inteligente. Realmente, era ali que um elevado número de pessoas, durante as trovoadas, a época da Semana Santa, ia buscar o carangueijo para a torta de pobre. Torta já se vê sem os mariscos que só os ricos podem comer. Mas já dava para tapeiar. Agora os carangueijos foram soterrados pelas máquinas modernas, impiedosas, que vão levando tudo de roldão. [...]. (POBRE..., 1952, p.3)

No que tange às *práticas relacionadas ao transporte e deslocamento*, ao menos desde o final do século XIX foram identificadas notícias envolvendo catraieiros¹⁰⁶ e a polícia, com detenções e greves destes trabalhadores. Estes conflitos, ao que constam nas descrições dos textos publicados, se davam em razão da exigência, por parte do Município, pelo pagamento de impostos. A ocorrência de greves denota, ao mesmo tempo, um maior engajamento dos

¹⁰⁶ Catraieiro é o nome dado ao remador de uma catraia, “[...] pequena embarcação de aproximadamente cinco metros de comprimento por 1,5m de boca (largura máxima), com capacidade para em média oito pessoas.”. (COSTA, 2015, p. 58) que prestava serviço de transportar pessoas e mercadorias, sobretudo, entre Vitória e Vila Velha.

mesmos em prol de suas reivindicações, e também a rejeição e o não reconhecimento político e institucional dessa importante atividade sobre as águas, há muito realizada na baía de Vitória. O deslocamento cotidiano, como apontado anteriormente, também se fazia como uma prática entre a população, sendo comum, nas casas que tinham um de seus limites voltados para a baía, a existência de uma ou mais canoas atracadas a um mastro de madeira ou pedra. Registra-se ainda, o Jardim Municipal como ponto de embarque e desembarque de “veranistas de Villa Velha e os romeiros da Senhora da Penha”.

Os carregadores e catraieiros, ainda há pouco perseguidos pela polícia para pagarem os impostos municipaes, porque havia necessidade de encher os cofres para os contractos de obras que ahi estão, como na praça Paula Castro visivelmente mal acabadas [...]. (COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, 1896, 00019, p. 1)

No que tange às *práticas esportivas*, a partir da década de 1880 o Jardim Municipal passa a ser um local disputado para prestigiar as competições de regatas (Figura 55) junto à Baía de Vitória. Observa-se ainda, na Praia do Suá, notícias que anunciam a realização da prática de “turf”¹⁰⁷ ao final da primeira década do século XX. A prática das corridas de cavalos na Praia do Suá, embora não constitua uma prática nas águas, de algum modo contribuiu para atrair o público até esta praia, na medida em que inúmeros anúncios (Figura 58) de sua realização se apresentam com destaque como chamadas entusiasmadas ao público. Cumpre ressaltar, nestes anúncios, o uso do termo “passeio salutar” e “passeio aprasível e salutar” como estratégia de propaganda subliminar que remete ao ambiente praial do Suá.

A natação, por sua vez, à segunda metade do século XIX, um esporte praticado pelos militares da Marinha e, posteriormente, a Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo, através do regulamento de instrução pública de 15 de setembro de 1882, autoriza professores a estabelecerem

¹⁰⁷ Turf é o esporte que promove e incentiva corridas de cavalos. Em sua forma mais difundida, teve origem no Reino Unido e é um dos esportes mais tradicionais. Envolve o treinamento do cavalo, competição e apostas.

internatos para o ensino primário ou secundário mediante a condição, entre outros, de haver exercícios de esgrima, ginástica, e, quando possível, de natação.

Figura 55 - Atletas em treino na baía em 1932 (à esquerda, o Penedo)



Fonte: PMV/ SEDEC

Figura 56 - Mosaico de anúncios da realização do Turf em 1909

Turf do 'Suá'

Previne-se aos srs. proprietarios dos cavallos que vão correr no proximo domingo 21 do corrente que a raia está pronta para o cotejo.

Turf do Suá

Inauguração! Inauguração! Inauguração!

AO MEIO DIA! AO MEIO DIA!

1ª corrida: Diversos pareos organizados pelos srs. juizes, cujas decisões serão irrevogáveis.

BONDS DE 20 EM 20 MINUTOS

Juizes de sahida: Custodio José Luiz e José Pinto de Moraes.

Juizes de chegada: Caetano Azevedo e João Sobrinho.

AO TURF! AO TURF!

Turf no "Suá"

DOMINGO 19 DE DEZEMBRO DE 1909

EXTRAORDINARIA CORRIDA

Abrilantada nos intervallos por excellente banda de musica.

Será corrido o pareo de honra—Dr. Jeronymo Monteiro—com os premios de 50\$000 para o 1º logar e 25\$000 para o 2º.

A' 1 hora da tarde em ponto.

Bondes de 20 em 20 minutos.

Sport agradável—passeio salutar.

AO TURF DO SUA'

BONDS EXTRAORDINARIOS—de 20 em 20 minutos

PASSEIO A PRASIVEL E SALUTAR!

AO TURF. **AO TURF.**

Fonte: (COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, 1909, 00276; 00277)

No que tange ao labor, registram-se o Campinho, o Pelames e o Largo da Conceição como locais que os pescadores utilizavam para executar suas redes, para descanso e realização de suas atividades de pesca. Além disso, no Pelames, muitos relatos atestam a existência de curtumes, além de generosos quintais com hortas e pomares, os quais contribuía para o abastecimento da Cidade.

Já entre as *práticas de socialização*, ócio e recreativas, a partir da década de 1880, o Jardim Municipal foi utilizado pela população capixaba, sobretudo pelas famílias mais ricas, para encontros, eventos sociais e para o entretenimento em geral. Importa destacar que o Jardim Municipal servia também como local de saída de embarcações de transporte marítimo da população (catraias), das procissões marítimas religiosas, e também em dias de *Festas Venesianas*, relatadas como comemorações solenes e civis realizadas por meio de cortejos náuticos noturnos com barcos altamente enfeitados e iluminados e utilização de fogos de artifício.

Este tipo de festa, conforme indicado nos periódicos, era comum no Rio Senna em Paris, em comemoração ao dia 14 de julho na França. O Quadro 21 apresenta uma síntese das práticas identificadas entre as décadas de 1850 e 1930 na Capital. O Jardim Municipal/ Éden Parque continuava a receber solenidades e eventos sociais, sobretudo direcionados às altas classes da sociedade capixaba. A Praça Paula Castro, por sua vez, foi atendida com iluminação, motivada, também, para inibir as “scenas pouco edificantes”, como transcreve o trecho abaixo.

Sabemos que a empresa de luz elétrica vae colocar um foco na praça Paula Castro, na parte que dá para os fundos do governo municipal e muro do collegio de N. S. Auxiliadora. Louvamos a medida visto como ella porá um termi ás scenas pouco edificantes que á noite, com o escuro, ali se reproduzem em detrimento do decoro publico. (DIÁRIO DA MANHÃ, 00071, 1910, p. 3)

Quadro 21 - Quadro síntese de práticas socioespaciais nas águas (décadas de 1850 a 1930)

Tipo	Principais Práticas
comercial	Comércio em geral; negócios; venda de pescado; comércio de hortaliças, couro processado; Serviço de banhos frios e quentes.
de socialização	Consumo álcool; festividades; passeios; brincadeiras infantis; banho de mar; boemia; encontros sociais; descanso; banho de mar à fantasia; solenidades; saraus; apresentações públicas; Festas Marítimas (Festa Veneziana); cortejo fúnebre marítimo.
sanitária	Despejo de dejetos e animais mortos na baía e em valas e córregos no interior da trama urbana (córrego do Reguinho, Pelames e Campinho, sobretudo); limpeza de pescado;
esportiva	Esportes náuticos (polo aquático, remo e natação)
laboral	Captação de água em chafarizes (Fonte Grande, Capichaba, Fonte dos Frades; Cais Grande, Rua do Comércio, Coronel Monjardim; lavagem de roupa em lavanderia pública; lavagem de roupa no Pelames; Curtume no Pelames; confecção de redes de pesca;
religiosa	Procissões marítimas religiosas (São Pedro, São Benedito, Santa Catarina); pagamento de promessas marítimas;
transporte e deslocamento	Embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, 'veranistas', 'banhistas'; catraieiros

Fonte: elaborado pela autora

Assim, o primeiro subperíodo (década de 1850 à década de 1930) é marcado pelas primeiras grandes mudanças físicas nos espaços das águas, as quais acarretam o apagamento dos 'braços de mar' e das áreas semialagadas do tecido urbano, em função da finalização dos aterros sobre estas áreas entre o final do século XIX e começo do século XX. Os primeiros aterros assumiram, conforme indica Klug (2009, p. 22), em nome da 'salubridade e da acessibilidade', justificativas variadas, sobretudo relacionadas à insalubridade, a dificuldade de acesso a algumas áreas da Cidade e a falta de terra para expansão urbana.

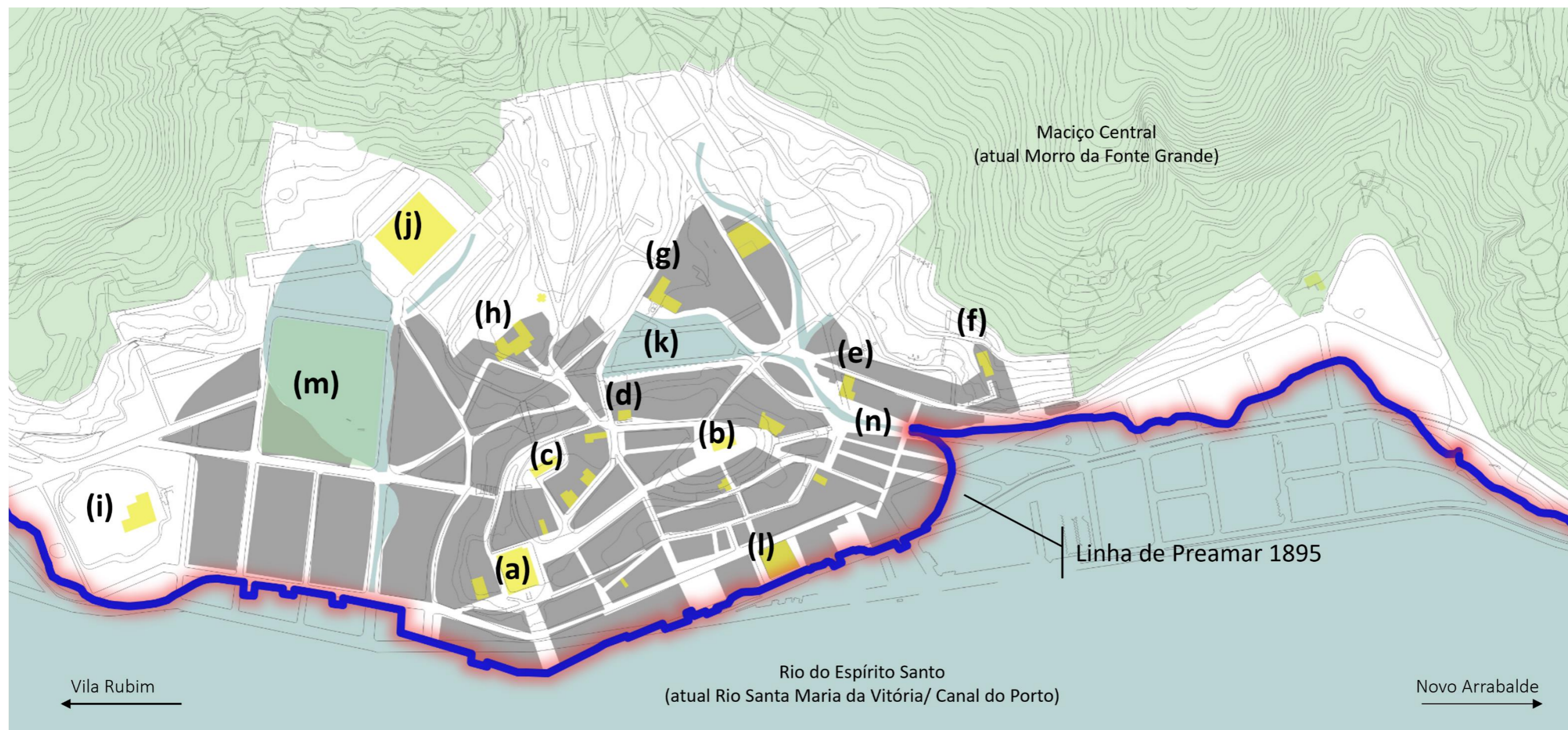
As intervenções físicas sobre os espaços das águas que ocorrem na Cidade de Vitória neste período compreendem, sobretudo, os aterros sobre as águas, realizados na região da Lapa do Mangal (manguezal posteriormente conhecido como Campinho) - situado junto ao sopé do Maciço Central - entre 1812 e 1830, e no Largo da Conceição (também conhecida como Reguinho) entre 1819 e 1860, segundo Derenzi (1995) *apud* Klug (2009) e a conclusão do aterro do Porto no governo de Florentino Avidos na década de 1920.

Nos primeiros anos do século XX, a região conhecida como Pelames passou a ser denominada Praça Paula Castro em função, não só do aterramento e canalização do curso d'água que por ali passava em direção à Prainha, mas sobretudo, do processo de embelezamento do espaço com ajardinamento e construção de passeios. Relatos indicam o plantio de eucalipto e de palmeiras imperiais na nova praça e o desejo de se fazer ali, um passeio público à luz do existente no Rio de Janeiro. A Praça Paula Castro é também citada como local de rota de blocos carnavalescos, de procissões e como reduto de boêmios.

À década de 1930 o prestígio do banho de mar entre a elite capixaba na região do Novo Arrabalde - sobretudo na Praia Comprida - é recorrentemente noticiado em colunas sociais de jornais e revistas, com ênfase aos trajes de banho e aos modos de comportamento prezados nas praias. Do mesmo modo, a realização de piqueniques (convescotes) é recorrente nas praias, mas principalmente nas Ilhas do Boi e na Ilha do Frade. Importa destacar que estes piqueniques eram frequentemente realizados por grupos sociais organizados, tais como clubes e associações, e também pelo poder público, em razão a alguma solenidade comemorativa a qual reunia um público estritamente selecionado.

Este novo sentido empregado à prática do banho de mar, assim como a criação de novas práticas como o piquenique que marcam a década de 1930, compreendem, desse modo, um marco de transição dos valores simbólicos atribuídos aos espaços das águas em Vitória. A década seguinte, como veremos a seguir, os novos valores que vinculam as práticas nas águas a ideais estéticos e sócio-econômicos se consolidam e ganham maiores contornos. Nesse sentido, este espaço associa-se às práticas recreativas e religiosas. Os espaços das águas na região central de Vitória entre 1895 e 1933 encontram-se representados nas Figuras 57, 58 e 59. Já as práticas sócio-espaciais e os espaços das águas na área central identificados no período entre as décadas de 1850 e 1930 encontram-se representadas na Figura 60.

Figura 57 - Espaços das águas em 1895

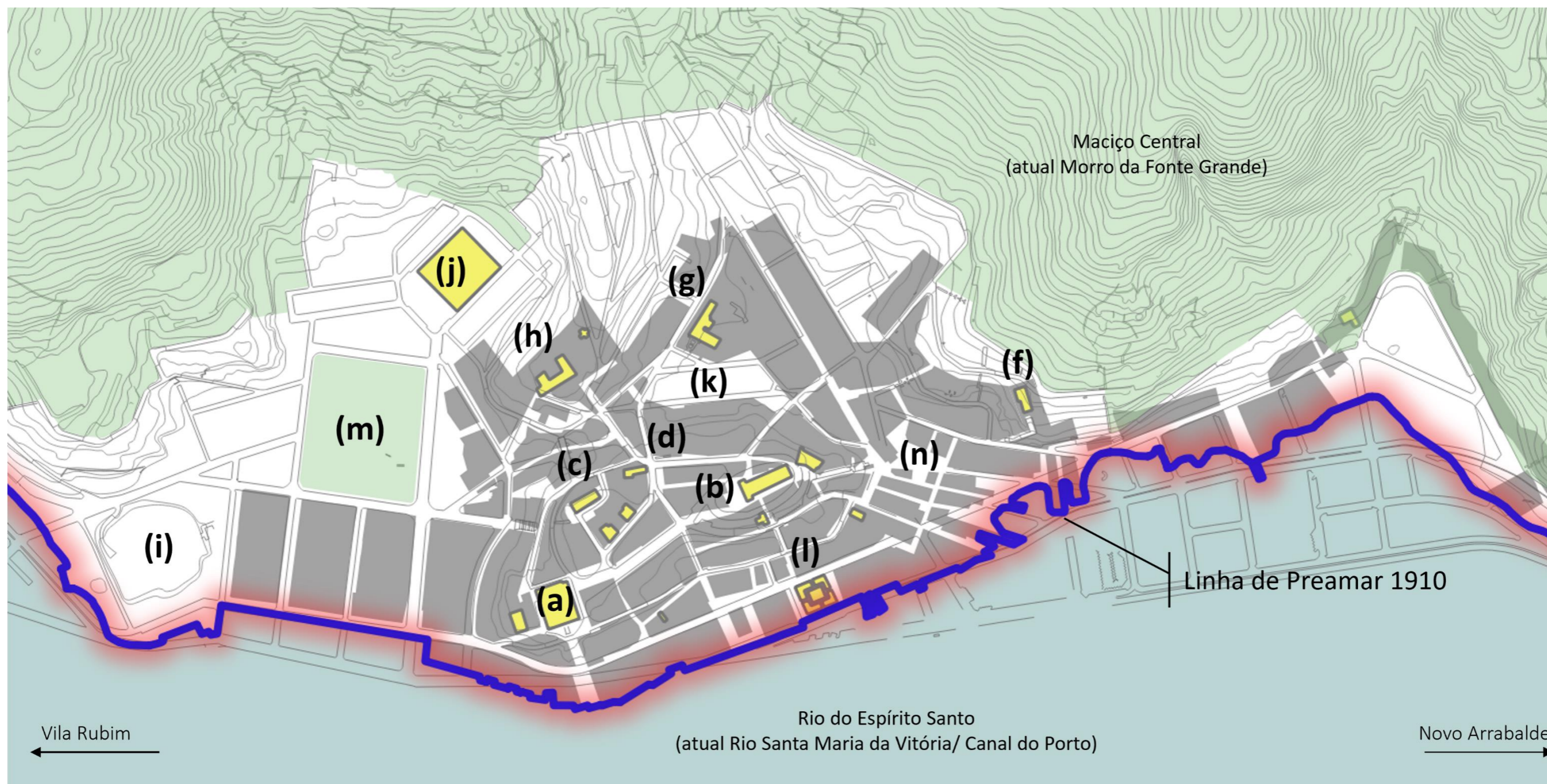


Legenda

- | | | | |
|-----|---|-----|---|
| (a) | Igreja e Colégio de São Tiago (atual Palácio de Governo) | (h) | Convento de São Francisco |
| (b) | Igreja Matriz (no local da atual Catedral Metropolitana) | (i) | Santa Casa de Misericórdia |
| (c) | Igreja da Misericórdia (no local do atual Palácio Sônia Cabral) | (j) | Quartel da Polícia |
| (d) | Capela Santa Luzia | (k) | "Pelames" |
| (e) | Igreja de Nossa Senhora da Conceição (demolida) | (l) | Mercado Municipal (demolido) |
| (f) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | (m) | "Campinho" (atual região do Parque Moscoso) |
| (g) | Igreja e Colégio do Carmo | (n) | "Reguinho", "Prainha" ou Largo da Conceição (atual região da Praça Costa Pereira) |

Fonte: elaborado pela autora

Figura 58 - Espaços das águas em 1910

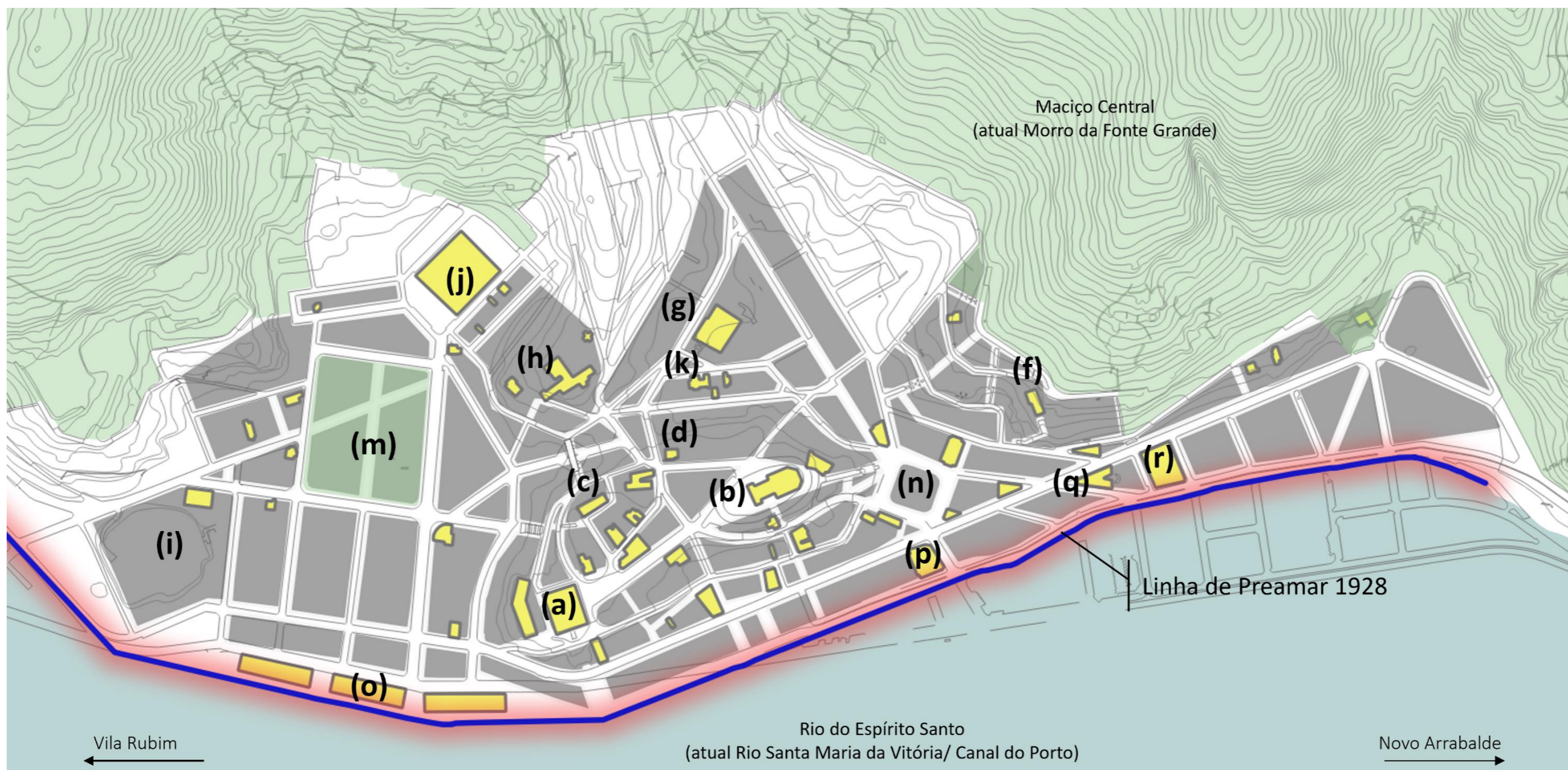


Legenda

- | | | | |
|-----|---|-----|---|
| (a) | Igreja e Colégio de São Tiago (atual Palácio de Governo) | (h) | Convento de São Francisco |
| (b) | Igreja Matriz (no local da atual Catedral Metropolitana) | (i) | Santa Casa de Misericórdia |
| (c) | Igreja da Misericórdia (no local do atual Palácio Sônia Cabral) | (j) | Quartel da Polícia |
| (d) | Capela Santa Luzia | (k) | "Pelames" |
| (f) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | (l) | Mercado Municipal (demolido) |
| (g) | Igreja e Colégio do Carmo | (m) | "Campinho" (atual região do Parque Moscoso) |
| | | (n) | "Reguinho", "Prainha" ou Largo da Conceição (atual região da Praça Costa Pereira) |

Fonte: elaborado pela autora

Figura 59 - Espaços das águas em 1928

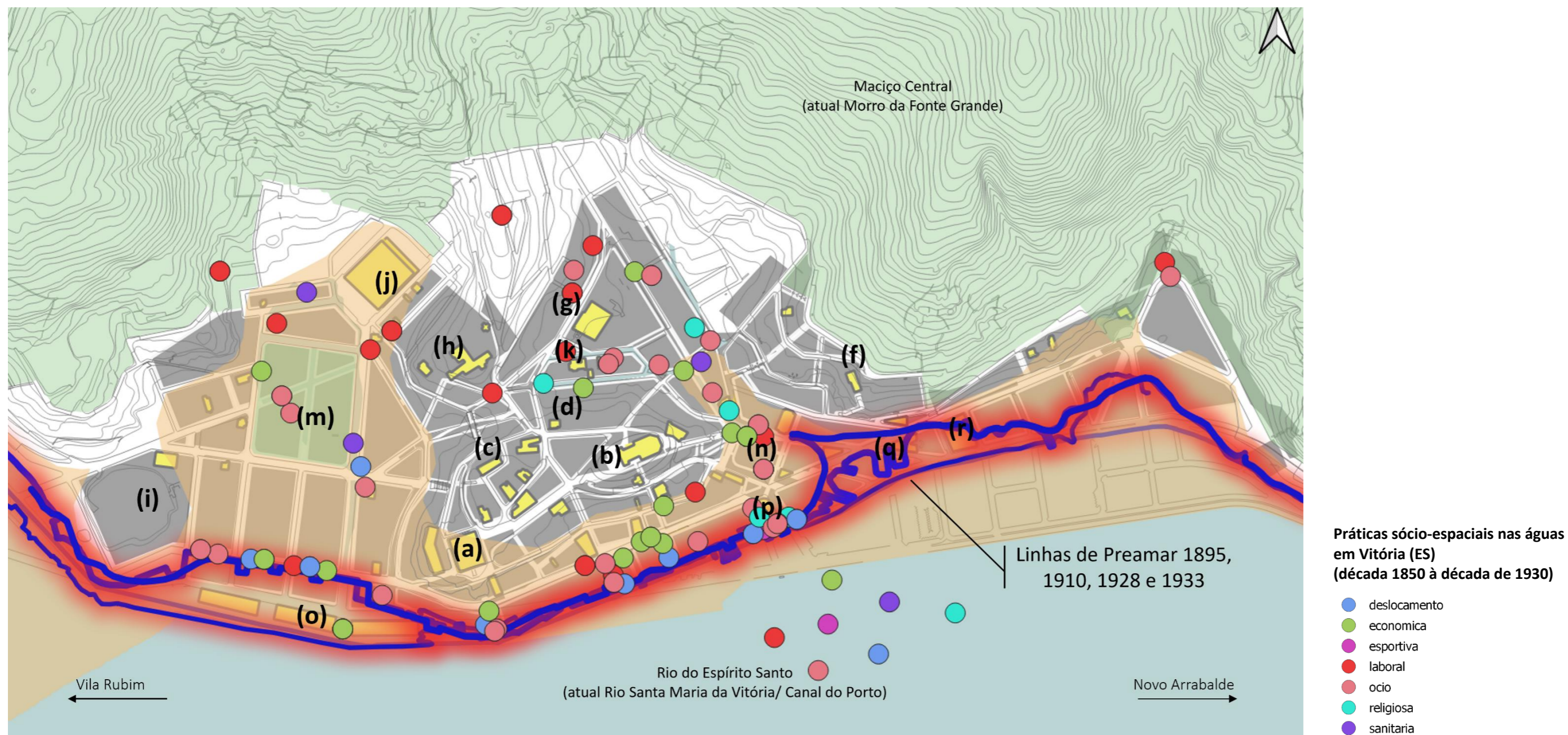


Legenda

- | | | | |
|-----|---|-----|---|
| (a) | Igreja e Colégio de São Tiago (atual Palácio de Governo) | (j) | Quartel da Polícia |
| (b) | Igreja Matriz (no local da atual Catedral Metropolitana) | (k) | “Pelames” |
| (c) | Igreja da Misericórdia (no local do atual Palácio Sônia Cabral) | (m) | “Campinho” (atual região do Parque Moscoso) |
| (d) | Capela Santa Luzia | (n) | “Reguinho”, “Prainha” ou Largo da Conceição (atual região da Praça Costa Pereira) |
| (f) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | (o) | Galpões Porto |
| (g) | Igreja e Colégio do Carmo | (p) | Teatro Glória |
| (h) | Convento de São Francisco | (q) | Fafi |
| (i) | Santa Casa de Misericórdia | (r) | Mercado da Capixaba |

Fonte: elaborado pela autora

Figura 60 - Espaços das águas em 1895, 1910, 1928 e 1933



Legenda

- (a) Igreja e Colégio de São Tiago (atual Palácio de Governo)
- (b) Igreja Matriz (no local da atual Catedral Metropolitana)
- (c) Igreja da Misericórdia (no local do atual Palácio Sônia Cabral)
- (d) Capela Santa Luzia
- (f) Igreja de Nossa Senhora do Rosário
- (g) Igreja e Colégio do Carmo
- (h) Convento de São Francisco
- (i) Santa Casa de Misericórdia

- (j) Quartel da Polícia
- (k) "Pelames"
- (m) "Campinho" (atual região do Parque Moscoso)
- (n) "Reguinho", "Prainha" ou Largo da Conceição (atual região da Praça Costa Pereira)
- (o) Galpões Porto
- (p) Teatro Glória
- (q) Fafi
- (r) Mercado da Capixaba

Fonte: elaborado pela autora

As práticas relacionadas às águas entre as décadas de 1850 e 1930 em Vitória atrelam-se, portanto, a um cotidiano urbano pautado pelo hibridismo dinâmico de suas práticas, já que alternam, em uma mesma atividade, múltiplas dimensões. Assim, as águas articulam, neste período, atividades de modo integrado – o que não quer dizer, necessariamente, pacífico ou harmonioso -, como é o caso da pesca. Na região conhecida como Prainha, ou Largo da Conceição, pescadores atracavam suas canoas e pequenos barcos e de lá partiam em busca do pescado. Neste mesmo local, executavam suas redes e comercializam o obtido em mar. Na saída ou no retorno de suas atividades, rezavam, agradeciam e pediam bênçãos na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Também se associava esta região como um local comum para encontros de negócios, para brincadeiras infantis e para o descanso de animais que serviam para o transporte e deslocamento de pessoas e mercadorias no interior do tecido urbano. E ainda, em aparente oposição a estas atividades, o despejo de dejetos é tido como uma prática também comum a este local. Desse modo, observa-se a ausência de espaços monofuncionais na Cidade, uma vez que as águas assumiam papéis variados em um mesmo contexto de atividades citadinas.

Não obstante o papel das intervenções físicas sobre as águas na busca pelo asseio urbano, não se pode negligenciar o significado destas intervenções sobre as práticas e a imageabilidade das águas no imaginário social. Os aterros acabam por ‘apagar’ por completo as áreas alagadiças, o desenho sinuoso das águas e os cursos d’água visíveis no interior do tecido e por conferir um novo desenho de borda, mais retificado e distante, uma vez que a nova borda avança sobre as águas aumentando a área da cidade e reduzindo a largura do Canal do Porto. A planicidade conferida pelos aterros possibilitou quadras com geometria mais regulares, sobretudo nas áreas recém aterradas à beira mar. Tem-se também na administração de Avidos a construção da ponte Ponte Florentino Avidos ou “Cinco Pontes” a sul da Ilha. Assim, a área central perdeu a sua capilaridade hídrica e foi imposta uma borda d’água **moderna** à Cidade, criando dessa forma, a artificialização da costa.

Paradoxalmente ao apagamento e à artificialização dos espaços das águas na área central, outras águas e espaços se consolidaram no imaginário social neste período, em direção primeiramente, à Praia do Suá e depois à Praia Comprida. O desejo pitoresco pelas praias, ilhas e pela paisagem não construída somam-se à propagação do banho de mar como terapia medicinal e psicológica, constatados pelos inúmeros registros da realização de convescotes (piqueniques), festas de carnaval, passeios à beira mar e rituais de banhos de mar publicados com 'receituário' médico.

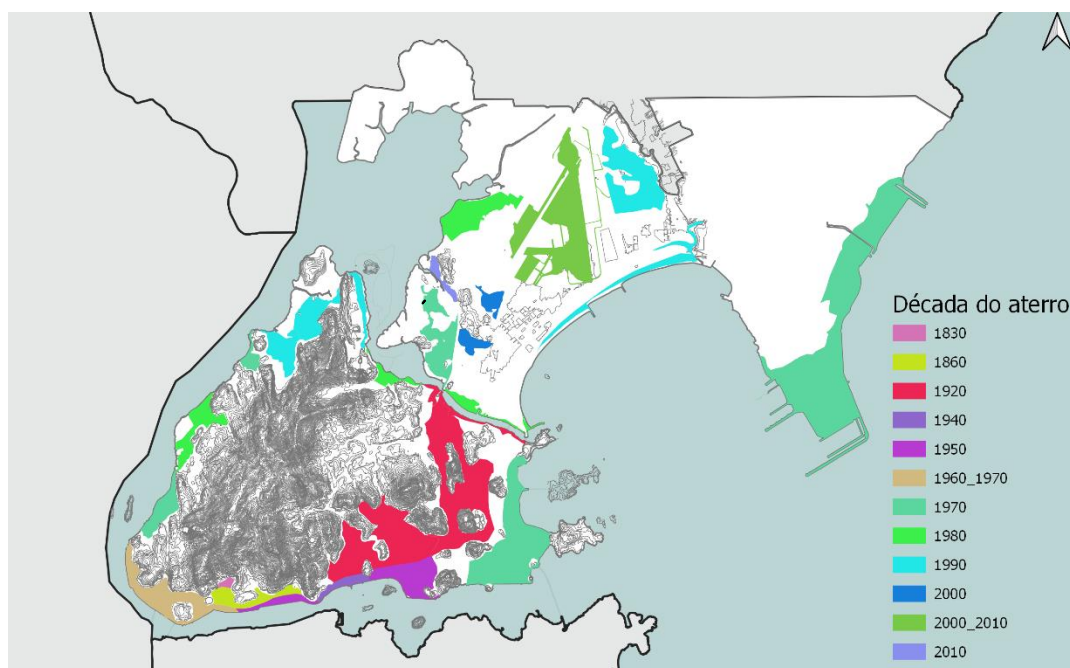
4.2.2 *Subperíodo II: décadas de 1940 e 1950*

O segundo período compreende as décadas de 1940 e 1950 e é marcado por sucessivos aterros (Figura 61) para dar lugar ao projeto de expansão da Cidade rumo às praias, pela mudança simbólica no imaginário social acerca das águas e pela criação de novas espacialidades das águas. Resulta este cenário, da consolidação do discurso higienista como subproduto do racionalismo cientificista moderno e da chegada dos signos europeus do *hedonismo* e, de alguma forma, da *vilegiatura marítima* como novas formas simbólicas atribuídas às águas. Assim, observa-se na área Central, a redução significativa das práticas até então recorrentes nos periódicos, e, em contrapartida, o aumento expressivo das menções às 'praias de banho' em Vitória e para além dela.

O aterro da Esplanada Capixaba - realizado na administração de Jones dos Santos Neves (1951-1955) - criou uma nova área comercial na região central a partir do edifício comercial vertical. Já o aterro de Bento Ferreira na década de 1960 abrigou importantes instituições e sedes ligadas à administração política da Cidade. Ambos os aterros modificaram severamente os contornos naturais da orla – ao inserirem, no lugar da sinuosidade, a avenida retilínea – afirmando-a como eixo de circulação e contemplação na

medida em que restringia o contato direto com as águas com a introdução do guarda corpo à beira-mar¹⁰⁸.

Figura 61 - Aterros por década em Vitória/ES



Fonte: Coelho (2017), adaptado pela autora

Nas décadas de 1940 e 1950, são poucos os relatos acerca de práticas relacionadas às águas na área central, as quais compreendem, as atividades de travessias dos catraieiros, e também a participação destes em romarias nas comemorações à Nossa Senhora da Penha. Nota-se a diminuição significativa de registros acerca de eventos sociais no Jardim Municipal e de relatos envolvendo os chafarizes da Cidade. Registram-se alguns eventos sociais na Praça Costa Pereira, construída na região do antigo Reguinho, também denominada Prainha (Largo da Conceição), contudo, estes eventos não apresentam qualquer relação física ou visual com as águas da Capital.

Por outro lado, são fartas as notícias acerca da Praia Comprida e da Praia da Costa, não apenas em função da prática do banho de mar em si, mas,

¹⁰⁸ A avenida Beira-Mar (Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes), que se estende desde a área central até Bento Ferreira, caracteriza-se pela presença de guarda-corpo, o que, de algum modo, restringe o acesso direto às águas.

sobretudo, no que diz respeito à elitização destes espaços praias, com a valorização de uma 'moda' praia, concursos de beleza e frequentes fotografias com o intuito de prestigiar grupos e famílias da 'alta' sociedade capixaba. A prática de realização de piqueniques acompanha essa dinâmica de valoração sócio-econômica, sendo registrada, além da Praia Comprida, a Praia da Costa em Vila Velha e também na Praia de Manguinhos, na Serra.

Neste período, as Praias Comprida e da Costa, se consolidam como lócus legitimador dos novos sentidos, estético e sócio-econômico, atribuídos ao banho de mar e a determinadas práticas nas águas, tais como os piqueniques e determinados eventos sociais promovidos para a elite. Estas praias, portanto, passam a atrair maior fluxo de banhistas, sobretudo das classes privilegiadas, ao passo que a Praia do Suá, reduto de pescadores, teve sua imagem associada às classes de baixa renda, perdendo, dessa forma, o prestígio que alcançara no início do século. Nesse sentido, as praias de maior prestígio junto à elite capixaba se consolidaram como espaços de expressão da distinção entre as classes, sobretudo por meio dos trajes de banho e dos modos de comportamentos.

Contribuem também para a redução de práticas das águas na área central de Vitória, o início das obras do porto, mediante aterros e a construção dos três primeiros galpões comerciais. No entanto, o ideal almejado de modernidade - ao menos até meados do século XX - não é acompanhado no mesmo ritmo, da sua materialização no que tangem às infraestruturas urbanísticas esperadas após ao aterramento – tais como calçamento e iluminação - nos espaços praias da Capital. Exemplo disso pode ser observado na Figura 62, a qual se contrapõem duas matérias noticiadas acerca da Praia Comprida, em 1929 e em 1953.

Figura 62 - A Praia Comprida noticiada em dois momentos contrastantes: em 1929, na Revista Vida Capichaba, e em 1953 no jornal Folha do Povo



À cima se lê, na legenda: *O clichê é de Maruípe, porém adapta-se perfeitamente para se ter uma ideia do que é a parte final das ruas Saturnino Brito e Afonso Cláudio, onde a poeira é insuportável. Aliás, na Praia Comprida ou Praia do Canto, as únicas ruas que não possuem poeira são as beira praia. As demais se encontram em situação bastante deficiente, sem iluminação, calçamento, buracos, lixo e capim.*

À esquerda se lê, na legenda: *Tres sorrisos amáveis ante a delícia de um esplêndido banho de mar.*

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Contrasta, portanto, com o conjunto de reclamações identificadas, sobretudo entre 1930 e 1950 nos periódicos, a Portaria n. 61 de 14 de dezembro de 1934, a qual “Dá instruções sobre o banho de mar nas praias desta Capital e de Vila Velha”. Neste ato, as ‘praias de banho’ foram divididas em oito zonas (Figura 63), sendo indicado, para cada zona, o tipo de traje de banho permitido, além de indicar outras restrições relacionadas às praias.

2º - Nos postos ou zonas compreendidos entre os marcos números 1 e 2, 3 e 4, 6 e 8, - Praia de Santa Helena, Praia Comprida e Praia do Canto, respectivamente o traje para banho constará obrigatoriamente de “maillot” ou camiseta e calção.

3º - Nos postos ou zonas compreendidos entre os marcos 2 e 3, 5 e 6 (Praia de Santa Helena e Praia Comprida) será permitido as pessoas que desejarem tomar o seu banho de sol, apenas o uso do calção.

4º - Os banhistas que se dirigirem para as praias de banho deverão trazer os seus roupões inteiramente fechados.

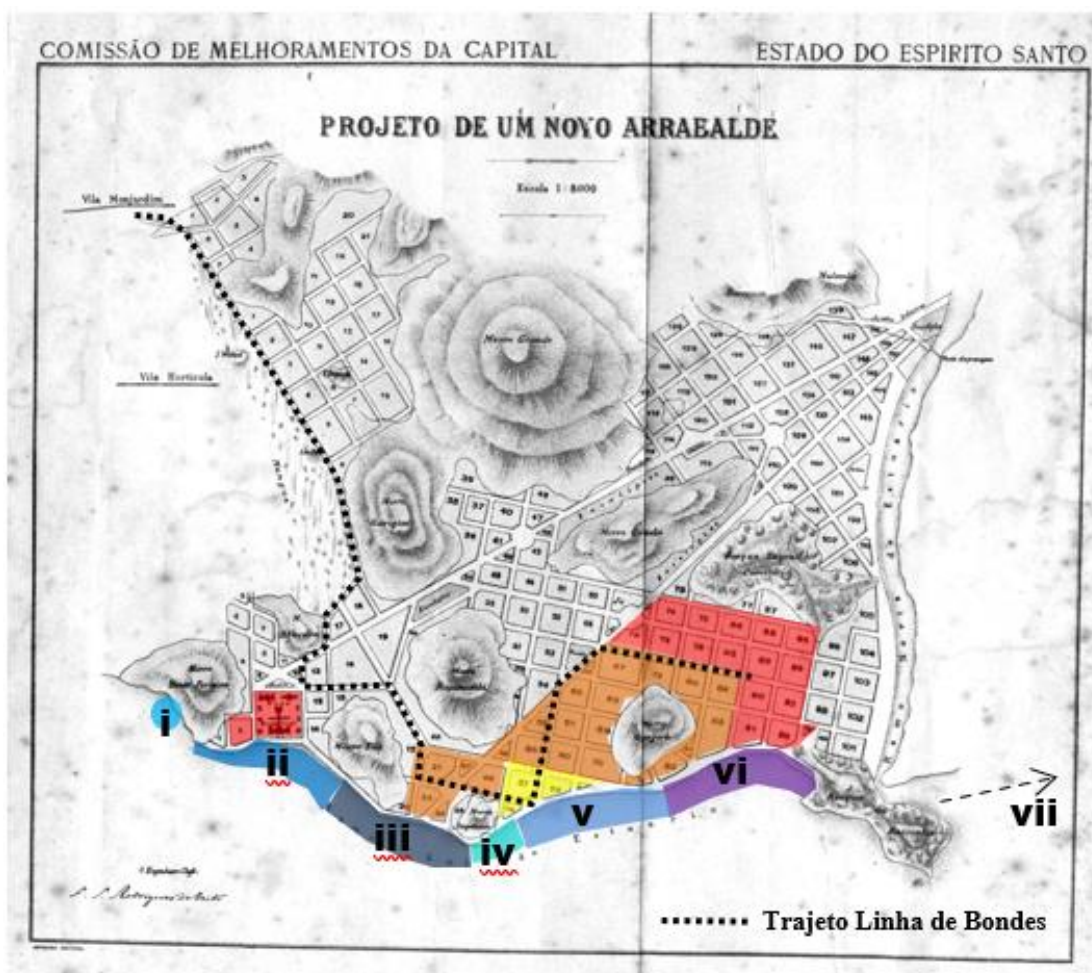
5º - Nenhum “chauffer” profissional ou não, poderá conduzir os seus veículos sem estar decentemente vestido [...]

6º - Nenhum banhista deverá se afastar das praias a distancia maior de cinquenta (50) metros, para não atingir a linha de aproximação das embarcações estabelecidas pela Capitania dos Portos.

7º - As pessoas que frequentarem as praias de banho mencionadas, não deverão conduzir cães ou quaisquer outros animais para esses logares.

8º - É expressamente proibido 'foot-ball' nas praias de banho.
(CHEFATURA..., 1934, ed. 02876, p. 2, grifo nosso)

Figura 63 - Praias do 'Novo Arrabalde' Vitória/ES



Divisão conjectural das praias:

- | | |
|--------------------------------|--|
| i – ‘Praia dos Homens’* | v – Praia Comprida** |
| ii – Praia do Suá | vi – Praia do Canto |
| iii – Praia de Santa Helena ** | vii – Praia de Camburi
(Maruyphe/ Piranhém) |
| iv – Praia do Barracão** | |

Etapas de ocupação*
até década de 1940:**

- | | |
|---------------------------------------|-------------|
| ■ | 1910 a 1920 |
| ■ | 1920 a 1930 |
| ■ | 1930 a 1940 |

* A ‘Praia dos Homens’ foi identificada e localizada na planta do Plano de Urbanização de Vitória de 1946 elaborado pela ETUR (Empresa de Topografia Urbanismo e Construções Ltda) para a PMV;

** Conforme Pimentel (2006), o termo ‘Praia Comprida’ também aparece nos endereços dos projetos aprovados constantes nos livros de registros de aprovações da PMV, compreendendo não só a Praia Comprida em si, mas também a Praia do Barracão e a Praia de Santa Helena.

***Elaborado por Pimentel (2006) a partir das datas de aprovação dos projetos na PMV.

À década de 1950, enquanto inúmeras notícias fazem referência ao desprestígio da Praia do Suá, a prática do banho de mar se estende a outras praias da Capital como Camburi, antes denominada *Piranhem* ou *Maruyphe*. À medida que os aterros e a urbanização de novas áreas se concretizam, uma parte da população capixaba, sobretudo das classes mais abastadas, sente-se atraída em fixar residência em terrenos próximos ao mar, estímulo este também associado à consolidação do banho de mar como prática de sociabilidade vinculada ao status econômico.

Dessa forma, entre 1850 e 1950, notou-se a chegada do discurso higienista em meados do século XIX, acompanhado de medidas regulamentadoras de posturas urbanas - como o despejo de lixo à baía -, e de intervenções físicas sobre as águas na Cidade, sobretudo sob a forma de aterros. Às últimas décadas do século XIX, o banho de mar ganha notoriedade nos periódicos, e alcança prestígio social nas praias situadas fora do núcleo central então ocupado. A execução das obras do Novo Arrabalde consolida o novo vetor de expansão rumo às praias a leste da Capital. Nesta dinâmica, tanto a prática do banho de mar, quanto o local de sua realização passam a expressar a distinção de classes, sendo, Praia do Suá e Praia Comprida representantes das classes menos favorecidas e das mais abastadas, respectivamente.

Importa indicar que, conforme aponta Campos Júnior (2005, p.17), não obstante o destaque¹⁰⁹ dado às obras urbanas na Capital nas três primeiras décadas do século XX, estas ações não significaram, efetivamente, “[...] uma urbanização expressiva em Vitória na época, nem que aqui existissem grandes construções.”. Para o autor, isso só viria a ocorrer na década de 1950¹¹⁰, graças ao crescimento econômico advindo do café nas duas décadas

¹⁰⁹ Destaque este dado por diversos autores, entre eles, Monteiro (2008) e Klug (2009).

¹¹⁰ Segundo Campos Júnior (2005, p. 18) “Só depois da construção da ponte em Colatina, concluída em 1928, é que a zona pioneira do norte do rio Doce começou a ser ocupada e a apresentar posteriormente resultados para a economia estadual, vindo a causar significativo impacto sobre a capital do Espírito Santo na década de 1950. Antes disso, Vitória era uma cidade modesta, contando com pequena quantidade de obras.”

anteriores. Desse modo, Vitória teve sua centralidade aumentada, o que possibilitou a geração de riqueza capaz de provocar efetivamente mudanças urbanas mais significativas. Estas mudanças foram pautadas no edifício como produto imobiliário, o qual passou a representar um novo vetor econômico. Anteriormente ancorado na 'construção por encomenda'¹¹¹, a produção das edificações em Vitória passou a contar com a construção para venda¹¹², dando origem ao mercado imobiliário na Capital.

Sabe-se que a construção para o mercado compreende outra lógica de acumulação do capital a qual potencializa, em número de pavimentos do edifício, o lucro em função da área do lote. A partir desta nova tipologia – o edifício mercadológico vertical – pressupõe-se novas formas de apropriação do espaço urbano e de suas águas. No âmbito deste trabalho, o limite temporal da pesquisa (1850-1950) estabelece a década de 1950 como a passagem para uma nova fase da modernização. Dessa forma, até meados do século XX, a produção do espaço urbano em Vitória, no que tange às águas, apresenta significativas mudanças nos espaços das águas, sobretudo a partir dos aterros na áreas antes denominadas como Reguinho e do Campinho, além do aterro sobre as áreas úmidas para implementação do Projeto do Novo Arrabalde e da Esplanada Capixaba. Se por um lado estes aterros possibilitaram a expansão da Cidade, por outro lado com esta expansão práticas sócio-espaciais desaparecem e novas práticas surgem e outras alteram o seu sentido simbólico.

Assim, a prática do banho de mar como alegoria social pertence a um imaginário social construído, não a partir de símbolos, como exposto por Chevalier (2001), mas a partir de signos que não ultrapassam o campo das

¹¹¹ Expressão utilizada por Campos Júnior (2005) para se dirigir ao modo de construção vigente em Vitória sobretudo até a década de 1930. Neste modo de construção, as famílias recorriam a construtores para execução de casas para moradia própria ou de familiares.

¹¹² A construção para venda demandava outra forma de conceber o projeto. Dessa maneira, "Por questões de ordem legal, de responsabilidade técnica, essa atribuição já não podia ser assumida pelo construtor licenciado, que só tinha competência para assinar plantas de prédios de até três pavimentos. A partir desse patamar somente o engenheiro poderia assinar a planta." (CAMPOS JÚNIOR, 2005, p.40)

representações, alimentados com o vislumbre pelo hedonismo e pelo higienismo, cuja vilegiatura marítima apresentou-se como uma alternativa para as classes abastadas e impulsionou a busca pela 'estadia' à beira mar, à luz do exposto por Corbin (1989). Nesse sentido, acredita-se que a prática do banho de mar como ideia de modernidade, não só acompanha como também ajuda a impulsionar o processo de ocupação de novas áreas de expansão em Vitória, dado o aumento significativo do prestígio social atribuído a essa prática na primeira metade do século XX.

Quanto às *práticas recreativas e sociais*, destaca-se a ausência de registros de práticas desta natureza relacionadas às águas na área Central. As notícias, quando muito, indicam a organização, por parte de moradores e grupos da sociedade civil organizada, de passeios e eventos a serem realizados na região das praias, sobretudo a prática de piquenique (convescote), ao que tudo indica, assume uma posição privilegiada junto à sociedade da época, uma vez que embora fossem eventos públicos, estavam associados a hábitos da elite.

Assim, os piqueniques, realizados sobretudo na Praia do Suá e na Ilha do Boi, compreendiam eventos previamente organizados de forma sistemática quanto aos horários de saída e chegada, as provisões alimentares e as atividades recreativas que deveriam preencher o dia do evento. Os habitantes da Capital, que em sua maioria ainda eram moradores da área central, planejavam e organizavam, não apenas piqueniques, mas também competições esportivas e concursos de beleza e moda, além de blocos de carnaval, nos quais o banho de mar à fantasia já era relatado como tradição anual.

O surgimento da Praia do Suá enquanto local de banho de mar desde o final do século XIX foi impulsionado, no começo do século XX, em razão da extensão da linha de bondes até essa região à primeira década do século XX. Ao que indicam as fontes, além do banho de mar, a Praia do Suá também foi utilizada para prática esportiva, a exemplo do turf, o qual contava com o

incremento de horários de bondes para participação e apreciação do que chegava a ser considerado um evento social. Outra prática recreativa diz respeito à realização de piqueniques também na Praia do Suá e na Ilha do Boi. Este novo hábito, pela recorrência com que aparecem, indica ter se consolidado desde a década de 1930, e era promovido por famílias nobres, clubes ou por grupos como uma atividade especial, para a qual era preciso planejar as refeições e as atividades ao longo do dia, já que normalmente levava o dia todo. O Quadro 22 traz as práticas na área central e o Quadro 23 na Região das Praias, ambos entre as décadas de 1940 e 1950.

Quadro 22 - Quadro síntese de práticas socioespaciais nas águas (décadas de 1940 e 1950) – Área Central

Tipo	Principais Práticas
comercial	Comércio em geral; negócios
de socialização	Contemplação da paisagem; pesca como <i>hobby</i>
sanitária	Lavanderia pública na Fonte Grande
esportiva	Esportes náuticos (remo)
laboral	Captação de água em chafarizes (Fontes); pesca para obtenção de alimento
religiosa	Procissões marítimas religiosas (São Pedro, N. S. Penha);
transporte e deslocamento	Embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, ‘veranistas’, ‘banhistas’; Catraieiros; Cais do Hidroavião (1939)

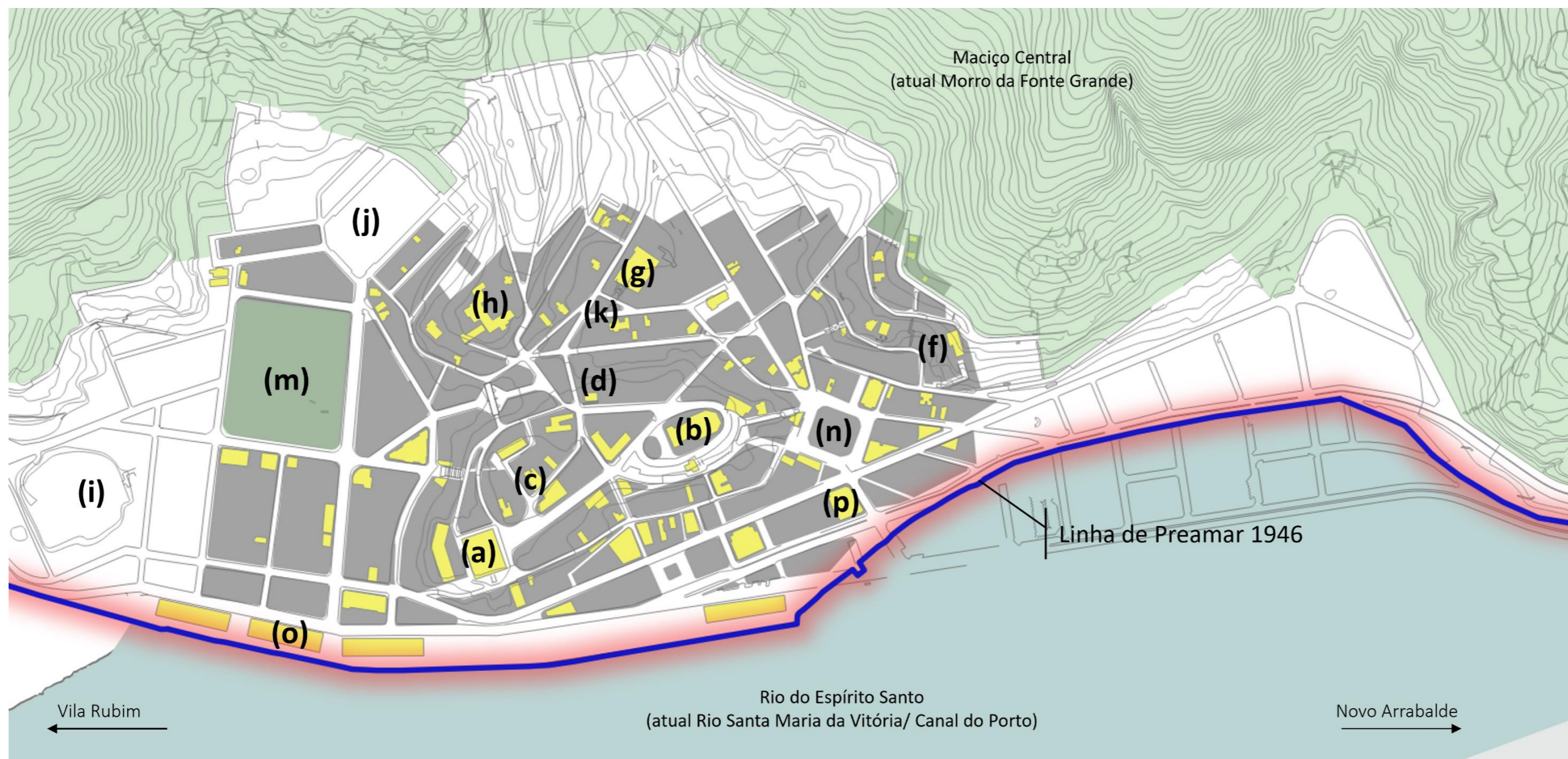
Fonte: elaborado pela autora

Quadro 23 - Quadro síntese Práticas socioespaciais nas águas (décadas de 1940 e 1950) – Região Praias

Tipo	Práticas
comercial	Comércio em geral;
de socialização	Piquenique; banho de mar; banho de mar à fantasia; concurso de beleza; eventos sociais.
sanitária	Sujeira nas ruas
esportiva	Campeonatos de esportes; natação; turf
laboral	Pesca; Confeção de redes de pesca;
religiosa	Procissões marítimas religiosas (São Pedro, N. S. Penha);
Transporte e deslocamento	Embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, ‘veranistas’, ‘banhistas’

Fonte: elaborado pela autora

Figura 64 - Espaços das águas em 1946

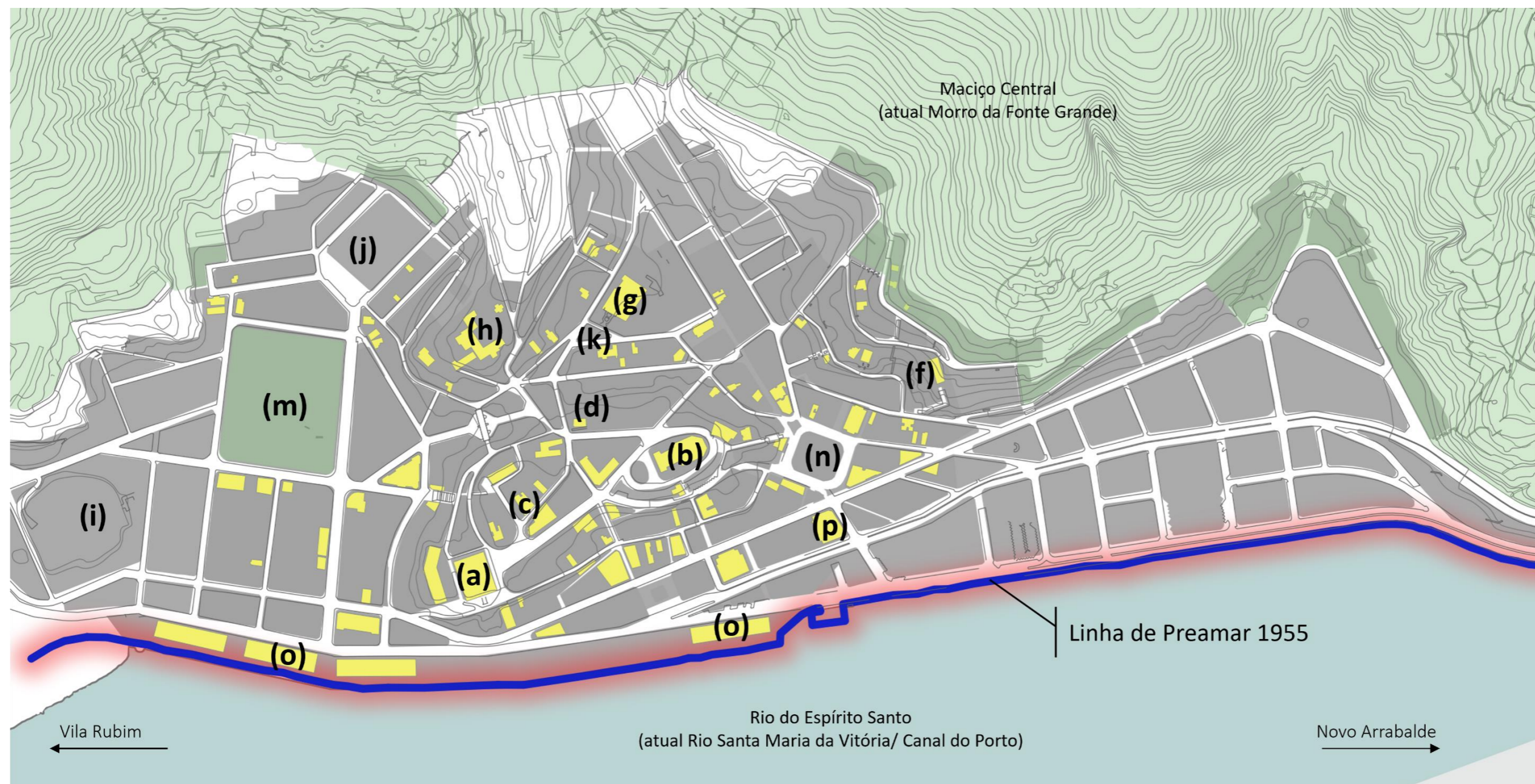


Legenda

- | | | | |
|-----|--|-----|--|
| (a) | Local da antiga Igreja e Colégio de São Tiago (atual Palácio de Governo) | (j) | Quartel da Polícia |
| (b) | Local da antiga Igreja Matriz (no local da atual Catedral Metropolitana) | (k) | Local da antiga região do "Pelames" (atual Praça Irmã Josepha Rosana) |
| (c) | Local da antiga Igreja da Misericórdia (no local do atual Palácio Sônia Cabral) | (m) | Local da antiga região do "Campinho" (atual região do Parque Moscoso) |
| (d) | Capela Santa Luzia | (n) | Local do antigo "Reguinho", "Prainha" ou Largo da Conceição (atual Praça Costa Pereira) |
| (f) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | (o) | Galpões Porto |
| (g) | Igreja e Colégio do Carmo | (p) | Teatro Glória |
| (h) | Convento de São Francisco | | |
| (i) | Santa Casa de Misericórdia | | |

Fonte: elaborado pela autora

Figura 65 - Espaços das águas em 1955

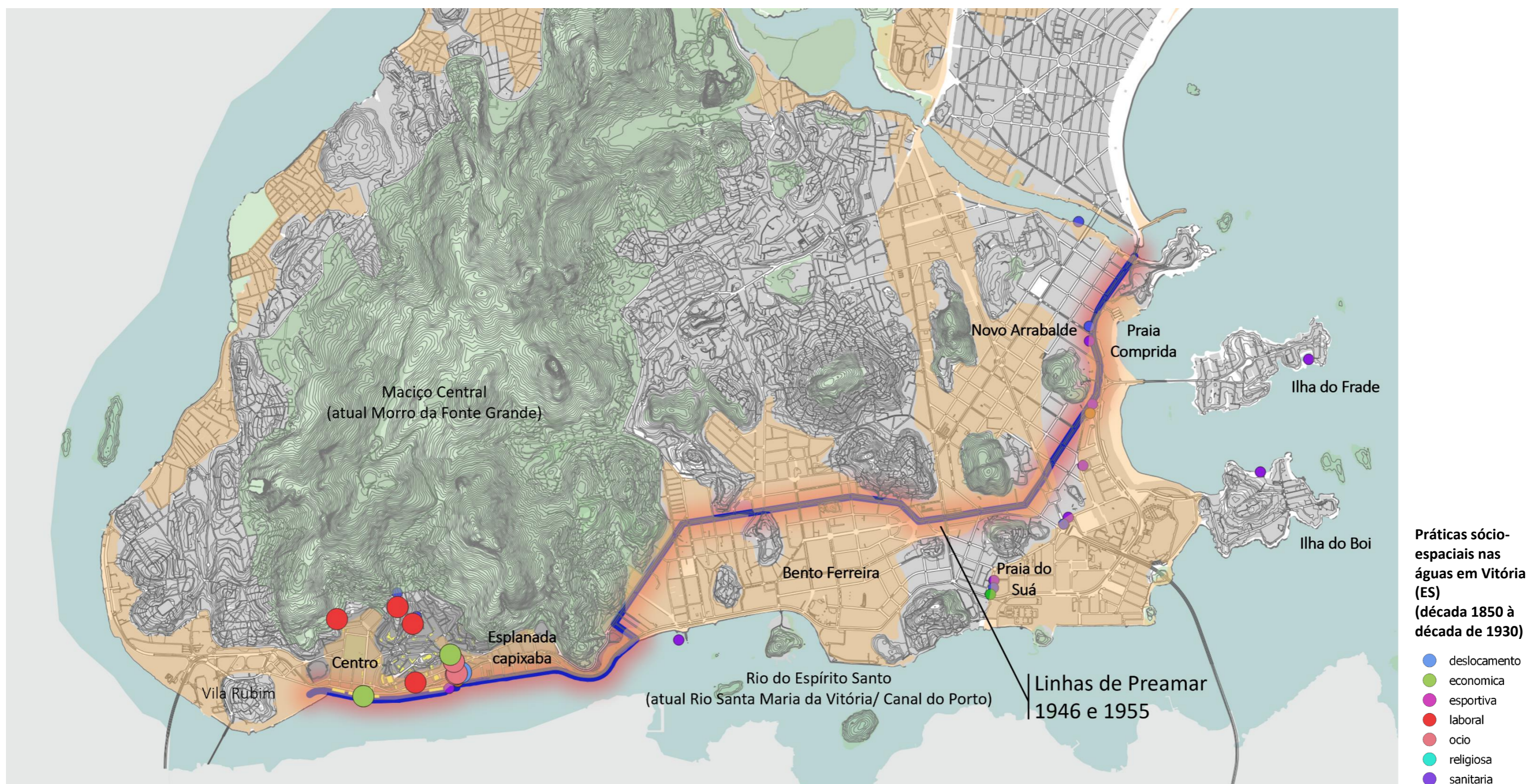


Legenda

- | | | | |
|-----|--|-----|--|
| (a) | Local da antiga Igreja e Colégio de São Tiago (atual Palácio de Governo) | (j) | Quartel da Polícia |
| (b) | Local da antiga Igreja Matriz (no local da atual Catedral Metropolitana) | (k) | Local da antiga região do "Pelames" (atual Praça Irmã Josepha Rosana) |
| (c) | Local da antiga Igreja da Misericórdia (no local do atual Palácio Sônia Cabral) | (m) | Local da antiga região do "Campinho" (atual região do Parque Moscoso) |
| (d) | Capela Santa Luzia | (n) | Local do antigo "Reguinho", "Prainha" ou Largo da Conceição (atual Praça Costa Pereira) |
| (f) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | (o) | Galpões Porto |
| (g) | Igreja e Colégio do Carmo | (p) | Teatro Glória |
| (h) | Convento de São Francisco | | |
| (i) | Santa Casa de Misericórdia | | |

Fonte: elaborado pela autora

Figura 66 – Mosaico Espaços das águas em 1946 e 1955 e Práticas sócio-espaciais nas águas (década de 1940 e década de 1950)



Fonte: elaborado pela autora

Observa-se, portanto, quanto ao segundo período (décadas 1940 e 1950) o fortalecimento de determinadas práticas como o banho de mar e o piquenique nas Ilhas do Boi e Ilha do Frade, em detrimento da ausência de notícias que registrem estas mesmas práticas praticadas à Área Central da Cidade. A prática da pesca à beira mar, a prática da canoagem (remo) e os deslocamentos marítimos e os percursos relativos às romarias marítimas também são relatados dos periódicos, no entanto, não são mais registrados solenidades sociais e oficiais junto às águas, tal como era comum no período anterior.

Em boa medida, pode-se dizer que a Praia do Suá perde sua força enquanto lócus principal procurado por banhistas, e se consolida como reduto de pescadores, os quais tecem suas redes, consertam e constroem embarcações e vendem pescado em barracas improvisadas na rua. Importa indicar a continuidade das Romarias marítimas em devoção à São Pedro e à N. S. da Penha, quando das festividades em homenagem aos dias destes. Paralelo a isso, ainda na Praia do Suá, notam-se reclamações quanto às condições das ruas, no que tange aos seus calçamentos, recolhimento de lixo e iluminação pública.

Por outro lado, as Praias do Novo Arrabalde não apenas recebem cada vez mais banhistas, como se observa a tentativa de setorização das praias, o que reforça a ideia da elitização da prática do banho de mar e a busca por parte desta elite, de criar territorialidades praias que legitimassem sua posição sócio-econômica na Capital. O banho de mar, juntamente com a prática do piquenique e dos esportes à beira-mar assumem um sentido estético e de espetacularização como estratégias de criação de hábitos inerentes à elite capixaba. Não obstante esse desejo por visibilizar sua posição social, verifica-se, ainda assim, a coexistência de pescadores e pequenos barcos que serviam à pesca e a deslocamentos cotidianos.

4.3 A borda d'água e as práticas socioespaciais contemporâneas em Vitória

Conforme descrito na metodologia, as *práticas socioespaciais contemporâneas* foram identificadas a partir de levantamento de campo o qual compreendeu visitas organizadas e realizadas nos 6 (seis) macrosetores: o Setor 1, definido pela ocupação à beira-mar da baía noroeste da Cidade; o Setor 2, definido pelo Canal do Porto a sul; o Setor 3, definido pela região das praias e ilhas anexadas nos arredores da Praia do Canto e; o Setor 4, definido pelo Canal da Passagem; o Setor 5, definido pela Praia de Camburi a nordeste; e, por fim, o Setor 6, definido pelo manguezal a norte. A partir dessa subdivisão foram identificadas características do uso e ocupação dos espaços à beira-mar e das práticas sócio-espaciais desenvolvidas nestes.

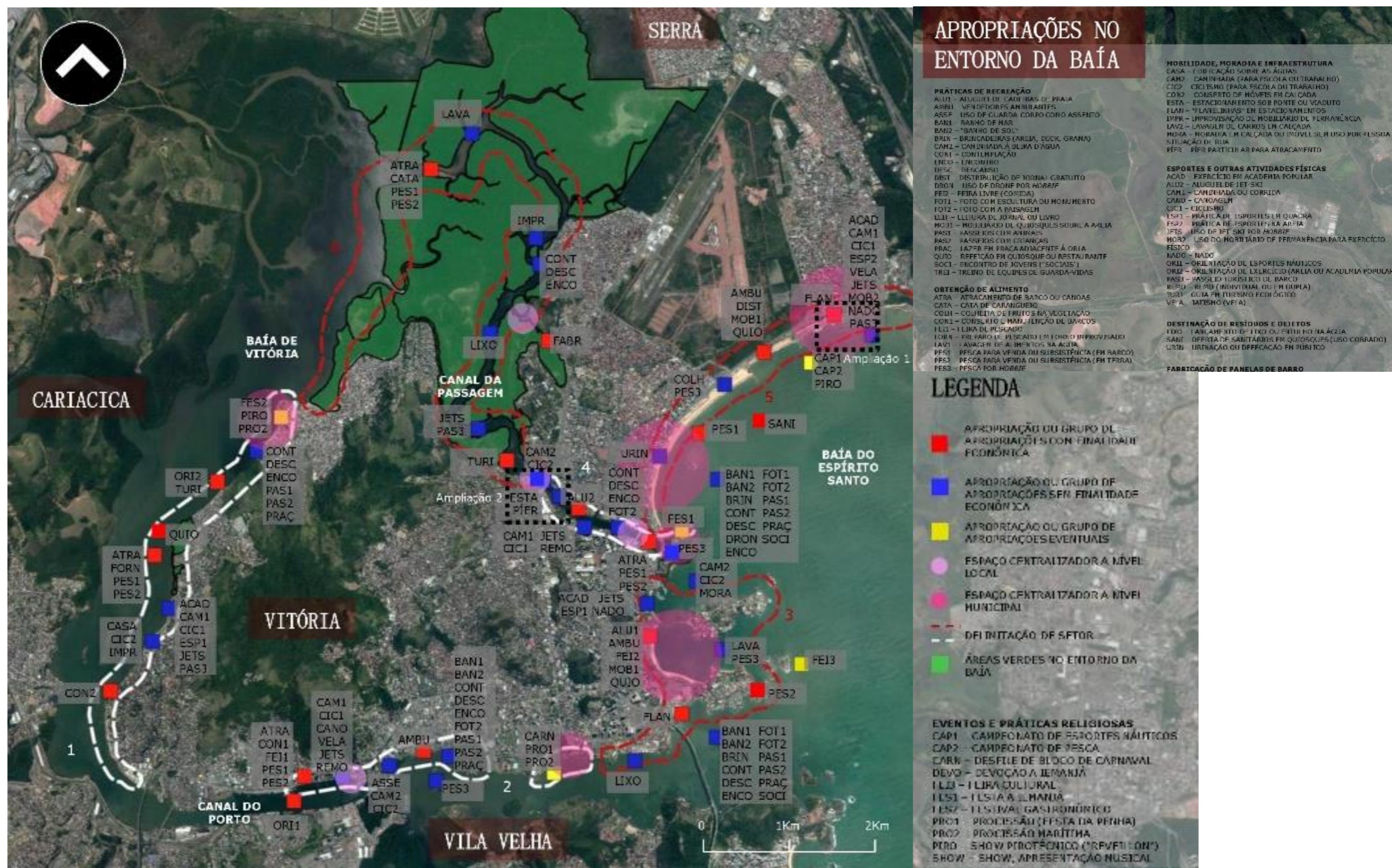
Este levantamento nos permitiu verificar uma enorme variedade de práticas, como também nos fez conhecer espaços de contato com as águas pouco visibilizados em geral pela população. Esta 'invisibilidade', de alguma forma, nos levou à caracterização do que chamamos de 'borda d'água' na Capital capixaba, a fim de levantar, mensurar e caracterizar, espacialmente, o contato da Cidade com as águas. Uma vez que esta análise nos revelou os espaços passíveis de acesso do público, nestes espaços, por conseguinte, é que se alocam as práticas sócio-espaciais levantadas. Dessa forma, passaremos a apresentar como se configura a borda d'água em Vitoria juntamente com as práticas sócio-espaciais identificadas em cada um dos tipos de espaços categorizados.

A Figura 67 apresenta a espacialização das apropriações cotidianas contemporâneas identificadas em cada setor e diferenciadas segundo a finalidade econômica. Com vistas a uma caracterização inicial geral, pode-se afirmar que o setor 1 (Baía Noroeste) é principalmente caracterizado pela atividade pesqueira, realizada de modo intensivo em toda a extensão do setor. Desta atividade, os espaços mais notáveis são a orla de Santo Antônio e a de Ilha das Caieiras. No Setor 2 (Canal do Porto) destacam-se as atividades

portuárias como empecilhos à ocorrência de práticas cotidianas nas águas, uma vez que estas atividades ocupam uma extensão significativa da orla. Observou-se ainda a recorrência a caminhada à beira-mar, o deslocamento por bicicleta, a pesca individual com vara de arremesso e em embarcação, nas imediações da Ilha da Fumaça (em Ilha de Monte Belo) e em outras ilhas próximas – e a contemplação da paisagem.

O Setor 3 (Praia do Canto e Ilhas Anexadas) apresentou significativa incidência de pesca individual com vara de arremesso, sobretudo nas adjacências do Iate Clube, além do banho de mar, fortemente praticado nas Praias: da Guarderia, Curva da Jurema, Grande ou da Esquerda (Ilha do Boi) e na Praia das Castanheiras (Ilha do Frade), onde se pode observar a realização de piqueniques por pequenos grupos de banhistas. O setor 4 (Canal da Passagem – trecho entre pontes) tem a pesca como principal forma de apropriação, praticada sobretudo em barco motorizado. Foi recorrente a utilização de motos aquáticas e embarcações pequenas para deslocamento e passeio ao longo do Canal. O Setor 5 (Praia de Camburi), predominam atividades formais de lazer e exercício físico, com destaque para as que se realizam no próprio calçadão, mas também a recorrência da pesca com vara de arremesso e o banho de mar. Por fim, no setor 6 observou-se o deslocamento em pequenas canoas e embarcações motorizadas, além da pesca em barcos individuais, cata de crustáceos, a retirada de tanino para a produção da panela de barro e a utilização de bancadas de areia por pequenos grupos de pessoas para fins recreativos.

Figura 67 - Apropriações cotidianas contemporâneas nas águas em Vitória (ES)



Fonte: Gomes (2019), adaptado pela autora

A Figura 68, por sua vez, busca exemplificar as ampliações realizadas em todos os setores para análise das práticas sócio-espaciais em suas particularidades, quais sejam, suas diversidades funcionais, suas distribuições espaciais, suas intensidades de ocorrência e suas relações diversas entre si e entre setores.

Figura 68 - Exemplo de ampliação de trechos dos macro setores



Fonte: Gomes (2019)

Atribui-se às práticas socioespaciais cotidianas uma posição de destaque para a compreensão das dimensões simbólicas estabelecidas entre o homem e o meio físico. Essa valoração é construída, sobretudo, a partir dos conceitos de espaço social de Henri Lefebvre (2006) e práticas cotidianas de Michel De Certeau (2008). Importa destacar que o conceito de espaço social para Lefebvre (2006), incorpora atos sociais, ao mesmo tempo, coletivos e individuais. Estes atos, conforme consta em Santos (2008), vinculam-se também aos conceitos de agir, ação, atuação e práticas (práxis), e são compreendidos como comportamentos orientados no sentido de atingir fins ou objetivos, ou seja, são subordinados a normas, quer sejam escritas ou não, formais ou informais.

Contudo, Santos (2008, p. 81) expõe que “[...] a ação humana não é exclusivamente uma ação racional” e aponta um conjunto de autores os quais concordam entre si no que tange ao reconhecimento de dimensões simbólicas, afetivas, rituais, tradicionais e emotivas, ou melhor, as formas culturais de apropriação e utilização da técnica. Dessa forma, “Existiriam, pois, paralelamente essas três ordens: a ordem da forma técnica, a ordem da forma jurídica e a ordem do simbólico. O cotidiano se dá mediante essas três ordens.” (SANTOS, 2008, p. 82)

A compreensão da produção do espaço urbano a partir da análise das práticas sócio-espaciais cotidianas, nesse sentido, encontra em suporte, sobretudo a partir de M. Weber, entre autores como J. Habermas que aprofundaram a ideia weberiana de tipologia da ação social, segundo a qual é possível distinguir uma atividade racional visando um fim prático e uma atividade comunicacional, mediada por símbolos. Para A. D. Rodrigues (1994, p. 75) apud Santos (2008, p. 316) “na experiência comunicacional, intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre os indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum.” Visto dessa maneira, o papel comunicativo das práticas sociais revela um sentido de socialidade, o qual extrapola, portanto, o sujeito e assume uma projeção de um compromisso coletivo, conforme aponta H. Lefebvre (1958, P. 238): “A práxis se revela também como totalidade”.

Segundo Santos (2008), o conceito de socialidade é trabalhado por geógrafos como Di Meo (1991), J. Lévy (1994) e pelo filósofo e sociólogo Schutz (1967) como tributário da ideia de proximidade, ou seja, a socialidade aumenta na medida em que as pessoas se aproximam, física e relacionalmente. Acreditam estes autores, assim como J.L. Guigou (2008, p. 56) apud Santos (2008, p. 318) que a proximidade “pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade.” Ao relacionar o conceito de práticas (práxis) aos de socialidade e proximidade, uma outra dimensão se apresenta

como fundamental. Essa dimensão é o cotidiano. Segundo H. Lefebvre (1958, p. 28), “[...] a análise da vida cotidiana envolve concepções e apreciações na escala da experiência social em geral.” Milton Santos reforça a importância da análise do cotidiano na geografia ao afirmar:

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. (SANTOS, 2008, p. 321)

Santos (2008, p. 315) articula ainda o cotidiano à ideia de lugar, e ressalta a necessidade de buscar uma ressignificação do lugar diante do processo de globalização. Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano (A. Buttimer, 1976; A. Garcia, 1992; A. Damiani, 1994).”

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2008, p. 322)

Importa indicar que Santos (2008) aborda a dimensão do cotidiano no contexto da segunda metade do século XX, quando a modernização das cidades, dos modos de produção e das formas de comunicação atingem grande repercussão mundial. Com a intensificação e o aumento da complexidade das relações citadinas, portanto, um conjunto de problemáticas sugerem discutir conceitos como lugar e cotidiano. Neste contexto, Michel De Certeau, em *A invenção do cotidiano*, elabora uma *teoria das práticas cotidianas*, considerando tais práticas detentoras, ao mesmo tempo, de

criatividade e astúcia. Para De Certeau (2008, p. 19), as práticas cotidianas não são passivas diante da ordem econômica dominante. Haveria, para o autor, nessas práticas cotidianas, 'combinatórias de operações' dos usuários as quais, com algum grau de liberdade, criatividade e astúcia, "[...] modificam ou desviam a verdade imposta." Desse modo, o autor acredita ser "[...] mister ocupar-se com 'as maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio operado num dado por uma prática'", e refuta as teses sobre a passividade e massificação dos comportamentos. Ao reivindicar o caráter ativo das práticas cotidianas, De Certeau (2008) atribui às mesmas uma dimensão política, já que atuam de modo a alterar os mecanismos da disciplina, no que ele chama de uma antidisiplina. O conceito de 'tática' é, portanto, para De Certeau, chave na compreensão das práticas cotidianas, e se coloca em contraposição ao conceito de 'estratégia'.

Chamo de "estratégia" o cálculo das relações de forças que torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um 'ambiente'. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Denomino, ao contrário, "tática" um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O "próprio" é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para "captar no voo" possibilidades de ganho. [...] Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em "ocasiões". Se cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a "ocasião". (CERTEAU, 2008, p. 46-47)

Desse modo, a contribuição de Michel De Certeau à presente tese é notória na medida em que ao conferir as práticas sócio-espaciais, ao mesmo tempo, como estratégias de [re]produção do espaço urbano e como táticas de [co]existência em meio à hegemonia econômica, permite reconhecer o lugar

como um palimpsesto, e, de modo particular, as 'astúcias no agir' frente aos 'lugares estratificados', nos termos do autor. Assim, De Certeau (2008) indica que, não obstante às renovações urbanas sobre as quais são inseridas, sinteticamente, modos de agir hegemônicos pré-postulados, "[...] subsistem lugares opacos e teimosos", onde um agir astucioso revela o fracasso da razão e faz ter acesso a uma outra dimensão: a dimensão do simbólico. Nesse sentido, levantar as práticas socioespaciais nas águas em Vitória significa ir em busca, sobretudo, desse 'agir astucioso', a fim de que suas camadas simbólicas venham à superfície.

4.4 Espaços e práticas contemporâneas das águas em Vitória

A Cidade de Vitória (ES) apresenta um perímetro de aproximadamente 116 quilômetros de extensão, dos quais, cerca de 36 quilômetros estão na ilha e os demais 80km no continente. Destes 116 km, cerca de 85,5km são defrontantes (Figura 69) com as águas, o que equivale a 70% do total. Não obstante a expressividade de sua insularidade - marcada por uma orla marítima¹¹³ ao mesmo tempo, diversificada e complexa, já que inclui não apenas praias, rochedos, ilhas e um vasto manguezal, mas também parcelamentos (públicos e privados), vias urbanizadas, além de complexos industriais e portuários -, parte significativa de suas bordas são, inacessíveis, tanto visualmente quanto fisicamente, o que reduz, como veremos, as áreas de contato com as águas na Capital.

É de suma importância à presente tese, portanto, apresentar os elementos que caracterizam a insularidade de Vitória e, sobretudo, compreender como se dá o contato do homem com as águas, às bordas da Cidade. A definição pela borda, não inclui, portanto, as águas ocultas de canais, córregos e nascentes no interior do tecido ocupado, como vem se dedicando Bartalini (2004; 2006;

¹¹³ Segundo a cartilha *Projeto Orla: fundamentos para a gestão integrada*, elaborada em 2002 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), os principais tipos de orla são: costas rochosas (altas e baixas); falésias erodíveis; praias arenosas; praias de seixos; planícies lamosas; pântanos; manguezais; e formações recifais. (BRASIL, 2002).

2012; 2013; 2015). No entanto, comungamos da mesma perspectiva quanto à urgente necessidade de desvelar o ocultamento das águas urbanas como despertar de uma 'consciência da existência de uma natureza primitiva'¹¹⁴, ainda que modificada. Assim, evidenciar a borda d'água significa também atestar a magnitude de sua condição insular e marítima como força imagética, porque visível e tátil, junto ao imaginário das águas em Vitória.

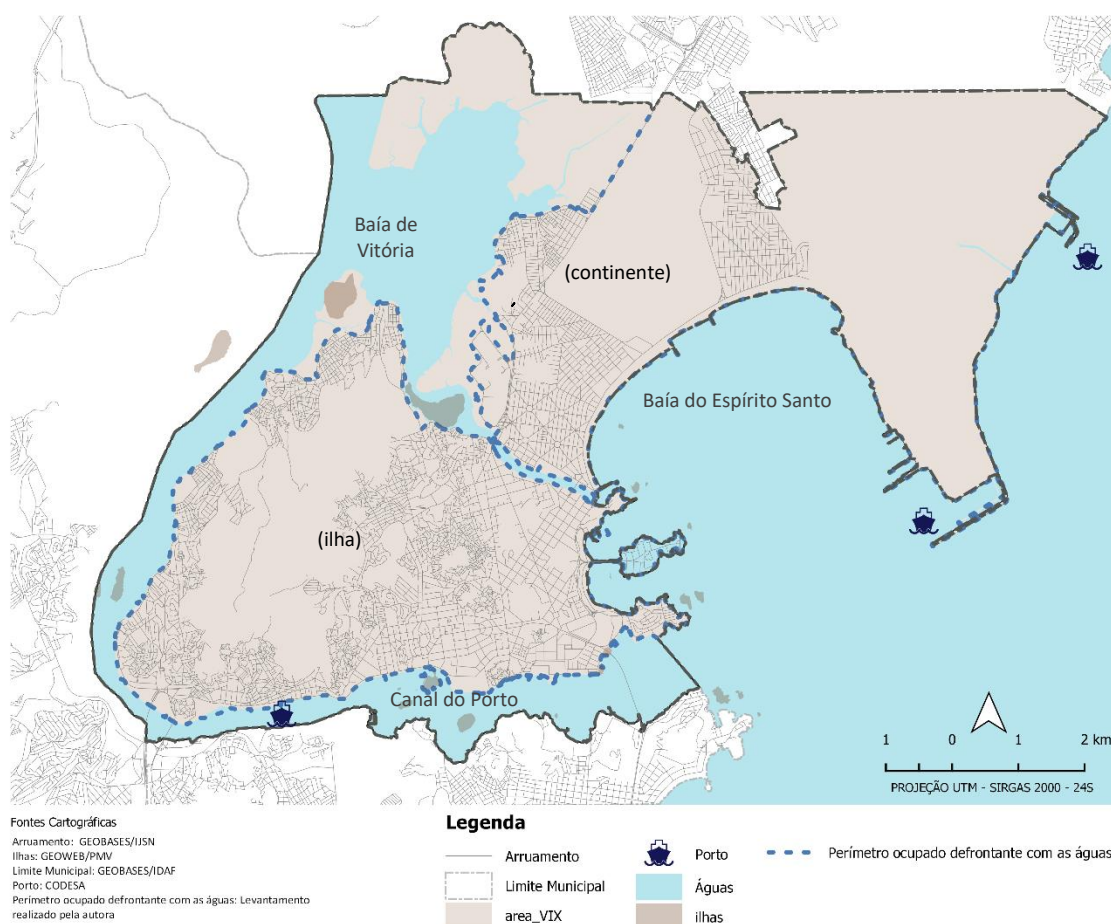
A caracterização da borda d'água se faz mediante a identificação das formas de contato físico que se estabelece entre a linha de borda da Cidade e as águas, além da identificação, dentre estes, dos espaços apropriados socialmente. Importa indicar ainda que, diferente do tipo de ocultamento a que estão sujeitos as águas ocultas estudadas por Bartalini, nesta pesquisa, como veremos, o ocultamento se dá, sobretudo, não pelo tamponamento, mas sim pela privatização dos espaços às margens das águas. Isso porque, se observou que, à exceção das restrições inerentes às próprias condições geomorfológicas dos elementos naturais, em boa medida a borda d'água não é acessável, o que sugere o enfraquecimento de sua força insular e marítima frente às práticas socioespaciais nas águas em Vitória. Dessa forma, visamos responder a duas perguntas: Como se dá o contato físico ocupacional da Cidade com as águas no que diz respeito às suas bordas? A partir dos espaços acessíveis fisicamente, como se dão as práticas socioespaciais com as águas na contemporaneidade?

A conformação geográfica insular de Vitória, somada à historicidade de seu processo de ocupação e urbanização, aponta para uma complexa genealogia da interface entre o homem e as águas sobre a qual iremos nos debruçar. O alto grau de modificação em sua borda d'água despertou a preocupação em avaliar as condições de contato da cidade com o mar após a realização destas ações. Desse modo, a fim de identificar os tipos genéricos de limites defrontantes com as águas em Vitória, este perímetro foi mapeado por segmentos de reta os quais foram definidas 9 (nove) principais tipologias

¹¹⁴ BATALINI (2015, p.87)

genéricas: *Praia, Complexo Portuário, Microparcelamento fundiário (lote) ou Parcelamento, Manguezal, Espaço livre verde, Via, Elevação Rochosa, Píer ou Quebramar e Ponte.*


Figura 69 – Perímetro defrontante às águas em Vitória (ES)



Fonte: Elaborado pela autora

Estas tipologias (Quadro 24) foram definidas a partir de fotointerpretação sobre as margens que fazem os limites entre as áreas terrestres e as águas em Vitória (ES). Convém apontar que, em situações em que um segmento apresentou mais de uma tipologia, adotou-se aquela predominante no segmento. A análise das tipologias teve como objetivo compreender como se dá a interface entre o homem e as águas circundantes em Vitória (ES), uma vez que representam, em maior ou menor medida, possibilidades e limitações espaciais para o devir das práticas sociais cotidianas nas águas.

Quadro 24 - Tipologias defrontantes com às águas em Vitória (ES)

1 Praia	Exemplo
<p>Compreende os segmentos que apresentam áreas coberta e descobertas periodicamente pelas águas, de uso público ou privado, com ou sem acesso, acrescidas da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.</p>	
	<p>Segmento Praia do Porto do Tubarão</p>
2 Complexo Portuário	Exemplo
<p>Compreende os segmentos de linhas das áreas terrestres do Complexo do Porto de Vitória administradas pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) em contato direto com a orla marítima da Capital, o que inclui, junto ao Canal do Porto, o Cais de Vitória e os Pátios da Flexibrás e da Technip, e a norte, o Complexo Portuário do Tubarão.</p>	
	<p>Segmento Porto do Tubarão</p>
3 Microparcelamento Fundiário ou Parcelamento	Exemplo
<p>Compreende os segmentos de linhas correspondentes às delimitações físicas bem definidas dos lotes urbanos, públicos ou privados.</p>	
	<p>Segmento Parcelamento Ilha do Boi</p>
4 Manguezal	Exemplo

Compreende os segmentos de linhas correspondentes às áreas de manguezal de Vitória que fazem a interface entre as áreas terrestres e as águas.



Segmento Mangue Bairro Estrelinha

5 Espaço livre verde

Compreende os segmentos de linhas correspondentes às áreas não construídas que não apresentam delimitação física em sua interface com as águas.



Exemplo



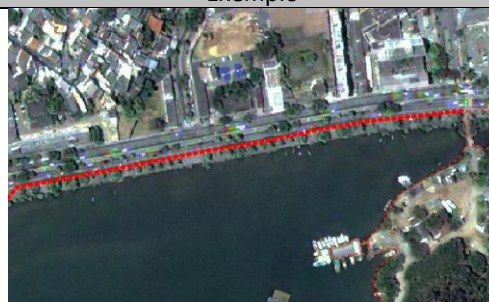
Segmento Praça do Papa

6 Via

Compreende os segmentos de linhas correspondentes às áreas não construídas destinadas à circulação de veículos.



Exemplo



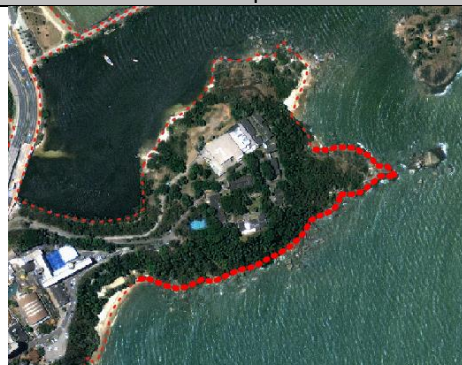
Segmento Av. Marechal MascMorais

7 Elevação Rochosa

Compreende os segmentos de linhas correspondentes às áreas que apresentam acidentes geográficos com a presença de rochas.



Exemplo



Segmento Ponta Formosa

8 Píer ou Quebramar

Exemplo

Compreende os segmentos de linhas correspondentes às áreas de píeres elevados sobre as águas ou quebramares de proteção da costa.



Segmento Píer dos Pescadores Enseada do Suá

9 Ponte

Exemplo

Compreende os segmentos de linhas correspondentes às áreas de pontes que fazem a interface entre as partes terrestres e as águas.



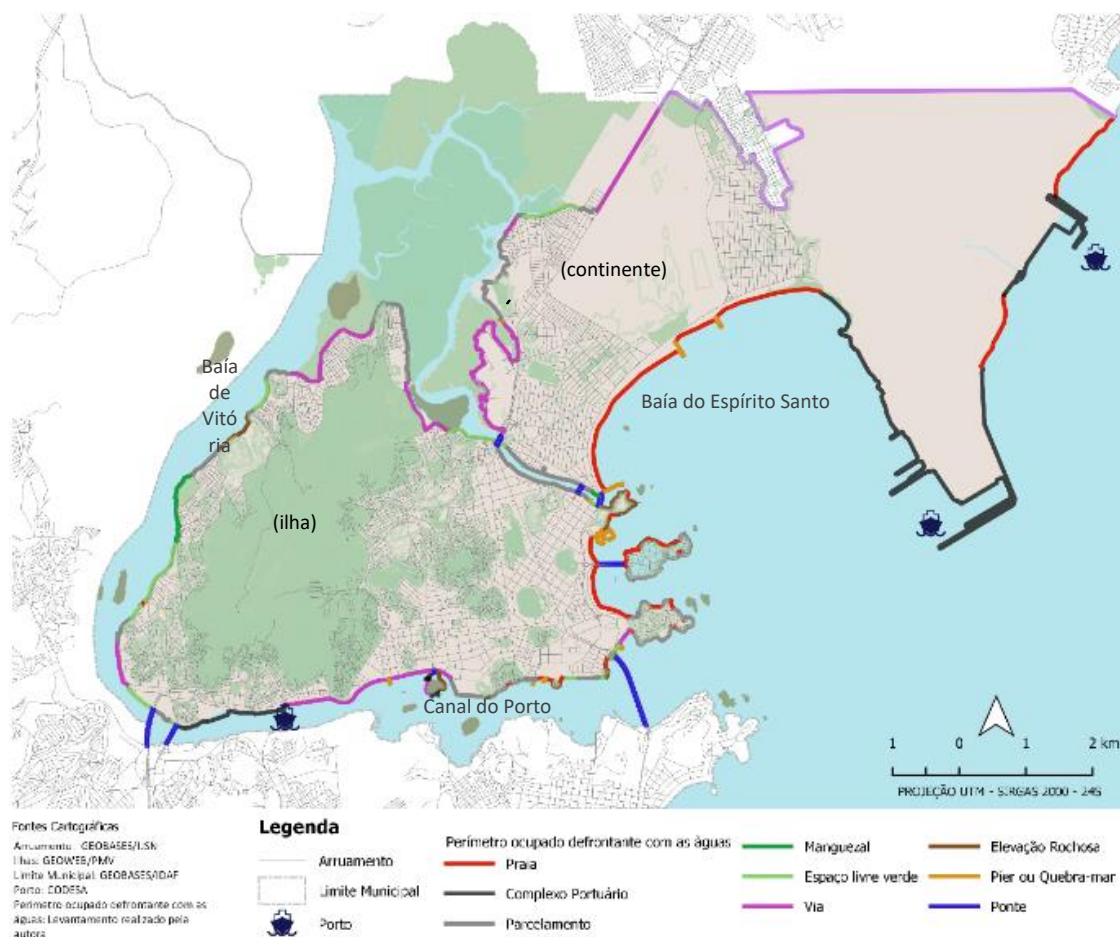
Segmento Ponte Ministro Petrônio Portela (Ponte de Camburi)

Fonte: Elaborado pela autora

No que tange à distribuição espacial das tipologias (Figura 70) no município de Vitória (ES), observa-se o predomínio das Praias junto à Baía do Espírito Santo – a Leste, as quais, à exceção da Praia de Camburi, cuja extensão se destaca consideravelmente das demais, e das Praias, do Canto, da Guarderia e da Curva da Jurema, em sua maioria compreendem praias diminutas ao redor, sobretudo, dos bairros da Ilha do Frade e Ilha do Boi. Outras duas praias se encontram a norte, a Praia Mole, a qual possui parte de sua extensão no território municipal da Capital, e a Praia do Porto, localizada por inteiro na área privada do Complexo Portuário do Tubarão. A porção Sul, junto ao Canal do Porto - é marcada por poucas praias e a Oeste, apenas uma

diminuta faixa é denominada como Prainha de Santo Antônio, cujas águas, junto à Baía de Vitória, são do Rio Santa Maria da Vitória.

Figura 70 - Distribuição espacial das tipologias defrontantes com as águas em Vitória (ES)

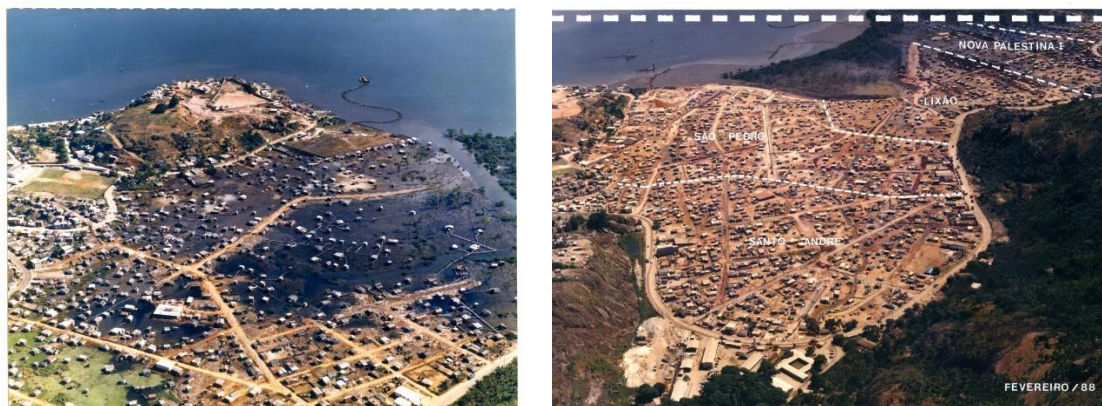


Fonte: Elaborado pela autora

A tipologia *Complexo Portuário* se divide em dois grandes trechos, a norte com o Complexo Portuário do Tubarão, e a sul, junto ao Canal do Porto, com o Cais do Porto de Vitória e Pátios de armazenagem (*Flexibrás* e *Technic*). A tipologia *Parcelamento* ocorre ao redor de toda a cidade, mas cumpre destacar o peso de sua incidência junto ao Canal da Passagem, já que se reproduz nas duas margens d'água, e nos bairros da Ilha do Frade e Ilha do Boi, locais ocupados por casas unifamiliares de alto padrão econômico. A tipologia *Manguezal*, não obstante a forte presença das áreas de mangue em Vitória, é representada por poucos segmentos junto à Baía de Vitória, porção Oeste da Cidade. Esta baixa incidência reflete o alto grau de urbanização que esta

região sofreu desde o século XX, sobretudo com o aterro sanitário (Figura 71) realizado na região da Grande São Pedro¹¹⁵ ao final da década de 1980.

Figura 71 - Início do aterro sanitário e urbanização da região da Grande São Pedro



Fonte: Arquivo Público de Vitória

A presença de *Espaços livres verdes* ocorre, especialmente, em locais que já foram objeto de intervenção em suas margens, sobretudo quando da urbanização das orlas junto aos manguezais a Norte, na região da Grande Goiabeiras¹¹⁶, e a Oeste com os projetos realizados no Bairro Santo Antônio¹¹⁷ e Ilha das Caieiras¹¹⁸. Merece destaque na tipologia *Via*, os trechos em que vias de circulação margeiam as águas, sobretudo a sul, junto ao Canal do Porto, a Av. Marechal Mascarenhas de Moraes e a Norte a BR101, próximo à divisa com o Município de Serra. Estas vias, embora se configurem como espaços livres, priorizam a circulação de veículos em detrimento do tratamento urbanístico dedicado ao passeio público de pedestres e à relação destes com as águas limítrofes.

¹¹⁵ A Região Administrativa VII da Prefeitura Municipal de Vitória denomina-se São Pedro, também conhecida como 'Grande São Pedro', e compreende os bairros: São Pedro, São José, Santos Reis, Santo André, Resistência, Redenção, Nova Palestina, Ilha das Caieiras, Conquista e Comdusa.

¹¹⁶ O Projeto Complexo de Lazer e Nova Orla de Maria Ortiz foi inaugurado em 2009 na administração do governo do então prefeito João Coser (2005-2012)

¹¹⁷ A principal urbanização da Orla do bairro Santo Antônio, denominada 'Parque da Prainha de Santo Antônio' foi inaugurada ao final de 1996, na administração do então prefeito Paulo Hartung (1993-1996).

¹¹⁸ A Orla da região conhecida como Ilha das Caieiras foi reurbanizada no início do século XX.

A tipologia *Elevação Rochosa* é representada, em grande medida, por antigas ilhas que foram anexadas ao território municipal após passar por processos de aterramento. Sua presença, muitas vezes, condiciona o acesso físico direto às águas, no entanto, em algumas situações nota-se o uso de formações rochosas como acesso à determinadas praias por meio de trilhas e como mirante para fins de contemplação da paisagem. Cabe destacar, na tipologia *Pier ou Quebra-mar*, se apresenta tanto como píeres de caráter logístico-industrial e como atracadouro para embarcações, com destaque para os Quebra-mares da Praia de Camburi e para o Pier de pescadores do bairro da Enseada do Suá, voltado para o Canal do Porto. Por fim, a tipologia *Ponte* compreende as nove pontes da cidade, como será apresentado a seguir.

Tabela 3 - Representatividade Espacial das Tipologias defrontantes às águas em Vitória (ES)

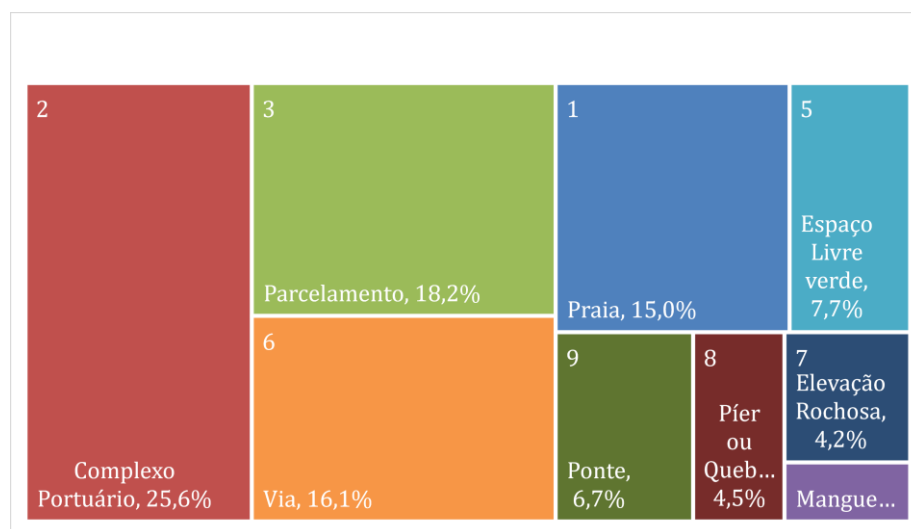
	Tipologia defrontante às águas	Extensão (km)	%
1	Praia	12,8	15,0%
2	Complexo Portuário	21,9	25,6%
3	Parcelamento	15,6	18,2%
4	Manguezal	1,6	1,9%
5	Espaço Livre verde	6,6	7,7%
6	Via	13,8	16,1%
7	Elevação Rochosa	3,6	4,2%
8	Pier ou Quebramar	3,8	4,5%
9	Ponte	5,7	6,7%
	Total	85,5	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora

O resultado quantitativo deste levantamento é apresentado na Tabela 3 e revela o papel significativo que o Complexo Portuário possui sobre a interface do homem com as águas na Capital, uma vez que responde a aproximadamente 26% do perímetro urbano ocupado (Tabela 3; Gráfico 1). Em grande medida, concentra-se sobretudo a norte, na área ocupada pelo Complexo Portuário do Tubarão, a qual corresponde a 14km de extensão (64% do total da Tipologia), incluindo seus píeres industriais. A segunda tipologia predominante é Parcelamento, a qual corresponde a 18,2% do perímetro total, seguida da tipologia Via com 16,1% e, em quarto lugar a tipologia Praia, com 15,0%. Importa ressaltar que as tipologias, Complexo Portuário e

Parcelamento, não possibilitam o livre acesso público às águas e juntas somam – somam juntas quase 44% do perímetro total defrontante com as águas. Os espaços correspondentes a estas tipologias, portanto, não foram identificadas práticas.

Gráfico 1 – Representatividade quantitativa Espacial comparativa das Tipologias defrontantes às águas em Vitória (ES)



Fonte: Elaborado pela autora

As tipologias - *Praia*, *Espaço livre*, *Manguezal*, *Via*, *Pier* ou *Quebramar* e *Ponte* – por apresentarem, em geral, acesso livre ou contato visual são consideradas, portanto, os espaços contemporâneos de contato com as águas, uma vez que é neles que se estabelecem as práticas socioespaciais cotidianas que serão a seguir apresentadas.

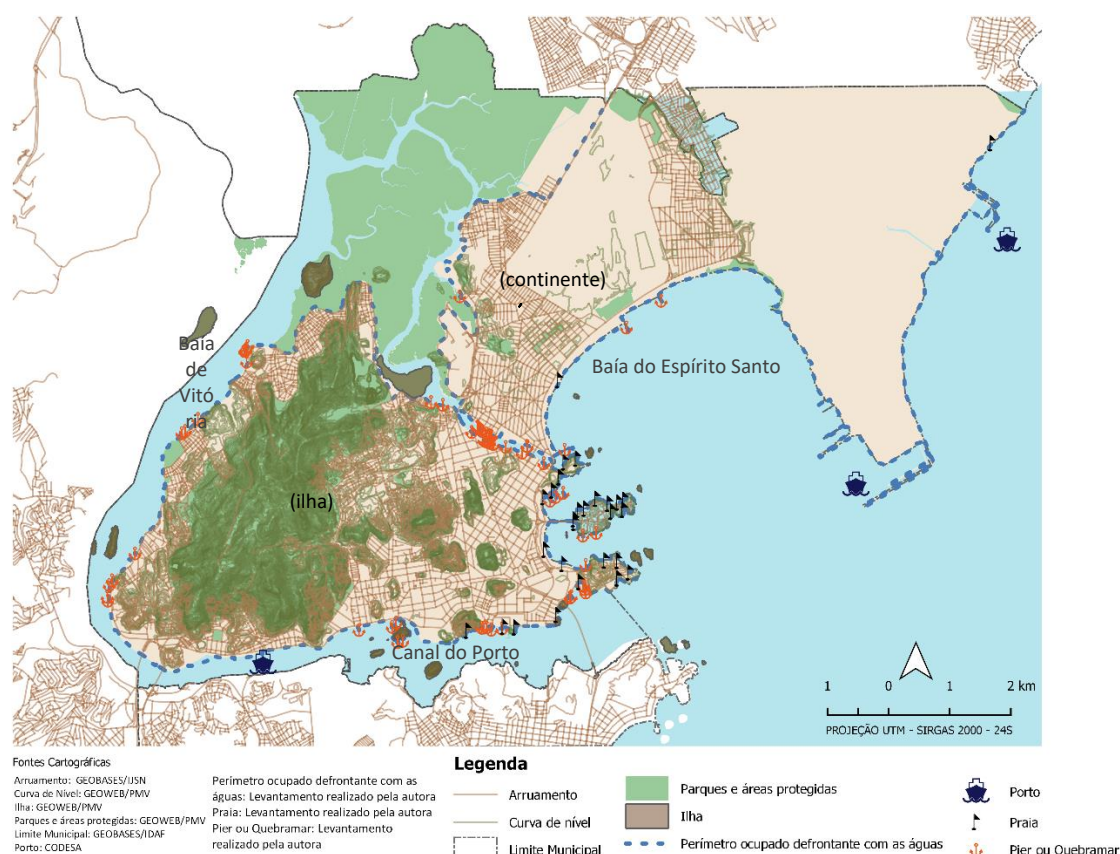
No que diz respeito à tipologia *Praia*, foram identificadas¹¹⁹ 29 (vinte e nove) praias¹²⁰ (Figura 72), das quais apenas 6 (seis) não possuem acesso livre público e 11 (onze) possuem acesso com pouca ou nenhuma visibilidade.

¹¹⁹ O levantamento das praias

¹²⁰ Conforme a Lei nº 7661/88, “Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.” (BRASIL, 1988)

A identificação das praias foi realizada por meio de fotointerpretação a partir de ortofotomosaico IEMA 2019/2020 e por pesquisa junto ao ‘Google maps’. O levantamento considerou todos os espaços da Capital que apresentam as características descritas na definição de ‘praia’ estabelecida na Lei nº 7661/88 e levou em consideração as denominações das praias contidas no ‘Google Maps’. Dessa forma, os espaços identificados como ‘praia’ e ‘prainha’ consideraram as mesmas denominações existentes no site de busca e não compreendem limites métricos ou por atributos previamente definidos.

Figura 72 - Praias identificadas em Vitória (ES)



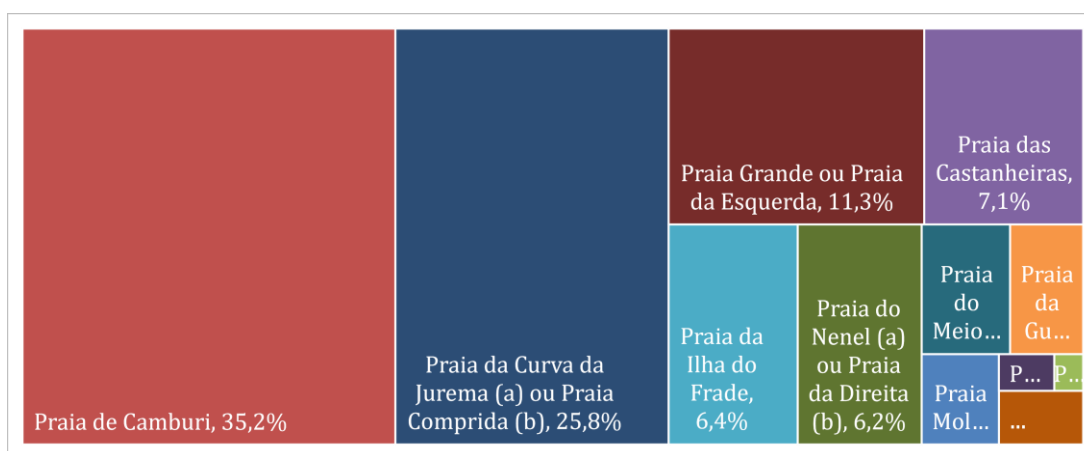
Fonte: IJSN, adaptado pela autora

Importa ressaltar que das 29 praias identificadas, apenas 4 (quatro) delas constam no site da Prefeitura Municipal de Vitória, a saber: Praia de Camburi, Praia da Curva da Jurema, Praia da Ilha do Boi (considera a Praia da Direta e a

Praia Grande) e Praia das Castanheiras.¹²¹. Este dado referente à municipalidade, embora não tenha constituído objeto de investigação desta pesquisa, sugere, no mínimo, a invisibilidade dos espaços praias da Capital junto à Administração Municipal.

Não obstante a invisibilidade da administração Municipal, observou-se que, junto à mídia aberta de busca¹²², um acervo fotográfico significativo (Quadro 25) das praias identificadas, à exceção, isoladamente, da *Praia do Porto do Tubarão* e da Praia da Marinha (Capitania dos Portos). Todas as demais 27 praias guardam um conjunto de fotos que são ‘alimentadas’ de forma ‘espontânea’ pelos usuários internautas. Esse dado, sinaliza, em alguma medida, algum grau de conhecimento público destas praias, muitas delas, situadas em locais de difícil acesso e sem qualquer identificação.

Gráfico 2 - Praias identificadas em Vitória (ES)



Fonte: IJSN, adaptado pela autora

O número de fotos das praias disponibilizadas no Google Maps soma 35.225 fotos¹²³, sendo que destas, cerca de 35% correspondem à Praia de Camburi, 26% à Praia da Curva da Jurema, localizada no Bairro da Enseada

¹²¹ (VITORIA, 2019).

¹²² Google Maps/ Fotos

¹²³ Dados coletado em dez/2021.

do Suá e 11% à Praia Grande, localizada no bairro Ilha do Boi, o que representam, juntas, 72% da totalidade de fotos das 29 praias da Cidade de Vitória. O protagonismo da Praia de Camburi é pressuposto, já que sua localização e longa extensão lhe conferem uma visibilidade notadamente diferenciada, além de ser atendida por uma via arterial por onde trafegam ônibus municipais e intermunicipais. A Praia da Curva da Jurema, segunda em número de fotos, possui também uma localização estratégica, entre o Shopping Vitória e à Praça dos Desejos, em orla urbanizada.

Quadro 25 – Praias da cidade de Vitória (ES)

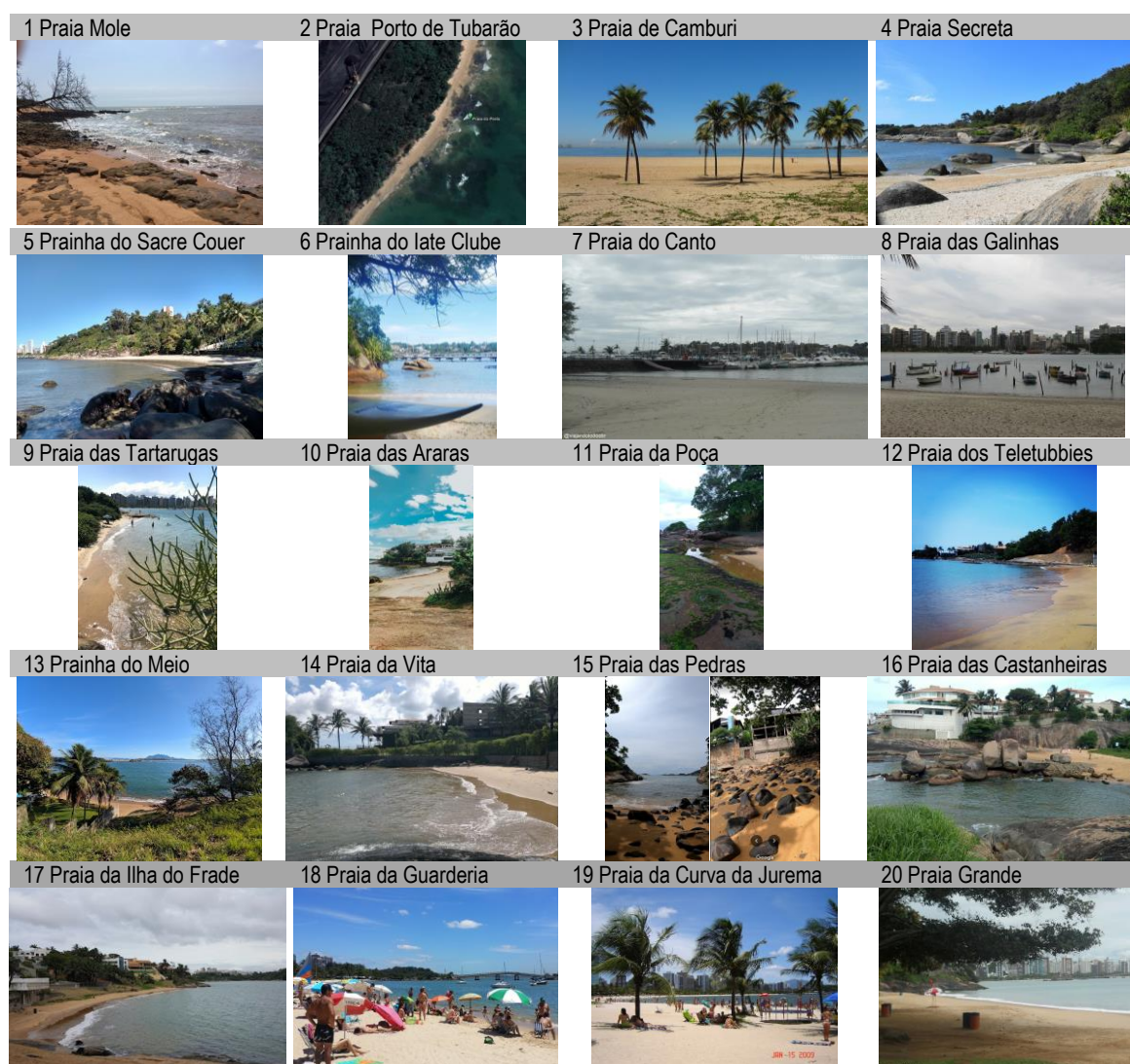
	Praia	Bairro	Acesso Público	Fotos 'Google Maps'
1	Praia Mole*	Parque Industrial	Não	558
2	Praia do Porto de Tubarão	Parque Industrial	Não	0
3	Praia de Camburi	Jardim Camburi, Aeroporto, Mata da Praia e Jardim da Penha	Sim	12.390
4	Praia Secreta*	Praia do Canto	Sim	25
5	Prainha do Sacre Couer	Praia do Canto	Não	59
6	Prainha do Iate Clube	Praia do Canto	Não	7
7	Praia do Canto	Praia do Canto	Sim	30
8	Praia das Galinhas*	Ilha do Frade	Sim	13
9	Praia das Tartarugas*	Ilha do Frade	Sim	21
10	Praia das Araras*	Ilha do Frade	Sim	3
11	Praia da Poça*	Ilha do Frade	Sim	5
12	Praia Teletubbies*	Ilha do Frade	Sim	85
13	Prainha do Meio*	Ilha do Frade	Sim	19
14	Praia da Vita*	Ilha do Frade	Sim	53
15	Praia das Pedras*	Ilha do Frade	Sim	3
16	Praia das Castanheiras	Ilha do Frade	Sim	2.489
17	Praia da Ilha do Frade	Ilha do Frade	Sim	2.264
18	Praia da Guarderia	Enseada do Suá	Sim	757
19	Praia da Curva da Jurema (a) ou Praia Comprida (b)	Enseada do Suá	Sim	9.031(a) + 41(b)
20	Praia Grande ou Praia da Esquerda	Ilha do Boi	Sim	3.994
21	Praia do Nene (a) ou Praia da Direita (b)	Ilha do Boi	Sim	30 (a) + 2.147 (b)
22	Prainha do Clube Ítalo Brasileiro (ou Mokai Beach)	Ilha do Boi	Não	16
23	Prainha da Praça Mulembá	Ilha do Boi	Sim	162
24	Praia do Hawaizinho	Ilha do Boi	Sim	31
25	Praia do Meio (a) ou Praia do Suá (b)	Enseada do Suá	Sim	802(a) + 114 (b)
26	Praia da Praça do Papa	Enseada do Suá	Sim	7
27	Praia da Marinha (Capitania dos	Enseada do Suá	Não	0

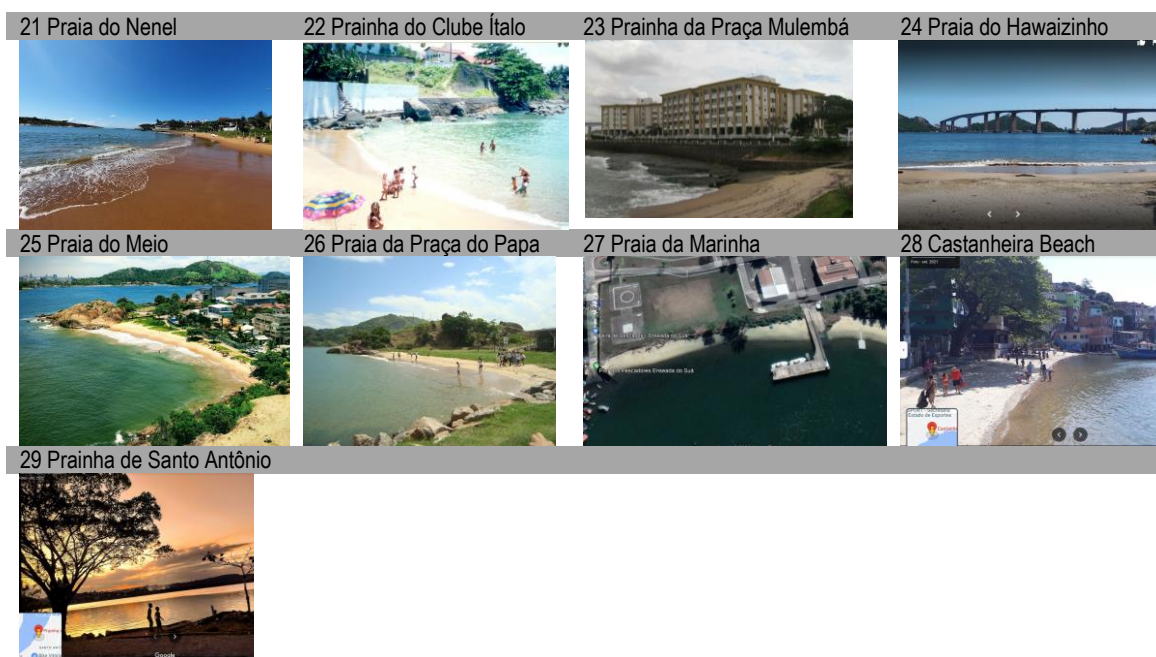
	Portos)			
28	Castanheira Beach*	Jesus de Nazareth	Sim	64
29	Prainha de Santo Antônio	Santo Antônio	Sim	5
<i>*Praias com acesso pouco visível ou sem visibilidade</i>				

Fonte: Elaborado pela autora

As Praias Grande (11,3%), das Castanheiras (7,1%), da Ilha do Frade (6,4%) e do Nenel (6,2%), se situam nas Ilhas, do Boi e do Frade, e se apresentam entre as praias com maior número de fotos. Cabe ressaltar que apesar destas praias (Figura 73) se situarem em bairros ocupados por domicílios de alto padrão de renda, recebem um significativo público formado por jovens e famílias de baixa renda.

Figura 73 - Mosaico Fotográfico Praias da cidade de Vitória (ES)





Fonte: Elaborado pela autora

A grande representatividade destas praias na mídia sugere o maior número de frequentadores nestes locais, o que pode ser explicado, a princípio, pela grande extensão da Praia de Camburi e por sua localização estratégica dentro da Capital, o que também se aplica à Praia da Curva da Jurema. A Praia Grande (ou Praia da Esquerda), no entanto, não pode ser justificada por estes critérios, uma vez que possui uma extensão reduzida (aproximadamente 200m) e seu acesso não é facilitado, já que apenas 01 linha de ônibus circula no bairro e sua região apresenta uma topografia acidentada. Importa indicar ainda, como veremos adiante, que estas praias possuem historicidades distintas, sendo que as particularidades genealógicas de suas construções no imaginário social capixaba, podem carregar heranças socioespaciais simbólicas cujo legado ainda se reproduz na contemporaneidade.

No que tange à extensão das praias (Quadro 26), somadas totalizam 10,38km (12% do perímetro municipal), dos quais a Praia de Camburi corresponde a quase metade (48,2%) desse valor, seguida da Praia Mole com 15% e a Praia do Porto com 11%. Convém apontar que a Praia Mole possui seu acesso pelo Município de Serra e que os 15% levantados correspondem apenas ao segmento desta praia que se situa dentro dos limites administrativos de Vitória.

A Praia do Porto de Tubarão (3ª praia mais extensa, com 11,6%) está totalmente situada no Complexo Portuário do Tubarão e não possui acesso, tão pouco visibilidade de Vitória ou de Serra, haja vista sua posição configurar um trecho oculto de ambos os lados. Sua visibilidade, portanto, só é possível a partir do mar. A Praia da Marinha (5º lugar em extensão, com 2,2%), por sua vez, é de uso exclusivo da Capitania dos Portos, contudo é possível visualizá-la do Píer dos pescadores, na Enseada do Suá e do mirante da Ilha do Papagaio, local onde se situa o Projeto Tamar.

Nota-se ainda, o número expressivo (18 das 29 praias) de praias com menos de 1km de extensão. Estas diminutas praias, apresentam-se como pequenas enseadas e se distribuem, principalmente, nas Ilhas do Boi e do Frade, e em locais com menor visibilidade.

Quadro 26 - Extensão das Praias da cidade de Vitória (ES)

	Praia	Extensão aproximada (Km)	%
1	Praia Mole	1,56	15,0%
2	Praia do Porto de Tubarão	1,2	11,6%
3	Praia de Camburi	5,0	48,2%
4	Praia Secreta	0,15	1,4%
5	Prainha do Sacre Couer	0,15	1,4%
6	Prainha do late Clube	0,02	0,2%
7	Praia do Canto	0,5	4,8%
8	Praia das Galinhas	0,15	1,4%
9	Praia das Tartarugas	0,06	0,6%
10	Praia das Araras	0,09	0,9%
11	Praia da Poça	0,02	0,2%
12	Praia Teletubbies	0,18	1,7%
13	Prainha do Meio (Ilha do Boi)	0,04	0,4%
14	Praia da Vita	0,05	0,5%
15	Praia das Pedras	0,03	0,3%
16	Praia das Castanheiras	0,08	0,8%
17	Praia da Ilha do Frade	0,09	0,9%
18	Praia da Guarderia	0,07	0,7%
19	Praia da Curva da Jurema ou Praia Comprida	0,05	0,5%
20	Praia Grande ou Praia da Esquerda	0,02	0,2%
21	Praia do Nenel ou Praia da Direita	0,14	1,3%
22	Praia do Clube Ítalo Brasileiro ou Mokai Beach	0,03	0,3%
23	Praia da Praça Mulembá	0,05	0,5%
24	Praia do Hawaizinho	0,05	0,5%
25	Praia do Meio ou Praia do Suá	0,15	1,4%
26	Praia da Praça do Papa	0,08	0,8%

27	Praia da Marinha	0,23	2,2%
28	Castanheira Beach	0,08	0,8%
29	Prainha de Santo Antônio	0,06	0,6%
Total		10,38	100%
Fonte: Elaborado pela autora			

Quanto às práticas sócio-espaciais de ocorrência nas Praias, observou-se que, em grande medida, estas práticas estão relacionadas ao banho de mar, à prática de esportes e à contemplação da paisagem. As Praias de Camburi, da Curva da Jurema e da Ilha do Boi são as mais frequentadas para o banho de mar e recebem grande número de banhistas aos finais de semana. No que tange à prática de esportes, a Praia de Camburi, pela extensão de sua orla e de sua faixa de areia é, sem dúvidas, aquela que agrega a maior diversidade de práticas esportivas, dentre as quais citamos a natação, o kitesurf, o windsurf, a canoa havaiana e a hidroginástica. Já a Praia da Curva da Jurema e as praias localizadas na Praia do Canto, por apresentarem águas mais calmas, reúnem uma variedade de esportes que utilizam pequenas embarcações, tais como o *jet-ski*, a vela, a *stand up* e caiaque.

Algumas praias, como é o caso de praias localizadas na região de praias da Praia do Canto, na Ilha do Frade e na Ilha do Boi são comuns a realização de *picnics* e pequenas comemorações em grupos. A Praia das Castanheiras, na Ilha do Frade, se apresenta como um local frequentemente utilizado também para a realização de churrascos e como ponto de encontro de grupos de jovens que costumam passar o dia no local (Figura 74). À noite estes espaços praias também recebem, eventualmente, grupos que realizam luaus e pequenas festas. A presença de pescadores é também constante nestes espaços, com destaque para as áreas próximas a rochedos e píeres, como é o caso do Píer de Yemanjá junto à Praia de Camburi. Cabe destacar que a Praia de Camburi é palco ritos comemorativos em homenagem ao dia de Yemanjá, o qual é comemorado no dia 2 de fevereiro.

Figura 74 – Mosaico práticas nas Praias



Banho de mar na Praia de Camburi



Nadadores na Praia de Camburi



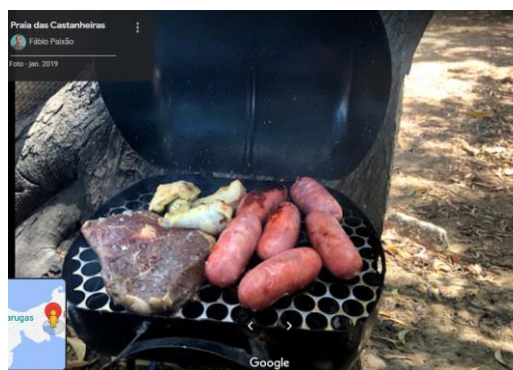
Vela na Praia da Curva da Jurema



Grupo de jovens em Luau na Praia de Camburi



Picnic na Praia da Praça dos Namorados



Churrasco na Praia das Castanheiras

Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere aos *Espaços Livres*, optou-se por analisá-los em separado das praias, uma vez que determinados trechos da borda d'água em Vitória não se apresentam como espaços praias mas oferecem áreas livres urbanizados de uso público que possibilitam o contato com as águas. Destacamos, dentre estes espaços, cinco mais significativos: 1. Trecho de orla urbanizada de Maria Ortiz, na região de Goiabeiras; 2. Trecho de orla urbanizada na região dos bairros que conformam a baía noroeste; 3. Orla urbanizada do Parque Tancredão; 4. Orla urbanizada de Mangue Seco; 5. Orla urbanizada atrás do Shopping Vitória. A Figura 75 apresenta um mosaico estes espaços.

Figura 75 - Mosaico *Espaços Livres* urbanizados em contato com as águas em Vitória

Fonte: elaborado pela autora

As práticas sócio-espaciais identificadas nos *Espaços Livres* estão frequentemente relacionadas à prática de esportes e ao lazer, à pesca e à contemplação da paisagem. Cumpre ressaltar, sobretudo nos espaços livres situados junto ao manguezal, é comum encontrar banhistas, sobretudo crianças, e também grupos realizando churrascos à beira-mar. A região da Ilha das Caieiras é comumente procurada por concentrar restaurantes que comercializam pratos típicos capixabas, como a moqueca e a torta capixaba. Nesta região é também comum encontrar desfiadeiras em seus trabalhos laborais à 'beira-mar', assim como catadores de caranguejo e pescadores em geral. (Figura 76)

Figura 76 – Mosaico práticas em *Espaços Livres*



Desfiadeiras na Orla da Ilha das Caieiras



Passeio na Orla da Ilha das Caieiras



Vela na Praia da Curva da Jurema



Grupo de jovens em Luau na Praia de Camburi

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto às áreas caracterizadas pela presença do *Manguezal* e que fazem a interface com o espaço urbanizado, destacam-se 3 localidades (Figura 77): 1. Manguezal na região da Grande Goiabeiras; 2. Manguezal na Ufes; 3. Manguezal na região dos bairros da Baía Noroeste.

Figura 77 - Mosaico Espaços com manguezais com acesso às águas em Vitória

1. Manguezal na região da Grande Goiabeiras



2. Manguezal na Ufes



3. Manguezal na região dos bairros da Baía Noroeste.



Fonte: elaborado pela autora

Nestes espaços, é marcante a presença de massa vegetativa típica de manguezal, bem como de pequenas embarcações atracadas de forma improvisada. Estas embarcações revelam a presença de moradores

pescadores e catadores de caranguejo (Figura 78) que tanto utilizam seus barcos para a pesca quanto para o deslocamento. Observamos ainda nestes espaços praticantes de esportes e famílias em pequenas comemorações.

Figura 78 - Mosaico práticas em manguezais com acesso às águas em Vitória



Praticantes de *stand up* nas imediações do manguezal da Ufes



Catador de caranguejo no manguezal de Goiabeiras

Fonte: elaborado pela autora

Quanto às *Vias* que fazem interface com as águas, destacam-se 3 (Figura 79): 1. Vias que beiras as águas na região da Grande Goiabeiras; 2. Trechos do anel viário da Ufes; 3. Vias que beiram as águas nos bairros da Baía Noroeste.

Figura 79 - Mosaico *Vias* com acesso às águas em Vitória



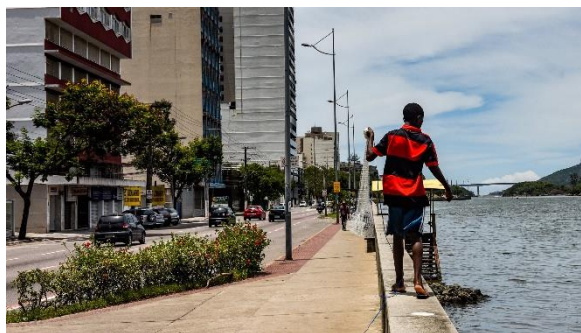
Os locais que possuem vias com interface direta para as águas, em geral, são aqueles em que menos foram observadas práticas sócio-espaciais, muito embora foram identificadas a pesca, a contemplação da paisagem e a prática esportiva à beira-mar. Destacamos, contudo, a presença de público para prestigiar as competições dos clubes de remo capixabas e também as

procissões marítimas religiosas, como é o caso da procissão de São Pedro e em devoção à N. S. da Penha. (Figura 80)

Figura 80 - Mosaico práticas em vias com acesso às águas em Vitória



Práticas esportivas à beira-mar na região do Centro



Pesca à beira-mar na região do Centro



Público assiste à Procissão de S. Pedro
























Contemplação à beira-mar no Centro

Fonte: elaborado pela autora

Quanto aos Píeres, ao redor de sua orla marítima 25 (vinte e cinco) locais com píeres¹²⁴ (Quadro 27), dentre os quais, o maior conjunto se encontra junto ao Complexo do Porto de Tubarão. Observa-se que a maior concentração de píeres junto à Baía do Espírito Santo, no entanto, somente os localizados na Praia de Camburi (itens 2 e 3 na Figura 81) e os 02 píeres sob a 3ª Ponte (item 8) são de uso público. Dentre os píeres de uso público, cumpre importante função o Píer dos Pescadores no Bairro da Enseada do Suá (item 10). Dois píeres antes utilizados como pontos de embarque e desembarque de transporte aquaviário se encontram desativados: o antigo aquaviário (item 14) e o antigo Cais do Hidroavião (item 16).

¹²⁴ Os píeres e quebra-mares foram identificados por fotointerpretação sobre mosaico de ortofotos (2019-2020) disponibilizado pelo IEMA. Importa indicar que os três quebra-mares se localizam na Praia de Camburi.

Figura 81 - Mosaico Píeres e quebra-mares em Vitória

1. Píer Porto Tubarão	2. Píeres P. Camburi	3. Píer Yemanjá	4. Píeres Yate Clube
			
5. Píer I. Frade	6. Píer Hotel Ilha do Boi	7. Píeres Ilha do Boi	8. Píeres sob 3º Ponte
			
9. Píer Marinha; 10. Píer dos pescadores	11. Píeres Estaleiros; 12. Píer J. de Nazareth	13. Píeres Ilha da Fumaça	14. Píer antigo Aquaviário
			
15. Píer Sambão do Povo	16. Píer Cais Hidroavião	17. Píer Santo Antônio	18. Píer Grande Vitória I
			
19. Píer Grande Vitória II	20. Píeres Ilha das Caieiras	21. Píer Mangue Seco	22. Píer Canal Camburi I
			
23. Píer Colônia Pescadores	24. Píeres Canal de Camburi II	25. Píer Paneleiras	
			
Fonte: Elaborado pela autora			

Quadro 27 - Píeres e quebra-mares em Vitória

Píer	Acesso
1. Píeres Porto de Tubarão	privado
2. Píeres Praia de Camburi	público
3. Píer Yemanjá	público
4. Píer Yate Clube	privado
5. Píer Ilha do Frade	privado
6. Píer Hotel Senac Ilha do Boi	privado
7. Píeres Ilha do Boi	privado
8. Píer sob 3ª Ponte	público
9. Píer Marinha	privado
10. Píer dos Pescadores (Enseada do Súa)	público
11. Píeres Estaleiros	privado
12. Píer Jesus de Nazareth	privado
13. Píeres Ilha da Fumaça	privado
14. Píer antigo Aquaviário	público
15. Píer Sambão do Povo	público
16. Píer Cais do Hidroavião	público
17. Píer Santo Antônio	público
18. Píer Grande Vitória I	público
19. Píer Grande Vitória I	público
20. Píer Ilha das Caeiras	público
21. Píer Mangue Seco	público
22. Píer Canal de Camburi I	privado
23. Píer Colônia dos Pescadores (P. Canto)	público
24. Píer Canal de Camburi II	privado
25. Píer das Paneleiras	público
Locais:	
	Baía do Espírito Santo
	Canal do Porto
	Baía de Vitória
	Canal de Camburi
Fonte: Elaborado pela autora	

Nestes espaços, são predominantes as práticas (Figura 82), da pesca, contemplação da paisagem e deslocamento, no caso dos píeres situados em águas mais protegidas, como é o caso daqueles situados em pequenas ilhas e também na região da Baía Noroeste da Cidade. Diferencia-se, nesse sentido, o Píer da Paneleiras, em Goiabeiras, por reunir ali também as atividades laborais ao lar livre relacionadas à produção da panela de barro.

Figura 82 - Mosaico práticas em píeres em Vitória



Pesca e contemplação no Píer de Yemanjá



Pesca no Píer dos pescadores na Praia do Suá

Fonte: elaborado pela autora

Quanto às *Pontes*, a Cidade apresenta 9 (nove)¹²⁵ pontes (Figuras 83 e 84) que fazem a comunicação terrestre entre a ilha e o continente a norte, e entre a ilha e os municípios de Vila Velha e Cariacica a sul. A construção destas pontes respondeu às necessidades decorrentes dos processos de ocupação e urbanização da Cidade sobretudo a partir do século XX, e representa no século XXI, papel fundamental como parte de um conjunto de infraestruturas físicas condicionantes dos deslocamentos de pessoas e mercadorias intrínsecos às atuais dinâmicas do fenómeno urbano.

A ponte mais antiga da Capital é a Ponte Governador Carlos Lindenberg (Ponte da Passagem), a qual já recebera, em outrora, o nome de 'Ponte de Maruípe', por ser uma das extremidades do que Botechia (2017)¹²⁶ chama de 'Eixo Maruípe', cujo trajeto ligava o Centro à 'Ponte da Passagem' fora utilizada por jesuítas, indígenas, viajantes diversos - sobretudo tropeiros, e por aqueles que desejavam alcançar as 'praias de banho' da Capital, como veremos mais adiante. Apesar de ser recorrente entre pesquisadores¹²⁷ a afirmação de que a Ponte da Passagem foi construída em 1801, Daemon (2010) indica que neste

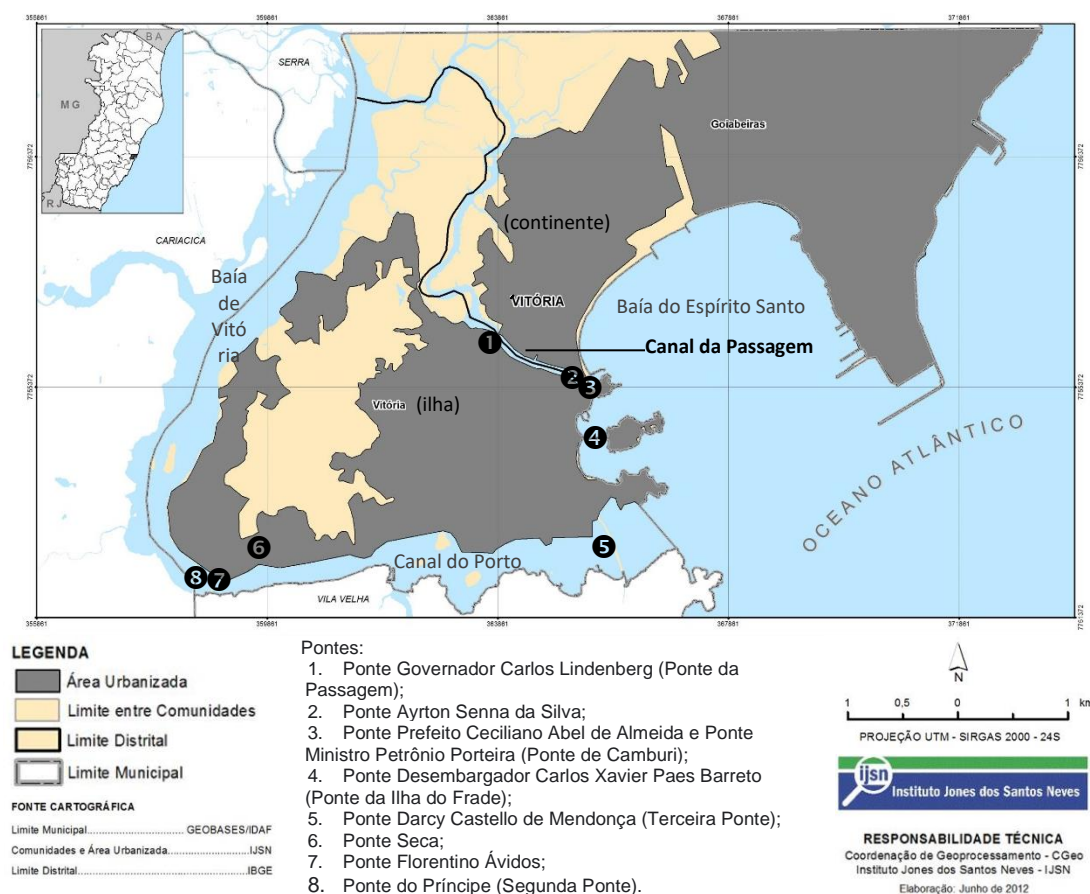
¹²⁵ A Figura X mostra apenas 8 (oito) pontes pois a ponte conhecida como 'Ponte de Camburi' compreende, em verdade, a duas pontes, uma em cada sentido, sendo: Ponte Prefeito Ceciliano Abel de Almeida (sentido Centro) e a Ponte Ministro Petrônio Portela (sentido Serra).

¹²⁶ Em sua tese de doutoramento intitulada *A Forma Indelével: Estudos Morfológicos sobre a persistência elementar em Maruípe*, Botechia (2017) denomina como *Eixo Maruípe* o objeto de seu estudo, o qual compreende parte da antiga estrada imperial, a "Estrada Geral da Costa", uma rota de quase 500km entre o sul do Espírito Santo e a Bahia (imediações do Rio Mucury).

¹²⁷ Citamos Derenzi (1995), Monteiro (2008), Campos (2016).

ano, a ponte foi reconstruída e sugere, com isso, sua preexistência ao ano indicado.

Figura 83 - Limites Administrativos e pontes da cidade de Vitória (ES)



Fonte: IJSN, adaptado pela autora

Não obstante a divergência quanto à precisão cronológica de sua construção, esta Ponte representou, no que tange às águas, importante meio de acesso às 'praias de banho', sobretudo até a construção da Estrada de Rodagem no início do século XX, a qual ligava o Centro à Praia do Suá e, posteriormente fora estendida até a Praia Comprida.

Figura 84 - Mosaico Píeres ou quebra-mares em Vitória

1. Ponte Governador Carlos Lindenberg (Ponte da Passagem);	2. Ponte Ayrton Senna da Silva;	3. Ponte Prefeito Ceciliano Abel de Almeida e Ponte Ministro Petrônio Porteira (Ponte de Camburi);
--	---------------------------------	--

		
4. Ponte Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto (Ponte da Ilha do Frade);	5. Ponte Darcy Castello de Mendonça (Terceira Ponte);	6. Ponte Seca;
		
7. Ponte Florentino Ávidos;	8. Ponte do Príncipe (Segunda Ponte).	
		
Fonte: elaborado pela autora		

As práticas sócio-espaciais identificadas nas pontes são o deslocamento, o salto ao mar praticado, em sua maioria, por jovens, a pesca e, em determinadas ponte, é comum a presença de moradores em situação de rua e usuários de drogas. As imediações das pontes também recebem, frequentemente, volumes de lixo, entulhos de obras e móveis descartados pela população.

Em face dos dados obtidos, percorreu-se todo o território a fim de identificar, ao longo da borda da Cidade, as práticas socioespaciais que se estabeleciam junto às águas, a fim de compreender de que forma o homem exerce seu contato com a borda d'água ao longo do perímetro da Cidade. Este levantamento, acreditamos, é chave importante para a construção de nosso

objetivo principal, ou seja, reconhecer os elementos que compreendem o imaginário das águas na Capital.

4.4.1 Espaços das águas e práticas sócio-espaciais em Vitória: permanências e transformações do século XVI à contemporaneidade

A presente tese observou que, sobretudo até o final do século XIX, o papel exercido pelas águas em Vitória estendia-se às atividades e práticas cotidianas, pressupostas do entrelaçamento cidade-águas, quando o mar avançava cidade adentro, e, no sentido oposto, rios e nascentes juntavam-se ao mar, deixando lamaçais de mangues, charcos e córregos. Dessa forma, a capilaridade hídrica impôs, no processo de produção do espaço urbano capixaba, a obrigatoriedade de convívio intenso entre as águas e a sociedade pelo menos até o século XIX, a partir de quando começam a serem empreendidas intervenções urbanas sobre as águas.

O estudo dos espaços das águas a partir da cartografia histórica entre os séculos XVI e XIX permitiu identificar a recorrência de topônimos – elementos - e os modos de composição destes no sítio, os quais, uma vez associados às descrições contidas nos mapas, revelaram os papéis que estas composições assumiam na apreensão das águas em Vitória. Desse modo, foram identificadas seis diferentes espacialidades cujas características variam conforme variam seus elementos, suas posições e suas relações com outros elementos próximos. Nesse sentido, os espaços das águas assumem um caráter múltiplo em razão dessa diversidade, ao mesmo tempo social e espacial, já que seus significados somente se fazem presentes porque estas águas são socialmente apropriadas pelo homem.

Por espaços das águas compreendemos, portanto, a dimensão social das águas, o que nos direcionou a extrapolar as fronteiras delimitadas do sítio físico na cartografia e alcançar aquilo que compreendia modos de habitar a Cidade. Do mesmo modo, o estudo das práticas sócio-espaciais nas águas em

Vitória alargou o campo de visão para abarcar um cotidiano, ao mesmo tempo, banal e ordinário, mas também complexo, dinâmico e permeado por sobreposições. Tal é o caso tanto dos espaços cujas águas adentravam ou emergiam no tecido – Reguinho, Pelames e Campinho. Nestes lugares, até o final século XIX, coexistiam práticas aparentemente opostas como o despejo de dejetos e o banho de mar ou as brincadeiras infantis. Também nestes locais, à revelia das constantes reclamações no que tange às suas condições de salubridade, atividades relacionadas aos serviços domésticos e ao comércio dividiam estes espaços, quer seja pelas necessidades físicas impostas, quer seja pela existência ainda preservada de elementos de uma estrutura híbrida do imaginário ocidental pré-moderno.

O Quadro 28 apresenta uma síntese dos fenômenos ocorridos nas práticas sócio-espaciais estabelecidas nas águas em Vitória (ES), entre o século XVI e o século XXI, com ênfase no período que vai da década de 1850 à década de 1950. Observamos quanto às práticas de transporte e deslocamento, a permanência de sua ocorrência em ambas as regiões. Contudo, no que tange à Área Central, há que se destacar a persistência dos catraieiros não obstante os recorrentes conflitos articulados em torno da cobrança de impostos pela municipalidade. Os deslocamentos realizados por pescadores, moradores e comerciantes na área central reduzem em número e sofrem deslocamentos na área central quanto aos locais de atracamento de suas embarcações haja vista as mudanças efetuadas sobre a linha de preamar ao longo das décadas. Na região das praias, por sua vez, destaca-se a Praia do Suá em todo o período estudado, dado sobretudo a permanência dos pescadores e suas atividades cotidianas.

Ao confrontar as práticas de deslocamento do período estudado com as práticas contemporâneas identificadas no trabalho de campo, também detectamos os locais onde concentram pescadores como locais onde também se concentram embarcações que, eventualmente, realizam deslocamentos. A criação de píeres públicos revela tanto o desejo pelo controle das águas quanto de contemplação a partir de pontos de vista privilegiados. A existência de

atracadouros particulares privativos é dominante sobre os públicos e se distribuem de modo mais disperso ao longo da Cidade.

Quadro 28 - Quadro síntese fenômenos ocorridos nas práticas socioespaciais nas águas (décadas 1850 a 1950)

Práticas	Sub período I déc. 1850 à déc. 1930	Sub período II déc. 1940 e déc. 1950	Período contemporâneo (séc. XXI)	Fenômeno práticas sócio- espaciais
Transporte/ Deslocamento				
catraiaagem				apagamento
canoagem				permanência
barco motorizado				transformação
Esportivas				
remo				permanência
turf				apagamento
pólo aquático				apagamento
natação				permanência
competições à beira-mar				permanência
kitesurf; Windsurf				aparecimento
standup				aparecimento
canoava havaiana				aparecimento
hidroginástica				aparecimento
vela				aparecimento
sup yoga				aparecimento
Religiosas				
batismo				permanência
ritos yemanjá				permanência
benção dos anzóis				permanência
procissão S. Catarina				apagamento
procissão S. Pedro				permanência
procissão S. Benedito				apagamento
procissão N. S. Penha				permanência
De socialização				
procissão marítima fúnebre				apagamento
festa venesiana				apagamento
festas Éden Parque				apagamento
banho de mar à fantasia				apagamento
banho de mar				permanência
picnic (convescote)				permanência
concursos de beleza à beira-mar				permanência
consumo de alimentos e bebidas				permanência
laborais				
pesca de subsistência				permanência
limpeza de pescado; crustáceos				permanência
lavagem de roupas				permanência
confecção de barcos e redes				permanência
abastecimento de mercadorias				permanência
sanitárias				

despejo de dejetos				permanência
aterro				permanência
Econômicas				
cortume				apagamento
pesca; cata de crustáceos				permanência
atividades portuárias				transformação
Atividades comerciais à beira-mar				transformação

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto às práticas esportivas, observamos a permanência da canoagem junto à baía de Vitória na área central. Esta prática, inclusive, era praticada por clubes sociais tais como o Álvares Cabral, o Saldanha da Gama, o Náutico Brasil, e o Piratininga. Novas modalidades como o polo aquático e Turf aparecem associadas à elite capixaba, e representam a ideia de uma maior preocupação estética corporal. Já a natação era inicialmente praticada pelos militares e passou a compor os currículos escolares ainda ao final do século XIX. Além disso, encontramos anúncios que ofereciam aulas particulares e artigos de vestiário para a prática independente. Nesse sentido, ao longo dos subperíodos esta prática se transforma e se associa a uma maior preocupação com os riscos inerentes ao banho de mar. Nas práticas contemporâneas, também se verificam esportes de elite, como o uso de moto aquática, vela, *wind surf*, *kite surf* entre outros concentrados na região das Praias de Camburi até a Praia da Curva da Jurema. No entanto, a natação é, dentre os esportes, o que é realizado por diferentes grupos sociais, de forma individual ou coletiva.

Quanto às práticas religiosas, destacamos a longa permanência das procissões marítimas em devoção à São Pedro e à N. S. da Penha. Outras procissões, como a de Santa Catarina, não foram mais identificadas nos registros pesquisados. Estas práticas se destacam ainda na contemporaneidade por sua constância e número de fiéis adeptos, e compreendem tradições enraizadas no público de devotos capixabas e de outros estados brasileiros.

As práticas de socialização englobam a maior diversidade de atividades e apresentam, dessa forma, um conjunto de fenômenos nos quais a permanência é a que se apresenta com menor evidência. Citamos como exemplo do aparecimento, a proliferação de concursos variados associados à beleza junto à região das praias. Uma marca desta categoria é a ocorrência de passeios pitorescos de contemplação da paisagem e a realização de piqueniques proporcionados, sobretudo, por grupos sociais, clubes e agentes públicos. Determinados anúncios, nos dois subperíodos, ofereciam ainda a comercialização de 'vagas' para a participação em piquenique organizados de forma independente aos clubes ou ao poder público. Esta forma de acesso à prática do piquenique sugere a prática como uma modalidade mercadológica que viabilizava a aproximação aos hábitos da elite. Estas práticas, na contemporaneidade reproduzem uma lógica muito semelhante à observada nos tempos de outrora, e se caracteriza por uma espécie de territorialização das praias tendo como fundamento a distinção sócio-econômica dos espaços e práticas de sociabilidade.

No que se refere às práticas laborais, observamos a sua estreita ligação com a pesca, dominante pela necessidade de confecção artesanal de redes e embarcações. Estas práticas, portanto, assim como a pesca, permanecem presentes, porém deslocam-se ao longo da costa conforme as mudanças físicas da linha de preamar. Já o curtume e a lavagem de roupas não são mais identificados no segundo subperíodo da pesquisa. Assim como os deslocamentos e as práticas religiosas, as práticas laborais na

contemporaneidade mantém um caráter de permanência das atividades, muito embora ocorra deslocamentos espaciais em ajustamentos às dinâmicas transformadoras do sítio físico.

Quanto às práticas sanitárias, observa-se a sua transformação nos dois subperíodos, uma vez que enquanto no primeiro o despejo de dejetos era cotidianamente realizado sobre as águas, no segundo a ocorrência de acúmulo de detritos e lixos se associa mais às ruas, terrenos desocupados e à beira mar do que às águas diretamente. Ainda são observadas a ocorrência de práticas antisanitárias junto às águas, com predomínio nas áreas com menor fluxo de pessoas, como em pequenas enseadas ou em áreas utilizadas prioritariamente para circulação.

Por fim, dentre as práticas econômicas, a comercialização de pescado permanece em ambos os subperíodos e regiões. Interessa apontar, quanto ao primeiro subperíodo, a comercialização de banhos frios e a taxação pelo uso de espaços para troca das vestimentas nos momentos pré e pós banho de mar. Esta atividade apresenta-se na Praia do Suá com os pescadores e novos comerciantes que identificam uma nova oportunidade para obtenção de renda. As práticas econômicas contemporâneas respondem com uma baixa ocorrência, quando comparadas à diversidade e recorrência de outras práticas ao longo das praias. Se realizam principalmente por ambulantes informais autônomos e dispersos ao longo da orla.

Diante do exposto, constatamos a existência de práticas que participam como Dissonâncias – *táticas* de coexistência - ao discurso da modernidade, em especial as práticas religiosas, laborais e de deslocamento, já que apresentam fortes marcas de permanência não obstante o desejo e as ações que visavam a modernização da Capital. Do mesmo modo, determinadas práticas respondem como ressonâncias - *estratégias* da reprodução do espaço urbano - à ideia de modernidade, já que contribuem para a afirmação de novos valores sócio-econômicos atribuídos às águas e seus espaços de apropriação. Dentre estas,

destacamos a elitização ocorrida no banho de mar e a criação de novos hábitos tais como os esportes mencionados e o piquenique.

Complementa a presente hipótese a ideia de que a particular conformação geográfica e a recorrência de determinadas práticas sócio-espaciais conformam os elementos de uma estrutura do imaginário social das águas da Capital. Atribuímos ao imaginário dos espaços das águas, um valor simbólico tradicional, uma vez que ele detém, em alguma medida, relações constantes afetivas, funcionais e motoras, arquétipos, nos termos de Jung (2012).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese investigou como o valor simbólico tradicional defendido por Jung (2012) se manifesta nas práticas cotidianas nas águas em Vitória, sobretudo aquelas relacionadas à religiosidade, às atividades laborais e de deslocamento. Este conjunto de práticas evocam uma ideia de tradicionalidade associada à relação homem-natureza. Assim, seu caráter de constância e de sentido transcendente, parecem sustentar uma estrutura mais estável junto ao imaginário social, ao contrário das práticas de sociabilização, as quais vagam frequentemente à procura do novo e da distinção do antigo. Desse modo, conformam arquétipos que são, ao mesmo tempo dinâmicos porque se tensionam, mas retornam a uma estrutura estabilizadora simbólica. A força da recorrência da religiosidade, o exemplo mais notadamente marcante, opera uma potência energética e desempenha um papel identitário na formação do imaginário social das águas em Vitória (ES)

Neste imaginário, o sagrado e profano constituem faces opostas inerentes aos objetos do mundo dos homens, nos termos de Araújo (2003). A prática da pesca, neste contexto, se destaca por articular dimensões econômicas, religiosas e sociais. O pescador é, ao mesmo tempo, o trabalhador, o devoto e o boêmio. Correspondem a essa natureza híbrida, uma espacialidade estendida e sobreposta de camadas, já que o ritual cotidiano de

suas saídas ao mar se relaciona também com o rito cotidiano da devoção para a proteção e o agradecimento. Sua religiosidade é marcada, portanto, pela presença clara do profano entremeado ao sagrado como face oposta e complementar que reforça, recorrentemente a cada novo rito espacial efetuado.

Como última contribuição, indicamos que o estudo das práticas sócio espaciais na área central e sua transição em direção às praias, nos permitiu indicar uma ideia para uma estrutura formadora do imaginário das águas em Vitória (ES). Esta estrutura carrega elementos presentes, tanto na estrutura mitológica elementar, como fora abordado, sobretudo a partir de Eliade (2016), quanto na estrutura do mito moderno, tal como apontara Gomes (2011) e se estabelece mediante:

- I. a recorrência dos elementos físicos construídos e geomorfológicos do sítio e que conformam uma imagética dos espaços das águas. Estes elementos compreendem não apenas a baía e seus rios, mas também morros, praias, ilhas e o próprio espaço construído;
- II. A sinuosidade presente na linha de preamar proporcionou micro espacialidades onde jaziam uma diversidade de práticas cotidianas;
- III. A sacralidade confere um caráter de maior estabilidade e permanência ao longo do tempo, mesmo face à forças econômicas e dinâmicas físicas e sociais significativamente transformadoras;
- IV. O banho de mar, assim como as práticas de socialização, quando aderem ao discurso da modernidade, são fortemente propagadas como ideais pelas elites e assumem um caráter onde prevalece o hedonismo e a valorização estética das ações sociais. Sua espacialidade é móvel e opera conforme o dinamismo das forças dominantes sócio-econômicas;
- V. Constatar o caráter múltiplo e híbrido das águas reforça a sua ressonância com a ideia presente nas águas pré-modernas apresentada por Hamlin (2000) e Linton (2006), bem como reiteram o exposto por Lyotard (2009) e Araújo (2003) quanto à crise epistêmica instaurada pela modernidade e ainda vigente no atual período pós-

moderno ou da modernidade radicalizada. Esta crise, como indicaram estes autores, ancorada em metanarrativas universais, deve ser enfrentada considerando o contexto de rupturas e descontinuidades geográficas os processos sociais contemporâneos, o que nos convoca a pensar, como contraponto, a necessidade de se buscar, no interior da heterogeneidade dos fenômenos, seus elementos reguladores capazes de nos instrumentalizar com as ferramentas próprias para este período de grande complexidade social, espacial e econômica.

- VI.** O que queremos dizer com isso é que, se a representação universal e genérica da água a H₂O marca como um símbolo a era de racionalidade e economificação do mundo, é preciso buscar no caráter dos lugares cotidianos, as identidades perdidas das águas e recuperar, com isso, a visibilidade do hibridismo inerente à relação homem-natureza.

Assim, estabelecemos uma relação entre uma espécie de consciência coletiva formada por arquétipos - o imaginário social – e os espaços das águas em Vitória (ES). Esta relação se configura, ao mesmo tempo, como híbrida, dinâmica e constante. Híbrida no sentido de que reúne dois arquétipos estruturadores do imaginário ocidental – o tradicional e o moderno. Dinâmica, uma vez que está sujeita a mudanças constantes a partir da inclusão, exclusão ou transformação dos signos imagéticos que a compõe. Por fim, constante, já que apresenta a permanência de simbologias estáveis, entendidas, de um lado, como aquelas presentes nas *águas pré-modernas* – ao mesmo tempo, múltiplas em propriedades, funções e valores, e, uma, sob a perspectiva mitológica e cosmogônica da origem e da criação – e na ideia de *água moderna*—genericamente representada como elemento composto, H₂O, portanto, universal.

O gesto arquetípico da Criação, ao ser atravessado pelo paradigma da modernidade, no contexto das abruptas transformações políticas, econômicas, ideológicas, culturais, científicas e tecnológicas que caracterizam a era moderna, é invisibilizado mediante a hegemonia de paradigmas modernos,

dentre os quais citamos a perspectiva da água enquanto recurso hídrico – orientado por dimensões político-econômicas e científico-ambientais. A dissonância da modernidade está, portanto, na negação da existência de fundamentos invariáveis da vida humana, sobretudo a espiritualidade, da estrutura social. Na contramão deste paradigma moderno, os espaços das águas, tomados como *lócus* das ações cotidianas do homem, tem, portanto, nas práticas socioespaciais, manifestações que questionam a legitimação de seu discurso.

Não obstante a impossibilidade de não reconhecer o papel das forças econômicas que atuam sobre esta estrutura social, apontamos para a necessidade de investigações que explorem, individualmente, os vieses ocultados de cada uma das manifestações socioespaciais que apresentam uma ordem simbólica tradicional, operante e estável, no imaginário social dos espaços das águas em Vitória.

Ao nos dedicarmos ao estudo e compreensão dos elementos que estruturam este imaginário coletivo, outras questões que atravessaram essa estrutura, como é o caso da ideia de uma ‘crise hídrica global’ e mesmo estas manifestações religiosas marítimas, não foram aqui contempladas; no entanto, sugerem, provocam e convocam novas pesquisas. Em Vitória, destacamos como sugestões para outros desdobramentos, as práticas ritualísticas do batismo religioso em águas doces ou salgadas, os ritos do Ano Novo, e as festividades em homenagem ao dia de Yemanjá, todas ocorrências marítimas de forte significação simbólica na Capital. Estas festividades sobrevivem às lógicas econômicas e ao tempo como tradições vivas do cotidiano anual capixaba.

7. REFERÊNCIAS

- A PROPOSITO DA EPIDEMIA. *Correio da Victoria*, Vitória, p. 2, 6 out. 1855b.
- A' BANHOS, Factos e boatos. Noticias locais. *A Provincia do Espirito Santo*, ed.00120, p. 3, 5 jan. 1883.
- AB' SÁBER, A. N. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003
- ALMEIDA, R. H. de. **O centro de Vitória**. Projeto de Graduação, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFES, 1986.
- ALMEIDA, R. H.; ES. *A salvaguarda dos bens patrimoniais e a tessitura de territorialidades sócio-espaço-temporais*. Arquitetura. 1ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo, 2009, v. 1, p. 17-31.
- Alvarez Ferreira, Agripina Encarnacion. **Dicionário de imagens, símbolos, mitos, termos e conceitos Bachelardianos**/Agripina Encarnación Alvarez Ferreira. – Londrina :Eduel, 2013.
- ALVES, André e SAMAIN, Etienne. 2004. **Os argonautas do mangue precedido de Baline's character (re)visitado**. Campinas: Editora Unicamp/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- ANDRADE, B. A. de; ALMEIDA, R. H.. *O Patrimônio territorial de Santa Leopoldina [ES] como pretexto para a proposição de uma rota patrimonial*. Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG. Online), v. 5, p. 1-12, 2012.
- ANDRADE, B. A.; PANI, D. F.; SILVA, N. L.; ALMEIDA, R. H. . *A rede hídrica e um patrimônio territorial: um ensaio de representação identitária em duas bacias hidrográficas no Espírito Santo /Brasil*. In: Encontro Internacional sobre Patrimônio Edificado - ArquiMemória 4, 2013, Salvador. Anais [do] IV Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado - ArquiMemória 4, 2013. p. 01-13.
- ARAUJO, Frederico G. B. de. **Saber sobre os homens, saber sobre as coisas: história e tempo, geografia e espaço, ecologia e natureza**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- ASPE C. 1999, *Introduction*. In: ASPE C. & POINT P. (eds.), *L'eau en représentations: gestion des milieux aquatiques et représentations sociales*, Antony (France), Cemagref Éditions.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 2011.

BACHELARD, G. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BAKKER K. J.. *An Uncooperative Commodity: Privatizing Water in England and Wales*, Oxford, Oxford University Press. 2003,

BARNES J. & ALATOUT S.. *Water worlds: Introduction to the special issue of Social Studies of Science*. *Social Studies of Science*, vol. 42, nº 4, p. 483-488, 2012.

BARROS, S. F. de S.. *O método regressivo-progressivo como possibilidade para os estudos das cidades médias*. Universidade Estadual de Montes Claros. *Revista Cerrados (Unimontes)*, vol. 16, núm. 2, pp. 110-125, 2018.

BARTALINI, V. *A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem*. *Revista USP*, n. 70, p. 88-97, 1 ago. 2006.

BARTALINI, V.. *A paisagem em arquitetura e urbanismo: remontar às nascentes como opção metodológica*. *Paisagem e Ambiente*, v. 32, p. 69-81, 2013.

BARTALINI, V.. *Brejos, vielas, escadas: um bairro-jardim e suas águas*. Pós. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, v. 31, p. 26-43, 2012.

BARTALINI, V.. *Córregos Ocultos e seus Vestígios*. *Passagens N 3*, v. 1, p. 104-109, 2015.

BARTALINI, V.. *Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos*. In: Pós – *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, no 16, dez. 2004, p. 82-96.

BELLINI, A. K. de Q. Costa. *Espaços públicos abertos e o usufruto da Paisagem: 1860 A 1916 – Vitória (ES)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

BLASER M.. *Ontological Conflict sand the Stories of Peoples in Spite of Europe: Toward a Conversation on Political Ontology*. *Current Anthropology*, vol. 54, nº 5, p. 547-568. 2013.

BOELENS, Rutgerd, LEONTIEN Cremers y MARGREET Zwarteveen. *Justicia hídrica: acumulación, conflicto y acción social*. Lima: IEP; Fondo Editorial PUCP, Justicia Hídrica. 2011.

BOTECHIA, F. R. *Áreas centrais em transformação: tempos e espaços no centro tradicional de Vitória (ES)*. 2001. Belo Horizonte: Núcleo de pós-graduação em Arquitetura - UFMG, 2001. (Dissertação de Mestrado).

BOTECHIA, Flávia Ribeiro. *A forma indelével: estudos morfológicos sobre a persistência elementar em Maruípe*. 2017. 268 f. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

BRASIL. **A História do Uso da ÁGUA no Brasil do descobrimento ao Século XX**. Agência Nacional das Águas. BRASIL: Gráfica e Editora Athalaia, 2007.

BRASIL. **Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada**. Brasília: MMA/SQA; MP/SPU, 2002.

BRAUN B. and CASTREE N.. *Remaking Reality: Nature at the Millennium*. London and New York, Routledge., 1998

Budds, J. and Hinojosa, L. 2012. *Restructuring and rescaling water governance in mining contexts: The co-production of waterscapes in Peru*. Water Alternatives 5(1): 119-137. Disponível em: www.water-alternatives.org

BUDDS, Jessica. *Contested H2O: science, policy and politics in water resources management in Chile*. *Geoforum* vol. 40, n. 3 p. 418–430, 2009

BULFINCH, T. **O livro de ouro da Mitologia: Histórias de deuses e heróis**. 26ª ed. Tradução: David Jardim Junior. ... 7, n. 2, p. 7-14, 2018.

BUTTIMER, A. *Grasping the Dynamism of Lifeworld*. In: *Annals of the Association of American Geographers* 2, vol. 66, 1976.

CAMPOS JUNIOR, C. T. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CAMPOS JÚNIOR, C. T.. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. 1ª. ed. Vitória - Espírito Santo: Florecultura, 2002. v. 1000. 192p .

CAMPOS JÚNIOR, C. T.. **O Novo Arrabalde**. 1a. ed. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996. v. 1. 250p .

CAMPOS JÚNIOR, C. T.. **A história da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-es, 2005.

CASTORIADIS, C. *O imaginário: a criação no domínio social-histórico*. In: PEREIRA, L. C. B.; MOTTA, F.C. P. (Orgs.). *Os domínios do homem: encruzilhadas do labirinto II*. São Paulo: Paz e Terra, 1987ª

CAUQUELIN, A.. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAUS, Celso Luiz. **Das Fontes e Chafarizes às águas limpas: Evolução do Saneamento no Espírito Santo**. Vitória: CESAN, 2012.

CAVALCANTI, R. **Mitos da Água**. São Paulo: Cultrix, 1998.

CERTEAU. Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHEFATURA DE POLICIA. *Diário da Manhã*, Vitória, Ed. 02876, p. 2, 16 dez. 1934.

CHEVALIER, Jean-Claude; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. 18 Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. 995 p.

COELHO, A. L. N. *Geotecnologias aplicadas na distribuição espacial dos aterros da Cidade de Vitória/ES*. In: Caderno de Geografia, v. 27, n.51, 2017, p. 76

COLONISAÇÃO (cont.). *Relatório do presidente da província do Espírito Santo*, Pedro Leão Veloso. Correio da Victoria, Vitória, 9 jul. 1859. Parte Oficial, p. 1.

COMMERCIO..., O horizonte 1894, ed. 00120, p.3

CORBIN, Alain. **Território do Vazio: A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito-chave da Geografia*. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª edição, 2003, p. 15-47

COSTA, C. V.. *Catraieiros da Baía de Vitória - ES: fluxos e táticas de coexistência*. Dissertação de mestrado (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2015.

COSTA, H. S. de M. *A reforma urbana e a busca da cidadania*. Revista Indicador no. 27. Belo Horizonte: ALEMGO, 1988.

COSTA, Lucia M. S. Antunes (Org.). **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileira**. Rio de Janeiro: PROURB, 2006.

CROCE, R.; MENDONÇA, E. M. S.. *Relação entre espaços urbanos e espaços fluviais: conflitos e interações em Ipaba (MG), no Vale do Rio Doce*. Paisagem e ambiente, v. 32, p. 1-25, 2021.

CUNHA, Lucia H. de O. *Significados Múltiplos das águas*. In: DIEGUES, A. C. (org.). **A Imagem das águas**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

CURBANI, S. G. **Olhar o passado: o urbanismo de Henrique de Novaes** (Artigo) Vitória: DAU-UFES, 1999.

DAEMON, B. C. **A Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória: 2010.

DALTON, John. *A New System of a Chemical Philosophy*. Manchester: Londres, 1808. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Wp7QAAAAMAAJ&hl=pt-BR&pg=PP5#v=twopage&q&f=false>. Acesso:15jan2020.

DAMIANI, Amélia Luisa. **O lugar e a produção do cotidiano**. Encontro Internacional: Lugar, Formação socioespacial, Mundo, ANPEGE, USP, 8 a 10 setembro, 1994.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma Ilha**. Vitória : Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

DESASTRES. *Noticias Diversas*. Correio da Victoria, Vitória, Ed.00009, p. 3, 29 jan. 1859.

DI MEO, G. *La g nese Du territoire local: complexité dialectique et espace-temps*. In: Annales de Géographie 559, 1991.

DIEGUES, A. C. (org.). **A Imagem das  guas**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio   Pesquisa sobre Popula es Humanas de áreas  midas Brasileiras/USP, 2000. osley, Ed. Prourb, 2006.

DIEGUES, A. C. * gua e cultura nas popula es tradicionais brasileiras*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GOVERNANÇA DA ÁGUA, 1. 2007. São Paulo-SP, 2007.

DIEGUES, A. C.. **O mito moderno de natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC. 1996.

DONAHUE J. M. and JOHNSTON B. R., 1998, Conclusion, in DONAHUE J. M. & JOHNSTON B.R. (eds.), *Water, Culture, and Power: Local Struggles in a Global Context*, Washington DC, Island Press.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ELTON, Elmo. **Logradouros Antigos de Vitória**. Vitória: IJSN, 1992.

ELTON, Elmo. **Velhos Templos e Tipos Populares de Vitória**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2012.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Jerônimo de Souza Monteiro). Relatório Exposi o sobre os Negócios do Estado no Quatriennio de 1909 a 1912 apresentado ao Congresso Legislativo no dia 23 de maio de 1913. Vitória, 1913.

ESPÍRITO SANTO (Provincia). Presidente (1838-1840: João Lopes da Silva Coito). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 1º de abril de 1839. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1838.

ESPÍRITO SANTO (Provincia). Presidente (1873-1889: Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas). *Lei n. 35 de 15 de novembro de 1873*. O EspiritoSantense. Vitória: Typographia Ladeira do Palacio, ed. 00304, p.1, 16 dez 1873.

F. A Provincia do Espirito Santo, Vitória, p. 4, 8 jan 1887.

FERRAZ, C. B. R.. *Devir-criança e infantilização pela Rua Sete em Vitória (ES): narrativas para a ilha rever*. Tese de doutorado. (Faculdade de Arquitetura) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

REIRE, Mário A.. **A capitania do Espírito Santo. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)**. 2ª edição organizada por Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves. Ilha de Vitória: Flor&Cultura editores, 2006.

FREITAS, J. F. B. (org.) **Diálogos: Urbanismo BR**. Vitória: EDUFES; Niterói: EDUFF, 2010.

FREITAS, J. F. B; AZEVEDO, M. N. S de. *A conquista de áreas ao mar: repercussões em áreas urbanas preexistentes*. In: Freitas, J. F. B. (org.). Diálogos: urbanismo.br. Vitória: EDUFES; EDUFF, 2010, p. 125-161.

FRIZZERA, K. P. *Paisagens e passagens*. Natureza e artifícios na cidade de Vitória. Belo Horizonte: Núcleo

GARCIA BALLESTEROS, A. (Ed.). **Geografia y Humanismo**. Barcelona, Oikos/Tau, 1992.

GASPAR, Claudia Braga. **Orla Carioca. História e Cultura**. São Paulo: Metalivros, 2004.

GIDDENS, A.. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003

Gleick PH. *The changing water paradigm: a look attwenty-first century water resources development*. Water Int 2000, 25:127–138.

Gleick, Peter H.,. *Water in Crisis: A Guide to the World's Freshwater Resources*. New York and Oxford: Oxford University Press. ed. 1993a

GOLDSMITH E. and HILDYARD N., 1984, *The Social and Environmental Effect sof Large Dams, Bordeaux, France, European Ecological Action Group*.

GOMBRICH, E. H.. *A teoria renascentista da arte e a ascensão da paisagem*. Norma e forma. Estudos sobre a arte da Renascença. São Paulo: Martins Fontes: 1990.

GOMES, Eduardo R. *A Modernização urbana do Centro de Vitória (ES): Considerações preliminares sobre a geografia do passado de uma Cidade*. Geografares, nº 6, 2008, p. 73-87.

GOMES, Gustavo Z. (bolsista). Relatório Final de Pesquisa. Subprojeto de pesquisa *Identificação das apropriações sócioespaciais no entorno da Baía de Vitória (ES) vinculado ao Projeto de pesquisa Subsídios metodológicos à formulação de políticas públicas relacionadas à paisagem*. Universidade Federal do Espírito Santo. Edital PIIC 2018/2019. Julho, 2019.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

GONÇALVES, João R. V.. **Vitória Fortificações e Ilhas**. Vila Velha: Above Editora e Publicações, 2017.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e cidades**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

Goubert, Jean-Pierre. 1986. *The Conquest of Water: The Advent of Health in the Industrial Age*. Princeton: Princeton University Press.

GRATALOUP Christian. *La géographie aux champs*. In: Espaces Temps, 1, 1975. pp. 26-28;

GUIGOU, Jean-Louis. *Une ambition pour Le territoire. Aménager Le temps et l'espace*. Paris, L'Aube/Datar, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

Hamlin, Christopher. 2000. *Waters' or Water'? - Master narratives in water history and their implications for contemporary water policy*. Water Policy 2: 313-325

Hamlin, Christopher. *A Science of Impurity: Water Analysis in Nineteenth Century Britain*. Berkeley: University of California Press, c1990 1999. <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft667nb43t/>

HARRISON, Sarah. *Sea Bathing and the first bathing machine at Scarborough*. Yorkshire Journal. Edição Primavera, 2012, p. 18-21. Disponível em: <https://theyorkshirejournal.wordpress.com/spring-2012/>. Acesso jan 2022.

HARTT, Charles F. **Geologia e Geografia Física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. (Brasiliana, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5ª, v. 200)

Hodge, Trevor A. *Purity of Water. In Handbook of Ancient Water Technology*, ed. Orjan Wikander: 95-99. Leiden, Boston, Koln: Brill, 2000b.

IBGE. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

ILUMINAÇÃO DA CAPITAL. Presidente (1838-1840: João Lopes da Silva Coito). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 1º de abril de 1839. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1838.

IMBELLONI, A. C. P., & FELIPPE, M. F. *(Re) Conhecendo o Ciclo Hidrossocial: os movimentos da água na Comunidade Quilombola da Tapera (RJ)*. Dissertação de mestrado (Geografia). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019.

IMBELLONI, Ana Caroline Pinheiro; FELIPPE, Miguel Fernandes. *Compreendendo o Ciclo Hidrossocial em Comunidades Quilombolas: possibilidades metodológicas para o estudo*. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária; Nov.2017; Curitiba, ISSN: 1980-4555, 2017, p.1-10.;

IMBERTTI, V. S.; ALMEIDA, R. H.. *A Legibilidade físico-territorial de Vila Velha: os recursos hídricos continentais como catalisadores*. In: XXIV Congresso Pan-Americano de Arquitetos: Viver o Território, Imaginar a América, 2012, Maceió. Anais do XXIV Congresso Pan-Americano de Arquitetos: Viver o Território, Imaginar a América, 2012. p. 1-17.

JUNG, Carl G. (Org.). **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

Kahtouni, Saide. **Cidade das águas**. São Carlos, SP :RiMa, 2004.

Kalaora, Bernard. 2001. *De l'eausensible a OH2. In Colloque International OH2, "Origine set Histoire de l'Hydrologie"*. Dijon, 9-11 mai, 2001. (paper published onconference CD) Université de Bourgogne

KLUG, L. B. **Vitória sítio físico e paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.

KURZ, R. *A estética da modernização*. Tradução Cláudio Roberto Duarte. Revista *Exit*, jan.2002. Disponível em <<http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>>

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. (trad. Carlos Irineu da Costa) Rio de Janeiro: Ed.34. [1994]

LAVOURA E COMMERCIO. *Correio da Victoria*, Vitória, p. 2, 27 jan. 1849.

LAZZERINI, F. T. *Fontes de águas “milagrosas” no Brasil*. In: *Ciência e Natura*. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas Universidade Federal de Santa Maria, v. 36 Ed. Especial II, 2014, p. 559-572.

LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México. Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**, São Paulo, Ed. Ática, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, 190p. (El espacio. In LEBEVRE, Henri. *Espacio y política: El derecho a la ciudad II*. Barcelona: Península, 1978.

LÉVY, J. *L'espace légitime, sur La dimension géographique de La fonction publique*. Paris, Presses de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

LIMA JUNIOR, Carlos Benevides. **Baía de Vitória: aspectos históricos e culturais**. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida/ UFES, 1994.

LINTON, Jaime. *What is Water? The History and Crisis of a Modern Abstraction*. Department of Geography and Environmental Studies, Carleton University, 2006.

LINTON, Jamie. *Waters in the Plural: Approaches and opportunities for more grounded research and management*, Géocarrefour [Enlign], 96/2 | 2022, mis enlignele 20 juin 2022, consultéle 02 août 2022. URL : <http://journals.openedition.org/geocarrefour/19295> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/geocarrefour.19295>

LINTON, Jamie; BUDDS, Jessica. *The hydrosocial cycle: Defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water*. *Geoforum*, v. 57, p. 170-180, 2014.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

LYOTARD, Jean François. **A Condição Pós-Moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 12ª ed. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 2009

MAAR, J. H. **História da química - Parte 1 - dos Primórdios a Lavoisier**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

MAAR, J. H. **História da química: Segunda Parte: De Lavoisier ao Sistema Atômico**. Florianópolis: Papa-livro, 2011.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e natureza: Proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Edusp; Studio Nobel; Fapesp, 1999.

MARTINS, J. S. (Org.) **Henri Lefèbvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MEDIDAS SANITARIAS. Parte Oficial. Correio da Victoria, Vitória, ed. 00078, p. 2, 6 out. 1855a.

MENDONÇA, E. et al. **Cidade prospectiva. O projeto de Saturnino de Brito para Vitória**. Vitória: Edufes; São Paulo: Annablume, 2010.

MENDONÇA, E. M. de; ALMEIDA, M. S. de. *Origem da verticalização no processo de modernização das cidades de Porto Alegre e Vitória*. In: Diálogos: urbanismo.br. Vitória: EDUFES; EDUFF, 2010, p. 97-124.

MENDONÇA, E. M. S.. Apropriação do espaço público por crianças e adolescentes na Baía Noroeste de Vitória. In: Cláudio Luiz Zanotelli; Eugênia Célia Raizer; Vanda de Aguiar Valadão. (Org.). *Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais*. 1ªed. Vitória: Grafita Gráfica e Editora e NEVI/UFES, 2007, v., p. 37-50.

MENDONÇA, E. M. S.. *O traçado de novos bairros em Vitória: repercussões do projeto de um Novo Arrabalde*. In: Maria Cristina da Silva Leme. (Org.). **Urbanismo no Brasil 1865-1965**. 2ªed. Salvador: EDUFBA, 2005, v. , p. 183-195.

MENDONÇA, E. M. S.. *Sistema de espaços livres e forma urbana na Ilha de Vitória, Espírito Santo, Brasil*. Paisagem e Ambiente, v. 33, p. 67-82, 2014.

MENDONÇA, M. C. ; CAMPOS JÚNIOR, C. T. . **O discurso da modernidade na construção de Vitória-ES**. GEOTEXTOS (ONLINE), v. 15, p. 13, 2019.

MILLER, D. P. *Distributing Discovery' between Watt and Cavendish: a Reassess men to the Nineteenth-Century 'Water Controversy*. *Annal sof Science*. V. 59, 2002, p.149-178.

MONTEIRO, Peter Ribon. **Vitória: cidade e presépio; os vazios visíveis da capital capixaba**. São Paulo: Annablume: Fapesp; Vitória: Facitec, 2008.

MORRISON, Allen. **The Tramways of Brazil: A 130-Year Survey**. New York, 1989. History, photos and map of the Vitória and Vila Velha systems, pp. 66-72.

NATIONAL RESOURCES BOARD. *A Reporton National Planning and Public Works in Relationto Natural Resource sand Including Land Use and Water Resources with Findingsand Recommendations*: Dec. 1, 1934. Sumitted to the President in AccordancewithExecutiveOrder No. 6777, June 30. 1934.[Illustr.]. 1934.

NEVES, Luiz Guilherme S.; PACHECO, Renato. **Os catraieiros da Baía de Vitória**. Vitória: PMV, Secretaria de Cultura e Turismo, 1995.

NOVAES, Maria Stella de.. **Jerônimo Monteiro: Sua vida e sua obra**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

O'DONNELL, JULIA. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. v. 1. 256p

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 3ed, 2008.

OS ASPECTOS.... Antiguidade e novidades .Diário da Manhã, Vitória, p. 17, 18 ago. 1927.

PANOFSKY, E.. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1976

PANZINI, Franco. **Projetar a Natureza. Arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

PARQUE MOSCOSO. *Vida Capichaba*, Vitória, ed.494, p. 12, 30 ago 1940.

PEGORETTI, M. S.; TOREZANI, C. C.. *A forma urbana em perspectiva história: um olhar a partir da Praça Costa Pereira, Vitória/ES*. XVI SIMPURB. UFES, 2019.

PIMENTEL, V. L.. *O Novo Arrabalde da Praia Comprida. A arquitetura residencial na Praia do Canto em Vitória – ES (1910-1939)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

POBRE.... A Folha do Povo, Vitória, p.3, 21 mar. 1952.

RAMOS, Daniel da Rocha. *A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

REGRAS HYGIENICAS ... O horizonte. Vitória, ed. 00030, p.3, 17 mar 1883.

REIS, Fábio Paiva. **Os mapas do Espírito Santo Colonial. História da Capitania do Espírito Santo**. Livro 3. Vitória: SpiritoSancto, 2017.

REQUERIMENTOS....Correio da Victoria, Vitória, p. 3, 3 ago. 1871.

ROCHA, Levy Curcio da. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

SALUBRIDADE PUBLICA. Vice-Presidente (1863-1865: Pindahyba de Mattos). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 3º de outubro de 1864. Victoria: Typographia liberal do Jornal da Victoria, 1864.

SANT'ANNA, D. B. (2004). **Cidade das águas: Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Senac, 2007.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. **Domando águas: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930**. São Carlos:FAPESP, 2011.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, M. F. dos. **Lógica e Dialética**. São Paulo: Editora Logos, 1959.

SCHUTZ, A. *The Phenomenology of the Social World*. Evanston, Northwestern University Press, 1967.

SCOTT J. C., 1998, *Seeing Like a State: How Certain Schemesto Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven and London, Yale University Press. DOI : 10.12987/9780300252989

Shapin, Steven. **A Revolução Científica**, Trad. de Ricardo AfonsoRoque. Lisboa: Difel, 1999, 227 pp.

SILVA, E. R. da. *O curso da água na história: simbologia, moralidade e a gestão de recursos hídricos*. Escola Nacional de Saúde Pública. Pós-Graduação em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, L. H. P. de. *Praia do Suá: Mudanças e permanências na paisagem*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Strang, Veronica. 2004. *The Meaning of Water*. Oxford and New York: Berg.

SWYNGEDOUW E., 1999, *Modernity and Hybridity: Nature, Regeneracionismo, and the Production of the Spanish Waterscape, 1890-1930, Annals of the Association of American Geographers*, vol. 89 , nº 3, p. 443-465.

Swyngedouw, Erik. 2004. *Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power*. Worte Oxford: Oxford University Press

TADEU (2019); FELIPPE, Miguel Fernandes. *La Geografía Del Ciclo Hidrosocial: Un Abordaje Crítico*. In: Boletín GSF. Geógrafos Sem Fronteiras, 2010, p.6-8.

TADEU, Natália Dias. *O poder da água: disputa política pelo acesso à água em Ilhabela – SP/Brasil*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Instituto de Energia e Ambiente. Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo, 2019.

TÂNGARI, V. R.; SCHLLE M. B.; ANDRADE, R.; DIAS, M. A. (Org.). *Águas urbanas: uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado*. Rio de Janeiro: FAU/UFRJPROARQ, 2007.

TAVEIRA, Elisa Machado; CASTIGLIONE. L. ; ALMEIDA, R. H. ; PERIM, I. L. *Mapeamento das interfaces entre formas sócio-ambientais e usos sócio-econômicos: contribuição para o Enquadramento de corpos d'água e gestão na bacia do rio Doce*. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012, Belo Horizonte. Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Ciência e Utopia: por uma Geografia Possível, 2012. p. 1-9.

TEDESCHI, Denise M. R. **Águas urbanas: as formas de apropriação das águas nas Minas (Século XVIII)**. São Paulo: Alameda, 2014.

Tuan, Yi-Fu. 1968. *The Hydrologic Cycle and the Wisdom of God: A Theme in Geoteleology*. University of Toronto Department of Geography Research Publications. Toronto: University of Toronto Press

TUCCI, C. **Águas urbanas** .Estudos Avançados, v. 22, n. 63, p. 97-112, 1 jan. 2008.

VERONEZ JUNIOR, Paulo; BASTOS, Alex Cardoso; QUARESMA, Valéria da Silva. *Morfologia e distribuição sedimentar em um sistema estuarino tropical: Baía de Vitória, ES*. Revista Brasileira de Geofísica, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 609-624, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-261X2009000400006>>. Acesso em: 18 maio 2015.

VITÓRIA. **Praias**. Prefeitura Municipal de Vitória, 2019. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/cidade/praias>. Acesso fev. 2020.

VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VOGT L. & WALSH C., 2021, *Parsing the Politics of Singular and Multiple Waters*, *Water Alternatives*, vol. 14, n° 1, p. 1-11

WILSON, Nicole & INKSTER, Jody. Respecting water: Indigenous water governance, ontologies, and the politics of kinship on the ground. *Environment and Planning E: Nature and Space*. 1, 2018.giddes

WORSTER D., 1985, *Rivers of Empire: Water, Aridity, and the Growth of the American West*, Nova York, Pantheon Books.

YATES J. S.; HARRIS L. M. & WILSON N. J.. Multiple ontologies of water: Politics, conflict and implications for governance. *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 35, n° 5, p. 797-815, 2017.